

Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

Douglas de Araújo Ramos Braga

**Higiene, educação e assistência na experiência do Asilo de
Meninos Desvalidos (1875-1889)**

Rio de Janeiro

2014

Douglas de Araújo Ramos Braga

**Higiene, educação e assistência na experiência do Asilo de Meninos
Desvalidos (1875-1889)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em História das
Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo
Cruz-Fiocruz, como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre. Área
de concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Coelho Edler

Rio de Janeiro

2014

B813h Braga, Douglas de Araújo Ramos

Higiene, educação e assistência na experiência do Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1889) / Douglas de Araújo Ramos Braga – Rio de Janeiro: [s.n.], 2014.

171 f .

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2014.

Bibliografia: 164-171 f.

1. Higiene. 2. Educação. 3. História da Medicina. 4. Seringal. 5. Infância. 6. Serviço Social. 7. Brasil.

CDD 613

Douglas de Araújo Ramos Braga

**Higiene, educação e assistência na experiência do Asilo de Meninos
Desvalidos (1875-1889)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em História das
Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo
Cruz-Fiocruz, como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre. Área
de concentração: História das Ciências.

Aprovado em de de 2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Coelho Edler (COC/Fiocruz) – Orientador

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (COC/Fiocruz)

Profa. Dra. Mariana de Aguiar Ferreira Muaze (PPGH/Unirio)

Prof. Dr. Luiz Antônio Teixeira (COC/Fiocruz) – Suplente interno

Prof. Dr. Carlos Eduardo Estellita-Lins (PPGICS/Fiocruz)- Suplente externo

Rio de Janeiro

2014

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, devo agradecer a minha família, minha mãe, meu pai e minha irmã, pelo apoio incondicional que me deram desde que fiz a opção em ser historiador. Seu apoio foi fundamental para que eu levasse em frente os quatro de graduação e os dois anos de Mestrado, apesar das dificuldades que encontrei pelo caminho.

Na minha formação como historiador, devo agradecer a Profa. Dra. Iceleia Thiesen, que me ensinou desde cedo os caminhos da pesquisa. A equipe que formávamos juntamente com os meus amigos André e Joice, as reuniões de tarde após as aulas e as idas e vindas de arquivos foram fundamentais para sedimentar a minha escolha em estudar e ser pesquisador em História.

Na Casa de Oswaldo Cruz, agradeço aos colegas da turma 2012.1 e aos professores Luiz Antônio, Magali Sá, Luiz Otávio, Nara Azevedo, Flávio Edler, Carlos Estellita-Lins e Robert Wegner pelas imensas contribuições nas disciplinas que cursei para a minha formação como historiador das ciências e da saúde.

Ao professor Flávio Edler, especialmente, agradeço pela orientação sempre precisa, me ajudando todas as vezes que necessário e dando liberdade para construir o meu próprio caminho como pesquisador. Sem a sua orientação não teria sido possível concluir este trabalho.

Agradeço também ao Prof. Luiz Otávio e a Profa. Mariana Muaze por terem aceitado compor a banca do exame de Qualificação e terem contribuído de diversas maneiras para a pesquisa.

E, por fim, agradeço a CAPES pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

Na segunda metade do século XIX, a criança *desvalida* tornou-se objeto de atenção de diversos saberes, objeto de novas legislações e alvo de instituições criadas especificamente para este público, caso do Asilo de Meninos Desvalidos, inaugurado em 1875. Na instituição, criada em meio a projetos reformadores e ideias de civilização e progresso, meninos órfãos ou cujos pais e responsáveis não tivessem condições de educa-los recebiam a instrução primária e aprendiam ofícios, preparando uma mão-de-obra para posições subalternas baseadas no trabalho manual. Entretanto, a análise das fontes demonstrou que os processos de admissão e desligamento dos meninos do Asilo envolviam diversos atores, com diferentes interesses, apontando para um papel ativo dos familiares e membros da elite imperial nestes procedimentos, e que podem ter influenciaram o projeto do Asilo ao longo de sua existência. Por outro lado, o século XIX é apontado como período da institucionalização da Medicina no Brasil. Discutindo com uma perspectiva que enfatiza o poder médico e a atuação dos higienistas, novas abordagens vêm demonstrando a complexidade da Medicina no período imperial, e os diversos limites da ação da Higiene na época. Nesse sentido, o presente estudo é um esforço de discutir a dinâmica da instituição, os atores sociais envolvidos, além de analisar se princípios defendidos pelos higienistas estiveram presentes na experiência do Asilo de Meninos Desvalidos durante a sua existência na época do Império, entre 1875 e 1889.

ABSTRACT

In the second half of the nineteenth century, the destitute child has become the object of attention of several knowledges, the subject of new legislations and institutions created specifically targeted for this audience, such as the Asilo dos Meninos Desvalidos, opened in 1875. In the institution, created amid reformers projects and ideas of civilization and progress, orphans or boys whose parents and guardians did not have conditions to educate them received primary education and learned crafts, preparing a skilled workforce to subordinate positions based on manual labor. However, analysis of the sources demonstrated that the processes of admission and dismissal of the Asilo involved several actors with different interests, pointing to an active role of the family and members of the imperial elite in these procedures, that may have influenced the design of the Asylum throughout its existence. On the other hand, the nineteenth century is identified as the period of institutionalization of medicine in Brazil. Discussing with a perspective that emphasizes the power and performance of medical hygienists, new approaches have demonstrated the complexity of medicine in the imperial period, and the various limits of the action of Hygiene at the time. In this sense, this study is an effort to discuss the dynamics of the institution, the social actors involved, and examine whether the principles espoused by hygienists were present in the experience of the Asilo dos Meninos Desvalidos during its existence at the time of the Empire, between 1875 and 1889.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. A criança no século XIX.....	14
2.1. A criança como objeto da história: um balanço historiográfico.....	14
2.2. Significados da infância nos oitocentos.....	36
3. Medicina, Educação e Assistência para os desvalidos no Império brasileiro.....	49
3.1. A institucionalização da Medicina no Brasil: espaços, atores, práticas.....	49
3.2. Higiene, educação e assistência na Corte	67
4. O Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1881).....	87
4.1. Antecedentes e criação.....	87
4.2. A dinâmica da instituição: o funcionamento e os atores envolvidos.....	95
4.2.1. Os asilados.....	95
4.2.2. Os funcionários.....	124
4.2.3. O ensino.....	133
4.3. Higiene e saúde na experiência do Asilo.....	146
5. Conclusão.....	157
Fontes.....	163
Referências Bibliográficas.....	164

1- Introdução

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1889), instituição de educação e assistência a meninos pobres criada em fins do Império, e busca relacionar a experiência da instituição com as discussões nos âmbitos educacional, assistencial e médico higienista.

O século XIX é apontado pela historiografia brasileira como o momento em que a infância enquanto fase específica da vida passou a ser de interesse especial para o Estado e para as famílias. As crianças deixam, assim, de ocupar um papel secundário nas famílias e passam a ser vistas como elementos fundamentais para a construção da nação. Desta forma, segundo Rizzini (2007: 27), educar a criança torna-se sinônimo de moralizar e civilizar o país, enquanto uma duplicidade de significados passa a se tornar frequente nos discursos das elites: a crianças deveriam ser protegidas, mas, no caso específico das de famílias pobres, também deveriam ser contidas, para que não causassem danos e problemas à sociedade.

Existiam, então diferentes representações em torno do que significava ser criança. Nesse sentido, Schueler destaca (2009: 1-2) que, além de fatores relacionados à idade, diversas outras questões interferiam nos papéis e desempenhos que se esperavam das crianças, como relações de classe, etnia e gênero. Nesse sentido, começaram a emergir adjetivações que separavam as crianças, como *infância desvalida*, *infância abandonada* e o *menor*. Estas categorias são um indício das diferenças e desigualdades que envolviam a ideia de infância e para a diversidade de projetos educacionais existentes voltados para esta população. Ao lado de escolas elementares, secundárias e das faculdades, surgiram outras instituições educativas que tinham como projeto a promoção dos ideais de civilidade. Dentre estas instituições, internatos (voltados predominantemente para a criança de elite) e asilos tiveram grande importância, sendo criados em diversas regiões do país e por iniciativa de diversos atores.

A assistência e a educação da criança pobre recebeu cada vez maior atenção por parte do Estado e iniciativas particulares. Para a criança das camadas menos favorecidas, no entanto, seria reservada apenas a obrigatoriedade da instrução primária, contribuindo assim para a reprodução de hierarquias e desigualdades, como destaca Schueler (1999). Embora esta obrigatoriedade já estivesse prevista na Constituição de 1824, foi na segunda metade do século XIX que surgiram as principais iniciativas voltadas à instrução das crianças pobres. O Regulamento da Instrução Primária e

Secundária no Município da Corte, por exemplo, estabelecido pelo decreto nº1331-A de 17 de fevereiro de 1854, e elaborado pelo barão do Bom Retiro, tornou obrigatório o ensino primário (cujo currículo compreendia leitura, escrita e aritmética, doutrina cristã, geografia e história pátria) para os indivíduos livres entre 7 e 14 anos de idade, sob pena de multa de 20 a 100 réis aos pais ou responsáveis por crianças que, nesta idade, não frequentassem a escola. Porém, o Regulamento não tornou obrigatório o ensino secundário, que continuaria restrito a uma pequena parcela da população livre (com as atividades políticas e intelectuais e os cargos públicos continuando reservados como privilégio das classes senhoriais); e determinava que meninos de até 12 anos, que fossem encontrados “vagando” pelas ruas ou que estivessem em extremo estado de pobreza e mendicidade, fossem matriculados nas escolas públicas ou particulares subvencionadas pelo Estado, e que receberiam deste o vestuário e o material escolar.

A década de 1870, particularmente, seria de fundamental importância nas iniciativas voltadas à infância desvalida, compondo a fase da filantropia, segundo Maria Luiza Marcílio (1998). Ao mesmo tempo em que a cidade do Rio de Janeiro se urbanizava e era o centro da vida cultural e intelectual do país, buscando a modernização e o progresso, Rizzini (2007: 33) destaca que era também “locus da desordem, da doença, da criminalidade e da imoralidade”. A população pauperizada crescia, e crianças e jovens estavam sempre presentes no cenário de abandono da cidade. Entretanto, acirravam-se também as discussões em torno da emancipação dos escravos, e as ações do gabinete Rio Branco, entre 1870 e 1875 parecem ter sido fundamentais no que tange a políticas de educação e instrução das camadas populares. A promulgação da lei do Ventre Livre, em 1871, e a criação do Asilo de Meninos Desvalidos, em 1875, estariam assim inseridos em um amplo projeto modernizador do gabinete conservador.

Entretanto, apesar de ter funcionado com esta designação até 1894¹, optamos por recortar nosso período de análise entre 1875 e 1889 para recobrir o período de existência da instituição durante o Império. Após a proclamação da República, segundo Souza (2011, p.3), a instituição passou a receber meninos vindos da Casa de São José, instituição fundada em 1888 com o mesmo intuito de oferecer educação primária aos

¹ Em 1894, quando com o fim de se especializar na profissionalização, o Asilo foi transferido da Diretoria de Higiene e Assistência Pública para a de Instrução Pública, com seu nome sendo modificado para Instituto Profissional. Em 1898, o nome foi novamente alterado para Instituto Profissional Masculino, para se distinguir do Instituto Profissional Feminino que existia no Rio de Janeiro. Em 1910, a instituição passou a se designar Instituto Profissional João Alfredo, uma homenagem ao Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, o fundador da instituição.

“desvalidos” e uma iniciação ao trabalho, e cujos internos eram transferidos para o Asilo de Meninos Desvalidos após completarem 12 anos de idade. Tendo em vista a amplitude documental encontrada e mudanças na dinâmica da instituição e da sociedade com o novo regime político, foi feita a opção de restringir nosso estudo à época imperial, indo do momento da inauguração oficial do Asilo (1875) até fins do Império (1889).

Por outro lado, os Oitocentos foram o momento de institucionalização da Medicina no Brasil, com a fundação de sociedades, academias, faculdades e periódicos, nos quais os médicos procuravam delimitar a sua esfera profissional e áreas de atuação. Nos afastaremos, no entanto, da concepção defendida por Costa (1983), Gondra (2004), Vailati (2010) e Rizzini (2007), que partem do princípio de que a existência de teses publicadas nas faculdades de medicina sobre a higiene da infância e dos colégios correspondia a um processo de higienização da sociedade e consolidação de um poder médico sobre o corpo social, e que não leva em conta as nuances no processo de institucionalização da medicina no Brasil. Como considera Edler (2011: 273), mesmo no caso europeu seria perigoso falar de uma medicina como algo fixo e homogêneo, assim como o que os médicos discutiam aqui não eram simples cópias ou distorções de modelos pré-existentes. O que constituía a ciência médica, ao longo do século XIX, mudou ao longo deste período, principalmente com a emergência das especialidades clínicas e laboratoriais. Portanto, a higiene não era a única disciplina que congregava e da qual partilhavam todos os médicos, mas havia disputas e controvérsias no próprio campo da medicina, que procuraremos aprofundar ao longo do estudo.

No presente trabalho, entenderemos higiene no sentido definido por Parayre (2008: 178), qual seja, a disciplina médica que tem como objetivo conservar e preservar a saúde, prescrevendo regras a seguir para a manutenção de um estado são e prevenir as doenças destruindo as predisposições que lhes fazem surgir. Da mesma forma, tomando como referência outro estudo de Parayre (2007), em relação à preocupação do Estado em ministrar uma instrução pública levando em consideração a higiene dos alunos, não se trata somente de se concentrar na intenção ministerial ou estatal (tomando por base apenas regulamentos, leis, teses), mas reconhecer também se essa intenção teve alguma repercussão ou encontrou aplicação nos estabelecimentos escolares, analisando se nestes as prescrições sanitárias e higiênicas anunciadas pelo Estado ou pelos médicos puderam se realizar.

Nesse sentido, analisando possíveis relações entre o Asilo de Meninos Desvalidos e os debates no campo médico, adotaremos posição de análise com base em Rizzini (2009, p.12-13), compreendendo as instituições educativas como locais onde ocorrem mutações, jogos de poder entre os diversos sujeitos e níveis hierárquicos, que estão envolvidos na sua criação e funcionamento. Para se ter uma real dimensão deste funcionamento, é preciso também buscar as relações da instituição com grupos sociais, e dar voz aos alunos e às famílias, quando possível (embora seja um trabalho mais complicado, já que as crianças acolhidas nas instituições tornavam-se indistintamente “educandos” ou “menores”, e muito raramente existe documentação produzida pelos próprios alunos, o que torna a composição do quadro de alunos e da vivência destes dispersa e parcial). Portanto,

“(...) se, por um lado, buscava-se impor determinados modelos educacionais, por outro, campos de negociação podiam emergir diante das pressões e das formas de apropriação engendradas pelas famílias e alunos, podendo levar à reorientação das práticas institucionais previstas nas normativas.”
(RIZZINI, 2009: 10)

Foram consultados fontes e documentos primários relativos ao Asilo de Meninos Desvalidos. Analisaremos, prioritariamente, as fichas dos alunos presentes no arquivo do PROEDS (Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade) da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), buscando analisar as maneiras pelas quais estes eram admitidos, e os relatórios que circulavam entre o Diretor do Asilo e o Ministro do Império presentes no Arquivo Nacional, para mapear como a questão da saúde e da higiene se dava na experiência institucional do internato. Também consultaremos ofícios constantes do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e periódicos. As referências em periódicos encontradas são na casa de centenas, e não será nossa intenção esgotá-las, mas indicar a participação de outros atores na dinâmica da instituição. Vale ressaltar também que inicialmente tínhamos a intenção de consultar as teses de médicos publicadas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Porém, visto a riqueza de documentação referente ao Asilo, parte delas (no caso específico dos periódicos) inexploradas em outros estudos² acerca da

² Dentre estes, podemos citar os de Lopes (1994), Martins (2004), Souza (2004), Souza (2009) e Rizzini e Souza (2009).

instituição, optamos por nos valer de levantamentos e análises como os realizados por Gondra (2004) em relação às teses.

Desta forma, inicialmente faremos uma discussão sobre a questão da criança no período imperial, tendo em vista que nosso objeto de estudo é uma instituição que recebia meninos órfãos ou em condição de pobreza. Primeiramente, é importante analisar como a “criança” tem sido estudada pela história, abordando as diferentes correntes historiográficas que lidam com a problemática da criança e da infância em tempos passados, os trabalhos pioneiros na historiografia sobre este assunto e as tendências mais recentes. Após esse balanço historiográfico, passaremos a uma reflexão sobre os significados da infância no Brasil dos oitocentos, levando em consideração como a historiografia brasileira tem trabalhado essa temática, especialmente no que tange às diferenças entre crianças de elite e crianças pobres no período imperial. Aqui também abordaremos como a criança se tornou objeto de diversos saberes, como o educacional, o jurídico e o assistencial.

Em um segundo momento, nos debruçaremos especificamente sobre a Medicina no Brasil imperial, e as formas pelas quais a infância e a educação apareceram no discurso médico. Aqui abordaremos o processo de institucionalização da Medicina no Brasil, fazendo uma discussão historiográfica sobre quem eram os médicos e quais eram os espaços de formação e legitimação da Medicina ao longo do século XIX. Tendo este quadro mais geral da Medicina nos oitocentos já montado, analisaremos como a historiografia vem discutindo especificamente a relação entre Higiene, educação e assistência na Corte, especificando como a questão da Higiene vem sendo trabalhada pelos historiadores da Medicina, e seus possíveis vínculos com debates nos âmbitos educacional e assistencial no Império. Analisaremos aqui especialmente o contexto dos anos 1870 e suas implicações com políticas voltadas à educação e assistência de crianças pobres.

Por fim, será feita a análise do Asilo de Meninos Desvalidos, no período delimitado entre 1875 e 1889, que vai da sua criação ao fim do período imperial. Uma primeira discussão importante é a dos antecedentes do Asilo, ou seja, o contexto, os debates e a legislação que precederam e foram impulsionadores da criação da instituição. A partir daí, pode-se abordar a dinâmica da instituição no período estudado, levando em conta como se dava o funcionamento da instituição e os atores que estiveram envolvidos ou relacionados a ela. O processo de admissão dos meninos, os motivos e redes clientelistas nas quais os familiares se viam envolvidos para facilitar a

entrada de seus filhos na instituição, a dinâmica das aulas e do ensino de ofícios, os funcionários que trabalhavam no Asilo, destacadamente os diretores, o desligamento compulsório ou o pedidos para o desligamento dos meninos, o modo pelo qual os diretores respondiam a denúncias relativas ao Asilo publicadas na imprensa, serão aspectos levados em consideração neste tópico. O objetivo aqui é perceber a complexidade no funcionamento do Asilo de Meninos Desvalidos, que envolvia diversos atores, de camadas sociais distintas. Enfim, analisaremos especificamente a questão da Higiene e da saúde na instituição, estabelecendo aqui um diálogo com a historiografia que vem destacando as relações entre Higiene e educação no Império (aspecto que teremos abordado no segundo capítulo). Aqui trabalharemos como a higiene, as questões sanitárias, as enfermidades, as concepções de doenças, os pedidos para mudanças no âmbito espacial da instituição (criação de enfermarias, separação dos dormitórios), vestuário, alimentação, ensino da ginástica, moralidade dos alunos, aparecem na documentação (principalmente nos ofícios dos diretores).

Desta forma, a partir dessa estrutura, poderemos analisar a experiência do Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1889) no contexto de transformações urbanas da Corte, e suas relações com questões educacionais e assistenciais, entender como se dava o funcionamento da instituição, levando em consideração os diversos atores envolvidos, e também verificar como a questão da saúde e da higiene se faziam presentes no Asilo de Meninos Desvalidos, no cotidiano da instituição, e suas possíveis articulações com os debates travados entre os higienistas acerca da educação das crianças.

2 – A criança no século XIX

2.1 – A criança como objeto da história: um balanço historiográfico

Atualmente, o campo da história da infância encontra-se em expansão, a partir dos contatos com diversas outras disciplinas (especialmente a Psicologia e a Sociologia, como veremos) e da incorporação de novos temas de estudo pelos historiadores, como a relação entre infância e criminalidade, saúde e mortalidade infantil, e o deslocamento de ênfase das análises de crianças das elites para aquelas das camadas menos favorecidas social e economicamente.

No entanto, considerável proporção das discussões vigentes na área ainda se dá em referência àquele que é considerado o primeiro trabalho a ter realizado uma profunda análise histórica da infância, o livro do historiador das mentalidades francês

Philippe Ariès, publicado originalmente em 1960, e no Brasil traduzido como *História Social da Criança e da Família* (1981)³. De forma geral, a partir do estudo de amplo corpo documental que inclui iconografia religiosa e leiga, vestimentas, diários, efígies funerárias, jogos e brinquedos, Ariès localizou no mundo moderno, destacadamente a partir do século XVII, profundas transformações no caráter da família e o surgimento do *sentimento* de infância.

O historiador confere centralidade nesse processo às mudanças referentes à educação. Segundo Ariès (1981: 11), a partir de um amplo movimento de moralização liderado sobretudo por reformadores católicos e protestantes e juristas, a escola passou a substituir a aprendizagem como meio de educação, com as crianças deixando de ser misturadas aos adultos e de aprender a vida diretamente com eles. Ao mesmo tempo, a família se transformou de uma instituição voltada para a conservação dos bens, a prática comum de um ofício ou a ajuda mútua cotidiana, em um lugar de afeição entre os cônjuges e entre os pais e filhos, afeição esta expressa principalmente através da importância que se passou a atribuir à educação. Se na arte medieval, para o historiador, as crianças seriam representadas como miniaturas de adultos, desde o século XIV as representações artísticas começaram a enfatizar a personalidade das crianças, desde retratos até a especialização de roupas especiais que as distinguissem dos adultos. Logo, em conclusão que, como veremos, foi fundamental para a historiografia da infância, Ariès defende que

“Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes. (...) Assim que a criança superava esse período de alto nível de mortalidade, em que sua sobrevivência era improvável, ela se confundia com os adultos.” (ARIÈS, 1981: 156-157).

Por outro lado, o sentimento de infância seria inseparável do sentimento de família, que emergiu nos séculos XVI e XVII. Na perspectiva de Ariès (1981: 212-214), o interesse pela infância seria uma forma e uma expressão desse sentimento de família.

³ Segundo Cunningham (1998: 1197), a ampla maioria da historiografia da infância ainda é informada pelo livro de Ariès. Para Cunningham, foi Ariès quem conseguiu convencer quase todos os seus leitores de que a infância tinha uma história e que, através do tempo e em diferentes culturas, tanto ideias sobre a infância quanto a experiência de ser uma criança variou.

A partir de amplas transformações na sociedade, como as novas formas de economia monetária, a frequência das transações, a extensão de fortunas mobiliárias, o aumento da autoridade dos Príncipes, as antigas solidariedades de linhagem teriam recuado, ao mesmo tempo em que se fortalecia a intimidade doméstica, inclusive com alterações nas disposições das próprias casas⁴. Esse sentimento de linhagem teria sido o único sentimento familiar conhecido na Idade Média, caracterizado pela extensão aos laços de sangue, sem levar em conta a coabitação e a intimidade. Ao contrário, o sentimento de família está ligado intimamente a casa, e voltado principalmente para as crianças, se limitando inicialmente às classes abastadas, e progressivamente estendendo-se a todas as camadas da sociedade. Desta maneira, o autor conclui que

“Essa nova preocupação com a educação pouco a pouco iria instalar-se no seio da sociedade, e transformá-la de fio a pavio. A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas. (...) O cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que a iconografia do século XVII exprimiu com insistência e gosto: o sentimento moderno de família. (...) A aprendizagem tradicional foi substituída pela escola, uma escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida pela justiça e pela política. O extraordinário desenvolvimento da escola no século XVII foi uma consequência dessa preocupação nova dos pais com a educação das crianças. (...) A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato.” (ARIÈS, 1981: 277).

A tese de Ariès abriu a possibilidade, portanto, de se analisar a infância historicamente. Desde sua publicação em 1960, ela tem suscitado diversas discussões e críticas, desde aqueles que consideram sua análise das fontes reducionistas, assim como medievalistas que procuram argumentar a existência do sentimento de infância no período medieval, e aqueles que rechaçam seu ponto de vista e propõem um novo modelo de análise histórica.

Neste último caso, encontram-se os estudos do psicólogo Lloyd deMause, cujo livro *The History of Childhood*⁵, publicado em 1974, ainda hoje exerce grande

⁴ O historiador apontou entre os séculos XVII e XVIII o recolhimento da família de espaços públicos (rua, praça, a vida coletiva), e sua retração em uma casa mais preparada para a intimidade. Na nova organização do espaço privado, prevalecia a independência dos cômodos, que se comunicavam por meio de corredores, e a especialização funcional (sala de visitas, de jantar, quarto para dormir). (ARIÈS, 1981: 23).

⁵ Segundo Roy Lowe (2009: 21), assim como o estudo de Ariès, o livro organizado por DeMause, apesar da abordagem completamente diferente, pode ser considerado como um dos marcos inaugurais do estudo

influência, especialmente por sua “teoria psicogenética da história”⁶. Em suas reflexões sobre o que o levou a escrever sobre o tema da história da infância, deMause (1988: 5-8) critica Ariès por considerar que este idealizou a infância do passado, e que na visão deste a infância do passado seria um “paraíso para crianças” (embora em nenhum momento de seu livro Ariès defenda ponto de vista semelhante). Por sua vez, deMause afirma que a história da infância mostrou lento e constante progresso durante o tempo, e que tal processo evolucionário foi determinado pela psicodinâmica nas relações entre pais e filhos, muito mais do que por fatores econômicos. Às críticas de historiadores profissionais sobre o equívoco em ignorar fatores culturais, econômicos e demográficos que constituem o tratamento dado às crianças em qualquer sociedade, o autor somente argumenta que as capacidades críticas foram sobrepujadas por reações emotivas, e se coloca em uma posição de superioridade por ter pretensamente aberto o caminho para uma interpretação psicanalítica da história e superado as fronteiras do relativismo histórico.

Apresentando, portanto, uma perspectiva evolucionista e reducionista, afastando qualquer outro fator que não seja psicológico das explicações históricas, deMause (1988: 17) argumenta que a história da espécie humana é a história de uma lenta melhoria geral no tratamento de crianças baseado em uma crescente tolerância, por parte dos pais, das ansiedades induzidas neles por suas crianças. Na sua perspectiva,

“Se a história da infância e a psichistória significam algo, elas significam inverter a maioria das conexões causais utilizadas pelos historiadores até hoje. Ao invés de nosso modelo histórico ser um no qual um mundo superpoderoso inexoravelmente se impõe ele mesmo sobre a tabula rasa da mente, o mundo ele mesmo vai ser visto como uma tabula rasa a qual só tem significado e forma para cada geração por uma mente envolvente cuja estrutura é formada na interação pais-filhos.” (DeMAUSE, 1988: 22).

Mais recentemente, outros historiadores da infância têm buscado se inserir nesse debate, apresentando diferentes perspectivas de análise. John Clarke (2004: 3), por

da infância na história. DeMause continua ativo no presente e publicando sobre a importância da compreensão da psicologia das crianças na história.

⁶ Para deMause (1988: 10), através do estudo detalhado dos primeiros anos de vida de um indivíduo e de seu processos formativos, pode-se observar a repetição de traços sendo expressos na personalidade adulta, não influenciados por forças externas ao indivíduo. Como aponta Lowe (2009: 23), na teoria de deMause, a forma pela qual as crianças eram tratados pelos adultos seria um fator central para entender o passado humano, e que hábitos e práticas impostos a crianças através da história ofereceriam a única explicação plena sobre como elas se comportaram enquanto adultos. Assim, na teoria psicogenética do autor, não é possível entender a história humana sem primeiro entender como os protagonistas (praticamente uma revisão da história política tradicionalista do século XIX) foram criados.

exemplo, considera que, embora algumas perspectivas detalhadas da obra de Ariès possam ser discutidas, sua visão mais geral está precisa, qual seja, a ideia de infância é uma invenção recente, um “artefato da modernidade”. Para o historiador, o papel das crianças nas famílias e na sociedade mudou entre o século XVII e o mundo atual. O novo modelo familiar emergiu com o desenvolvimento das classes comerciais na Europa Ocidental e estava baseado na família voltada para si e liderada por um pai forte com foco central na criação das crianças, para as quais a educação se tornou a chave. A religião, principalmente o puritanismo, enfatizava de forma parecida essa visão, com o pai sendo o responsável pela salvação da família, pela educação nos bons comportamentos e na importância da fé. As crianças deveriam aprender a se comportar corretamente, sendo recomendado o uso de punições regulares para reforçar a disciplina, já que eram vistas como inerentemente pecadoras.

Segundo Clarke (2004: 8), esses dois modelos de família enfatizavam a criança e a educação. Esta ênfase teria se espalhado pelas novas classes médias e sido reforçada no século XVIII pela visão iluminista das crianças como naturalmente inocentes e necessitadas de uma direção apropriada e educação para que se tornassem bons cidadãos, perspectiva expressa no *Emile* (1762)⁷, de Rousseau. No século XIX, o Romantismo fortaleceu a visão das crianças como inocentes e puras, visão entretanto restrita à aristocracia e às classes altas. Para a grande maioria da população na Europa Ocidental (e, como veremos, caso semelhante ocorria no Brasil), as vidas das crianças eram caracterizadas pela pobreza, trabalho pesado e exploração. Como destaca o autor, isso gerava uma contradição entre a visão romântica idealizada das crianças e a realidade brutal que a maioria delas viviam, com a perspectiva da pureza infantil coexistindo paralelamente à preocupação oitocentista em “salvar” as crianças do trabalho e da exploração⁸. O número de crianças abandonadas aumentava, ao mesmo tempo em que houve um aumento nas iniciativas caritativas e filantrópicas, leis e atos

⁷ A respeito do livro de Rousseau, Carlota Boto (2002: 44-46) ressalta que, a partir da pressuposição de que a sociedade de seu tempo possuía ideias falsas sobre a infância, Rousseau propôs-se a descobri-la, como ser em si, como conceito e como categoria analítica. A criança no livro é um aluno imaginado, *Emile*, a quem o preceptor narrador irá conferir educação. À criança será dada mais que instrução; ela irá aprender valores e códigos de conduta revelados pela força do exemplo, por palavras e práticas. Considerando que a razão é uma faculdade tardia no ser humano, e a criança não age de forma racional, o pressuposto do livro é atentar para as diferentes etapas da vida, buscando em cada uma pistas e indícios que pudessem nortear a educação.

⁸ Essa mesma contradição é apontada por Stearns (2006: 99-101). Para o historiador, uma característica entre intelectuais a partir do século XVIII foi a idealização da criança, retratada como inocente e cheia de amor, a maternidade se tornando o centro de amor familiar. Por outro lado, grande número de crianças vivia na pobreza e por vezes acabava cometendo crimes, sendo criados no século XIX novos códigos de justiça para jovens infratores e instituições penais separadas, como reformatórios.

de limitação ao trabalho infantil, e o desenvolvimento em vários países da escolarização pública e compulsória. Pelos fins do século XIX e inícios do XX, portanto, a ideia da criança como uma chave central para as políticas públicas já havia formado raízes⁹. Desta forma, para o autor,

“ (...) sejam quais forem as críticas dirigidas a Ariès e seus colegas, faz sentido ver nossa noção corrente de infância como uma invenção moderna. Primeiro devido à disseminação da ideologia de classe média da família centrada na criança, o desenvolvimento da escolarização compulsória, e a preocupação de políticos e instituições de bem-estar social com os interesses da criança, surgiu no Ocidente em fins do século XX uma nova ideia de infância.” (CLARKE, 2004: 11)

Grande parte do debate no campo e em torno da obra de Ariès tem se dado entre os medievalistas. Segundo Pierre-André Sigal (1999: 3-4), principalmente a partir dos anos 1980, os historiadores medievalistas procuraram se contrapor às ideias de Ariès e ampliar o conhecimento acerca da infância na Idade Média com pesquisas mais aprofundadas, utilizando seja novas fontes, seja fontes conhecidas mas negligenciadas até então, demonstrando a existência de um sentimento de infância na época medieval. A arqueologia, a iconografia, as fontes hagiográficas (essencialmente as vidas de santos e os contos de milagres), processos, petições, testamentos, inventários, registros municipais, manuais de moral e saber-viver destinados à infância, são todos corpos documentais que vêm sendo utilizados por medievalistas para ampliar o conhecimento sobre a infância no período. Entretanto, embora tais estudos enriqueçam os conhecimentos sobre a história da infância, por vezes podem se manter na mesma linha interpretativa de Ariès, buscando origens para o sentimento ou concepções acerca da infância.

Rejeitando a tese de Ariès, o filósofo norte-americano David Archard (1993) propõe outro modelo interpretativo. Inicialmente, Archard (1993: 16-17) aponta duas ambiguidades na tese de Ariès. A primeira se refere à “tese da crueldade”¹⁰, uma ortodoxia do trabalho de Ariès, presente em estudos de seus seguidores, que traz no

⁹ De forma semelhante ao estudo de Clarke (2004), Lowe (2009: 25-30) também identifica elementos e momentos fundamentais no desenvolvimento histórico da infância, tais como a ênfase na escolarização a partir do século XVI, a ação da filantropia a partir do século XIX, e o desenvolvimento de movimentos de estudos de infância e de áreas voltadas especificamente para essa fase da vida em fins do século XIX e inícios do século XX, como a Puericultura e a Psicologia infantil.

¹⁰ Como vimos, crítica semelhante foi feita por Lloyd deMause (1988), embora em nenhum momento do livro Ariès faça qualquer afirmação nesse sentido.

bojo a ideia de que, antes do surgimento do sentimento de infância e em grande parte devido aos altos níveis de mortalidade infantil, as atitudes dos pais em relação às crianças eram marcadas pela distância, formalidade e frieza. As crianças, portanto, não contavam. Já a segunda ambiguidade se refere ao termo utilizado por Ariès, *sentimento*, e não *ideia* ou *conceito*. Na visão de Archard, uma sociedade ter o sentimento de infância pode significar tanto a consciência das crianças compondo um grupo distinto, assim como o conjunto de atitudes tomadas em torno desse grupo, e a tese de Ariès permitiria essa dupla interpretação.

Além disso, o filósofo aponta inconsistências na obra do historiador francês. De acordo com Archard (1993: 18), as análises iconográficas de Ariès pressupõem que a arte é exatamente realista na reprodução dos fatos, e ignora a medida em que as transformações nas pinturas se devem a transformações no próprio campo da arte mais do que devido a mudanças de atitudes em relação aos objetos representados. O uso do diário do médico do rei Luís XIII como fonte representativa é criticado por ter se tratado de uma criança excepcional, a herdeira do trono francês. O desenvolvimento e a crescente preocupação com as crianças seriam anteriores a qualquer baixa das taxas de mortalidade infantil, e a emergência do sistema educacional e proeminência da família são por vezes vistas tanto como pré-condições para o surgimento do sentimento de infância, assim como consequências de uma sociedade ter esse mesmo sentimento. Mas a principal crítica de Archard se refere à imprecisão cronológica da tese de Ariès e ao que ele considera o *presentismo* da obra, ou anacronismo. Apesar de Ariès julgar que antes do mundo moderno não havia um conceito de infância, Archard considera que, na verdade, sociedades do passado poderiam não ter o nosso conceito de infância. Estas sociedades não “falharam” em pensar as crianças como diferentes dos adultos; elas simplesmente pensavam a diferença de maneiras diferentes das que utilizamos hoje.

Dessa forma, o autor propõe uma diferença entre conceitos e concepções de infância. Segundo Archard (1993:23-24), é possível que todas as sociedades tenham tido um conceito de infância, uma ideia geral sobre esse período, mas existiram diversas concepções de infância. O conceito de infância, na sua perspectiva, requer que as crianças sejam distinguidas dos adultos a partir de um conjunto não especificado de atributos. Já a concepção de infância seria a especificação destes atributos. Todas as sociedades, portanto, podem ter tido um conceito de infância, ou seja, a consciência da particularidade destes indivíduos distintos de adultos, entretanto as concepções de infância podem ter variado enormemente entre culturas. O autor estabelece, assim, três

critérios básicos nos quais as concepções de infância poderiam diferir. O primeiro deles se refere às fronteiras, ou seja, a duração da infância (engloba aspectos como existência de idades de maioridade, previsões legais, divisão de papéis e responsabilidades de acordo com as idades, ritos de passagem e iniciação). O segundo trata das dimensões, as qualidades que distinguem as crianças dos adultos, a natureza desses indivíduos em particular (perspectiva moral e jurídica, questão da idade, da responsabilidade por seus atos, concepções religiosas e metafísicas, dentre outras). E um último referente às divisões, os modos pelos quais o próprio período da infância é subdividido em um número de diferentes períodos (o bebê, primeira infância, adolescência, puberdade, dentre outras). Portanto,

“(...) qualquer concepção de infância vai variar de acordo com as maneiras nas quais suas fronteiras são colocadas, suas dimensões ordenadas e suas divisões estabelecidas. Isto irá determinar como uma cultura pensa sobre a extensão, natureza e significância da infância. A adoção de uma concepção em detrimento de outra irá refletir crenças, assunções e prioridades gerais prevalecentes. (...) estar ciente da distância entre conceito e concepção é ao mesmo tempo perceber que podem existir e existem diferentes concepções de infância, e que essas diferentes concepções implicam diferentes valores, prioridades e assunções gerais” (ARCHARD, 1993: 27-28).

De maneira semelhante à análise de Archard, Colin Heywood (2004: 26) considera que uma abordagem mais frutífera em estudos históricos da infância é buscar as diferentes concepções acerca desse estágio da vida em diferentes períodos e lugares, e explica-las a partir das fontes e das condições culturais predominantes. Além disso, o autor considera que uma mesma sociedade pode abrigar concepções conflitantes ou ambivalentes a respeito da infância. Logo, a investigação histórica deve levar em conta a natureza por vezes contraditória ou ambígua das ideias relacionadas à infância. Na consideração de Heywood (2004: 34), a ênfase na historiografia em buscar uma “descoberta” da natureza particular da infância pode dar margem à interpretação deste período como uma categoria atemporal, esperando para ser descoberta. As perspectivas nesse sentido estariam distantes da consideração da infância como uma construção social que variou, e ainda hoje varia, nas diversas sociedades.

Precisamente nesse sentido, em momento posterior do presente estudo, investigaremos quais concepções de infância estavam em jogo no Brasil, e mais especificamente no Rio de Janeiro, ao longo do século XIX.

A historiadora Pat Thane (1981:4), por sua vez, apresenta uma perspectiva econômica no estudo de história da infância. Thane considera que as explicações de

Ariès contém uma falha, a falta de um exame sistemático da influência das mudanças econômicas nas definições da infância. A autora argumenta que o período entre os séculos XV e XVIII foi justamente aquele de emergência do capitalismo, o que provocou dois efeitos: o primeiro, aqueles que tinham alguma forma de acesso à riqueza e propriedade lutaram para ampliar seu controle para dispor delas de forma mais lucrativa; segundo, a vida adulta teria se tornado mais complexa para aqueles envolvidos diretamente com comércio ou em profissões associadas tais como o direito, com trabalho consumindo mais tempo e mais habilidades sendo necessárias. Assim, seria de esperar por parte desses estratos um controle mais estreito sobre as próximas gerações, para treiná-las nos hábitos da disciplina do trabalho de forma que as riquezas tão cuidadosamente adquiridas não evaporassem com casamentos descuidados e vida desperdiçada. Até então, tais pressões não se teriam feito sentir entre os grandes proprietários de terras, cuja riqueza era extensa, e entre os trabalhadores pobres. Somente posteriormente, com a elite agrária pressionada pela competição por poder e riqueza pelas classes médias, e ainda mais tarde, quando a economia industrial mudou as demandas estatais sobre os trabalhadores pobres, requerendo maiores níveis de educação, aspectos da criação das crianças, especialmente o aumento na educação, começaram a afetar a massa dos estratos mais altos e mais baixos.

Na perspectiva econômica da autora, portanto, há uma correspondência entre o nascimento do capitalismo, escolarização e mudanças nas definições de infância. Embora nos distanciemos de uma perspectiva que enfoque sobretudo os aspectos econômicos¹¹, o trabalho de Thane oferece novas possibilidades de análise em um estudo de história da infância, procurando complexificar as relações entre infância e sociedade, e escapando da perspectiva quase naturalista de Lloyd deMause.

A preocupação com os sistemas econômicos também levou o historiador Peter Stearns (2006: 90-94) a identificar o que ele chamou de um “modelo moderno de infância”. Tal modelo teria se constituído a partir de mudanças que ocorreram primeiro na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, e depois foram sendo adotadas por outras sociedades. O modelo, na visão de Stearns, é dinâmico e fluído, podendo sociedades simplesmente o rejeitarem, tendo se constituído entre os séculos XVII e XIX a partir de três fatores fundamentais: a passagem da infância, até então voltada ao trabalho, para a

¹¹ Assim como Thane, Stearns (2006: 200) afirma que “a infância em nossa visão depende primeiro e principalmente dos sistemas econômicos – e isso ainda vale para nossos dias, entre a escolarização e o consumismo.”

escolaridade; a redução de taxas de natalidade, com a decisão de famílias de limitarem o seu tamanho; e a redução das taxas de mortalidade infantil, em grande parte por medidas públicas de saneamento e prevenção de saúde. Este seria o modelo moderno, escolas, menos mortes e menos crianças em cada família. Como consequência direta, Stearns aponta a maior separação entre a infância e o estágio adulto, com a criança passando grande parte do tempo do seu dia na escola; e com a propagação de estabelecimentos escolares, novas categorias foram sendo criadas, como a “adolescência”, de difícil definição na época. Entretanto, consideramos o estabelecimento de um modelo que englobe toda a experiência da infância no mundo moderno extremamente problemático, porque além de apoiado em frágil bibliografia e corpo documental, não leva em conta as diversas variações locais e continentais.

Historiadores do cotidiano e da vida também têm incorporado o tema da infância em seus estudos. Jacques Gélis (2009: 319), por exemplo, identifica mudanças de atitude em relação à criança em um período extenso, pelo menos desde o século XIV, e que se aprofunda nos séculos XVI e XVII. Essa transformação ocorreu primeiro em meios urbanos e, assim como Ariès (1981), Gélis associa a mudanças no perfil da família e da educação. O autor identifica duas passagens fundamentais, da família-tronco (baseada na linhagem) para a família nuclear, e de uma educação pública comunitária e aberta, que integrava a criança na coletividade para que esta incorporasse os interesses e sistemas de representação da linhagem, a uma educação pública de tipo escolar, facilitando o desenvolvimento de suas aptidões individuais. A difusão de novos modelos ideológicos por parte da Igreja e do Estado, como a Criança-Cristo e a criança da realeza, além do surgimento de dispositivos legais voltados para esta população específica, indicariam a modificação e a afirmação do sentimento de infância. Dessa forma, procurando aprofundar a interpretação anteriormente oferecida por Ariès, o autor considera que

“O interesse ou a indiferença em relação à criança não são realmente a característica desse ou daquele período da história. As duas atitudes coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir. A indiferença medieval pela criança é uma fábula (...). Assim, devemos interpretar a afirmação do ‘sentimento da infância’ no século XVIII – quer dizer, nosso sentimento da infância, como o sintoma de uma profunda convulsão das crenças e das estruturas de pensamento, como o indício de uma mutação sem precedente da atitude ocidental com relação à vida e ao corpo. A um imaginário da vida que era aquele da linhagem e da comunidade substituiu-se o da família nuclear. A uma situação em que o ‘público’ e o ‘privado’ desempenhavam seu papel na formação da criança

sucedeu outra, que amplia os direitos da mãe e sobretudo os do pai sobre o filho. Contudo, num clima de crescente individualismo, disposto a favorecer o desenvolvimento da criança e encorajado pela Igreja e pelo Estado, o casal delegou uma parte de seus poderes e de suas responsabilidades ao educador.” (GÉLIS, 2009: 328)

A historiadora Michelle Perrot (2009: 146-148), por sua vez, analisando o período contemporâneo e principalmente fontes francesas, apontou que no século XIX o filho passou a ocupar mais do que nunca a posição central nas famílias, sendo objeto de variados tipos de investimento, desde o afetivo, até econômico, educacional e existencial. Porém, por outro lado, a criança também torna-se o futuro da nação, o cidadão, e em torno dela e da família (especialmente quando pobre e tida como incapaz), estabelecem-se terceiros interessados, tais como filantropos, médicos, estadistas, com o objetivo de protegê-las, educá-las e discipliná-las. As primeiras leis de cunho social, segundo a autora, tiveram como objetivo as crianças, implantando, por exemplo, a limitação de tempo de trabalho nas fábricas. Ainda que não tenham sido eficazes a princípio, as novas leis tiveram alcance simbólico e jurídico considerável. Além de objeto de disputa de poderes, a infância tornou-se também objeto de saberes que se desenvolveram na segunda metade do século XIX, com o esforço conjunto da medicina, da psicologia e do direito.

Observando sobretudo as crianças de elite, Perrot (2009: 160-163) identificou um duplo movimento nas relações entre pais e filhos no século XIX. Houve um investimento crescente no filho, futuro da família, ao mesmo tempo em que o filho era objeto de amor, aspecto expresso no luto¹² que passa a se fazer quando da morte de uma criança. Nesse período, assim,

“Através das várias observações a que está sujeita, inclusive pelo detalhismo dos boletins escolares, a criança vai assumindo rosto e voz. Sua linguagem, seus afetos, sua sexualidade, suas brincadeiras são objeto de anotações (...) A infância, a partir de então, é vista como um momento privilegiado da vida. Toda autobiografia começa e se demora nela, enquanto o chamado romance ‘de formação’ descreve a infância e a juventude do herói. Para tudo e contra tudo, a infância se torna a idade fundadora da vida, e a criança vira uma pessoa.” (PERROT, 2009: 161-162)

A figura da adolescência, assim como havia destacado Stearns (2006), adquiriu grande importância na perspectiva de Perrot (2009: 163). Médicos escreveram dezenas

¹² Como veremos, autores como Claudia Pancino (2010) apresentam visão diferente, identificando desde o período medieval a existência de luto e pranto quando da morte de crianças, especialmente no âmbito privado.

de teses sobre a puberdade de meninos e meninas, e as formas de possíveis correções. A adolescência, além de um perigo para os próprios indivíduos, era também um perigo para a sociedade, tornando-se frequente na época a imagem do adolescente criminoso. Internatos e pensionatos foram constantemente criticados, sendo apontados como responsáveis pela masturbação e práticas homossexuais.¹³

Já em discussão mais ampla sobre a própria constituição do campo da história da infância nos dias atuais, Roy Lowe (2009: 23-25) aponta quatro problemáticas das quais o historiador deve estar ciente ao fazer um estudo histórico da infância. A primeira delas, e que se refere sobretudo ao quadro histórico europeu, é a tensão e por vezes coexistência entre duas visões opostas de infância que parecem contradizer uma a outra. Por um lado, há uma ampla literatura, quase na totalidade cristã, que sugere que a criança é intrinsecamente má, e que é dever dos pais e adultos educarem as crianças, para que estas se vejam livres das características desafortunadas e tenham a chance de redenção. Por outro, há a visão também bastante frequente segundo a qual as crianças nascem inocentes, mas são corrompidas ao longo do crescimento. Estas duas visões da infância aparentam ser mutuamente contraditórias, e ainda assim conviveram por séculos, sendo que ambas continuam existindo.

A segunda problemática ressaltada por Lowe, e que é de interesse do presente estudo, é até que ponto a infância é construída socialmente na história ou se ela é um estágio da vida pelo qual todos os seres humanos devem necessariamente passar. Se por um lado a psicologia vem sugerindo que todas as crianças atravessam os mesmos estágios de desenvolvimento até se tornarem adultos, em diversos contextos a infância foi abreviada ou encurtada, possibilitando uma forma de infância diferente daquela que conhecemos no mundo atual. Desta forma, a possibilidade da construção social da infância deve estar sempre entre as principais preocupações do historiador.

A terceira problemática que Lowe aponta é a questão de se e quais características dos adultos são construídas socialmente durante a infância. Aqui entra, dentre outras, a questão do gênero, e as distinções estabelecidas entre os comportamentos masculino e feminino desde os primeiros anos da vida do indivíduo.

E a quarta problemática discutida por Lowe, e que também diz respeito diretamente à presente pesquisa, é a importância do historiador ter em mente as

¹³ Nos capítulos seguintes, observaremos que processo semelhante acontecia no Brasil no mesmo período, tanto em relação às publicações médicas, quanto à visão ambígua que existia sobre os jovens e as críticas ao modelo de internato.

possibilidades pelas quais a infância pode ter variado e diferido na história nas diversas regiões. Tais variações na experiência da infância podem ter existido tanto através de continentes e países como dentro de nações individuais. Portanto, deve-se levar em conta em qualquer abordagem histórica da infância os limites da análise e os cuidados com generalizações.

Em relação às abordagens predominantes atualmente na historiografia, Hugh Cunningham (1998: 1195-1196) aponta quatro. Uma primeira abordagem enfatiza as ideias em torno da infância, e de que forma a infância variou nas diferentes culturas, representando valores diferentes como inocência, esperança, ingenuidade, incapacidade e maldade. A ênfase, portanto, é colocada na construção cultural de ideias acerca da infância. A segunda abordagem, que Cunningham considera uma extensão da anterior, diz respeito às formas pelas quais tais construções culturais impactam as vidas das crianças. Os acadêmicos que optam por essa abordagem se engajam em recuperar a voz das crianças e seu papel enquanto agentes. No extremo oposto está a terceira abordagem, composta por aqueles que defendem que a biologia determina amplamente as formas pelas quais uma criança se desenvolve e as maneiras pelas quais os adultos se relacionam com elas, e procuram no passado evidências para tanto. E uma última e mais recente abordagem defende a importância de se escrever uma história das crianças, ou seja, de seres humanos particulares de uma certa idade.

Como Cunningham destaca (1998: 1196-1201), as diferenças de abordagens se refletem nas diferentes fontes utilizadas. Aqueles interessados em ideias sobre a infância ou na vida cotidiana de crianças têm se dedicado à literatura de conselhos, diários e autobiografias, imagens de crianças, e uma variedade de material escrito. Outros procuram estudar a infância através de uma abordagem familiar¹⁴, utilizando sobretudo dados quantitativos. O uso renovado de evidências não-escritas, especialmente o que é considerado “cultura material”, está abrindo novas possibilidades para a história da infância. Um exemplo é o interesse crescente neste campo na história de brinquedos e bonecas. Estes estudos de cultura material da infância no passado contribuem tanto para o entendimento de ideias sobre esta fase da vida em outras épocas, quanto para a compreensão de experiências de crianças na vida real, pois passamos a conhecer o

¹⁴ Segundo Maria Luiza Marcílio (2000: 203), a partir dos anos 1950, a Demografia Histórica, surgida na França, indicou novos tratamentos, fontes e métodos que contribuíram para teorias em torno da História da Família e da Criança. Um destes métodos foi a “Reconstituição de Famílias”, com investigações sobre a prática do abandono de crianças na história europeia, investigando as famílias que recorriam a tal prática, e que teria servido de modelo para estudos semelhantes no Brasil.

mundo material no qual elas viveram. Entretanto, como o autor ressalta, um entendimento mais amplo do que era ser uma criança em uma determinada cultura requer uma abordagem mais ampla. As fontes para um estudo desse tipo são maiores para períodos recentes da história, podendo-se integrar documentos escritos com testemunhos pessoais, autobiográficos ou coletados pela história oral.

Por outro lado, Cunningham (1998: 1202-1206) aponta como um legado negativo da obra de Ariès uma concentração de estudos nas classes médias e altas¹⁵, tanto por aqueles que seguiram seus passos quanto pelos seus críticos. E apesar de ser possível descobrir experiências de crianças fora das classes privilegiadas, poucos historiadores o fizeram. Além de estudos de famílias pobres, o autor aponta as análises de fontes de instituições, como orfanatos ou aquelas voltadas para meninos abandonados. Se por vezes uma abordagem dessa maneira pode não esclarecer totalmente sobre a maioria da população que nunca abandonou seus filhos em uma instituição, a parcela que o fez era alta o bastante para permitir estudar os motivos que levavam uma família ou indivíduo a tomar essa decisão, ou a forma pelas quais essas crianças abandonadas viviam. Ao mesmo tempo, já existem investigações sobre a ação estatal e filantrópica no Ocidente a partir de fins do século XIX, e a elevação dos padrões de vida.

Além de historiadores profissionais, sociólogos também vêm incorporando estudos históricos sobre a infância em suas pesquisas. Loretta Bass (2006: 140) aponta que, desde os anos 1980, sociólogos têm feito grandes contribuições aos estudos da infância e da juventude, e o campo dos estudos de infância se tornou reconhecido como uma espaço legítimo de investigação acadêmica. E assim como os estudos feministas, os estudos de crianças surgiram enquanto campo interdisciplinar, incorporando pesquisadores de disciplinas como história, antropologia, educação, psicologia e sociologia. A autora cita quatro abordagens utilizadas por sociólogos que lidam também com temas históricos: a abordagem de construção social e cultural da infância, com estudos etnográficos ou institucionais que buscam dar voz às crianças; a abordagem pela estrutura social, que analisa a infância em uma dada sociedade por critérios como o status etário e de gênero, ou o status geracional; as abordagens demográficas, sobretudo os estudos de relações entre crianças e estruturas familiares, semelhante aos estudos de famílias realizados por historiadores e citados por Cunningham (1998), com ênfase em análises quantitativas; e os estudos de socialização, em íntimo contato com a Psicologia,

¹⁵ Como veremos, a historiografia brasileira apresenta um caráter diferenciado, com a abundância de estudos históricos sobre a infância das classes menos favorecidas, pobre, abandonada, criminalizada.

que investigam as formas pelas quais os processos de socialização podem afetar crianças e adultos.

Nas últimas duas décadas, novos temas de estudo vêm se destacando no âmbito da história da infância. Dentre elas, está o tema da mortalidade infantil, em íntima conexão com outro tema de estudo recente entre historiadores, a história da morte. Claudia Pancino (2010: 181) considera que, para qualquer aprofundamento sobre o cotidiano da vida das crianças ou sobre o conceito de infância em épocas passadas, é premissa fundamental considerar a morte e a mortalidade infantil. O principal motivo destacado é a efemeridade da vida das crianças até períodos muito recentes. A autora, assim, propõe uma análise sobre a mortalidade infantil durante a Idade Moderna, dentro de um quadro de História Social e das mentalidades. Tendo em vista que a morte pairava iminente em torno de cada criança que nascia e crescia, isso não podia deixar de determinar determinadas atitudes e comportamentos em relação à infância. A partir de ampla análise documental (registros de batismos e falecimentos, iconografia, literatura, sepulcros infantis) e bibliográfica, a autora defende que em épocas passadas, certamente fazia parte a rápida alternância entre nascimentos e mortes de crianças em uma família ou comunidade, e as formas de luto e suas manifestações só podiam ser diferentes das nossas. Logo, ao contrário de correntes historiográficas que defendem a indiferença de mães e parentes no passado quando da morte de uma criança, Pacino (2010: 189) argumenta que desde a Antiguidade podem ser encontrados testemunhos de como esse evento podia ser trágico para uma família.

Portanto, na visão da autora, a familiaridade com a morte de crianças no passado não é sinônimo de indiferença, ou de não preocupação. Analisando o caso da Itália no período moderno, Pacino (2009: 192) identifica a importância do ritual do Batismo pela grande preocupação que as crianças ao menos salvassem a alma. Como não se tinha certeza da sobrevivência física da criança e os níveis de mortalidade infantil eram elevados, assegurar a vida eterna do indivíduo era uma tranquilidade ou até mesmo um consolo para as famílias e comunidades. Se a vida do recém-nascido estivesse em perigo, tornou-se possível o batismo “sub condicione”, realizado por leigos, até que um clérigo pudesse realizar a cerimônia na igreja em caso de sobrevivência da criança. Frequentemente, as próprias parteiras realizavam o batismo logo após o parto. O hábito de levar as crianças à pia batismal nos primeiros dias de vida permaneceu até o século XX. Se a criança já estivesse morta, um ritual de ressurreição (*répit*) era realizado para

retirar a alma do recém-nascido do além pelo tempo necessário para que ele fosse batizado.

Além de análises de práticas e concepções acerca da morte infantil no passado, abordagens quantitativas têm sido importantes para esclarecer aspectos relevantes sobre a condição das crianças no passado. Embora não seja historiadora da infância, e tenha preocupação com a história das ciências e das técnicas, o estudo de Andrea Rusnock (2005) sobre a quantificação da mortalidade infantil no século XVIII é representativo. Segundo a autora (2005: 65), os primeiros cálculos sobre a mortalidade infantil foram feitos na segunda metade do século XVIII na Inglaterra e na França como parte de esforços maiores em quantificar a mortalidade e examinar mudanças nos padrões de mortalidade. Estudos quantitativos das populações eram realizados, assim como debates sobre a vacinação e os efeitos do clima na saúde, dentre outras preocupações. Membros dos governos e médicos ocuparam papéis de liderança nessa área de pesquisa, conhecida como aritmética médica ou política. Foram introduzidos métodos para estabelecer quantas crianças dentre as nascidas em determinado ano morriam. Os cálculos então feitos revelaram não somente altas taxas de mortalidade infantil, mas também variações nesses dados de acordo com condições ambientais e sociais.

Na perspectiva de Rusnock (2005: 65-66), as mudanças de preocupações com o bem-estar das crianças tiveram conexão direta com as altas taxas de mortalidades reveladas pelas quantificações. Os pais passaram a investir maiores recursos emocionais e físicos em cada criança, fato evidenciado no crescente número de brinquedos e livros, mudanças profundas na educação infantil foram defendidas, assim como avisos eram feitos às mães para amamentarem seus filhos ao invés de delegar a responsabilidade para amas-de-leite. Sob essa crescente preocupação com a infância, estariam as atitudes iluministas e suas crença na possibilidade da ação humana como fator de mudanças. As vidas das crianças, então, poderiam ser salvas pela educação das esposas, melhores práticas de amamentação, maior proteção maternal, vacinação contra a varíola, e melhoria das condições ambientais. Para a autora, os números de mortalidade infantil informaram as tomadas de decisões nesses sentidos dos governos nacionais e locais.

Em geral, de acordo com Rusnock (2005: 75), os aritméticos estabeleceram quatro fatores de variações na mortalidade infantil, quais sejam, a geografia, a estação, o gênero e a classe social. Quanto à geografia, eram considerados ambientes urbanos e rurais (com ampla maioria condenado os ambientes urbanos e sua qualidade de ar para a vida das crianças), regiões montanhosas e pantanosas, e climas quentes e frios. Ares,

lugares e águas eram considerados determinantes para padrões de saúde e doença. Aspectos morais podiam entrar nas análises, com as conclusões quantitativas confirmando crenças comuns de que as cidades não eram saudáveis. A qualidade do ar também era avaliada segundo as estações do ano, com as investigações dos períodos mais “mortais” para crianças. O gênero era outro fator que influenciava a mortalidade infantil para esses pesquisadores, com maiores chances de meninos morrerem que meninas. E cálculos eram produzidos avaliando a mortalidade infantil nas diferentes classes sociais, com a conclusão que melhores padrões de vida aumentavam as chances de sobrevivência de uma criança. Dados sobre crianças abandonadas e o tratamento oferecido a elas em instituições eram coletados, revelando altíssimas taxas de mortalidade em ambientes institucionais, o que levou a debates sobre as necessidades de mudanças nos tratamentos dados a esses indivíduos. E também dados sobre a inoculação e a vacinação contra a varíola foram analisados para avaliar os riscos de crianças morrerem pela doença.

Desta forma, embora Rusnock não deixe claro como publicações de pesquisas quantitativas efetivamente foram responsáveis por mudanças no comportamento geral das populações em torno das crianças, sua análise sobre os processos de quantificação abre possibilidades interpretativas para o estudo da infância no passado, e sugerem a importância que tais pesquisas tiveram no passado, apontando que

“Esforços no século XVIII em quantificar mortalidade infantil paradoxalmente tanto confirmaram quanto questionaram a inevitabilidade do alto número de mortes. (...) Suas tabelas tornaram a mortalidade infantil visível, e depois de 1750 os dados cada vez mais sugeriram que o alto número de mortes entre crianças não era a vontade divina da Providência, mas o produto de ações humanas e condições ambientais. Quantificação permitiu aos aritméticos identificar, calcular e publicar altos índices de mortalidade que ajudaram a incitar reformas.” (RUSNOCK, 2005: 82).

Outro assunto que tem despertado a atenção dos historiadores da infância, e é de especial interesse no presente trabalho, é a relação entre infância e história da saúde, da medicina e da psiquiatria. Para Rodríguez-Ocaña (2003: 17), a história da infância pode revelar o caráter estratégico da saúde no mundo industrial, e o papel da medicina enquanto agência cultural, na medida em que o cuidado médico das crianças é um dos elementos que definem o status das crianças nos dias de hoje. Na visão do autor, a medicina foi um agente importante no processo de formação de uma nova consciência da infância e da valorização da maternidade no mundo contemporâneo, contribuindo

para a naturalização de aspectos morais e sendo um fator estruturante da infância. O próprio problema da mortalidade infantil é apontado pelo autor como um temas centrais da história das populações, e o espaço da morte mudou com o domínio da medicina no mundo moderno.

O interesse na história da infância demonstrado por historiadores da medicina e da saúde é relacionado por Rodríguez-Ocaña (2003: 19) ao que ele chama de “cultura da saúde” na atualidade, o peso da profissão médica e suas instituições, a sensação de desigualdade e os problemas relacionados à hegemonia de técnicos e especialistas em mundo pós-industrial. Além disso, a escolha do tema da saúde infantil demanda a integração de perspectivas de diferentes disciplinas, como antropologia, sociologia, demografia e história das ciências, aspecto que se tornou central também para a história da medicina e da saúde. Dentre os temas destacados pelo autor que têm sido objeto de estudo por historiadores da área estão: a institucionalização de crianças abandonadas na idade moderna e contemporânea; o envolvimento histórico da medicina na saúde das crianças, e as relações entre medicina, sociedade e Estados; as relações entre a saúde das crianças e os movimentos de saúde pública; as relações entre o surgimento da puericultura e da especialidade médica de crianças, a pediatria, e questões políticas, morais e educacionais; estudos sobre vigilância e prevenção de doenças infantis, dentre outros.

Estudos nesse sentido também têm sido realizados na América Latina. De acordo com Anne Emanuelle Birn (2007: 678), a proliferação de estudos históricos sobre a saúde infantil na Europa e nos Estados Unidos levou à necessidade de uma revisão da história da saúde infantil em outras regiões do mundo. Contudo, embora para a autora a história da saúde das crianças esteja se tornando uma subespecialidade no âmbito da história da medicina e da saúde, os acadêmicos da América Latina mantiveram, por um longo tempo, um olhar sobre a saúde infantil a partir de outras perspectivas ou interesses históricos (colonial, classes, poder estatal, instituições, regulação, o movimento feminista, a formação de identidades sociais e de raça, a construção dos Estados de Bem-Estar Social, dentre outros). E, mesmo a América Latina sendo extremamente diversa, Birn considera possível separar temas comuns que moldaram respostas na região aos problemas da mortalidade e da saúde das crianças.

Na América Latina como um todo, ao longo do processo de formação das identidades nacionais, Birn (1007: 696) aponta que os desafios impostos pela miséria, imigração, urbanização e desordem social levaram os Estados a reconhecer o problema

da criança pobre e sua saúde, que até então eram objeto da vida privada. Reformistas sociais, médicos profissionais e políticos passaram a discutir políticas e medidas acerca do bem-estar infantil, inclusive com a organização de congressos internacionais. No século XIX, médicos em toda a região que analisaram os padrões de mortalidade infantil identificaram dois fatores fundamentais, a miséria social e a ignorância materna, e defenderam sua melhoria através de reforma social e maior atenção médica e de saúde pública.

No contexto mais geral da América Latina, o período que engloba as últimas décadas do século XIX foi marcado por uma maior preocupação por parte de juristas, educadores e médicos com a saúde infantil, principalmente no que tangia à mortalidade. Segundo Anne-Emanuelle Birn (2007: 683), as elites políticas e sociais passaram a reconhecer a importância da saúde da criança na manutenção da ordem, inicialmente aceitando, mas gradativamente substituindo as ações das instituições de caridade (ligadas à Igreja Católica), nas responsabilidades de assistência. Relacionada a esta questão, estava também a possibilidade de reduzir a delinquência e a criminalidade juvenil, reeducando as crianças através do trabalho. Assim, diversos países da região, como foi o caso do Brasil, passaram a empregar medidas higiênicas nas escolas, a partir de fins dos oitocentos e inícios do século XX, como um símbolo da importância da criança na formação das identidades nacionais. Tais medidas incluíam a necessidade de limpeza das escolas, boa ventilação, água corrente e sistemas sanitários completos, podendo os prédios incluir ginásios ou outras instalações para exercícios físicos. Inspeções médicas passaram a ser realizadas nas escolas de diversos países, na busca das razões das altas taxas de mortalidade e para a vacinação contra a varíola. Médicos começaram a ocupar cargos de chefia e liderança em instituições e órgãos relativos ao bem-estar e saúde infantil.

Outra possibilidade de estudo nesta área é a relação entre a saúde infantil e a história da psicologia e da psiquiatria. É o caso do estudo de Sally Shuttleworth (2010). A partir de um conjunto de literatura, textos científicos e tratados médicos, além de iconografia da época, a autora analisa a emergência da preocupação com a mente das crianças na Inglaterra vitoriana. Segundo Shuttleworth (2010: 1-2), embora escritores do Romantismo tenham estabelecido um “culto” das crianças, os vitorianos criaram os primeiros estudos científicos e literários detalhados do desenvolvimento infantil. Entre 1840 e 1900, a mente da criança se tornou pela primeira vez um objeto explícito de estudo, de romances e autobiografias até estudos de caso psiquiátricos. Foi esse período

que assistiu ao surgimento da psicologia infantil enquanto disciplina, e as primeiras análises de desordens nervosas e insanidade na infância, assim como assistiu à publicação de romances (como os de Dickens e Eliot) que abriram ao público os pensamentos e sentimentos do que é ser uma criança. Assim, embora desde o século XVIII existissem numerosos tratados educacionais ensinando como educar uma criança, e campanhas por melhorias das condições físicas de trabalho das crianças, foi somente por volta da metade do século XIX que se deu atenção detalhada aos processos de desenvolvimento mental das crianças¹⁶. A criança, portanto, se tornou a chave para entender a forma adulta, o período crucial que estabeleceria as fundações do futuro.

Assim como outros autores observaram, Shuttleworth (2010: 4) considera que na segunda metade do século XIX a criança se tornou foco de observação, análise e especulação sem precedentes, culminando na última década com a fundação do movimento de estudos da infância que reuniu psicólogos, educadores, escritores e pais, dedicando-se a estudar o desenvolvimento mental das crianças. Embora discussões sobre neuroses infantis e distúrbios existissem durante todo o século, foi somente nas últimas décadas que se começou a observar o campo da psiquiatria infantil. As principais preocupações eram a turbulência sexual dos adolescentes, as pressões dos exames escolares, ansiedades, suicídios, e crianças que cometiam crimes e assassinatos. Entretanto, as referências em textos psiquiátricos é predominantemente a crianças de classe média, com poucas citações a crianças das classes trabalhadoras. Já as crianças protagonistas dos romances e autobiografias não são mais apenas sofredoras passivas ou coadjuvantes, mas são emocionais, com sua mente tentando ser entendida pelos adultos que os escreviam.

Por fim, embora não seja um estudo do campo da história da infância, vale fazer referência ao trabalho do sociólogo Jacques Donzelot, *A Polícia das Famílias* (1986) pela influência de sua obra, inclusive na historiografia brasileira. Investigando o lugar da família nas sociedades ocidentais, e dialogando com os trabalhos de Foucault¹⁷,

¹⁶ A autora considera que, no século XVIII, os novos espaços sociais para a infância advindos de novas estruturas das famílias de classes médias e os escritos de Rousseau, especialmente o *Émile* (1762), fundaram as bases das concepções românticas de infância. Rousseau teria aberto a questão do que significava ser uma criança, embora a perspectiva ao longo do texto seja a de um tutor, e não a da criança. (SHUTTLEWORTH, 2010: 4).

¹⁷ Foucault (1980: 27-28) apontou que no século XVIII, período de uma explosão discursiva sobre o sexo, este se tornou caso de “polícia”, termo que então não tinha o sentido repressivo empregado atualmente, mas referente à “maioração ordenada das forças coletivas e individuais”. Nesse sentido, Foucault identificou uma polícia do sexo, ou seja, a necessidade de regulação do sexo através de discursos úteis e públicos, e não por proibições. O sexo das crianças, então, teria se tornado de especial interesse, o que se expressaria inclusive nos colégios, com seus dispositivos arquitetônicos, organização interna (espaços das

Donzelot (1986: 15-21) identifica a partir do século XVIII grande preocupação com a conservação das crianças, expressa em uma literatura inicialmente produzida por médicos. Discutindo a mudança da imagem da infância a partir dos setecentos e a revalorização das tarefas educativas, o sociólogo considera que se instalou no período uma reorganização dos comportamentos educativos em torno de dois pólos diferentes, cada qual com uma estratégia. Um tinha como eixo a difusão da medicina doméstica, conjunto de conhecimentos e técnicas voltadas para as classes burguesas tendo em vista tirar seus filhos da influência negativa de serviçais, além de colocar estes últimos sob a vigilância dos pais. E o segundo pólo, que o autor agrupa sob o nome “economia social”, abrangia as formas de direção da vida dos pobres para diminuir o custo social de sua reprodução, obter o número desejado de trabalhadores reduzindo gastos públicos e filantropia.

Por um lado, na visão de Donzelot (1986: 23), a instauração do médico de família nesse período teria resultado em uma aliança com as mães, como executora de seus princípios educativos, e concedendo a esta maiores poderes dentro da economia doméstica, aspecto que teria servido de ponto de apoio para correntes feministas no século XIX. Os textos médicos destinados a famílias sobre criação, educação e medicação de crianças são compostos de conselhos imperativos, e a atuação dos médicos também se faz contra a medicina popular de comadres e charlatães e as antigas estruturas de ensino, a disciplina religiosa, o internato, e as serviçais, defendendo especialmente a amamentação materna. Pela ação da medicina doméstica, a família burguesa se fecharia, na visão do autor, contra possíveis influências exteriores. Abundam críticas à educação pública, ao amontoamento, má ventilação, promiscuidade dos dormitórios, entre outros aspectos, ao mesmo tempo em que inspiram uma educação onde os pais preparam as crianças para a disciplina escolar enquanto velam pelas boas condições da educação pública. Já em relação à intervenção nas famílias populares, a “economia social” estaria estabelecida em entrar liberdades assumidas (como o abandono de crianças, com as rodas de expostos sendo alvos de constantes críticas), controlar as uniões e impedir linhas de fuga, como a vagabundagem. Seria, portanto, o estabelecimento de vigilâncias diretas.

salas, pátios, dormitórios) e regulamentos sendo organizados em torno da sexualidade das crianças, com o sexo do colegial sendo um problema público. E dentre os conjuntos estratégicos que desenvolveram dispositivos de saber e poder sobre o sexo, Foucault (1980: 99) identificou a pedagogização do sexo da criança, com pais, famílias, educadores, médicos e psicólogos devendo se encarregar continuamente desse aspecto sexual arriscado e perigoso, em termos físicos, morais, coletivos e individuais.

Na perspectiva de Donzelot (1986: 46-47), portanto, o advento da família moderna em torno do primado do educacional não se deu a partir de um mesmo modelo. A família burguesa teria se constituído a partir de um retraimento tático de seus membros com o objetivo de controlar um inimigo em seu próprio interior, os serviçais. A aliança com os médicos teria reforçado o poder interno da mulher e mediatizado o poder externo das famílias. Já a família popular se estabeleceu a partir de uma redução de cada um de seus membros aos outros, em uma rede de vigilância contra as tentações do mundo exterior (a rua, o cabaré). Assim, de uma forma geral,

“O crescimento da polícia no século XVIII se apoia no poder familiar, promete-lhe felicidade e tranquilidade, estendendo seu império sobre os rebeldes e as escórias da família. O aparelho central se pretende, portanto, o serviço das famílias. (...) Mas essa harmonia entre a ordem das famílias e a ordem estatal é produto mais de uma convivência tática do que uma aliança estratégica. Já que o escândalo não é da mesma natureza para as duas. O que perturba as famílias são os filhos adulterinos, os menores rebeldes, as moças de má reputação, enfim, tudo o que pode prejudicar a honra familiar, sua reputação e sua posição. Em compensação, o que inquieta o Estado é o desperdício de forças vivas, são os indivíduos inutilizados ou inúteis.”
(DONZELOT, 1986: 29).

Como veremos, o trabalho de Donzelot, apesar de escrito paralelamente ao campo da história da infância, teve grande influência em diversos outros estudos que tinham a infância como objeto.

Desta forma, como pudemos analisar, desde a publicação do livro clássico de Philippe Ariès, em 1960, até nossos dias, a história da infância se estabeleceu enquanto campo de discussões historiográficas, e recentemente vem ampliando seu escopo, dialogando e incorporando conhecimentos de outras áreas do conhecimento histórico e das humanidades, assim como historiadores de outras especialidades e sociólogos têm incorporado a infância em suas análises como chave interpretativa fundamental para o entendimento do passado.

Após este breve balanço historiográfico, passaremos a uma reflexão sobre os significados da infância no Brasil dos oitocentos, levando em consideração como a historiografia brasileira tem trabalhado essa temática, especialmente no que tange às diferenças entre crianças de elite e crianças pobres no período imperial. Aqui também abordaremos como a criança se tornou objeto de diversos saberes, como o educacional, o jurídico e o assistencial.

2.2 – Significados da infância nos oitocentos

Ao contrário do que foi apontado para a História da Infância de uma forma geral, no Brasil podemos observar uma concentração de estudos dos anos 1980 para cá com a temática da infância em torno das crianças pobres, e enfatizando o século XX. Muitos destes trabalhos¹⁸, publicados por sociólogos e pesquisadores da área de Serviço Social, se concentraram em temas como o problema do “menor”, a criminalização da infância pobre no Brasil, o funcionamento e a falência dos sistemas do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), muitas vezes assumindo um posicionamento crítico ou denunciativo, especialmente no período anterior ou logo após a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

Mais recentemente, especialmente a partir dos anos 1990, o volume de trabalhos sobre outros períodos e tópicos da história da infância no Brasil vem aumentando, o que pode ser percebido nas duas coletâneas organizadas por Mary Del Priore¹⁹ e nas dezenas de livros e publicações acadêmicas a respeito do assunto. Especialmente historiadores da educação vêm contribuindo decisivamente para pesquisas na área, com o aumento do número de trabalhos na área da Educação que lidam com a infância em tempos passados como objeto de estudo. Como ressaltam Gouvêa e Jinzenji (2006: 114), os estudos têm apresentado uma pluralidade de perspectivas no tratamento da história da infância brasileira, buscando compreendê-la a partir de categorias sociais, etárias, étnicas e de gênero. Simultaneamente ao destaque dado à produção e circulação de práticas de intervenção sobre a criança no Brasil, tem sido também estudada a produção, circulação e apropriação de saberes sobre a infância. E períodos históricos pouco tradicionais no campo vêm sendo contemplados, como o século XIX.

Nosso objetivo aqui, portanto, não é traçar uma história da infância no Brasil, ou realizar uma análise exaustiva da bibliografia sobre o assunto. De especial interesse para o presente estudo é a interrogação sobre quem eram as crianças no Brasil oitocentista, e mais especificamente no ambiente da Corte. Ou seja, o que significava ser criança, que ideias, imagens e representações existiam em torno da população infantil no contexto do século XIX, e como era a vida cotidiana desses indivíduos.

¹⁸ Dentre outros, podemos citar os estudos de Alvim e Valladares (1988); Pereira Júnior, Bezerra e Heringer (1992); Pilotti e Rizzini (1995); e Vianna (1997).

¹⁹ *História da Criança no Brasil*, em 1991, e *História das Crianças no Brasil*, em 1997.

Nesse sentido, a historiografia sobre esse período vem se concentrando na análise das iniciativas educacionais e assistenciais em torno da criança pobre e *desvalida*. Contudo, alguns autores chamam a atenção para a diversidade da experiência infantil no século XIX, especialmente em termos de diferenças entre as crianças de elites e as crianças das camadas populares. Portanto, concepções distintas de infância estavam em jogo, envolvendo expectativas e modos de vida completamente diferentes para as crianças e, embora aparentemente contraditórias, conviveram durante todo o período.

De forma geral, existe um consenso na historiografia brasileira em apontar o século XIX como o período em que a infância foi alçada a uma importância que não tinha anteriormente no país. Tanto em termos das crianças de elites quanto das classes pobres, as crianças passariam a receber uma atenção cada vez maior da família, do Estado e de diversos saberes estabelecidos ou que então se constituíam (como a Medicina e o Direito). É o que coloca a historiadora Mariana Muaze (1999: 18), apontando que os interesses em torno da educação, saúde, instrução e formação da infância marcam mudanças significativas em relação a períodos anteriores, assistindo-se no século XIX a um despertar da sociedade imperial em relação às particularidades da infância. A esse processo em que as crianças passaram a ser o centro das atenções das famílias e motivo de preocupação do Estado, a autora denomina *descoberta da infância*, associando ao contexto sociopolítico a partir dos anos 1840, com a consolidação do Estado imperial e a necessidade de formar cidadãos.

De maneira semelhante, em estudo sobre a vida das crianças de elite durante o período imperial, Ana Maria Mauad (2007: 140) aponta que os termos criança, adolescente (de pouco uso na época) e menino já aparecem em dicionários na década de 1830. Entretanto, as definições acerca da infância não eram claras. Era comum a referência à infância como a primeira idade da vida, entre o nascimento e os três anos de vida, sendo seguido pela puerícia (dos dez aos 12 anos) e pela meninice, época de desenvolvimento intelectual da criança.

De toda forma, a partir da análise de uma gama variada de fontes, desde fotografias até revistas ilustradas e periódicos, a autora identificou um interesse crescente pelas infância entre as elites, com o aumento do número de casas de brinquedos e seus anúncios em jornais, médicos especializados em moléstias crianças, desenvolvimento de um novo vestuário, e uma literatura voltada para a criança e o adolescente. Entretanto, segundo Mauad (2007: 150-152), a especificidade da infância

também gerava controvérsias, sendo a principal a oposição entre instrução e educação. Com o tempo, consolida-se a ideia de que a escola só poderia cumprir o seu papel se a educação no lar cumprisse a finalidade de estabelecer os princípios morais das crianças. Portanto, era no lar que as bases morais deveriam ser inculcadas, sem confundir com a instrução oferecida nas escolas²⁰. A educação envolveria ainda a distinção entre gêneros. Em relação aos meninos, havia a valorização dos atributos intelectuais, indo para a escola aos sete anos, e terminando sua instrução, no Brasil ou no exterior, em geral, com o diploma de advogado. Os meninos frequentavam colégios de elite, como o Colégio Pedro II, onde estabeleciam contatos com filhos da aristocracia cafeeira e das elites urbanas. Além disso, ainda era comum, especialmente nas fazendas, os pais optarem pela instrução em casa, com preceptoras. Já quanto às meninas de elite, elas deveriam ser instruídas em habilidades manuais (como a costura) e dotes sociais, valorizando o seu desempenho na vida social. Assumindo a criança como uma potencialidade, a instrução dessa maneira deveria reproduzir ideais do mundo adulto. Portanto, nas palavras da autora,

“O que a educação e a escolha de um certo tipo de instrução arbitravam era a forma de acesso da criança ao mundo adulto, definindo-se os papéis sociais do homem e da mulher desde a meninice. Aos meninos, uma educação voltada para o desenvolvimento de uma postura viril e poderosa, aliada a uma instrução, civil ou militar, que lhe permitisse adquirir conhecimentos amplos e variados, garantindo-lhe o desenvolvimento pleno da capacidade intelectual. Os filhos da elite rural e urbana foram advogados destacados, médicos distinguidos, engenheiros desbravadores do Império ou ainda políticos republicanos. (...) Por outro lado, a educação das meninas padecia de ambiguidade, pois ao mesmo tempo que as circunscrevia no universo doméstico, incentivando-lhes a maternidade e estabelecendo o lar como seu domínio, as habilitava para a vida mundana, fornecendo-lhes elementos para brilhar em sociedade.” (MAUAD, 2007: 155)

Ainda em relação às crianças de elite, Mauad (2007: 156) considera que, pela criança ser considerada uma etapa da vida especial nesse contexto, ela passa a inspirar mais cuidados e carinho por parte da família. O afeto pelas crianças teria tomado novas dimensões, assim como sentimento de perda em caso de morte²¹ das crianças. Mesmo

²⁰ Schueler (1997:20) aponta que a diferença entre os termos “educação” e “instrução” foi estabelecida, em grande parte, por reformas francesas, apoiadas em Condorcet. Para este autor, enquanto educação dizia respeito à transmissão de sentimentos religiosos e morais pelas famílias, instrução se referia ao conjunto de conhecimentos que o Estado deveria oferecer aos cidadãos. Para a autora, essa distinção entre os dois termos não teria ficado muito clara durante o Império.

²¹ Como discutiremos a seguir, Luiz Vailati (2010) aponta o século XIX, especialmente a segunda metade, como o momento em que ideias então comuns acerca da morte das crianças começam a ceder, e o luto passa a ser mais acentuado. Dentre estas ideias, estava uma concepção religiosa comum de que a criança morta estaria mis perto de Deus, assim como a associação das crianças a figuras como anjos.

com o acesso a médicos particulares, os índices de mortalidade infantil eram altos, e as chances de sobrevivência relativamente pequenas. Daí viria uma abundante literatura médica e de cuidados visando inspirar às mães de famílias a tomarem certos cuidados com a saúde de seus filhos, para que tivessem mais chances de chegar à meninice. Críticas à prática de amamentação por amas-de-leite e a defesa do uso do leite materno, combate ao convívio entre as crianças de elites e os filhos de escravos, e recomendações de cuidados com a higiene infantil tornaram-se frequentes. Por outro lado, reforçava-se a disciplina doméstica a partir da religiosidade e de ritos de passagem, como o batismo, a primeira comunhão (que assinalava o fim da puerícia) e a escolha de padrinhos.

Também em estudo relacionado às crianças de elite no período imperial, como vimos, Mariana Muaze (1999) identifica a importância crescente dada à infância, especialmente a partir dos anos 1840. De acordo com Muaze (1999: 17), na segunda metade do século XIX, o tema da criança e da infância tornou-se de constante interesse para as famílias de elite. A moda infantil se desenvolvia, ao passo que jornais de instrução e recreio de grande circulação entre as elites continham conselhos, máximas e pensamentos a respeito da infância e sua educação e instrução. Em um momento de consolidação do Estado imperial, tornava-se necessário criar padrões de comportamento e códigos de sentido comuns, constituindo valores próprios às elites e formando identidade entre os seus membros. Nas palavras da historiadora, portanto,

“(...) a centralização não poderia dar-se somente em termos político-administrativos, mas também de valores. A ‘boa sociedade’ imperial, tão diversa em termos de educação e cultura, dispersa pelos cantos mais longínquos do Império, agora unida em torno de um mesmo projeto político, deveria civilizar-se. Portanto, no momento da consolidação do Império como nação, tornava-se necessário estabelecer bases mais sólidas e duradouras, que agissem na forma do indivíduo encarar o mundo. Era preciso criar padrões de comportamento e códigos de sentido que delimitassem e apreendessem o real de uma forma comum, constituindo, assim, valores próprios à boa sociedade e uma forma eficiente de identidade entre os membros do mundo do governo.” (MUAZE, 2003: 65)

A educação e instrução das crianças de elite, neste sentido, corresponderia também ao desejo do Estado imperial de formar, de uma vez, cidadãos e membros de uma elite afinada com os princípios da ordem e da civilização. A educação da infância, assim, seria uma das formas de prosseguir com o projeto político de difundir o modelo

Muaze (2007: 35) também aponta para o crescente sentimento de perda das crianças em um processo de modificação das relações familiares, fundamentadas em um maior sentimentalismo entre os membros. O amor entre cônjuges e pais e filhos passou a ser cada vez mais valorizado no modelo de família nuclear e casamento monogâmico e indissolúvel, realizado conforme os preceitos da moral religiosa católica.

européu de educação. Englobando três formas complementares (educação física, moral e instrução), e expressa sobretudo em manuais²² e obras de literatura normativa, a educação das crianças de elite assumia a posição de garantir as “luzes” e o progresso do país, dentro de um projeto civilizador. Para as meninas, internatos e externatos proliferaram no período, valorizando o papel da mulher como mãe educadora, responsável pela formação dos futuros cidadãos do Império. Sua instrução, portanto, como também analisou Mauad (2007), deveria sempre levar em conta a função primordial da maternidade, enquanto os meninos assumiriam as futuras posições de liderança na sociedade imperial.

Por outro lado, a elite dirigente do Império deveria ser preparada desde a infância para a reprodução de hierarquias e desigualdades. A instrução primária será objeto de discussão em momento posterior neste trabalho, mas vale ressaltar a consideração de Muaze (2007: 81-82) de que a educação da maioria das crianças pobres era restrita ao ensino primário e profissionalizante, preparando-os para o trabalho manual e afastando da delinquência. Já o acesso aos estudos secundários²³ e superiores continuava exclusivo a uma pequena minoria da população, sendo atributos de prestígio e superioridade na hierarquia social. O esforço de família em matricular seus filhos nos cursos superiores não somente era uma tentativa de garantir um futuro profissional, como também visava à manutenção do nome da família nos quadros da elite imperial. Procurava-se, portanto, reafirmar a manutenção de cargos públicos e direção do Estado como privilégios da classe senhorial, preservando a ordem imperial e suas hierarquias²⁴. Nesse sentido,

²² Segundo Muaze (2007: 26), embora inicialmente os manuais, fossem, na maioria, importados da Europa, ao longo do século XIX foram surgindo edições de autores nacionais, escritas sobretudo por médicos. Entretanto, a difusão de modelos europeus poderia adquirir expressões próprias, de uma sociedade escravista e baseada na hierarquia. Por exemplo, enquanto manuais europeus recomendavam o uso de amas-de-leite de pele branca, no Brasil a prática comum era a utilização de escravas e negras, aspecto que passou a ser combatido pelo discurso médico dos oitocentos.

²³ Dentre as instituições de ensino secundário, distinguia-se o Colégio Pedro II, antigo Seminário São Joaquim, convertido em colégio por decreto de Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 1837. Com currículo composto de sete séries, do secundário aos exames preparatórios, o Colégio visava à formação da elite intelectual do país, senso as cerimônias de colação e grau de bacharel em Letras realizadas na presença do imperador. O colégio, assim, destinava-se aos jovens das classes mais favorecidas e servia de exemplo para o ensino secundário do restante do país. (MUAZE, 2007: 83-84)

²⁴ A educação superior é um dos elementos de unificação ideológica das elites considerados por José Murilo de Carvalho (1980: 51). O historiador criou a imagem de que “a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos”. Três fatores seriam fundamentais nesse sentido: o fato de que, ao contrário da grande maioria da população, quase toda a elite possuía cursos superiores; a concentração da formação de membros da elite nos estudos jurídicos, o que gerava um núcleo comum de conhecimentos e habilidades; e a concentração de estudos em Coimbra, até a Independência, e em quatro capitais de províncias, após a

“Manter a ordem por meio da perpetuação das hierarquias sociais e do monopólio da terra e difundir a civilização fazendo triunfar os valores do progresso e da razão, vistos sob lentes bem específicas, estes eram os objetivos comuns que uniam a ‘boa sociedade’ no momento de consolidação política do Império do Brasil. No contexto desta nova ordem social, o objetivo era fazer com que os homens do Império se reconhecessem e se fizessem reconhecer não só como participantes de uma comunidade mais restrita, a elite brasileira, mas também em termos de uma comunidade mais ampla, o mundo civilizado que tinha a Europa como centro irradiador de progresso. E no reverso deste jogo, apesar de seguir os gostos e padrões europeus, o Brasil deveria estabelecer sua diferenciação básica e fundamental para a perpetuação dos arranjos políticos em relação à Europa: a defesa da propriedade privada via manutenção da escravidão. O processo civilizador da elite brasileira, e do Império, era idealizado tendo a mão-de-obra escrava como sustentáculo econômico.” (MUAZE, 1999: 94).

A criança de elite, portanto, deveria ser criada em um ambiente regido pela intimidade e amor entre os parentes, alvo principal de atenção das mães, objeto de cuidado e atenção especiais (expressos na atenção que se coloca em sua sobrevivência, na constituição de um novo vestuário específico, de brinquedos e literatura infantil, e posteriormente de uma medicina voltada para a infância). A essa criança, no imaginário oitocentista, estavam reservadas as posições de destaque na sociedade imperial: os meninos, a quem se destinava o ensino secundário, e frequentemente terminavam sua formação superior no exterior, seriam os futuros membros das elites dirigentes, os cidadãos do Império por excelência; as meninas, a partir de uma educação que enfatizava suas habilidades sociais, deveriam se dedicar à maternidade e aos eventos sociais da elite dirigente.

Entretanto, em relação a outras camadas sociais, as representações e expectativas em torno da infância eram consideravelmente distintas. Para a criança escrava e a criança pobre, outras ideias e destinos existiam durante todo século XIX. Em relação à criança escrava²⁵, embora não seja objeto do presente estudo e ainda seja tema de poucos trabalhos, é relevante tecer alguns comentários e localizar essa população no quadro da sociedade dos oitocentos. Analisando sobretudo a primeira metade do século XIX, Goés e Florentino (2007: 178) constataram que entre os cativos do Brasil predominavam os adultos, com as crianças representando em média dois em cada 10 escravos, e boa parte dessa população infantil era nascida no Brasil, já que o tráfico

emancipação política. A educação era, portanto, marca distintiva da elite política, num país em que vigoravam altos índices de analfabetismo.

²⁵ Quanto aos ingênuos e libertos, trataremos no capítulo seguinte, quando falarmos das políticas de assistência à infância em fins do século XIX.

atlântico privilegiava adultos do sexo masculino. Entretanto, poucas crianças sobreviviam a ponto de se tornarem adultos, ou então viam seus pais morrerem ao longo do seu crescimento. Para que não ficassem sozinhos, havia uma rede de relações sociais escravas. Se não havia parentes próximos, era comum os pais providenciarem um padrinho para a criança desde o nascimento. Desse modo, laços de compadrio uniam escravos, e era costume entre os cativos do Rio de Janeiro, em áreas urbanas e rurais. Segundo os autores, muitas vezes os escravos utilizavam o sacramento católico do batismo para estabelecer relações de compadrio com escravos de outros planteis, ampliando os laços de solidariedade. Contudo, isto não evitava a dura vida da criança escrava, adestrada no trabalho até por volta dos doze anos de idade, sendo o campo o espaço privilegiado da pedagogia senhorial. Tal adestramento também se dava através do suplício e constantes castigos.

O século XIX foi marcado também pela emergência de novas concepções acerca da morte e mortalidade infantis. Em relação à concepção leiga e da população de uma forma geral acerca da morte de crianças, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo, Vailati (2010: 306) argumentou que, em cerimoniais fúnebres, era comum a identificação entre a criança, a virgem e o solteiro, ficando evidente uma concepção de infância que se caracterizaria pela ausência de prática sexual. Essa sensibilidade corresponderia à estrutura familiar tradicional, em que os filhos solteiros eram infantilizados. A morte infantil seria marcada pelo o que o autor denominou “gravidade atenuada”, considerando que a população reagia de formas peculiares a esse evento, ou pela ausência de luto e descontração dos participantes nas cerimônias, ou pela presença de elementos festivos nestas. Além disso, era comum, nos cerimoniais, a presença de símbolos e representações que associavam a criança morta a figuras de anjos, mártires e do menino Jesus. A criança morta era comumente chamada como “anjo”, “inocente” ou “pequeno Jesus”, o que reforçava a crença de que, além de ter a salvação garantida, ela teria lugar junto às autoridades celestes. Entretanto, ao contrário de uma aparente resignação ou um menosprezo, o autor ressalta que era feito um grande investimento material e social nestes rituais, e manifestações de dor também eram frequentes.

Por outro lado, o historiador (2010: 307) pontua mudanças²⁶ que ocorreram em torno destas concepções no século XIX. O cortejo fúnebre a exposição do cadáver se

²⁶ O autor menciona também concepções acerca da morte infantil que existiam entre outros grupos. A Igreja (2010: 304) apresentaria posturas ambíguas em relação à criança; se, por um lado, defendia o papel inalienável do batismo, por outro suas atitudes também eram marcadas pela *gravidade atenuada*, com

afastam de seu caráter público e coletivo para se restringir ao âmbito privado, com a participação de parentes próximos sendo valorizada. Por volta de meados do século, as cerimônias de morte infantil se tornaram a celebração do amor familiar, e as manifestações de dor, antes praticamente restritas ao caráter privado, ganham espaço publicamente, como nas inscrições tumulares. O tom de resignação perde espaço para o tom de lamentação, e a morte infantil deixa progressivamente de ser percebida enquanto algo natural, ou uma benção. O autor relaciona estas mudanças ao contexto político em que se veiculava discursos por meio dos quais a criança ganhava papel fundamental na construção da nação, cabendo à família nuclear formar esse novo indivíduo. As marcas de dor pela morte de crianças, portanto, passaram a ser vistas por todos.

De maior interesse para o presente estudo, a criança pobre, desvalida e abandonada também se tornou objeto de especial interesse para o Estado e diversos saberes ao longo do século XIX, especialmente na segunda metade. Como citamos, embora a grande concentração de estudos sobre essa população se concentre no século XX, historiadores da infância, da educação e da assistência vêm se debruçando sobre os oitocentos para investigar as representações e, sobretudo, as políticas implementadas em torno desta população.

Um dos primeiros trabalhos significativos neste sentido, e que traz contribuições relevantes para a presente pesquisa, é o estudo de Maria Luisa Marcílio, *História Social da Criança Abandonada*, publicado em 1998. Marcílio (1998: 132) apontou a existência de três fases na assistência à infância abandonada no Brasil: a primeira seria uma fase caritativa, até meados do século XIX; uma segunda fase de caráter filantrópico, até os anos 1960; e, nas últimas décadas do século XX, a fase do Estado do Bem-Estar Social.

A fase caritativa, na perspectiva da historiadora, seria marcada pela inspiração religiosa, com os mais ricos e poderosos procurando diminuir o sofrimento dos desvalidos, por meio de ações individuais ou coletivas, ou esmolas, e em contrapartida esperando receber a salvação da alma, o paraíso no Além, e o reconhecimento social. Em todo o período colonial e início do século XIX, segundo Marcílio (1998: 144), as Câmaras Municipais, responsáveis pelos pequenos enjeitados, foram omissas, e estabeleceram contratos com amas-de-leite mercenárias ou Santas Casas de

uma postura mais liberal sobre os cerimoniais fúnebres infantis, pouca regulação a seu respeito e pouca preocupação com os cuidados rituais. A morte infantil também teria sido objeto de usos políticos e estratégicos, com a classe médica sendo fundamental na divulgação de novos valores, buscando utilizar a morte de crianças dentro de um projeto de formação de uma nova família, e na concorrência com charlatães e não-acadêmicos. Sobre esta perspectiva que vê a medicina no século XIX como altamente estratégica e consciente dos processos históricos, discutiremos no capítulo seguinte.

Misericórdias²⁷. Entretanto, raramente as Câmaras davam conta do número de crianças expostas nos seus territórios, com estas dependendo largamente de famílias que as criassem gratuitamente, ou circulando e perambulando pelas ruas, ou simplesmente morrendo precocemente. As Misericórdias seriam quase exclusivamente a única assistência institucionalizada às crianças abandonadas até meados do século XIX, sendo compostas de duas instituições que foram centrais neste sentido: os Recolhimentos Para Meninas Pobres e as Rodas de Expostos, fundadas no século XVIII em Salvador, Rio de Janeiro e Recife. No sistema das Rodas, até os três anos de idade, os bebês eram cuidados basicamente por amas-de-leite mercenárias, e depois voltavam para a Casa dos Expostos, que buscava formas de colocar as crianças em casas de famílias ou achar meios para criá-las. Somente no século XIX as Rodas passaram a ser amplamente criticadas por aspectos morais e em textos médicos. Criticava-se o sistema de amas mercenárias, e o grande número de filhos ilegítimos deixados nas Rodas, assim como as condições insalubres e as altas taxas de mortalidade infantil nas instituições. A própria caridade foi perdendo espaço para a filantropia, e as Misericórdias perderam gradativamente sua autonomia, entrando na dependência financeira dos governos.

Neste mesmo tópico, e em relação especificamente à Santa Casa do Rio de Janeiro, Gandelman (2001: 618-620) também destaca que, ao longo do século XIX, ela foi bastante questionada. Desde os anos 1820, os prédios da Santa Casa eram apontados como inadequados às novas noções de higiene e planejamento. Quanto à Casa dos Expostos, a elevada mortalidade e morbidade, a busca por espaços correspondentes aos novos ideais de higiene e os recursos financeiros escassos fizeram com que a repartição mudasse de lugar numerosas vezes, até se estabelecer definitivamente em 1911. Um novo Hospital Geral da Misericórdia foi inaugurado em 1852, afastado do cemitério e da convivência com os loucos. Ordens de irmãs de caridade vieram para auxiliar os médicos nas funções de enfermagem e farmácia.

A fase da Filantropia identifica por Marcílio corresponde ao período em que foi inaugurado o Asilo de Meninos Desvalidos (1875), objeto do presente estudo. Nesta fase, de acordo com Marcílio (1998: 193), as propostas de políticas sociais em favor da infância desvalida vinham desde os anos 1830, com as tentativas de intervir nas

²⁷ Gandelman (2001: 614) destaca que a Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia foi fundada em Portugal em fins do século XV. Contando com o patrocínio régio, as Santas Casas se espalharam rapidamente pelo império português, sendo a maior irmandade leiga no que concernia às obras de caridade. No caso do Rio de Janeiro, a data de fundação ainda é uma incógnita, embora existam indícios de que tenha sido em fins do século XVI.

Misericórdias. Nos anos 1850, após o fim do tráfico de escravos e epidemias de febre amarela e cólera, surgiram projetos de políticas públicas em favor dos menores abandonados, com a fundação de Casas de Educandos Artífices em várias regiões do Império. As novas instituições incluíam a instrução elementar, a formação cívica e a capacitação profissional das crianças desvalidas. Especialmente a partir dos anos 1870, higienistas e juristas passaram a discutir o problema da infância desvalida, publicando textos sobre o assunto, e participando de congressos internacionais. Posteriormente se tornaria comum o uso do termo “menor” para caracterizar a infância delinquente, carente ou abandonada. Asilos foram criados, como o Asilo de Meninos Desvalidos, concebidos com a distribuição de espaços especializados, normas do ensino elementar e difusão do ensino profissionalizante.

Nossa discussão sobre a relação entre assistência, educação e medicina será realizada em um momento posterior do presente trabalho, mas Marcílio (1998) oferece indícios de como a preocupação em torno da criança abandonada e desvalida mudou no século XIX. A Fase do Estado do Bem-Estar Social, que não é objeto de nossa pesquisa, teria se instaurado, na visão da autora, a partir dos anos 1960, com o Estado brasileiro se tornando o grande interventor e principal responsável pela assistência e proteção à infância pobre e à infância desviante.

O interesse pela criança, de uma forma geral, também é considerado por Rizzini (2008: 24) como tendo seu despertar no século XIX. A partir desse momento, a criança deixaria de ocupar uma posição secundária na família e na sociedade, passando a ser um indivíduo em formação, uma “chave para o futuro”, um elemento útil para o progresso da nação. Por outro lado, particularmente em relação à criança pobre, uma visão ambivalente passa a se tornar dominante. A criança pobre, indivíduo presente nas ruas das cidades, vista enquanto grave problema social, também é considerada enquanto uma ameaça, devendo ser afastada dos caminhos da delinquência e da criminalidade, sendo enquadrada posteriormente na categoria “menor”²⁸ (palavra vinda do referencial jurídico e que representava esta criança pobre e potencialmente perigosa). A autora relaciona o desenvolvimento urbano, por volta dos anos 1870, e a preocupação por parte

²⁸ Como não é nosso objeto de pesquisa, não iremos nos aprofundar na discussão sobre o problema do “menor” na história do Brasil. Na ampla bibliografia existente sobre o tema, Rizzini (1998: 29) aponta a dicotomização que se cria nos inícios do século XX entre “criança”, mantida sob os cuidados da família, e o “menor”, mantido sob a tutela do Estado e alvo de leis e medidas filantrópicas, assistenciais e repressivas; e Vianna (1999) analisa como a atuação policial no Rio de Janeiro em inícios do período republicano contribuiu para a criação e consolidação da categoria social e jurídica do “menor”, com as crianças enquadradas dessa maneira sendo adjetivadas de diversas maneiras (“vadios”, “vagabundos”, “viciosos”, dentre outras).

do Estado com a criança pobre. Transformar o Brasil numa nação civilizada implicava em agir sobre a infância. Embora consideremos que, sem dúvidas, o crescimento da cidade e o crescimento demográfico foram fatores importantes neste sentido, com o aumento do número de crianças pobres e abandonadas que circulavam pelas ruas que então se expandiam, a nosso ver este interesse também possuía implicações com diversas outras questões, como as discussões em torno da educação das crianças pobres (que vinham desde a primeira metade do século XIX) e a problemática da mão-de-obra escrava, aspectos que discutiremos em momento posterior do presente estudo.

De toda forma, a autora (2008: 54) identifica no final do século XIX, em torno da preocupação com a pobreza da população, a convicção comum de que vícios e virtudes eram socialmente adquiridos. E o que determinaria a viciosidade ou o virtuosismo de um indivíduo era o cultivo do trabalho. Por outro lado, a ociosidade seria a origem de praticamente todos os vícios, ponto de partida para a criminalidade. Estas ideias, no que tangem à infância pobre, ressaltavam a importância da educação pelo trabalho como uma forma de evitar que as crianças entrassem no caminho da criminalidade e da delinquência.

Entretanto, desde o início do século XIX, já existiam concepções sobre a criminalidade infantil que permaneceram correntes. Como Rizzini (2008: 85) aponta, no Código Criminal de 1830, menores entre 9 e 14 anos poderiam ser punidos criminalmente, desde que se provasse que eles tivessem agido com *discernimento*²⁹, ou seja, com plena consciência dos crimes cometidos. Tal noção só viria a ser erradicada com as discussões no início do século XX e a promulgação do Código de Menores, em 1927. Por outro lado, outra tendência identificada pela autora era a ideia de se detectar na infância traços como sendo a origem de inclinações posteriores na vida adulta. Ou seja, a ideia de um determinismo entre a infância e a fase adulta do ciclo de vida de um indivíduo, e teria sido importante na emergência da puericultura e da pediatria, em fins do século XIX, que comentaremos em capítulo posterior.

Nesse contexto, assim como Maria Luiza Marcilio, Irene Rizzini ressalta a aumento da participação do Estado em políticas dirigidas à infância pobre e da filantropia em relação às iniciativas caritativas, predominantes até então. A historiadora

²⁹ A utilização desta ideia como critério para punição não era exclusiva do Brasil, e mesmo aqui a sua adoção pode ter se inspirado em modelos estrangeiros. Pat Thane (1981: 10), por exemplo, aponta que na Inglaterra durante o século XIX, crianças entre 7 e 14 anos poderiam ser punidas, enforcadas, presas e encarceradas assim como adultos, a não ser que fosse provado que elas agiram com consciência sobre seus atos. A mudança na legislação, sobretudo pela ação de filantropistas, só viria com o Childrens Act, de 1908, que estabeleceu formas de punição específicas para crianças abaixo dos 14 anos de idade.

(2008: 91-92) localiza os séculos XVIII e XIX como o momento histórico em que ocorreu uma lenta inversão da liderança sobre a assistência dirigida aos pobres. Assim como houve um deslocamento do domínio da Igreja para o Estado, em múltiplas alianças com instituições particulares, os valores da caridade passaram a enfrentar os ideais da filantropia. Na noção de caridade cristã, era condição primordial para a salvação da alma uma atitude caritativa, de piedade e compaixão, para com os pobres. Era uma obrigação individual, portanto, a contribuição através de esmolas e doações. A partir do século XVIII, com a ideia de caridade teria adquirido a conotação e uma virtude de cunho humanitário, surgindo então o termo *filantropia* (“amor à humanidade”). Na visão da autora, o humanitarismo característico da época estaria associado à emergência da sociedade liberal, sua crença na benevolência universal e na ideia de que a felicidade poderia ser alcançada neste mundo, e não no além. Surgiram, então, iniciativas de assistência laica, que teriam em sua base a ideia de fraternidade. Na Europa, a ação filantrópica seria fundamental no movimento de “salvação da criança”, no século XIX. Os movimentos em prol da criança, com a criação de instituições de assistência laica e legislações específicas para essa população, teria reflexos na América Latina e Brasil, havendo então um intercâmbio de saberes e experiências, sobretudo por meio de Congressos internacionais. Assim,

“A romantização da infância será contestada na ótica racional do século XIX. A ideia de inocência sobreviverá associada apenas às crianças de ‘boas famílias’, em paralelo à noção de perversidade inata atribuída à infância das classes pobres. (...) O movimento que se constituiu com o objetivo de ‘salvar a criança’ tem sua origem exatamente a partir da crença de que herança e meio deletérios transformavam em monstros crianças já marcadas por certas inclinações inatas, acarretando consequências funestas para a sociedade como um todo. Salvar essa criança era uma missão que ultrapassava os limites da religião e da família e assumia a dimensão política de controle, sob a justificativa de que havia que se defender a sociedade em nome da ordem e da paz social. (...) A demanda para que o Estado ocupasse o papel de liderança nas ações destinadas a esse segmento da população e sua efetiva intervenção a partir da segunda metade do século XIX deve ser vista como um marco fundamental, na verdade determinante, do processo que se desenrolou em todo o mundo ocidental.” (RIZZINI, 2008: 99-100)

As iniciativas de criação de instituições de educação e assistência à infância pobre por parte de sociedades leigas ou do Estado, como o Asilo de Meninos Desvalidos, emergiram nesse contexto de crescente preocupação com a criança pobre. Contudo, principalmente pela ausência de fontes disponíveis, torna-se tarefa complicada para o historiador adentrar o mundo dessas crianças pobres, ou seja, analisar como

viviam e como era seu cotidiano, e ainda menos ter informações sobre o que essas crianças pensavam. As pesquisas ainda se concentram em torno das políticas públicas de assistência à infância e das ideias existentes no passado em torno desta população. Basicamente, somente pesquisas em torno de instituições têm conseguido possibilitar aos historiadores, ainda que com toda a limitação documental e mesmo se tratando de uma realidade institucional, verificar como era o cotidiano das crianças pobres, abandonadas e desvalidas nestes ambientes. É este esforço que buscaremos empreender em nossa análise do Asilo de Meninos Desvalidos.

Como pudemos perceber, portanto, o século XIX pode ser considerado o período em que, no Brasil, a infância passou a ser vista enquanto um estágio da vida específico e, portanto, necessitada de cuidados. A criança, ao mesmo tempo em que ocupou o lugar central de um novo modelo de família nuclear, tornou-se também elemento central para o Estado e chave para o progresso e civilização. Entretanto, concepções de infância diferentes se enraizaram e conviveram durante o período. À criança de elite, associada às ideias de pureza e inocência, eram reservados os postos de liderança do Império, no caso dos meninos, e de futuras mães destes, no caso das meninas. Manuais, livros, lojas, roupas, brinquedos voltados a estas crianças passaram a ser facilmente encontrados e divulgados. Maior atenção passou a ser dada à sua criação, com a progressiva saída das amas-de-leite, e à sua instrução. Os ensinamentos secundário e superior eram restritos a um pequeno número de famílias de elite, que ali matriculavam seus filhos também como forma de manutenção do nome e prestígio entre os altos círculos políticos. Por outro lado, a criança pobre e abandonada era vista tanto como elemento importante para o futuro do país, e portanto devendo ser preparada para tal fim, assim como um elemento de periculosidade, podendo adentrar os caminhos da desordem, do vício e da criminalidade. A essa criança somente a instrução primária era obrigatória, assim como começou a se propagar a ideia de educação profissional, preparando essa população para trabalhos manuais e, assim, reproduzindo desigualdades.

No capítulo seguinte, analisaremos como então se colocava a questão da educação e assistência à criança pobre em fins do Império, e como a historiografia vem trabalhando suas relações com as discussões no campo médico-higienista. Antes de tudo, portanto, é necessário fazer uma breve reflexão sobre a Medicina oitocentista.

3 – Medicina, Educação e Assistência para os desvalidos no Império brasileiro

3.1 – A institucionalização da Medicina no Brasil: espaços, atores, práticas

Nosso objetivo neste capítulo é discutir o processo de institucionalização da Medicina no Brasil, levando em consideração os espaços, os atores e as formas de praticá-la. Não pretendemos tecer uma análise exaustiva da bibliografia acerca da Medicina no período imperial, e sim indicar as principais discussões em torno deste tema na historiografia de uma forma geral. Daremos especial atenção às discussões em torno das ideias de medicalização e higienização da sociedade, de interesse específico do presente estudo, enfatizando como tendências historiográficas mais recentes têm analisado estes processos.

Em balanço historiográfico sobre a Medicina no Brasil, Flávio Edler (1998) aponta quatro tendências. Primeiramente, os estudos pioneiros sobre a medicina oitocentista, que foram quase exclusivamente escritos por médicos, com um tom teleológico e articulando fatos, personagens precursores e instituições do passado de forma a estabelecer um contraste com as práticas médicas contemporâneas. Já os estudos clássicos (como os de Lycurgo Santos Filho, que discutiremos a seguir) teriam em comum a periodização, estabelecendo dicotomias entre períodos pré-científicos e científicos, muitas vezes se servindo dos mesmos marcos cronológicos estabelecidos nos estudos pioneiros. A primeira grande inflexão nas discussões viria com os livros de inspiração foucaultiana, *Danação da Norma* (1978, organizado por Roberto Machado) e *Ordem Médica e Norma Familiar* (1979, de Jurandir Costa), que também discutiremos a seguir. Estes trabalhos, além da problemática comum de relacionar a produção do conhecimento médico com a construção do Estado brasileiro, também se propunham a uma crítica do presente a partir de análises históricas de formas de poder que se antepunham à emergência da cidadania democrática, adotando categorias conceituais foucaultianas sem levar em consideração particularidades brasileiras. E em relação aos estudos mais recentes, estes têm recebido a influência dos estudos sociais da ciência, que se opõem à ideia da atividade científica como um sistema autônomo com uma lógica particular e interna de desenvolvimento.

De uma forma geral, o processo de institucionalização da medicina no Brasil, com a consolidação de um corpo médico nacional e em combate a práticas populares de cura

(dos acusados de “charlatães”), começou com a fundação das academias médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro (1813) e da Bahia (1815), da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829) e da transformação das academias em Faculdades de Medicina (1832). No caso da Sociedade, fundada por um pequeno grupo de médicos que exerciam suas atividades na Santa Casa da Misericórdia, ela teria sido fundada segundo as concepções políticas e teóricas do movimento higienista europeu, o que implicou na adesão ao neo-hipocratismo, concepção ambientalista da medicina baseada nas relações entre sociedade, doença e natureza. Representava, também, a conversão da saúde em tema de interesse público. Entretanto, mesmo sendo uma sociedade reconhecida pelo Estado, não recebia sustento do governo para sua manutenção, e só conseguiu sobreviver com a sua conversão em instância estatal a partir de 1835, se transformando em Academia Imperial de Medicina. (Ferreira, Maio, Azevedo, nov. 1997 – fev. 1998: 478-479).

A Academia, por sua vez, buscou atualizar a pauta higienista e anatomoclínica³⁰ europeia para o Brasil, apresentando perspectivas originais, se distanciando de abordagens raciológicas de obras médicas europeias. Os acadêmicos enfatizavam o calor e a umidade como fatores de causa das patologias nacionais, entretanto tais fatores seriam ligados aos hábitos higiênicos ou não da população. Uma postura saudável, consequentemente, atenuaria os efeitos das causas climáticas, inclusive os miasmas. A partir da década de 1870, ocorreu uma inflexão nos programas de pesquisa médica das instituições e expostos nos periódicos, com o impacto das pesquisas experimentais. A emergência da Medicina Experimental e novas especialidades clínicas tornaram imperativa uma reforma curricular das faculdades de Medicina e o surgimento de novos profissionais³¹ especialistas. (Edler, 2001: 211-215).

Na faculdade do Rio de Janeiro, desde 1832, o ensino de higiene compunha o 6º ano do currículo dos futuros médicos, e as leituras feitas no curso eram predominantemente de manuais e compêndios franceses. O ensino prático, entretanto, era incipiente, principalmente em disciplinas como anatomia e fisiologia. Em 1879, no âmbito das reformas promulgadas por Leôncio de Carvalho, o número de disciplinas e

³⁰ “A anatomoclínica associava o quadro sintomático à lesão orgânica, considerava a doença como uma alteração da ‘forma orgânica’ e enfatizava a pesquisa dos signos físicos capazes de revelar a existência e a índole da lesão fundamental.” (Ferreira, Fonseca, Edler, 2001: 70).

³¹ Dentre as novas especialidades, foi criada a cadeira de moléstia de crianças pelo Dr. Moncorvo de Figueiredo na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1882, cujas aulas poderiam correr na Policlina Geral do Rio de Janeiro, instituição criada pelo próprio Figueiredo em 1881. (Sanglard, Ferreira, jul. – dez.2010, p.442-443).

laboratórios foi elevado, a prática de cursos livres sobre diversos ramos da medicina foi admitida, assim como se tornou possível a diplomação de mulheres. Estas reformas, que acompanhavam o desenvolvimento do experimentalismo na medicina europeia, foram responsáveis pela introdução da liberdade de ensino e do ensino prático das disciplinas médicas. As lideranças médicas, a partir da década de 1870, passaram a tentar convencer a opinião geral, principalmente dos dirigentes políticos, sobre a necessidade de formação de especialistas e do estudo de grupos restritos de fenômenos. Além disso, as faculdades de medicina passam a ser vistas como local privilegiado de constituição de um saber científico, e não apenas as sociedades. (FERREIRA, FONSECA, EDLER, 2001: 67-75).

Em relação às análises historiográficas acerca deste processo de institucionalização, ainda hoje são constantes as referências aos estudos de Lycurgo Santos Filho (1985). Ao considerar a Medicina no Império como pré-científica (ou seja, ainda não era ciência de fato), o autor louva grandes clínicos pela adesão a valores científicos em condições inóspitas. É uma posição semelhante à adotada por Fernando de Azevedo (1994)³², que não considerava o ambiente cultural dos oitocentos favorável à prática científica. Dentre os valores apontados por Santos Filho, o principal era a experimentação, a qual teria sido praticada quase exclusivamente por médicos da Escola Tropicalista Baiana³³ em suas pesquisas sobre as doenças tropicais, vistos como

³² A partir de uma visão essencialista da ciência, considerando que existe algo como o “espírito científico”, uma atitude surgida com os tempos modernos, Azevedo (1994) analisa Portugal para explicar o atraso brasileiro, considerando que no país ibérico (assim como na Espanha) permaneceu predominante uma mentalidade tradicional e refratária aos progressos no âmbito da ciência. Desta forma, a « culpa » pelo atraso no Brasil não recai sobre algo inerente aos próprios brasileiros, mas como resultado de um desenvolvimento histórico específico. Como em Portugal prevalecia a cultura da Idade Média, com o apego a discussões teóricas e a submissão às autoridades, inclusive religiosas, o Brasil teria, assim, herdado o desinteresse pelo espírito crítico e pelas atividades de pesquisa e experimentais. Esta situação teria continuado por todo o Império, com mudanças efetivas só acontecendo nas primeiras décadas do século XX, período de avanço da industrialização e da modernização, que favoreceriam a expansão das atividades científicas. Nesta perspectiva, houve somente medidas fragmentárias voltadas para a ciência no século XIX, como os trabalhos das comissões geográficas e geológicas e as contribuições científicas de estrangeiros que percorreram o país. A própria ação de D. Pedro II, embora se destaque que ele foi incentivador da criação de diversas instituições, é ressaltada como a de um mecenas, e não como a de um chefe de estado preocupado com o desenvolvimento das atividades científicas no Império.

³³ Embora autores como Edler (2011: 23) procurem revisar a existência de uma “Escola Tropicalista Baiana”, argumentando que as pesquisas de médicos baianos mantinham uma perspectiva que associava o clima brasileiro e particularidades nacionais a doenças, ainda é influente a corrente historiográfica que defende sua importância para a medicina imperial. Segundo Pedro Barros (1997-1998: 429), em chave interpretativa semelhante àquela adotada por Santos Filho, o grupo de médicos na Bahia voltados para a pesquisa de doenças tropicais foi uma exceção em meio a um contexto de contínua resistência contra a pesquisa científica. Este grupo teria conseguido se afirmar em meio a um ambiente hostil para a ciência, sendo inovadores em termos de pesquisa experimental. Além disso, o autor louva esses médicos, considerando-os sensíveis à realidade do seu tempo (ao contrário da ampla maioria) por estudarem doenças típicas da população pobre segundo normas científicas. Entretanto, tal experiência teria sido

antecessores da geração de Oswaldo Cruz. Ao longo de todo o século XIX, prevaleceria a falta de laboratórios e, apesar da criação das Faculdades e Sociedades de Medicina, era intensa a atividade de « charlatães », os quais para o autor teriam grande prestígio devido à « ignorância » e « credence » do povo e à impotência da Medicina. O atraso brasileiro estaria refletido nas teses das Faculdades de Medicina, que seriam somente cópias de compêndios franceses e voltadas para uma orientação teórica, refletindo a penúria em laboratórios e a falta de recursos para a pesquisa e a experimentação. Na perspectiva do autor,

“A Medicina continuou, por quase todo o século XIX, vinculada aos princípios e aos fundamentos da ciência europeia, com as distorções e as deformações impressas pelo meio ambiente ainda de todo infenso ou impróprio à pesquisa, à experimentação. Permaneceu como viera nos séculos anteriores. Casuística, livresca, teórica. (...) Mas, em compensação, professores houve que, dentro das limitações existentes, muito deram de si próprios, conseguindo atenuar as falhas da orientação geral, teórica, adestrando para a prática médica com proficiência.” (SANTOS FILHO, 1985 : 467-472)

Mesmo em estudos que se desenvolveram a partir dos anos 1970, em sintonia com os estudos sociais da ciência³⁴ e as pesquisas de centro e periferia (articuladas com as teorias do desenvolvimento), prevalecia a imagem de uma Medicina não-científica no século XIX. Um estudo importante neste sentido é o de Nancy Stepan (1976), no qual a autora procura analisar como a ciência se estabeleceu em um país em desenvolvimento e da periferia como o Brasil. Desta forma, a autora aborda quais foram os obstáculos para o desenvolvimento científico e como em uma sociedade alheia aos valores da ciência moderna foi criada e sobreviveu uma instituição como o Instituto Oswaldo Cruz. Até o século XIX, portanto, a atividade científica no Brasil teria sido apenas esporádica, com a criação do Instituto no início do século XX sendo um marco por produzir conhecimento científico de forma constante, reunir e treinar cientistas e o primeiro que deu para o país reputação científica a nível internacional. (STEPAN, 1976: 19).

efêmera, pela ausência no país de elementos necessários à “ação hegemônica do novo espírito científico”, algo que só aconteceria com a vinda da medicina pastoriana na geração de Oswaldo Cruz. (Barros, 1997-1998: 430).

³⁴ Data desta época, por exemplo, o desenvolvimento do Programa Forte da Sociologia do Conhecimento por autores como David Bloor (2003), abrindo as possibilidades de análises sociológicas do próprio conteúdo do conhecimento científico. Dentre os princípios da proposta metodológica do Programa Forte, tornou-se influente a ideia de simetria, ou seja, de que determinações e a dinâmica social podem explicar igualmente o verdadeiro e o erro em história das ciências. É uma contraposição, assim, à perspectiva de que o “verdadeiro” deveria ser analisado por uma perspectiva internalista da ciência, a partir de sua racionalidade e lógica internas.

Ainda em fins dos anos 1970, foram publicados livros de inspiração foucaultiana³⁵ que ainda exercem considerável influência, de caráter denunciativo e apontando a cientificidade da Medicina oitocentista. Em *Danação da Norma* (1978), Roberto Machado adota a perspectiva de uma Medicina oitocentista altamente homogênea, com os médicos conscientes de todos os processos políticos e históricos, sendo atores capazes de perceber as consequências das ações além de todos os outros. A Medicina aparece tendo um projeto próprio e agindo em articulação com um Estado que buscava se impor sobre as populações, considerando o saber médico como um instrumento para alcançar este objetivo.

Para Machado (1978: 155), o século XIX inaugurou a penetração da medicina na sociedade, incorporando o meio urbano como alvo de reflexão e prática médica, e a colocação da medicina como apoio científico ao exercício de poder do Estado. A medicina social que então emergiu penetraria em tudo, inclusive no aparelho do Estado, formulando uma nova política científica. Sem problematizar o contexto histórico brasileiro, de um Estado escravocrata e aristocrático, o autor aponta que a produção de um novo indivíduo e população necessários à existência da sociedade capitalista estaria ligada ao novo tipo de medicina que relacionava saúde e sociedade. Ao processo de intervenção da medicina na sociedade que se estenderia até os dias atuais, ficando claro o tom de denúncia do trabalho, o autor considera a “medicalização”, argumentando que

“O que se tem chamado de medicalização da sociedade – processo que na atualidade cada vez mais se intensifica – é o reconhecimento de que a partir do século XIX a medicina em tudo intervém e começa a não ter mais fronteiras; é a compreensão de que o perigo urbano (...) exige a criação de uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações tornando-os produtivos ao mesmo tempo que inofensivos; é a descoberta de que, com o objetivo de realizar uma sociedade sadia, a medicina social esteve, desde a sua constituição, ligada ao projeto de transformação do desviante – sejam quais forem as especificidades que ele apresente – em um ser normalizado; é a certeza de que a medicina não pode desempenhar esta função política sem instituir a figura normalizada do médico, através sobretudo da criação de faculdades, e produzir a

³⁵ Como ressalta Marcos César Alvarez (2004: 172), a vulgarização das ideias de Foucault por seguidores e críticos acabou restringindo a análise do poder disciplinar a um caráter funcionalista. Na segunda metade da trajetória de Foucault, com livros como *Vigiar e Punir*, o autor se voltou para estudos de “genealogia do poder” e tecnologias de poder que não se reduzem às formas instrumentais e funcionais de controle social, mas que estão articuladas a outras práticas sociais. Muito mais do que um poder centrado no Estado, Foucault desenvolveu novas noções, como de biopoder, um poder que se exerce sobre a vida, em contextos sempre cambiantes, imanente a diversas outras relações (econômicas, sexuais). Desta forma, as relações de poder nesta fase da obra de Foucault não são restritas a uma dicotomia entre dominadores e dominados, sendo muito mais heterogêneas. Portanto, a noção de poder em Foucault não pode ser reduzida a uma visão unidimensionalmente repressiva, e nem a um simples diagnóstico da intensificação do controle social.

personagem desviante do charlatão para a qual exigirá a repressão do Estado. (MACHADO, 1978: 156).

Nesta perspectiva, até mesmo a composição da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1829, faria parte de uma “ofensiva” dos médicos brasileiros para implantar a medicina social. Na visão de Machado (1978: 194), os médicos, extremamente coesos e sem quaisquer discordâncias entre si, teriam um projeto, no qual as demais áreas (educação, política, moral, direito) estariam condicionadas a seu saber. Neste projeto de poder, que o autor analisa basicamente a partir de algumas teses e discursos, a associação ao Estado seria fundamental, na medida em que o apoio do saber médico teria se tornado indispensável para este, sendo o fundamento racional de uma boa política de governo. A intervenção da medicina, nunca claramente demonstrada no livro, se daria em todos os âmbitos da vida urbana, já que a cidade reuniria em sua desordem as causas de doenças da população. E além do espaço urbano em si, as próprias instituições se tornariam focos de desordem e doença, assumindo as mesmas características da cidade onde se situam, com alto grau de periculosidade para todo o urbano. Neste sentido, para o autor, as instituições (cemitérios, escolas, quarteis, fábricas, hospitais) também precisaram ser medicalizadas.

Já em *Ordem Médica e Norma Familiar*, Jurandir Freire Costa, além de Foucault³⁶, utiliza o esquema de Jacques Donzelot (1986) que discutimos anteriormente. O autor se apropria das análises de Donzelot sobre a relação entre a família e o Estado moderno, em que este teria a necessidade de um controle demográfico e político da população tendo em vista o desenvolvimento industrial, controle este que poderia ser exercido através das famílias. Como vimos, para o sociólogo francês, as intervenções normativas se deram de duas formas, uma em torno da medicina doméstica, reorganizando as famílias burguesas em torno da educação e conservação das crianças, e uma segunda em torno das famílias pobres, destinadas à moralização e higiene da coletividade, nos quais a filantropia teve papel fundamental. Para Costa (1981: 52), a higiene da elite familiar brasileira seguiu de perto o rumo apontado por Donzelot, integrando a uma série de medidas normalizadoras que buscavam organizar a sociedade independente. Além disso, o autor retoma algumas análises de Gilberto Freyre para se debruçar sobre as mudanças na vida doméstica entre o período colonial e o século XIX.

³⁶ Costa (1981: 50) aponta destacadamente a ideia de uma invasão, progressiva, no século XIX, da lei pela norma. A lei, baseada no mecanismo da repressão, se imporia por um poder essencialmente punitivo, ao passo em que a norma teria emergido com os Estados Modernos, nos séculos XVIII-XIX, visando prioritariamente a prevenir o virtual, regular os indivíduos.

Jurandir Costa (1981), assim, defendeu que, ao longo do século XIX, a Higiene (entendida enquanto uma área da medicina), teria incorporado a cidade e a população ao saber médico, buscando harmonizar interesses da corporação médica e objetivos da elite agrária. Os higienistas atuaram sobre as famílias, construindo a ideia de que sua saúde e prosperidade dependeriam da sujeição ao Estado, o qual se valeria de ações médicas para se fortalecer politicamente, e agiram legitimando a nova ordem burguesa que então se consolidava no Brasil. A partir dos altos índices de mortalidade infantil e péssimas condições de saúde dos adultos, a medicina social representada pela higiene teria imposto à família uma nova educação física, moral, intelectual e sexual, educação esta dirigida sobretudo às crianças, para transformar os costumes familiares. A higiene teria, então, transformado o perfil sanitário e social da família (destacadamente a família de elite), constituindo-se na instituição nuclear e conjugal que existe até hoje (muito embora o autor analise praticamente de forma exclusiva sobre as teses publicadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para tirar tais conclusões).

Nesta perspectiva, as figuras do pai, da mãe e dos filhos são ‘criaturas médicas’, atores sociais criados pelo médico, o qual por sua vez é apresentado como um ator político altamente consciente dos processos sociais e adota posições estratégicas, atuando como uma extensão do poder estatal sobre a família. Embora Costa admita que a medicina oitocentista era científica, o saber científico aparece de forma funcional em relação à política e ao poder, com os médicos higienistas adotando teorias que satisfizessem seus propósitos estratégicos. A ciência aparece como uma racionalização das condutas, servindo à ordem. Ainda assim, é um contraponto à posição de autores como José Murilo de Carvalho (2002), que afirma ter havido um intervalo entre a geração iluminista e a geração de 1870, ausente de pesquisa científica, e mostra como neste período diversos autores procuraram produzir conhecimento original.

O progresso científico da higiene, assim, seria um dos fatores responsáveis pelo seu sucesso, sendo que

“(...) a própria eficiência científica da higiene funcionou como auxiliar na política de transformação dos indivíduos em função das razões de Estado. Foi porque a medicina era, de fato, empírica e conceitualmente científica que sua ação política foi mais operante. Diante de um saber colonial estribado em noções médicas dos séculos XVI, XVII e XVIII, pré-experimentais e em sua quase totalidade filosóficas e especulativas, a higiene surgiu arrasadoramente convincente. (...) A medicina, mesmo quando já possuía um conhecimento de racionalidade bem superior à que orientava a prática curativa leiga, teve que enfrentar o descrédito da cultura. Em todo o século XIX nota-se o esforço que os médicos faziam para livrar-se do

passado. Combatiam desesperadamente curandeiros, parteiras, homeopatas e tentavam, a todo custo, riscar da memória histórica a antiga submissão à burocracia e mesmo à religião.” (COSTA, 1983 : 32-76)

A nova imagem da infância, como um adulto em formação, teria se construído em grande parte devido à ação dos higienistas, preocupados com as altas taxas de mortalidade infantil, e que viam na quase ausência de laços afetivos entre pais e filhos como uma de suas causas. A criança se transformaria no centro da família, com o pai sendo o responsável pela sua proteção material e a mulher como iniciadora da educação infantil. A ideia da família como algo nocivo seria um trunfo na ação da medicina pela hegemonia educativa das crianças. Nesse contexto, os médicos se voltariam para os colégios.

“Ao lado dos trabalhos sobre amamentação, as teses higiênicas sobre educação física, moral e intelectual das crianças, em geral ou no ambiente dos colégios, eram as que mais absorviam a atenção dos higienistas. (...) No micro-universo dos colégios a higiene antevia a sociedade ideal. As crianças, isoladas das influências do ambiente prestavam-se, docilmente, aos ensaios médicos sobre educação física e moral. Os pequenos reclusos seriam cobaias e o colégio, laboratório. (...) O novo homem e a nova sociedade começariam a ser construídos no colégio. Sem dúvida, a ocupação dos colégios fez parte da estratégia de medicalização do espaço urbano.” (COSTA, 1983, p.179-180)

A partir da análise de teses da faculdade de medicina, o autor analisa essa “intervenção médica” nos colégios levando em consideração suas prescrições sobre arquitetura, espaços escolares, uso do tempo, ensino da Ginástica, alimentação, vestuário, moral, dentre outros aspectos. Como discutiremos a seguir neste trabalho, este modelo de análise de Costa ainda é hoje utilizado em análises da relação entre medicina, infância e escolarização no século XIX³⁷.

Embora nos distanciemos destas abordagens, os trabalhos de Machado (1978) e Costa (1981) abriram possibilidades na história da Medicina brasileira, e se tornaram largamente influentes, sendo utilizados ainda hoje como referências. Basicamente, estes estudos retomam as análises daqueles autores, quase sempre utilizando o mesmo tipo de fontes (teses publicadas por médicos das Faculdades de Medicina), sem qualquer distanciamento crítico, e vendo os médicos como formando um grupo coeso e fechado em torno das noções de higiene.

³⁷ O trabalho de Gondra (2004) é representativo neste sentido, retomando as análises de Jurandir Costa sobre o papel da medicina no século XIX, e aprofundando a análise sobre a relação entre medicina e escola no período, fazendo uma leitura das teses de médicos.

Ao analisar a relação entre medicina e prostituição no Rio de Janeiro no século XIX, Magali Engel (2004: 40) considera a Faculdade de Medicina e a Academia Imperial de Medicina como instituições especializadas na produção de saberes voltados para possibilitar a perspectiva política de higienização do espaço urbano, dentro de um contexto de expansão espacial e demográfica da cidade. A partir da leitura das teses, Engel argumenta que a mulher e a criança se tornariam figuras centrais nas questões de ordem higiênica, sendo especialmente a mulher (transformada em “mãe higiênica”) apresentada como uma aliada dos médicos na viabilização de um projeto de higienização das famílias. Dialogando também com Foucault, a historiadora identificou um projeto normatizador por parte das instituições médicas. A prostituição, especificamente, estaria presente nos textos médicos como uma das faces de uma cidade doente, apresentando argumentos da moralidade cristã e associando a prática da prostituição a doenças venéreas, corrupção do social e desordem. A ameaça social da prostituição, neste sentido, precisaria ser conhecida e classificada para ser controlada, e assim se tornaria objeto das teses médicas.

Retomando especialmente o trabalho de Costa (1981), assim, Engel (2004: 126) situa a preocupação em conter ou corrigir a prostituição no novo papel prioritário conferido à família e à criança, apontando um “grau de sofisticação de controle”. O médico, ao penetrar em todos os âmbitos do cotidiano das relações domésticas, buscava eliminar todas as práticas que fugissem ao modelo de família higiênica que eles procuravam implantar. Neste quadro, segundo a autora,

“Fixando os limites entre a normalidade e a doença no campo da sexualidade, o discurso sobre a prostituição traz implícito um projeto de normatização higiênica do corpo, concebido não apenas num sentido físico, mas também num sentido moral e num sentido social. Observando a prostituição através de lentes reveladoras de cada uma de suas dimensões, o médico constrói as categorias básicas de classificação: a perversão (a doença física); a depravação (a doença moral); e o comércio do corpo (a doença social). Na elaboração de um diagnóstico minucioso, o médico desempenha o seu papel incorporando vários personagens: o cientista, o educador, o moralista, o economista, o legislador, o político.” (ENGEL, 2004: 69-70).

Este mesmo modo de abordagem tem aparecido em outros estudos. Segundo Luiz Vailati (2010), os médicos do século XIX, preocupados com a questão da mortalidade infantil, expressaram em suas teses concepções divergentes e críticas aos funerais coletivos de crianças, nos quais os parentes por vezes expressavam satisfação ou

resignação pela morte de seus filhos, como discutimos anteriormente. Além disso, para este autor, essa concepção de morte seria um obstáculo ao tipo de família que os médicos queriam formar e conformar, e que os levaram a condenarem sistematicamente o sistema da Roda dos Expostos (condenadas também pelo aspecto moral, já que nela eram abandonados filhos de relações ilegítimas, inclusive entre senhores e escravas), os altos índices de infanticídio e o aleitamento por amas-de-leite. A classe médica tinha no cuidado com a infância um argumento forte em sua ação na vida doméstica da população, e o resultado disso seriam posições conflitantes às concepções tradicionais da morte infantil. (VAILATI, 2010: 289). Embora o autor ressalve que o discurso médico esteja situado em um processo mais amplo do Ocidente, com uma preocupação maior em se buscar entender o desenvolvimento biológico e psíquico da criança, esse novo olhar estava em último caso ligado à necessidade de produção de um saber instrumental que possibilitasse a formação de um cidadão novo, saudável física, moral e politicamente.

Vailati, portanto, retoma o mesmo tipo documental, as teses, e concluiu que para os médicos higienistas, a morte infantil seria a negação de todas as suas promessas de progresso. O historiador (2010: 296-298) considera que a incorporação da problemática da morte infantil pelos médicos era um uso político, já que faria parte de uma estratégia higienista não só de instaurar novas visões sobre a mortalidade infantil e reverter o fenômeno, mas intervir cada vez mais nos valores e costumes de âmbito privado da população como um todo. A disseminação de instruções relativas às formas de se evitar a morte de crianças seria uma forma de divulgar uma nova concepção de família e de conduta familiar, que procurariam adequar o âmbito privado às exigências do Estado. Estes médicos, então, procuraram esclarecer que a morte infantil não era algo natural, ou uma vontade da providência divina, colocando este evento como algo essencialmente negativo, fato que teria deixado raízes nos testemunhos cemiteriais e suas manifestações públicas de dor. A perspectiva do historiador, portanto, segue a trilha aberta pelos trabalhos clássicos de Machado (1978) e Costa (1981), considerando as formas pelas quais a morte infantil apareceu no discurso médico, mas não estabelecendo de forma clara relações entre esse discurso e mudanças mais amplas nas mentalidades, a não ser indícios da constituição de cemitérios a céu aberto e inscrições funerárias manifestando desconsolo. Nas palavras do autor, portanto, a morte infantil

“(...) serviu como importante aliada à ingerência dos médicos nas decisões do Estado, apontado por eles como um dos responsáveis pela mortalidade, cabendo a ele revertê-la. Esse uso da morte infantil não se ocupou somente em mostrar ao Estado suas faltas: ele a voltou contra a família, no sentido de adequá-la ao novo formato no qual esses doutores concebiam a instituição. A função primordial dela agora é a geração e formação primeira desses novos cidadãos e a morte infantil serve primeiramente para condenar a mãe (...). Nesse discurso a morte da criança servirá também para adequar o poder do pai-de-família, cuja hegemonia no lar e interesses deverão se submeter às exigências do Estado em sua fome de vidas. Por fim, a morte infantil ajudou os médicos na sua luta contra a concorrência dos não-acadêmicos, tidos como os responsáveis imediatos pela prática do infanticídio.” (VAILATI, 2010: 308).

Esta perspectiva também é defendida por Espírito Santo, Jacó-Vilela e Ferreri (2006, p.21-28), para os quais a intervenção médica na sociedade é refletida no discurso das teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Não apenas as crianças, mas também os adultos teriam sido invadidos por inúmeras regras higiênicas e educacionais, com recomendações sobre cuidados ambientais e também sobre a regulação da vida das mães e das amas, possíveis transmissoras de doenças e maus hábitos.

Em sua análise sobre o papel cada vez maior do Estado nas ações de assistência aos pobres no século XIX em contraponto às ações predominantemente caritativas, ligadas à Igreja Católica, Irene Rizzini (2007, p.107-115) também confere um papel de destaque aos higienistas. A autora considera que a influência da medicina higienista é uma característica muito presente do século XIX, refletindo no Brasil o mesmo movimento que aconteceria na Europa. O movimento higienista direcionado à infância (“higienismo infantil”) teria sido abraçado pelos médicos brasileiros de fins dos oitocentos, que teriam visto na infância uma forma de atuar sobre a família. As teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro estariam inseridas nos debates sobre higienização das cidades, e um indício da rapidez da difusão das noções prescritas pela medicina seria o destaque dado às “boas condições de higiene” em qualquer instituição em funcionamento no final do século XIX. No caso da infância pobre, além da assistência de cunho asilar, para crianças abandonadas ou delinquentes, haveria outros meios de atingi-la, como a escola e o atendimento médico.

Vale ressaltar que outros autores, não descartando a utilização do conceito de “medicalização”, têm buscado interpretá-lo de outras maneiras. Conforme Robert Nye (2003: 116), a utilização da ideia de medicalização com um caráter denunciatório do controle exercido por médicos e psiquiatras na sociedade tornou-se bastante popular entre estudantes de ciências sociais nos anos 1960 e 1970, com a presença de um

criticismo libertário de esquerda garantido a demonização do Estado e o patrocínio estatal de uma perspectiva médica autoritária. Neste cenário, médicos e psiquiatras eram “vilões” que utilizavam o seu conhecimento e autoridade, unindo-se ao poder para segregar e patologizar os desviantes. Direitos civis e humanos seriam incompatíveis como regimes que se valiam do poder médico como instrumento de governo. Especialmente os trabalhos de Foucault foram extremamente influentes. Entretanto, o próprio autor teria mudado suas posições ao longo da carreira, principalmente nos anos 1970 quando incorporou a noção de “governamentabilidade”. Foucault teria assim abandonado a noção de um Estado essencializado em favor de uma concepção de governo baseada em um conjunto de práticas que operam nos corpos e nas famílias como unidades reprodutivas, fazendo uso de mecanismos da economia política para motivar e policiar a população. Os médicos, assim, não eram mais reforçadores ou servidores do Estado, mas especialistas em um tipo de discurso que já estaria de alguma forma imanente na população. Desta forma, Foucault se mostrou mais interessado em um poder biopolítico sobre cidadãos autônomos do que em um poder despótico que só operava sobre força.

Nye (2003: 117) propõe, assim, outro conceito de medicalização, entendendo que esta não pode ser entendida como uma colaboração nefasta entre especialistas e a autoridade estatal impostas de cima, mas como um processo difuso através do qual os preceitos médicos são incorporados pelos indivíduos, que assumem a responsabilidade por si mesmos. Assim, os indivíduos não devem ser vistos apenas como vítimas ou agentes passivos, mas sim como sujeitos ativos dos processos de medicalização. E hospitais e asilos, mais do que uma ajuda aos Estados nas políticas de segregação de desviantes e marginais, devem ser também analisados enquanto oportunidades para os praticantes de medicina da realização de pesquisas científicas, reconhecimento e acesso a uma clientela endinheirada.

Peter Conrad (1992: 211), por sua vez, oferece outra interpretação, considerando medicalização como a definição de um problema em termos médicos, a utilização de linguagem médica para descrever um problema, a adoção de um enquadramento médico para entender um problema. É, assim, um processo sociocultural que pode envolver ou não a profissão médica, levar a um controle social médico ou ser resultado de uma expansão da profissão médica. Na perspectiva do autor, a medicalização pode ocorrer em três níveis: em uma esfera conceitual, quando o vocabulário médico é utilizado para definir um problema; em um nível institucional, quando organizações adotam

abordagens médicas para tratar de problemas em que são especializadas; e em uma esfera interacional, na relação médico-paciente, quando o médico dá um diagnóstico ou trata um problema “social” em forma médica (a prescrição de calmantes para vida familiar infeliz, por exemplo). Neste sentido, a medicalização pode ser aceita, aplicada ou rejeitada por grupos e indivíduos³⁸. Assim como pode ocorrer o processo oposto, a desmedicalização, quando um problema não é mais enquadrado em definições médicas e tratamentos médicos não são mais vistos como soluções apropriadas, como a retirada do caráter de doença do homossexualismo nos anos 1970.

Por outro lado, historiadores vêm buscando rever essa perspectiva que superestima a ação da higiene no século XIX, ou buscando novos modelos interpretativos, especialmente em conexão com os estudos sociais da ciência.

Para Maria Helena Patto (1996: 187), as análises que reificam conceitos foucaultianos cometem o equívoco de não levar em conta as peculiaridades da sociedade brasileira oitocentista, e nem o próprio estágio dos conhecimentos médicos no Brasil do século XIX. O processo de urbanização, apontado como central para a emergência do Estado Moderno e suas políticas normatizadoras, foi incipiente no Rio de Janeiro, mesmo na segunda metade do século XIX, não podendo ser analisado nos mesmos termos que a urbanização ocorrida em países europeus no mesmo período. A criação de indústrias³⁹ era principiante, hábitos coloniais ainda estavam no cerne da vida nas cidades imperiais, e o Brasil era um país essencialmente rural e escravocrata, dominado pelas oligarquias rurais. Embora as ideias higienistas europeias⁴⁰ circulassem nos meios intelectuais, o alcance das práticas teria sido consideravelmente limitado,

³⁸ Como caso de participação ativas de indivíduos em um processo de medicalização, Conrad (1992: 219) cita a ação de veteranos da guerra do Vietnã que se organizaram e agiram junto a psiquiatras para a criação do diagnóstico do estresse pós-traumático.

³⁹ Neste ponto, João Antônio de Paula (2012: 219) ressalta que não cabe falar em industrialização em uma realidade marcada pela fragmentação, incipiência e desarticulação dos seus elementos. O processo de industrialização envolve mais do que a presença de fábricas, pressupondo transformações qualitativas tanto das relações sociais de produção quanto das forças produtivas. Neste sentido, especialmente entre 1840 e 1870, o Brasil teria experimentado um surto industrial, que não configurou um efetivo processo de industrialização.

⁴⁰ No caso da França, de onde vinham os principais livros e manuais estudados pelos médicos, o interesse pela higiene escolar vem desde o século XVIII, a partir de uma preocupação com a baixa natalidade e as altas taxas de mortalidade infantil. Assim, médicos prescreveram diversas medidas para a conservação da saúde nos colégios, como a ampliação dos espaços, a necessidade de enfermarias para separar e cuidar dos doentes, a importância da circulação de ar e, nas últimas décadas, a inoculação contra a varíola. Ao longo do século XIX, dentro de um projeto sanitário e educativo do Estado francês, tais preocupações se ampliaram, incorporando questões como iluminação, circulação de água, exercícios ginásticos, dentro outros que visavam à higiene nas escolas. Entretanto, o termo “higiene escolar” só teria aparecido na década de 1860, mesmo momento em que começa a participação direta dos médicos nas escolas em conjunto com professores, diretores e inspetores. (Parayre, 2008, p. 177-184).

com completa falta de higiene urbana até fins do século, péssima qualidade de vida nas habitações coletivas, sendo que a maioria das leis e regulamentações visando sanear e embelezar o espaço urbano segundo as normas da medicina higiênica não teria saído do papel. A interdição de cortiços não disciplinava os pobres, e sim provocava o seu deslocamento para áreas sem valor imobiliário. A própria higiene dos colégios estaria longe do idealizado pelos médicos. Como destaca Patto (1996: 190), embora a falta de higiene urbana tenha sido notada pelos médicos em muitas teses, isso não significa que ocorreu no Império um disciplinamento das cidades pelo saber médico. Vale ressaltar, no entanto, que as considerações da autora sobre a medicina oitocentista retomam a perspectiva de Lycurgo Santos Filho, considerando-a como atrasada e apresentando um saldo negativo, pela ausência de experimentação, utilização de cópias de compêndios franceses, corpo docente mal formado, nepotismo e favorecimento nas Faculdades, e teses de orientação inteiramente teórica.

Edmundo Coelho (1999: 142) aponta que a revisão da ação da medicina no século XIX não implica em afirmar que o movimento higienista não existiu, mas sim evitar uma avaliação excessiva do poder dos médicos e da influência das ideias higienistas. Diversos regulamentos e leis foram publicados nesse período mas, para se tomar a real dimensão do higienismo, é necessário também analisar como esses regulamentos foram implementados.

Retomando dados da época, Coelho (1999: 140) destaca que os índices de vacinações contra a varíola foram mínimos durante todo o século XIX; os gastos em saúde pública, entre 1880 e 1888 e entre 1890 e 1899, correspondiam a somente cerca de 1% do orçamento federal; o quadro de funcionários era extremamente limitado (pouco mais de 300 em 1890) para vistoriar todos os cortiços e habitações coletivas, como clamavam os higienistas; e o número de cortiços não parava de aumentar. A Junta Central de Higiene Pública é apontada como tendo tido uma atuação ineficaz, não dando conta das epidemias que assolavam a Corte e o país, sem recursos financeiros suficientes para executar suas ações, e falhando na fiscalização do exercício da medicina e da farmácia. Assim como Patto (1996), o autor também ressalta que regulamentos e posturas sanitárias eram numerosos, mas a realidade em termos de saúde pública era bem diferente. Logo, segundo Coelho (1996: 144), na segunda metade do século XIX, a montagem de um aparato burocrático para lidar com problemas de saúde pública, as frequentes reformas e contínuos regulamentos sanitários parecem ter tido como único efeito representativo o aumento na folha de salários do governo. Além

disso, se pensarmos no Império do Brasil como um todo, a ação dos higienistas parece ainda mais restrita, sendo as faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia incapazes de suprir a carência de médicos no país como um todo. E a ampla maioria dos médicos formados se dedicava à clínica, o que tornaria ainda mais complicada a implantação de um programa higienista.

Além disso, Edler (2001) destaca que assim como o médico higienista visava a modificar a postura moral, física e intelectual da família, havia também práticas clientelistas operantes, que punham limites à prática profissional. Assim, é preciso relativizar a autonomia que a literatura histórica confere às elites médicas na condução da saúde pública e exercício da prática médica no período imperial. Os médicos na Academia Imperial de Medicina, assim como aqueles organizados em sociedades e periódicos buscavam uma autoridade científica, baseada na credibilidade e legitimidade auferida pelos pares. Os debates científicos no campo médico não eram baseados no status social ou na honra, mas no pertencimento a uma corporação científica. A criação da Junta Central de Higiene Pública, em 1851, por exemplo, não só não representou o ápice do poder dos higienistas, como subordinou as ações da Academia à pauta política e administrativa mais geral. Portanto,

“De fato a Higiene forneceu a sintaxe que permitia apreender e pensar, em termos científicos e ideológicos, os inúmeros conflitos étnicos, políticos e sociais, ligados à lógica de organização senhorial do espaço urbano. (...) Assim, no lugar das interpretações que explicam o pensamento médico e higienista deduzindo-o dos interesses imediatos das elites dominantes – forjando a consciência médica ‘de fora’ – procuraremos sublinhar as dinâmicas sócio-profissionais voltadas para produzir, validar e controlar o saber médico, segundo as mesmas regras de cientificidade abraçadas pela medicina higienista e anatomoclínica europeia então vigentes.” (Edler, 2001, p.99-100).

Mais recentemente, historiadores têm procurado novas maneiras de interpretação da Medicina oitocentista. Especialmente historiadores das ciências vêm incorporando as contribuições dos estudos sociais das ciências e suas novas abordagens, olhando internamente para o processo de institucionalização da medicina no Brasil, observando discussões e inflexões, ao contrário de um olhar que observa a constituição deste campo em decorrência exclusiva de fatores externos. Estudos mais recentes, destacadamente os voltados para a medicina, como ressalta Edler (2011: 272), têm se voltado para as controvérsias científicas e para a micro-história de indivíduos e grupos sociais restritos,

as formas pelas quais as ideias são acionadas pelos atores, que por sua vez ocupam espaços institucionais diferenciados.

Flávio Edler (2011: 17) aponta que o que tornava possível falar deste personagem social que é o médico era a crença na existência de atributos exclusivos que distinguiam em face de outros grupos sociais. Entre as representações construídas entre os próprios médicos sobre sua profissão, havia um conjunto de crenças, valores e técnicas aprendidas em seu processo de formação, que o autor denomina “doxa médica”. No Brasil, crenças e práticas institucionalizadas pela medicina antomoclínica e higiene compartilhavam uma noção de doença ligada ao meio ambiente, resultando em uma reivindicação particularista, em termos climáticos e territoriais, do conhecimento médico. Como o historiador ressalta, com base na detenção deste saber, o grupo social dos médicos pleiteava uma jurisdição exclusiva sobre a formação e o exercício da medicina, confrontando-se com o conhecimento gerado na cultura médica europeia e com outras categorias de curadores, enquadrados como charlatães. Para estes médicos, a carreira passou a ser cada vez mais estabelecida em torno do reconhecimento conquistado diante dos pares, e não mais pela satisfação do paciente. Entretanto, ter um diploma de médico poderia não ser suficiente neste sentido, e outras formas de reconhecimento e credibilidade começaram a se consolidar na medicina oitocentista, dentre elas treinamentos obtidos em academias de prestígio, publicação de artigos e manuais médicos; participação em fóruns acadêmicos; domínio de determinada linguagem científica, entre outras.

Além deste aspecto, ao analisar a constituição do campo médico brasileiro, o autor possibilita a compreensão das diversas nuances do processo de institucionalização da medicina no Brasil, distante da perspectiva que vê os médicos unificados em torno de projetos comuns e aliados de poderes externos. Isto fica mais claro quando das reformas⁴¹ institucionais da década de 1870. Segundo Edler (2011: 213-214), em oposição à tradição clínica vigente no Brasil, baseada no domínio de saberes gerais, as novas lideranças médicas, utilizando sobretudo o jornalismo médico, iriam procurar convencer as lideranças políticas sobre a necessidade de reorganizar a medicina em

⁴¹ Anteriormente, Ferreira, Fonseca e Edler (2001: 67) apontam a importância da Reforma Bom Retiro de 1854, levada a cabo pelo ministro do Império Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro), na organização do ensino médico no país, até então sob aos regulamentos das faculdades de 1832. Com esta reforma, foram apresentados novos estatutos e o quadro docente foi ampliado a criação da classe de opositores. Foi criada a congregação de lentes, à frente das faculdades de medicina junto com os diretores. Os cursos de medicina, farmácia e obstetrícia foram mantidos, o número de disciplinas ampliado, mas o ensino prático continuou incipiente.

especialidades voltadas para um grupo restrito de fenômenos. Esse período marcaria uma inflexão na orientação dos projetos destinados a consolidar e expandir o campo médico, tal como formulados na Academia Imperial de Medicina⁴², sob a égide da higiene e da anatomoclínica. Um grupo crescente de jovens médicos, que estudaram na Europa, voltavam com uma formação diferente, proclamando-se especialistas em novos ramos da clínica. Emergiria, então, uma nova representação sobre diagnóstico e terapêutica, articulada em torno da medicina experimental. Os médicos especialistas passariam a ter possibilidade de trabalho não somente em hospitais militares e religiosos e na área da saúde pública, mas também nas novas instituições das casas de saúde. Entretanto, o papel decisivo nestas mudanças não foi das elites médicas, mas principalmente membros do corpo de periódicos médicos não oficiais, onde militavam menos sujeitos à vontade da burocracia centralizadora.

Desta maneira, como o historiador ressalta (2011: 218), em oposição à tradição clínica e higienista da primeira metade do século XIX, baseada no acúmulo de experiências compartilhadas pelos médicos como única possibilidade de construção de um conhecimento particular, as mudanças traziam a aposta na especialização, a segmentação de competências. O caráter utilitário das novas especialidades seria fundamental, com algumas encontrando sua justificativa na formação de quadros técnicos para o Estado, outras se legitimavam pela sua aplicação às questões sanitárias fundamentais para o desenvolvimento nacional. As faculdades passaram também a ser vistas como local de desenvolvimento de pesquisas além do ensino, sendo criadas novas cadeiras de clínicas especiais e o ensino prático de laboratório. Assim,

“O que era ciência ou científico nunca foi absolutamente monolítico para a medicina Oitocentista. Porém, raramente os historiadores reconheceram essa diversidade de significados. O que constituía a ciência médica – suas fronteiras cognitivas – mudou profundamente ao longo do tempo, com a emergência das especialidades clínicas e laboratoriais. (...) Resumidamente, é simplista e ilusório falar de pensamento médico europeu como se ele fosse

⁴² A atuação da Academia também é objeto de discussões historiográficas. Se Coelho (1999) minimiza a atuação da instituição, dentro do quadro de ineficiente ação do governo na área da saúde pública, Edler (2001: 109) argumenta que, em torno da Academia, a elite médica se empenhou em produzir conhecimentos originais sobre patologias brasileiras. Até meados do século XIX, ela se impôs como instrumento da política imperial de saúde pública, e árbitro das inovações médico-científicas, procurando ter o monopólio da interlocução sobre problemas médicos nacionais diante do Governo Imperial e dos centros médico-científicos europeus. Para Edler (2001: 113-114), a Academia sofreria abalos na segunda metade do século XIX a partir de três acontecimentos: as epidemias de febre amarela (1849) e cólera (1855); a criação da Junta Central de Higiene Pública, em 1851, deslocando a Academia do papel central que até então representara para a saúde pública; e a emergência da medicina experimental, que resultou no surgimento de sociedades e periódicos médicos concorrentes, os quais iriam proporcionar novos circuitos de legitimação científica.

uma entidade fixa e homogênea. Da mesma forma, os discursos médicos aqui produzidos não seriam jamais distorções de um modelo preexistente, já que o significado de um enunciado depende das suas condições de inteligibilidade, isto é, do contexto em que foi proferido, da forma como circulou e dos diferentes públicos que o assimilaram. Assim, tal processo de apropriação foi necessariamente contraditório devido à presença, na coletividade médica do Império, de uma pluralidade de agentes e discursos, cujos códigos conduziam a diferentes modelos de apropriação.” (EDLER, 2011: 273-274).

O papel das sociedades e dos periódicos médicos na produção e circulação de conhecimento científico no Império também tem sido destacado em outros estudos. Como afirmam Ferreira, Maio e Azevedo (1997-1998: 488), o periodismo médico existia desde a fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1829, por um pequeno grupo de médicos, sendo um importante meio de validação do conhecimento médico entre os pares e divulgação à sociedade. Quando da criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em 1886, os periódicos⁴³ médicos se tornavam cada vez mais especializados, dificultando o acesso ao leigo, com os congressos científicos de Medicina se tornando importantes espaços de legitimação. O caso das sociedades revela, nessa perspectiva, um aspecto importante da história das ciências no Império, a articulação entre atividade científica e trabalho profissional. O próprio exercício da medicina era uma das alternativas existentes para os interessados em ciências, o que explicaria por que as sociedades científicas mais importantes foram organizadas por médicos. (FERREIRA, MAIO, AZEVEDO, 1997-1998: 477).

Como podemos perceber, portanto, o processo de institucionalização e consolidação da medicina no Brasil apresenta alto grau de complexidade para o historiador, e não foi nosso objetivo esgotar o assunto. Distanciando-nos de perspectivas que julgam a medicina neste período como imperfeita ou pré-científica ou composta por meras cópias do conhecimento produzido na Europa, e de outras que a consideram como altamente homogênea, composta por médicos interessados, coesos e extremamente conscientes de todos os processos à sua volta, associando supostos projetos da medicina com projetos do Estado de formação de novos indivíduos e famílias, consideramos que quando olhamos internamente para a medicina oitocentista,

⁴³ Os periódicos médicos circularam no Brasil desde a primeira metade do século XIX e, segundo Ferreira (1999: 332), foram instrumentos importantes no processo de formação e ampliação da audiência da medicina. Característica destes periódicos era a inclusão de temas que interessassem ao leitor leigo, especialmente trabalhos sobre higiene. A publicidade das atividades da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, inclusive as diversas polêmicas então existentes sobre a causa das epidemias (os médicos nunca formaram um grupo homogêneo, como discutimos), anunciava a preocupação dos médicos em estabelecer contatos com o público de forma mais ampla, e elegia a higiene como o campo de saber que ajudaria neste sentido.

percebemos um campo composto por cientistas interessados em desenvolver pesquisas originais sobre a realidade brasileira, envolvidos em práticas clientelistas e lutas por reconhecimento profissional, buscando esferas de ampliação e divulgação do conhecimento produzido, e uma medicina que, longe de monolítica, se transformou ao longo do século XIX. Qualquer análise que leve em consideração a medicina brasileira nos Oitocentos, portanto, tem que considerar todos estes fatores, e evitar reunir sob o rótulo de “higienistas” todos os médicos brasileiros. A higiene, como vimos, foi fundamental na constituição e divulgação de saberes médicos, entretanto nem todos os médicos eram higienistas (a maioria se formava e ia exercer a clínica), e nem a influência da higiene foi tão ampla a ponto de transformar e produzir novos costumes e alterar o quadro de saúde pública do Império.

Tendo em mente esta perspectiva, discutiremos agora a problemática da educação e assistência a crianças pobres no período imperial, e como a historiografia vem abordando a relação da medicina e da higiene com a preocupação em educar e assistir os desvalidos.

3.2 – Higiene, educação e assistência na Corte

Como discutimos anteriormente, o século XIX é apontado pela historiografia como o período em que a infância passou a ser objeto de crescente interesse, sendo as crianças elementos fundamentais para o progresso e civilização da nação, e ocupando um papel central nas famílias. Nesse contexto, a educação e instrução das crianças pobres foi objeto de discussões, legislações e reformas, e para elas foram criadas as primeiras instituições de assistência pelo Estado ou sociedades particulares, que não aquelas de cunho caritativo. De especial interesse para nossa discussão é o contexto de transição da mão-de-obra escrava para a livre e suas implicações em relação à infância desvalida, especialmente no contexto posterior à promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), e as possíveis relações entre debates no âmbito médico-higienista e a educação e instrução infantil.

De forma geral, desde o período imediatamente posterior à Independência, a educação já era temática presente nas preocupações do Estado. A Constituição de 1824 previa a garantia da instrução primária a todos os cidadãos. No período regencial, o Ato Adicional de 1834 descentralizou para as províncias a legislação e organização do ensino primário e secundário, cabendo ao governo central a responsabilidade por ambos

os graus no Município Neutro, e pelo ensino superior em todo o Império. Através dessas medidas, ressalta Schueler (1997: 8), a Corte deveria se tornar o centro irradiador de medidas e instituições modelares para as demais províncias. Além disso, segundo Gouvêa e Jinzenji (2006: 117), as discussões sobre escolarização da população livre e pobre, dispersa pelo território nacional, implicaria na afirmação da escola como instituição privilegiada de formação de novas gerações.

O Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte, estabelecido pelo decreto nº1331-A de 17 de fevereiro de 1854, e elaborado pelo jurista Couto Ferraz (barão do Bom Retiro) tornou obrigatório o ensino primário (cujo currículo compreendia leitura, escrita e aritmética, doutrina cristã, geografia e história pátria) para os indivíduos livres entre 7 e 14 anos de idade, sob pena de multa de 20 a 100 réis aos pais ou responsáveis por crianças que, nesta idade, não frequentassem a escola. Por outro lado, o ensino secundário não foi tornado obrigatório pelo Regulamento, continuando restrito a uma pequena parcela da população livre (com as atividades políticas e intelectuais e os cargos públicos continuando reservados como privilégio das classes senhoriais); e determinava que meninos de até 12 anos, que fossem encontrados “vagando” pelas ruas ou que estivessem em extremo estado de pobreza e mendicidade, fossem matriculados nas escolas públicas ou particulares subvencionadas pelo Estado, e que receberiam deste o vestuário e o material escolar. Além disso, previa a criação de uma instituição voltada especificamente para receber estes meninos. Desta maneira,

“Educar, no sentido de difundir valores morais e comportamentos, instruindo por meio da alfabetização e do ensino de ofícios artesanais ou agrícolas, seriam ações fundamentais para um Estado que necessitava manter hierarquias e distinções sociais em uma sociedade que implodia, tanto do ponto de vista de sua base – fim da escravidão – quanto em relação à grande complexidade social. (...) Visando educar e instruir as crianças, eles sonhavam com a construção de uma nação na qual as hierarquias e as desigualdades sociais permanecessem resguardadas, sob o manto de uma formação elementar comum e de uma cidadania regulada e restrita para a ampla maioria da população.” (SCHUELER, 1999: 14)

Os debates em torno da educação continuaram ao longo das décadas seguintes do século XIX. Ideias estrangeiras no campo pedagógico chegavam ao Brasil, ao mesmo tempo em que a participação do Brasil nas Exposições Internacionais permitia o

estabelecimento de um contato com estas mesmas ideias⁴⁴. A partir da década de 1870, conferências pedagógicas passaram a ser realizadas no país, consolidando a perspectiva da instituição escolar como um dos espaços privilegiados para se alcançar a modernização do país. A Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, assegurava a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, permitia a co-educação dos sexos, e reforçava a frequência obrigatória dos jovens entre 7 e 14 anos (presente também na Reforma de Couto Ferraz, como vimos). Além disso, pregava a liberdade de ensino primário e secundário (e também de credo religioso nas escolas), representando um esforço para a ampliação do número de estabelecimentos escolares no país, o que a levou a ficar conhecida como “A reforma do ensino livre”. (Bonato, Coelho, Menezes, 2011, p.279-280).

Em meio aos debates e medidas em torno da instrução primária, encontrava-se também a preocupação com o ensino de ofícios e a profissionalização da infância pobre. Como aponta Luiz Antônio Cunha (2000), no período colonial, a aprendizagem de ofícios não tomou a forma escolar. Além disso, homens livres se afastavam do trabalho manual, associado à escravidão, buscando dissociar-se o máximo possível do lugar social do escravo. Quando organizado, o trabalho artesanal na Colônia pautou-se pelo modelo corporativo que vinha da Metrópole. Segundo Cunha (2000: 42), o emprego do termo *ofício* naquele contexto poderia significar o conjunto das práticas definidoras de uma profissão; o conjunto de praticantes de uma mesma profissão; ou então como sinônimo de *corporação*, abrangendo mais de uma profissão. Além disso, a corporação poderia também ser denominada *bandeira*, porque seus membros participavam de cerimônias religiosas levando a bandeira do santo protetor. Os ofícios-profissões que compunham uma bandeira poderiam estar hierarquizados, uns sendo *cabeça* (gozando de privilégios), e os outros, *anexos*. Entretanto, apesar de a corporação ter a proteção da

⁴⁴ Nessa questão, a historiografia da educação brasileira destaca a influência dos relatórios de Ferdinand Buisson e, principalmente, Célestin Hippeau entre as elites intelectuais do país no século XIX. De acordo com Bastos (2002, p.81- 101) Hippeau, em seu relatório sobre a educação nos EUA, elogiava e defendia particularidades do sistema de ensino daquele país, principalmente a instrução liberal, gratuidade e obrigatoriedade, igualdade para ambos os sexos, co-educação, descentralização, liberdade e secularização do ensino. Além disso, defendia o ensino por lições de coisas, um curso graduado de lições destinado a desenvolver as faculdades intelectuais do ensino, ao invés de simples memorizações e do método do ensino mútuo, que previa o ensino de grandes grupos de alunos simultaneamente, com um professor e a ajuda de monitores. As ideias de Hippeau teriam influenciado fortemente autores como Rui Barbosa em seus Pareceres da Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior (1882-1883), nos quais defendia a gratuidade de ensino, a co-educação e o método intuitivo de ensino pelas lições de coisas, dentre outros elementos.

bandeira do santo, ela não se confundia com a irmandade ou a confraria⁴⁵, grupos com finalidades religiosas.

Em relação aos termos, Mônica Martins (2008: 55) também aponta que, até o século XIX, haveria ambiguidades na utilização de alguns deles. O termo *oficina* era utilizado para atividades desenvolvidas em pequenas indústrias artesanais, inclusive em ambientes domésticos. O trabalho artesanal, principal atividade urbana no período colônia, permaneceria enquanto tal até a segunda metade do século XIX, com o trabalho mecânico de uma forma geral sendo visto enquanto uma “arte” e os trabalhadores como *artistas*, *artífices* ou *artesãos*⁴⁶. Já o termo *fábrica*, no século XIX, significava um estabelecimento onde estavam reunidas várias oficinas ou diversos ofícios para uma produção específica. Fábrica, manufatura e oficina possuíam significados parecidos e podiam ser utilizados como sinônimos.

No século XVIII, segundo Martins (2008: 14), especialmente no Rio de Janeiro, após a cidade ser alçada à condição de capital em 1763, os ofícios mecânicos cresceram em importância e em quantitativo de trabalhadores. As atividades artesanais diversificavam-se, exercidas por trabalhadores livres, libertos e escravos. Era comum que mestres de ofícios se tornassem comerciantes, e nas oficinas maiores eles poderiam ter mais aprendizes e melhor estrutura de produção, compra e venda de produtos, exercendo posição de destaque em relação aos outros mestres artesãos. As irmandades exerciam um papel crucial na vida econômica, exercendo controle sobre as corporações (muitas vezes agindo como banco, fazendo empréstimos) e empregavam artífices de diversas categorias, sendo a elas solicitados frequentemente trabalhos e obras de artesãos. As irmandades ligadas a um ofício protegiam e defendiam os interesses dos artesãos, mas exerciam o monopólio sobre todas as suas atividades. Dessa forma, no século XVIII, as irmandades exerciam papel fundamental nos mecanismos de acesso ao trabalho. Já as corporações exerciam grande controle na manutenção da hierarquia profissional, assegurando a autoridade do mestre sobre os artesãos. O mestre detinha toda a autoridade no exercício da mestrança, mas mantinha vínculos com os artesãos em relação à transmissão do conhecimento e ao bom desempenho profissional, baseados na confiança nos saberes e práticas de ambos. O mestre não somente era responsável pela

⁴⁵ Mônica Martins (2008: 36) ressalta que a diferença entre irmandades e confrarias está no fato de que as primeiras (assim como as ordens terceiras) eram ligadas ao Clero Secular, compostas por leigos e assumindo compromissos de padrões jurídicos e eclesiásticos, aprovados pelo bispado e depois pelo rei. Já a confraria não tinha subordinação religiosa, sendo organizada exclusivamente por leigos.

⁴⁶ Há de se notar a permanência da terminologia nos nomes das instituições fundadas para a infância pobre no século XIX, como as Casas de Educandos Artífices e o Instituto de Menores Artesãos.

função instrutora, como também pelo caráter educativo do processo de aprendizagem social, individual e profissional do aprendiz, controlando todo o processo pedagógico.

Assim como Cunha (2000), Martins (2008: 89) também ressalta que as corporações foram alvos de intensas críticas e começaram a ser extintas na Europa no século XVIII, processo que refletiria no Brasil nas primeiras décadas do século XIX. O liberalismo econômico emergente rejeitava o controle das esferas de produção exercidas pelas corporações, acusadas de monopolistas e de exercerem uma educação para o trabalho arcaica. Entre os principais críticos estava Adam Smith, que condenava o protecionismo e todos os tipos de monopólio, considerando que as corporações impediam a concorrência, quando o mais importante era deixar o trabalhador livre para que as relações de comércio pudessem se impor sem restrições. No Brasil, com a vinda da Corte em 1808, a política de D. João VI foi fatal para a organização corporativa, principalmente pela revogação da proibição à implantação das manufaturas têxteis. Outros alvarás ampliaram a liberdade de comércio, o que foi minando os privilégios e monopólios das corporações. As ideias liberais⁴⁷ foram influentes nas discussões sobre as corporações no período, e em 1824 elas foram extintas pela Constituição. Entretanto, houve permanências do modelo de ensino, pois

“As iniciativas frustradas e a ausência de uma decisiva reforma no âmbito educacional que atendesse às mudanças da sociedade e às novas demandas do trabalho permitiriam a coexistência, ao longo das décadas seguintes, de um modelo de aprendizado ‘corporativo’ convivendo no interior de fábricas e manufaturas. O ensino artesanal, por outro lado, se manteve porque não havia mão-de-obra suficiente e preparada para se adequar à produção manufatureira que se organizava na cidade. A permanência de mestres e aprendizes nas fábricas da Corte mantinha-se não apenas por força de hábito ou pelo costume, mas pela necessidade de difusão de conhecimentos sobre os ofícios mecânicos, dos quais eles se mantinham como os maiores sabedores.” (MARTINS, 2008: 97)

Assim, ao longo do século XIX, o Estado passaria a investir na formação de força de trabalho voltada para oficinas, fábricas e arsenais. Na segunda metade dos Oitocentos, conforme aponta Cunha (2000: 90), após a abolição do tráfico de escravos, e posteriormente com a Lei do Ventre Livre (que discutiremos posteriormente), uma grande preocupação era obrigar os “desocupados” ao trabalho. Paralelamente aos estímulos à vida de imigrantes, o governo passou a lançar ações em volta da infância.

⁴⁷ Uma exceção neste período foi o Visconde de Cairu. Segundo Cunha (2000: 56), apesar de grande defensor do liberalismo, o Visconde foi contra a extinção das corporações, pois as considerava instituições fundamentais que ensinavam o hábito do trabalho, a destreza manual e a reverência para com os superiores. Sua posição foi voto vencido na Constituinte de 1823.

Começava a fase da filantropia, destacada por Maria Luiza Marcílio (1998). As instituições criadas no período, como ressalta Cunha (2000: 109) nasceram de iniciativas de associações civis, do Estado ou de ambas. A característica comum era que em todas elas o Estado marcava sua presença, ou na direção e manutenção das instituições, ou na transferência de recursos financeiros.

Contudo, as primeiras instituições, de cunho não-caritativo, que utilizaram de forma clara a mão-de-obra de menores órfãos, pobres e desvalidos em seus arsenais foram os estabelecimentos militares. Jorge Prata de Sousa (1999, p. 37-53) aborda esta questão, considerando que na década de 1830, pensando na instrução de crianças pobres a fim de formar um contingente profissional para atuar na Marinha e na Guerra, o Império determinou o envio de órfãos para estes arsenais. Na década seguinte, foram instituídas as Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes Marinheiros ao longo do território imperial, iniciando-se assim a formação compulsória de trabalhadores para diversos ofícios, através do encaminhamento de crianças e adolescentes às oficinas dos arsenais militares, do Ministério da Guerra ou da Marinha. O objetivo central era evitar que crianças desvalidas tornassem-se futuros vadios, inúteis e perigosos à sociedade.

Já entre as décadas de 1840 e 1860, foram criadas Casas de Educandos Artífices em diversas províncias, mantidas pelo Estado e com a clientela composta predominantemente por órfãos e expostos. A instrução de ofícios, como aponta Cunha (2000: 114), poderia ser dada em organizações militares ou oficinas particulares. Menos conhecido pela historiografia, também foi criado nesse período o Instituto de Menores Artesãos, que funcionou entre 1861 e 1865 no mesmo espaço institucional da Casa de Correção da Corte. Conforme Braga (2011) analisou, o Instituto que tinha uma seção exclusiva para recebimento de “menores” enviados pela polícia como vadios e abandonados, ou enviados por pais ou tutores como portadores de má índole, e que seriam corrigidos através da disciplina e do aprendizado de ofícios. Além disso, em caso de fuga, era comum o diretor do Instituto atribuir o fato à natureza dos “menores”, considerados incorrigíveis, preguiçosos, portadores de hábitos viciosos, dentre outras categorizações⁴⁸. Entretanto, as dificuldades na administração eram imensas (falta de

⁴⁸ Verificamos aqui, portanto, que embora a historiografia de uma forma geral localize a problemática do ‘menor’ na Primeira República, já estava em jogo em meados do século XIX a construção de uma determinada imagem desse indivíduo. No Instituto de Menores Artesãos, a condição de ‘menor’ não se restringia à menoridade legal em termos de idade, mas estava associada a uma série de caracterizações, em que os meninos recebidos eram adjetivados assim que eram admitidos na instituição. Aqueles

verbas, má estrutura, fugas e crimes dentro da instituição), e a eclosão da Guerra do Paraguai levou ao seu fechamento, com cerca de 1/3 dos menores ali presentes sendo enviados para tomarem praça na Marinha.

Para Cunha (2000), a mais importante das instituições criadas com projeto de amparo à infância e formação de força de trabalho foi o Asilo⁴⁹ de Meninos Desvalidos, objeto do presente estudo, que analisaremos no capítulo seguinte. Paralelamente, com o aumento da produção manufatureira, sociedades civis foram organizadas destinadas a amparar órfãos e ensinar artes e ofícios. Frequentemente sócios e benfeitores das sociedades eram membros da burocracia do Estado, o que permitia a essas sociedades se beneficiarem de dotações governamentais, fundamentais na manutenção de escolas de ofícios.

O autor levanta a possibilidade da Casa Pia de Lisboa, instituição de assistência a órfãos fundada em 1780 em Lisboa, ter servido de referência para as instituições de ensino profissional criadas no Brasil após a chegada da Corte. A instituição reunia o ensino de instrução geral e de ofícios manufatureiros. (CUNHA, 2000: 54). De fato, Ana Isabel Guedes (2006: 74) aponta diversas características que podem ser encontradas em instituições brasileiras do século XIX, inclusive o Asilo de Meninos Desvalidos. A organização do cotidiano do estabelecimento se afasta de obrigações religiosas (embora o ensino religioso continuasse a desempenhar um papel importante), e os comportamentos esperados dos alunos mudaram, prevalecendo obrigações ligadas à escolaridade, dedicação aos estudos, obediência aos superiores, qualidades morais (pensamentos ‘puros’), e a condenação dos castigos físicos e humilhantes. Os meios de inculcar atitudes e comportamentos desejados passam a ser censuras, exortações e novas formas de castigo (privações), sendo os incorrigíveis expulsos. O currículo, em um contexto de laicização, tinha como base a preparação profissional que permitiria aos assistidos sobreviverem economicamente depois de sua estadia no estabelecimento. O trabalho, portanto, é visto como caminho para a prosperidade do povo e do Estado. Tratava-se de uma instituição, portanto, fundada e apoiada pelo Estado, inaugurando um novo período de relações entre o poder e os assistidos⁵⁰, superando os laços que eram

considerados como “incorrigíveis” eram comumente enviados para a Companhia de Aprendizes Marinheiros.

⁴⁹ Sobre o termo Asilo, já em fins do século XIX, o dicionário de Candido de Figueiredo (1899) define Azylo, Asylo e Asilo como “lugar inviolável, em que antigamente se buscava refúgio; proteção, retiro; estabelecimento de caridade, para educar crianças pobres ou recolher vadios, inválidos, etc.”.

⁵⁰ A autora (2006: 20) chama a atenção, no entanto, que nem todos os órfãos eram assistidos por instituições. Era comum que um órfão fosse integrado em uma estrutura familiar, levando em conta as

então estabelecidos entre o rei, ou a família real, e instituições de sua escolha. As iniciativas não são mais apenas de caráter religioso-caritativo, mas colocam ênfase nas vantagens que a sociedade poderia adquirir com a formação ou recuperação de alguns de seus elementos, do ponto de vista econômico ou da ordem social.

Desta forma, como argumenta Schueler (2009: 1-2), a criação de uma rede de instituições educativas no século XIX não foi um processo homogêneo, uniforme ou contínuo no território do país, assumindo modelos e formas variadas de acordo com as finalidades do ensino e o público-alvo. Assim, dentro de um projeto de promoção dos ideais de civilização por parte das elites políticas, não somente escolas elementares, secundárias e superiores, mas também asilos e internatos adquiriam grande importância, sendo propostos em várias regiões nacionais e criados por iniciativa de diversas agências, como vimos. A diversidade de iniciativas neste sentido indica também um aspecto que discutimos anteriormente, a diversidade de concepções sobre a infância no século XIX, visto que

“ (...) é preciso não confundir a constituição de um conceito abstrato de infância, presente nos discursos médicos, pedagógicos, jurídicos e religiosos, a partir do século XVI, com a diversidade e a pluralidade de representações, práticas e vivências em torno dos significados do ser criança e experimentar a vida como criança. Aos fatores relacionados às idades, estavam associados os papéis e desempenhos específicos que dependiam das relações de classe, etnia e gênero, nas quais se inseria a criança. Conceitos como ‘infância desvalida’, ‘infância abandonada’, ‘infância delinquente’, e os usos da categoria ‘menor’, emergiram, tendo sido elaborados nos processos de lutas e embates políticos, econômicos e sociais num determinado contexto histórico. A própria existência dessas adjetivações já apontava para as diferenças (e desigualdades) que envolviam o termo infância e para a diversidade de projetos e iniciativas educativas destinadas a sujeitos em condições plurais, e desiguais, da experiência humana.” (SCHUELER, 2009: 2)

Entretanto, consideramos fundamental em uma análise sobre as iniciativas em torno da educação e assistência à infância pobre as discussões sobre as relações entre as medidas tomadas neste sentido e o cenário político e social imperial, especialmente nas últimas décadas do Império, período de existência do Asilo de Meninos Desvalidos.

Angela Alonso (2002: 59) considera a estrutura sociopolítica do Segundo Reinado caracterizada por uma sociedade estratificada. No ápice, estariam os grandes

redes de solidariedade estabelecidas pelos pais. Representava, assim, uma forma de ajudar as crianças e também de fornecer a uma comunidade mão-de-obra importante. A legislação portuguesa de assistência aos órfãos privilegiava os herdeiros, e uma parte considerável deste grupo podia ser excluída de qualquer assistência.

proprietários de terras e escravos, plenos cidadãos, detentores de prerrogativas e recursos inatingíveis para outros grupos. Em outro plano, estariam os pequenos proprietários, comerciantes, funcionários públicos e letrados. E na base, os homens livres pobres. Quanto aos escravos, não eram cidadãos, mas tampouco tiveram formalizada sua situação de mercadoria. No início dos anos 1870, a autora chama a atenção que, embora a escravidão fosse tematizada, os assuntos que dominavam o debate público eram a cisão liberal e a guerra contra o Paraguai. A solução ao problema da escravidão era protelada, tendo aparecido diversas vezes nas falas do trono, mas sem efeitos. O gabinete de conservadores moderados que assumiu em 1871, liderado por José da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, colocou como questão central de sua agenda política a questão da escravidão, trazendo como ponto central o Ventre Livre.

Por outro lado, José Murilo de Carvalho (2012: 111) argumenta que o próprio imperador insistiu no enfrentamento do problema da escravidão, e tinha a confiança em Rio Branco por conta de sua atividade como diplomata durante a guerra. O ministro utilizou um projeto que já havia sido discutido no Conselho de Estado, que previa a libertação do ventre escravo como primeira medida de emancipação. Na Câmara, então de maioria conservadora, houve oposição forte ao projeto. Dentre os diversos argumentos apontados, o mais corrente era que tal lei tiraria a força moral dos senhores, incentivando a rebelião e a violência dos escravos. Contudo, Rio Branco conseguiu a aprovação do projeto, por 61 votos contra 35. Para o autor, apesar de inúmeras resistências, a presença de funcionários públicos entre os deputados, mais vulneráveis a pressões do Executivo, e a menor resistência dos representantes do Norte, que detinham menos da metade da parcela de escravos e passavam por fase de estagnação econômica, teriam sido fundamentais para a aprovação. A nova lei previa que o senhor tinha a opção de entregar o ingênuo (filho livre de escrava) ao governo quando este fizesse 8 anos de idade, em troca de indenização em títulos de dívida pública, ou poderia mantê-lo sob sua guarda até os 21 anos de idade (opção adotada pela maioria dos senhores).

Como consequências da promulgação da lei do Ventre Livre, Carvalho (2012: 114) destaca que multiplicaram-se as ações de liberdade por advogados abolicionistas, assim como abriu condições para a formação do movimento abolicionista, que se efetivaria nos anos 1880. Por outro lado, o envolvimento direto do imperador foi visto por grandes proprietários como uma traição a eles e aos interesses do país, começando a questionar a monarquia. Em relação ao sistema político, a lei foi aprovada por um

gabinete conservador, quando a bandeira da emancipação era levantada por liberais e radicais. Assim, o Partido Liberal questionou a promulgação da lei e sentiu-se desprestigiado, enquanto o Partido Conservador começou a se dividir.

Entretanto, tanto Alonso (2002) quanto Carvalho (2012) lembram que a Lei do Ventre Livre fez parte de um amplo conjunto de medidas de modernização social tomadas pelo gabinete Rio Branco. Em quatro anos, o gabinete fez passar a lei de naturalização dos estrangeiros residentes no país há mais de dois anos; criou a Diretoria Geral de Estatística, que promoveu o primeiro recenseamento geral da população, em 1872; introduziu o sistema métrico; e promoveu a modernização da infraestrutura do país, duplicando a rede ferroviária (através de grandes empréstimos ingleses) e estabelecendo um cabo telegráfico submarino conectando o Brasil com a Europa.⁵¹ Como sintetiza o historiador,

“O Ministério Rio Branco (1871-1875) foi o mais longo e o mais reformista do Império. Além da lei de 1871, reformou a polícia, o sistema judiciário, a Guarda Nacional e fez aprovar a primeira lei de recrutamento militar. Realizou ainda o primeiro recenseamento nacional da população, ligou o Brasil à Europa pelo telégrafo, via Lisboa, e pôs em prática o sistema métrico decimal, copiado da França. Apoiou a imigração, a construção de estradas de ferro, a navegação. Dele se disse que esvaziou o programa de reformas dos liberais. Pode ser considerado o ponto alto do governo de Pedro II. Ao mesmo tempo, nele também germinariam algumas das principais causas da queda do Império, o ataque à escravidão, alienando os proprietários, o conflito com os bispos, alienando a Igreja, e o surgimento do Partido Republicano, que fornecia uma alternativa à monarquia.” (CARVALHO, 2012: 116)

Este contexto teria sido fundamental para o movimento intelectual da geração de 1870, constantemente apontado na historiografia. Como aponta Alonso (2002), a produção de intelectuais neste período, que muitas vezes eram estabelecidos em debates públicos (associações, periódicos), era eminentemente política e voltada para a realidade nacional. Não havia uma separação entre “intelectuais” e “políticos”, considerando que a carreira pública estava centralizada no Estado, desde empregos no ensino até candidaturas ao parlamento. Desta forma, não existia um campo intelectual autônomo, e manifestações intelectuais eram eventos políticos. A autora aponta três dimensões do processo sociopolítico em fins do Império que contribuíram para a formação do movimento intelectual: o dilema entre a percepção da necessidade de reformas

⁵¹ Entretanto, Alonso (2002: 93) ressalta que, ao invés de prosseguir o processo de modernização e abrir o sistema político, o Império se fechou, com o ministério seguinte ao de Rio Branco freando as reformas, retardando a laicização do Estado, a reforma educacional e a expansão de infraestrutura.

essenciais na economia e no sistema político e o temor de abalos nas instituições políticas e na ordem social para as elites; os recursos políticos, materiais e simbólicos de todos os grupos foram afetados pela modernização conservadora do gabinete Rio Branco e a crise política, com a emergência do Partido Republicano e grupos sociais marginalizados no arranjo político encontrando cada vez mais espaços de expressão pública de suas posições; e as mudanças sociais e crises políticas acabaram deixando claro para o debate público as assunções táticas (valores, princípios, organização política) do universo cultural do Império. O movimento intelectual da geração de 1870 era composto por membros socialmente heterogêneos, mas que compartilhavam da experiência de marginalização em relação aos postos de mando por diversos motivos, seja porque não fossem membros dos estamentos senhoriais, seja porque eram membros de facções politicamente subordinadas. Instituições, valores e práticas da ordem imperial passariam a serem alvos de diversas críticas.

Entretanto, também estavam inseridas no programa do Partido Conservador, como analisa Schueler (1997: 29), tentativas de reforma do ensino público e ampliação do acesso à instrução primária. Neste sentido, foi fundamental a atuação de João Alfredo Correia de Oliveira⁵², apontado na historiografia como um dos conservadores moderados, mais permeável às reformas sociais. A partir da análise do relatório do ministro de 1871, a historiadora identificou uma clara importância atribuída à instrução pública e à educação popular. O ministro reconhecia que a instrução elementar era um direito dos cidadãos previsto na Constituição de 1824, e criticava a situação do ensino no Município Neutro. Defendia o ensino primário obrigatório para menores entre 7 e 14 anos, algo que fora previsto no Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte de 1854, que citamos anteriormente, elaborado por outro político saquarema, Luiz do Couto Ferraz, o Barão do Bom Retiro. O preceito no Regulamento que previa a pena de multa para pais e responsáveis que não matriculassem seus filhos nunca fora aplicada, principalmente pela ausência de quantidade suficiente de escolas na Corte para dar conta da frequência das crianças. A educação dos trabalhadores pobres também tornou-se objeto de preocupação, e foram abertos cursos noturnos nas escolas públicas

⁵² Sílvia Figueirôa (1997: 130) destaca que João Alfredo estava desde cedo ligado à vida política imperial. Originário da província de Pernambuco e bacharel em Direito, foi deputado provincial (1858-61), deputado geral (1861, 1869 e 1877), presidente da província do Pará (1869) e presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco (1876). Foi ministro do Império e da Agricultura em 1870, no gabinete do Marquês de São Vicente, e ministro do Império no gabinete de Rio Branco. Em fins do Império, na posição de presidente do Conselho de Ministros e ministro da Fazenda em 1888, foi fundamental na promulgação da Lei Áurea.

da Corte, além daqueles mantidos por sociedades e associações particulares. E para se aproximar e melhorar o controle sobre os professores da Corte, foram instituídas por João Alfredo as *Conferências Pedagógicas sobre Instrução Primária*, sendo que a realização de conferências pedagógicas também estava prevista na legislação de 1854, mas nunca realizadas antes de dezembro de 1872.

Em relação à insuficiência do número de escolas, ela não se restringia ao espaço da Corte. Gouvêa e Jinzenji (2006) e Castanha (2008) destacam a enorme dificuldade das províncias, ao longo de todo o período imperial, na institucionalização da escola elementar. Para este último autor, a instabilidade política no Império foi um fator determinante no lento avanço da estrutura educacional. O presidente das províncias era representante imediato do governo central, e cabia a eles a direção da instrução pública nas províncias. Entretanto, circulação de presidentes das províncias foi muito intensa no período imperial, assim como a circulação de ministérios, e eram muitas vezes homens que vinham da Corte, ou que lá tinham passado determinado tempo, estando distantes da realidade das províncias. Os gabinetes que mais realizaram em termos de educação foram exatamente os de mais longa duração, o gabinete de conciliação (entre 1853 e 1857) e o gabinete Rio Branco (de 1870 a 1875). E ambos os gabinetes foram liderados pelo partido conservador, mais coeso do que o liberal quando esteve no poder, unindo os interesses dos proprietários na defesa da liberdade e da propriedade.

Além disso, segundo Schueler (1997: 44), dentro das propostas do Ministro João Alfredo, estava a associação entre o ensino elementar e o ensino profissional de ofícios. A proposta de criação de escolas profissionais seria materializada com a criação do Asilo de Meninos Desvalidos, inaugurado oficialmente em 1875, e que analisaremos em outro momento neste estudo. Assim, a obrigatoriedade do ensino primário e o desenvolvimento do ensino profissional, a alfabetização de adultos em cursos noturnos, o aperfeiçoamento dos professores através das Escolas Normais e o estabelecimento de asilos e instituições foram medidas discutidas e implantadas neste período. Concordamos com a autora, na medida em que entendemos que o surgimento de projetos de difusão de instrução elementar e profissional teve como base os debates em torno da escravidão, da emancipação e da formação de trabalhadores livres.

Estas discussões também estariam nas bases da Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, que citamos brevemente. Carvalho ocupou a pasta de Negócios do Império, no gabinete liberal presidido por Cansanção de Sinimbu, que assumiu em 1878. A grande diferença de suas propostas para as anteriores estava na ênfase da liberdade de ensino,

como afirma Schueler (1997: 67), com a proposta de tornar livre o ensino primário e secundário na Corte, e superior em todo o Império, o que as tornaram alvos de críticas de parlamentares conservadores que defendiam um controle mais eficaz do Estado sobre a Instrução Pública. Seu grande modelo era a educação nos EUA. O princípio da liberdade se aplicaria também à religião, com o ensino religioso sendo facultativo nas escolas primárias, secundárias e superiores, e dispensada para os não católicos (questão relacionada ao problema da imigração, já que buscava-se estimular a vinda de imigrantes europeus, muitos dos quais protestantes). Além disso, para Leôncio de Carvalho⁵³, a importância do ensino primário era associada aos argumentos do “abandono” e dos “vícios” das crianças, e na perspectiva de que a instrução popular era uma forma de conter a miséria e a criminalidade. A ideia de educar as crianças pobres era discutida também por diversos setores da sociedade, como no Congresso Agrícola, organizado por fazendeiros na Corte, em 1878, no qual estes apontavam a necessidade de desenvolver o ensino primário aliado ao agrícola, para suprir as fazendas com mão-de-obra. Carvalho, inclusive, inseriu em sua reforma educacional o ensino de noções de agricultura e horticultura⁵⁴ no currículo das escolas primárias de segundo grau, regulamentadas desde 1854, mas nunca criadas na Corte.

Neste sentido, levando em consideração o contexto sócio-político dos anos 1870, concordamos com a colocação da autora de que

“Para além da ideia de que educar significava prevenir a criminalidade e as ‘desordens sociais’, a preocupação com as crianças pobres e, conseqüentemente, as propostas de criação de escolas, colônias agrícolas, oficinas e institutos profissionais, se constituíram em produto das discussões

⁵³ Em seu relatório de 1877, o Ministro deixa claras algumas de suas ideias para o projeto de Reforma, que acabou sendo implementado apenas parcialmente, porque determinados artigos necessitavam de aprovação legislativa. O Ministro defende a obrigatoriedade do ensino primário para crianças entre 7 e 14 anos de idade; a liberdade para os pais, tutores ou responsáveis de optarem pela educação de seus filhos em ambiente doméstico ou escolas particulares; a instrução religiosa não obrigatória para os acatólicos, sendo dada em horários que não conflitem com as outras disciplinas; inclusão do ensino de geografia e história nacional nas escolas de primeiro grau, utilizando o método de “lições de coisas” praticado nos EUA; instituição de jardins de infância, nos mesmos moldes dos existentes na Alemanha; a extinção da separação entre escolas para meninos e para meninas e a sua conversão em escolas mistas; e a instituição de caixas econômicas, para que os alunos pudessem juntar pequenas economias do dinheiro fornecido por seus pais ou tutores (no Asilo de Meninos Desvalidos, a caixa era formada por uma parcela da receita do trabalho dos asilados nas oficinas). In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1744/000058.html>.

⁵⁴ Como veremos em nossa discussão sobre o Asilo de Meninos Desvalidos, o ensino de agricultura e horticultura foi constantemente defendido pelos sucessivos diretores do estabelecimento. Schueler (1997: 187) destaca a importância dos debates sobre ensino agrícola nos anos 1880, em meio aos movimentos abolicionistas. A Associação Brasileira Protetora da Infância Desamparada, fundada em 1883 por importantes autoridades e figuras da política imperial, tinha exatamente como objetivo a criação de Asilos Agrícolas para crianças e menores que circulassem abandonadas pelas ruas do Império, principalmente a Corte. Um exemplo foi o Asylo Agrícola de Santa Isabel, fundado em 1886 na região do Vale do Paraíba.

e da busca de alternativas para a resolução do problema da chamada 'transição do trabalho escravo para o livre', mormente no contexto do pós-1871. A ênfase no ensino agrícola esteve presente na reforma Leôncio de Carvalho. Buscava-se, assim, aos interesses senhoriais, amedrontados com as 'circunstâncias peculiares' que anunciavam o fim, não tão remoto, da escravidão (...). No caso das crianças 'órfãs e abandonadas' ou sem responsáveis, a educação deveria ser dada em asilos e oficinas industriais. Nesses asilos, as crianças aprenderiam instrução primária (ler, escrever, contar) e ofícios, obtendo moradia e produzindo, com seu trabalho, um pecúlio que lhes seria entregue aos 21 anos de idade" (SCHUELER, 1997: 77-78).

Contudo, como já apontamos, em torno de todos esses projetos, estava também a ideia de naturalização da desigualdade social, ou seja, através de um determinado modelo de educação as crianças das classes pobres deveriam aprender o seu lugar na ordem social, sendo a instrução elemento reprodutor de hierarquias sociais. Concordamos, neste sentido, com as colocações de Gouvêa e Jinzenji (2006: 124), segundo as quais as representações da infância pobre (sempre em contraposição a uma "infância modelo", baseada na elite, associando as crianças pobres às imagens da viciosidade, da vagabundagem, do abandono e do crime) e os discursos em prol da escolarização dessa infância reforçavam o movimento de afirmação da escola como espaço privilegiado para o futuro do Império. Entretanto, tal educação deveria preparar essa infância para o lugar social quando adultos, qual seja, de trabalhador em ofícios socialmente desvalorizados.

Emergia, então, uma nova valorização do trabalho manual. Como aponta Teixeira (2006: 13-20), os ingênuos e as crianças livres pobres em geral deveriam ser encaminhadas para uma vida digna através da educação pelo trabalho. O aprendizado pelo trabalho era visto como uma forma de evitar a marginalidade, e educar moralmente a infância. A internalização do "amor ao trabalho", a obediência, o respeito à hierarquia e a promoção da civilidade seriam aspectos comuns nos internatos para desvalidos fundados a partir de então.

Porém, havia posições diferentes em torno do que deveria ser prioritário em termos da infância pobre. Luciana de Araújo Pinheiro (2003: 53-54) destaca as diferenças entre os discursos dos Presidentes de províncias, Ministros da Justiça e Chefes de polícia no período posterior à promulgação da Lei do Ventre Livre. Para os primeiros, a ênfase recaía na necessidade de criação de mais escolas de ensino primário. Sua preocupação maior, portanto, era com a difusão da instrução entre as camadas populares. Já ministros e chefes de polícia enfatizavam que a união entre educação primária e trabalho seria o melhor modo de solucionar a questão da pobreza e da

marginalidade infantil. Mais do que solicitações de aumento do número de escolas primárias, estas autoridades enfatizavam pedidos de construção de asilos correccionais, onde menores teriam acesso ao ensino moral, religioso e profissionalizante. Existia, portanto, a preocupação em separar menores pobres e/ou culpabilizados do restante da sociedade, através da internação em instituições. Por serem uma ameaça aos planos de civilização e progresso, muitas crianças eram tratadas como “viciosas”, “desgarradas” e “culpadas”. A nosso ver, os discursos são complementares, visto que voltados para jurisdições com atribuições específicas.

Dentro desse contexto geral, vem sendo chamada a atenção para o interesse dos médicos em relação à infância e sua educação. Os trabalhos neste sentido têm seguido a linha de abordagem aberta por Machado (1978) e, principalmente, Costa (1981), que fazem uma determinada leitura foucaultiana. Em geral, são estudos que se detêm no discurso médico, principalmente as teses da faculdade de Medicina, e procuram visualizar aí um projeto médico de intervenção no social, no qual a infância e a educação seriam de importância fundamental.

No trabalho de Costa (1981), que discutimos anteriormente, o autor se debruçou sobre as teses (é praticamente inaugural neste sentido, expandindo as possibilidades de estudo do tema) dentro de uma perspectiva em que entendia que, no século XIX, a higiene atuou sobre a criança e a família patriarcal procurando modificar seus costumes, moldando novos indivíduos saudáveis e obedientes ao Estado. Em um processo no qual os higienistas procuram harmonizar seus interesses com os da elite agrária que estava à frente do Estado, as teses refletiriam sua preocupação com o caráter central que a infância e sua educação adquiriram, e a importância da formação de laços afetivos entre pais e filhos. A nova imagem da infância e o modelo de família nuclear e conjugal seriam, para o autor, em grande parte obras da atuação dos higienistas, embora sua análise se foque basicamente nos discursos apresentados nas teses, que tinham uma circulação consideravelmente restrita. Nesse contexto, então, os médicos se voltariam para os colégios, sendo que dedicavam atenção em suas teses sobre a educação física, moral e intelectual das crianças, em geral ou em ambientes escolares. A partir do colégio, começariam a ser construídos o novo homem e a nova sociedade antevistos pela higiene. Desta forma, segundo Costa (1981: 180), a preocupação com os colégios fazia parte de uma estratégia por parte dos médicos higienistas de medicalização do espaço urbano.

Em um contexto de institucionalização e busca de legitimação da Medicina no Brasil, Gondra (2004, p.117-118) destaca que a educação escolar foi incorporada pelos médicos, os quais procuraram circunscrevê-la a sua área de competência. Ao se referirem à educação, os médicos procuraram definir diversos aspectos das instituições, buscando a criação de escolas higienizadas, moldadas pelos princípios da Higiene. A escola, portanto, aparecia como elemento de uma nova ordem contra a doença e a ignorância. Na tese de Gondra, os colégios teriam um papel decisivo no discurso de regeneração social articulado pela medicina, em um processo no qual os médicos agiriam conjuntamente com o Estado. Para o autor, a incorporação de novos objetos fortaleceria a crença em um “saber-poder” médico que, ao esquadrihar os espaços público e privado, tinha como objetivo a formação de um novo indivíduo e uma nova cidade, ambos higienizados, já que “o trinfo da sociedade carioca (e brasileira) estava diretamente subordinado ao triunfo da medicina”. (GONDRA, 2004: 119).

O historiador analisa, então, as teses publicadas por médicos na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, algumas das quais já haviam sido apontadas por Costa (1981). Dentre outros motivos, Gondra (2004: 127) aponta que a escolha por este tipo documental é importante porque nelas estariam presentes discursos integrados à própria estrutura do curso da Faculdade, os quais esta legitimava e procurava exercer fiscalização e controle. Entretanto, embora ressalte que o modelo de escrita das teses variou ao longo do século XIX através das reformas que o ensino médico passou⁵⁵, o autor localizou no período entre 1845 e 1892 apenas 16 teses médicas que lidavam diretamente com o tema da educação, embora apresente um quadro quantitativo de um total de 2916 teses produzidas na faculdade entre 1831 e 1889. Logo, a quantidade de teses que versam sobre educação das crianças nos parece mínimo dentro de um quadro geral das teses produzidas na instituição, e por diversas vezes o autor acaba incorrendo em generalizações.

Mesmo com isto em vista, Gondra (2004) aponta como os médicos formados pela Faculdade do Rio de Janeiro prescreviam medidas para melhorar a higiene e salubridade dos estabelecimentos de ensino, buscando formar o indivíduo em suas três dimensões:

⁵⁵ Como o próprio Gondra (2004: 136) aponta, nos anos 1830 as teses poderiam tratar de qualquer matéria objeto do curso médico, podendo ser desenvolvida em forma de proposições ou dissertação, e contendo pelo menos seis aforismos. Na Reforma de 1854, a tese passou a consistir em três proposições, cada uma relativa a cada seção do curso, sendo que uma delas em formato dissertativo, mantendo os seis aforismos de Hipócrates. Já nos anos 1880, a congregação da faculdade mantém o controle previsto em 1854 sobre os pontos que os candidatos poderiam abordar, com o doutorando devendo apresentar uma dissertação, três proposições sobre cada cadeira do curso e os seis aforismos médicos.

física, intelectual e moral. Tais prescrições, de forma semelhante como destacou Costa (1983), iam desde as preocupações com a localização dos prédios (o afastamento do mundo urbano em busca de ares saudáveis e do afastamento da “imoralidade” das cidades), a divisão dos espaços internos (circulação de ar, luz e água; prevenção de doenças; controle moral dos alunos, para evitar perigos como o onanismo e o homossexualismo; separação dos cômodos, como salas de aula, salas de estudo, dormitórios, enfermarias, refeitórios, latrinas), alimentação regular e saudável, vestimentas específicas, exercícios ginásticos, dentre outros. A escolarização seria, assim, o fundamento de uma cidade higiênica, e por isso suas prescrições não se restringiam aos arredores das instituições escolares, mas também seus interiores. Contudo, o autor também se restringe à análise das teses, sem analisar as próprias instituições escolares, e reafirma a perspectiva de higienização social, considerando que

“Seja nas que procuram tematizar de modo mais enfático os ‘colégios’, seja naquelas cujas preocupações giravam em torno da ‘formação da mocidade’ carioca/fluminense. Insistência no poder da higiene. Repetição na compreensão da necessidade de se fazer uma intervenção higiênica que articulasse, cimentasse e desenvolvesse, simultaneamente as três dimensões do homem, reconhecidas e referidas pelo discurso da ‘mãe extremosa’: a moral, a física e a intelectual. Insistindo e circulando em torno desses princípios, os médicos procuraram instituir uma tripla representação dos colégios, que se manifesta em forma de combate. Combate à escola exclusivamente do físico, à escola exclusivamente do intelecto e à escola exclusivamente voltada para a formação moral. (...) Era, enfim, chegado o tempo da trindade pedagógica e da utopia de intervir na formação de um homem novo. Novo, porque bem constituído física, moral e intelectualmente. Novo, porque inscrito em uma percepção do homem e da sociedade que buscava se legitimar como nova, em um tempo no qual se dirigiam ações rumo à modernização da sociedade, do trabalho, da economia e da escola. Era tempo de urbanização e de aburguesamento. Portanto, também era tempo de higienização.” (GONDRA, 2004: 293-294).

Para Gondra (2004: 205), portanto, havia um projeto de intervenção higiênica nos colégios da Corte, que por sua vez estava inserido em um projeto mais amplo de medicalização do urbano. O país, na visão dos higienistas, seria atrasado, defasado e inculto, precisando ser reformado, principalmente pela formação e instrução do povo. Esta reforma deveria se dar através de uma educação integral, que contasse também com as iniciativas do governo e de particulares. Assim, o Brasil poderia ser inscrito na ordem civilizada, a partir da imposição da escolarização à população. Esta ordem médica seria uma “doutrina higiênica de controle da infância”, na visão do autor (GONDRA, 2004: 422), aspecto que estaria claro na questão da masturbação, constantemente criticada pelos médicos (a sexualidade precoce e fora do casamento

seriam práticas contrárias a uma moral higiênica). E, embora se restrinja à análise de teses, o autor cita brevemente que a difusão da doutrina higiênica foi realizada através da arquitetura das escolas, manuais de ensino, estabelecimentos criados e dirigidos por médicos, a presença destes na liderança de órgãos públicos, e a disseminação de suas representações nos cursos normais e livros escolares. Este ponto de vista é ressaltado em trabalho do autor em conjunto com Heloísa Pimenta Rocha, no qual os autores argumentam que a escola, assim, teria sido alvo da racionalidade médica, sendo que

“(...) a manutenção da escola no interior do discurso médico pode ser explicada menos como uma decorrência mecânica das transformações ocorridas em outras esferas da vida social e mais como um zelo estratégico e calculado desse campo disciplinar que vê aí um modo de manter e expandir sua legitimidade para cuidar dos indivíduos e da sociedade.” (ROCHA, GONDRA, jul.-dez.2002: 510)

Discordamos do autor em diversos aspectos. Primeiramente, como apontamos, consideramos o quantitativo de teses que versavam sobre educação escolar bastante pouco representativo dentro do universo de publicações no longo período analisado pelo historiador. Além disso, apesar de destacar as mudanças em termos de ensino nas faculdades e de escrita das teses, o autor não leva em consideração as mudanças que o campo da Medicina passou neste longo período na análise da documentação. Por exemplo, a emergência do ensino experimental entre os anos 1860 e 1870 e suas implicações nas reformas dos fins do século XIX e na redação das teses. Além disso, embora de fato as ideias higienistas circulassem por diversos meios perante a sociedade (entre os quais os periódicos tiveram papel fundamental), a leitura das fontes ficava basicamente restrita ao seu redator e aos lentes da faculdade de Medicina, tanto os que autorizavam a sua escrita, quanto os membros da banca examinadora. A ideia de “medicalização” e “higienização” da sociedade que, como vimos, foi extremamente influente a partir dos anos 1970, a partir de estudos de orientação foucaultiana, tem sido revista na historiografia, que vem deslocando a perspectiva da existência de um projeto de poder médico ligado a um aparelho Estatal autoritário para a análise do interior do campo médico e suas práticas científicas. E, sem abrir mão do conceito de “medicalização”, novas formas de interpretar este processo têm sido enfatizadas, considerando que não apenas os médicos, mas diversos outros sujeitos podem ter um papel ativo no enquadramento de problemas sob uma perspectiva e um vocabulário

médicos. Ou seja, ao contrário de um processo vertical e autoritário, surge a ideia de um processo difuso e sociocultural.

Os médicos higienistas são vistos como formando um bloco coeso⁵⁶, sustentando um projeto que se desenvolveria e consolidaria ao mesmo tempo em que a Medicina se institucionalizava no Brasil. Eles aparecem sempre como indivíduos altamente conscientes de todos os processos e tendo uma visão altamente estratégica. Porém, como discutimos anteriormente, os médicos possuíam diversos interesses, entre os quais a preocupação constante em desenvolver publicações originais e a busca de reconhecimento e credibilidade pelos pares. A grande maioria, por sinal, iria se dedicar à clínica depois de sua formação. A presença de médicos na direção de órgãos públicos e instituições educativas, a nosso ver, não pode ser diretamente relacionada a um projeto de intervenção médica sobre o social. Como discutimos, a formação superior era restrita a uma pequena elite, que no contexto basicamente só dispunha de cursos de Direito e Medicina em território nacional. Logo, é de se supor que fosse comum que membros da burocracia imperial e das elites fossem ou bacharéis em Direito, que eram a grande maioria, segundo Carvalho (2010), ou doutores em Medicina.

Além disso, na análise do contexto da Corte “degenerada”, Gondra (2004) enfatiza sobretudo as questões da urbanização e do crescimento demográfico na segunda metade do século XIX, citando inclusive depoimentos de viajantes estrangeiros. Contudo, como discutimos, embora estes processos estivessem realmente acontecendo, seu caráter não pode ser exacerbado, já que as mudanças no ambiente urbano da Corte só começariam a ser sentidas de forma mais impactante na Primeira República, e ainda neste contexto o país como um todo permaneceria essencialmente rural. O “triumfo da medicina” pode ser questionado a partir dos próprios dados levantados por autores como Coelho (1999) e Patto (1996), que apontaram o alcance limitado das ações voltadas para a higiene urbana e para a saúde pública na segunda metade dos Oitocentos. O Estado brasileiro era escravocrata e aristocrático e, embora visasse aos ideais de civilização e progresso, a realidade nas ruas de uma cidade como o Rio de Janeiro era a presença de escravos em meio à população livre. Mesmo não sendo objetivo do autor, consideramos que qualquer discussão sobre educação e infância neste

⁵⁶ Em outro estudo, Gondra (2007: 185) considera que a Higiene usou estratégias para se legitimar, e sua interpretação é de que tais estratégias foram bem sucedidas. Primeiramente, ela teria se voltado para o interior da ordem médica, com a criação de disciplinas de formação, importação, tradução e redação de manuais e compêndios estrangeiros, organização de sociedades científicas e publicações de discursos para um público mais amplo (jornais, revistas, literatura). E o segundo vetor foi direcionado para instituições da sociedade, tais como quartéis, cemitérios, prisões, famílias e escolas.

contexto deve levar este aspecto em conta, assim como a preocupação com a questão da mão-de-obra escrava. As teses analisadas pelo autor foram escritas em um longo período, em contextos sociais diferentes, e que devem ser considerados (uma tese escrita nos anos 1840 pode ter implicações diferentes de outra escrita nos anos 1880, por exemplo).

Assim, consideramos que a higiene e os preceitos defendidos pelos higienistas foram importantes ao longo do século XIX no processo de institucionalização da Medicina, e ideias acerca da infância e da educação infantil com base no discurso higienista sem dúvida circulavam pela sociedade imperial neste contexto. Isto não quer dizer que, na prática, tenha ocorrido um efetivo processo de “higienização” da infância e das escolas. Sem se prender apenas a discursos, consideramos relevante analisar em experiências educacionais voltadas à infância naquele período a adoção ou influência de princípios higienistas. Neste ponto, é fundamental ter em mente que, do ponto de vista da saúde pública, o cenário da cidade do Rio de Janeiro em fins do século XIX estava longe de representar um “sucesso” dos higienistas ou de qualquer projeto médico.

O que pudemos perceber foi, na segunda metade do século XIX, a proliferação de iniciativas voltadas para a educação e assistência à infância pobre e *desvalida*⁵⁷. Embora a educação primária já estivesse presente desde a Constituição de 1824 e o ensino de ofícios mecânicos já existisse pontualmente, eles adquirem nova dimensão, especialmente a partir dos anos 1870. Com o gabinete reformista de Rio Branco e a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, novas iniciativas foram tomadas em relação à infância pobre, como a criação do Asilo de Meninos Desvalidos. Não somente o Estado, mas também sociedades, associações e particulares estimulavam a criação de estabelecimentos voltados para crianças, em geral com a perspectiva de associação entre a instrução primária e a educação pelo trabalho. Sempre tendo em mente os princípios de civilização e progresso e com o acirramento do problema da mão-de-obra, além da também presente preocupação com a presença de crianças nas ruas que poderiam enveredar para a criminalidade, consideramos este momento decisivo para nosso estudo, em que as iniciativas filantrópicas começam a se sobrepôr às caritativas, predominantes até então.

⁵⁷ Como aponta Rizzini (2007), o termo significava “sem valor” ou “com pouco valor”, sendo utilizado para atestar a situação de pobreza e indigência. Em dicionário de Candido de Figueiredo, de 1899, “desvalido” é definido como “aquele que não tem valimento; o homem desgraçado, miserável.”

Desta forma, no capítulo seguinte analisaremos a experiência do Asilo de Meninos Desvalidos, na sua existência durante o período imperial (1875-1889). Inicialmente, analisaremos o contexto de criação da instituição e sua dinâmica, destacando a participação de diversos atores durante a existência do Asilo. O objetivo é perceber a complexidade do funcionamento do Asilo, suas relações com a sociedade e a política imperial de forma mais ampla, e as diversas injunções e controvérsias em torno do estabelecimento. Em um segundo momento, analisaremos a questão da higiene e da saúde na instituição, interrogando se princípios higiênicos foram importantes na criação e dinâmica da instituição.

4 – O Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1889)

4.1 – Antecedentes e criação

Como vimos anteriormente, dentre as diversas medidas prescritas no Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, decreto nº 1331-A de 17 de fevereiro de 1854, estava a criação de “casas de asylo” para meninos que se encontrassem em estado de mendicidade, aonde receberiam a instrução de meu primeiro grau. Os artigos 62 e 63 previam expressamente que

“Art. 62. Se em qualquer dos districtos vagarem menores de 12 annos em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa decente para frequentarem as escolas, vivão em mendicidade, o Governo os fará recolher a huma das casas de asylo que devem ser creadas para este fim com hum Regulamento especial.

Em quanto não forem estabelecidas estas casas, os meninos poderão ser entregues aos parochos ou coadjutores, ou mesmo aos professores dos districtos, com os quaes o Inspector Geral contractará, precedendo approvação do Governo, o pagamento mensal da somma precisa para o supprimento dos mesmos meninos.

Art. 63. Os meninos, que estiverem nas circumstancias dos Artigos antecedentes, depois de receberem a instrucção do primeiro gráo, serão enviados para as companhias de aprendizes dos arsenaes, ou de Imperiaes Marinheiros, ou para as officinas publicas ou particulares, mediante hum contracto, neste ultimo caso, com os respectivos proprietarios, e sempre debaixo da fiscalisação do Juiz de Orphãos.

*Áquelles porêm que se distinguirem, mostrando capacidade para estudos superiores, dar-se-ha o destino que parecer mais apropriado à sua intelligencia e aptidão.”*⁵⁸

A criação de uma instituição nesses moldes só veio a acontecer, entretanto, nos anos 1870, com a fundação do Asilo de Meninos Desvalidos, sob a atuação do Ministro

⁵⁸ In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>.

João Alfredo no gabinete do Visconde de Rio Branco. A Lei nº 2348, de 1873, fixou uma parcela de gastos a serem realizados com a instituição, criada pelo decreto nº 5.532, de 24 de Janeiro de 1874. O decreto dispõe claramente que a criação do estabelecimento era uma medida para levar a cabo o que estava previsto no Regulamento de 1854.

“Hei por bem, em virtude do § 25 do art. 2º da Lei nº 2348 de 25 de Agosto de 1873, Criar no Municipio da Côrte 10 Escolas publicas de instrucção primaria, do primeiro gráo, das quaes serão estabelecidas:

Nove nas seguintes freguezias: uma para cada sexo na de Jacarepaguá, Serra da Tijuca; duas para o sexo masculino e uma para o feminino na de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo; duas para o sexo feminino na de S. João Baptista da Lagôa; uma para o sexo masculino na de Santo Antonio; e outra para o mesmo sexo na de Guaratiba.

E a 10ª para execução das disposições dos arts. 62 e 63 do Regulamento approved pelo Decreto nº 1331 A de 17 de Fevereiro de 1854, sendo destinada a servir de Casa de Asylo para os meninos que se acharem nas circunstancias declaradas no primeiro dos ditos artigos, e regida pelo regulamento especial que o Governo Imperial expedirá.

O Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Janeiro de mil oitocentos setenta e quatro, quinquagesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

*Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.
João Alfredo Corrêa de Oliveira.”*⁵⁹

Para Luiz Carlos Barreto Lopes (1994), dialogando com o materialismo histórico, a criação do Asilo neste momento estaria relacionado ao “espírito do capitalismo industrialista”, inserido em um projeto de mudança da indústria brasileira da época. Na visão do autor (1994: 121), o projeto educacional repousaria no cerne dos movimentos sociais capitaneados pela burguesia industrialista, em que uma parcela deste grupo esperava ter como retorno do apoio oferecido aos novos projetos uma mão-de-obra educada, tecnicamente e moralmente. Assim, o Asilo estaria inserido em um processo político de ascensão da burguesia industrialista ao poder político.

Contudo, no presente estudo nos distanciamos desta perspectiva. Primeiramente, como analisamos anteriormente, o poder político continuava centralizado nas elites, formadas por representantes dos setores senhoriais, sendo o Brasil um país essencialmente rural, aristocrático e escravocrata neste período. Sem dúvidas, havia um processo de crescimento demográfico, instalação de fábricas e urbanização na cidade do Rio de Janeiro em curso, mas que ainda tinha um caráter limitado, e não permite a

⁵⁹ In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5532-24-janeiro-1874-550082-publicacaooriginal-65715-pe.html>

afirmativa de que uma burguesia industrialista assumiu o poder e conseguiu impor um projeto sobre a sociedade. As doações de empresários ao Asilo, identificadas pelo autor, e que trataremos adiante, estão mais inseridas em uma lógica do status advindo por essas ações de cunho caritativo ou filantrópico do que por um projeto burguês de formação de mão-de-obra para indústrias.

Consideramos, portanto, que a criação do Asilo dentro de um contexto complexo, em que se acirravam os debates sobre a emancipação da mão-de-obra escrava, a Lei do Ventre Livre, e em que a educação e instrução das classes populares era vista como uma das maneiras de reorganizar as relações de trabalho. O interesse em unir instrução primária e trabalho existia anteriormente, e determinados fatores (como a ocorrência da Guerra do Paraguai, o déficit orçamentário, cisões entre liberais) podem ter contribuído para que as medidas previstas no Regulamento de 1854 só tenham sido postas em prática na década de 1870. Como vimos, o gabinete Rio Branco se caracterizou por inúmeras reformas, tendo em vista a modernização do país, entre elas ações voltadas à educação e instrução de crianças e adultos pobres por iniciativa do Ministro João Alfredo Correia de Oliveira. No caso das camadas pobres, as escolas eram vistas não apenas como uma forma de instrução, mas também de educação, ensinando hábitos, comportamento e moralidade. As propostas, no entanto, limitavam às classes populares o acesso apenas à instrução elementar e ao exercício de profissões artesanais e manuais, possibilitando a reprodução de uma sociedade hierarquizada e baseada em privilégios. Assim,

“Na proposta do Ministro João Alfredo, a instrução profissional e a instituição das chamadas ‘escolas industriais’ eram ressaltadas como um caminho possível para educar o povo. Insinuava-se, então, a defesa do ensino técnico, mais científico e prático, para preparação tanto de ‘intermediários’ pertencentes às camadas médias, como por exemplo arquitetos, desenhistas, farmacêutico e mestres, quanto de trabalhadores especializados em diversos ofícios manuais, industriais e agrícolas. (...) Embora houvesse debates e contradições sobre a natureza do ensino e dos programas destinados aos diferentes níveis de ensino, podemos afirmar que, de maneira geral, a Instrução Pública imperial produziu uma ‘marca social’ que separava o trabalho intelectual e o manual, de acordo com as divisões entre as classes sociais.” (SCHUELER, 1997: 42-44).

Entretanto, embora criado em 1874, o Asilo só foi inaugurado oficialmente no ano seguinte, quando recebeu seu primeiro regulamento pelo decreto nº 5849 de 9 de janeiro

de 1875⁶⁰ (o segundo regulamento é de 1883, tendo sido instituído pelo decreto n° 8910, de 17 de março de 1883, e dele trataremos quando discutirmos a dinâmica do Asilo, inclusive os fatores que levaram à sua promulgação). Logo em seu primeiro artigo, o Regulamento prevê que o Asilo só pode receber meninos entre 6 e 12 anos de idade, nos termos do art. 62 do Regulamento de 1854. Além disso, previa que todos os meninos admitidos tinham que ter sido vacinados (caso contrário, o seriam quando da admissão) e não poderiam portar moléstias contagiosas, ou incuráveis, e nem defeitos físicos que os impossibilitassem para a o estudo e para os ofícios e artes. Como cita Tânia Fernandes (2010: 50), a mesma legislação que criou o Instituto Vacínico do Império, em 1846, previa a obrigatoriedade de vacinação em crianças de até três meses e a exigência de atestado de vacinação ou comprovação da doença para admissão na Armada ou no Exército, em estabelecimentos de educação ou oficinas sob a responsabilidade do governo. Tal exigência também era feita para admitidos, matriculados ou inscritos em estabelecimentos oficiais, literários, públicos ou particulares.

Pelo decreto, os alunos poderiam sair do Asilo quando reclamados por seus pais ou parentes, quando considerados sem possibilidade de correção e prejudicassem a moralidade do estabelecimento, os que demonstrassem inaptidão ao longo de três anos, e os que tivessem concluído sua educação⁶¹ (sendo que teriam que trabalhar ainda três anos nas oficinas do Asilo, tendo metade da renda recolhido a sua Caixa Econômica). O Asilo estaria sob inspeção de uma Comissário do Governo Imperial, e o ensino da instituição incluiria diversas disciplinas e oficinas, embora, como veremos adiante, a implantação estas tenha se dado de forma lenta. Como prevê o Regulamento de 1875,

*“Art. 9º O ensino do Asylo comprehenderá:
 § 1º Instrucção primaria do 1º e 2º gráo.
 § 2º Algebra elemental, geometria plana e mecanica applicada ás artes.
 § 3º Esculptura e desenho.
 § 4º Musica vocal e instrumental.
 § 5º Artes typographica e lithographica.
 § 6º Os officios mecanicos de:
 Encadernador;
 Alfaiate;
 Carpinteiro, marceneiro, torneiro e entalhador;
 Funileiro;
 Ferreiro e serralheiro;*

⁶⁰ In: AGCRJ – Fundo Câmara Municipal. Série Instrução Pública. Códice 13-3-6; e <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5849-9-janeiro-1875-549781-publicacaooriginal-65299-pe.html>

⁶¹ O Regulamento de 1883, como veremos, determinou a idade máxima de permanência em 21 anos.

*Surrador, correio e sapateiro.”*⁶²

Estavam previstos, entre os funcionários, além do diretor, três professores (um de instrução primária, um de álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes, e um de escultura e desenho), cuja nomeação só poderia se dar através de concurso, um escrivão, um almoxarife, um médico, um capelão, os mestres de artes ofícios, e os inspetores de alunos, criados, repetidores e serventes que fossem necessários. A distribuição das horas de ensino e de dedicação aos ofícios deveria ser estabelecida em um regimento interno, a ser elaborado pelo diretor, e estavam excluídos do Regulamento os castigos corporais, sendo previstas outras penas no regime disciplinar (advertência em particular ou em público, repreensão em particular ou em público, privação de recreio ou de passeio com ou sem trabalho, privação da mesa, prisão até três dias, sem prejuízo do ensino ou do trabalho, e expulsão).

Há de se notar que o próprio Regulamento traz a inclusão do Asilo no rol de escolas públicas da Corte, considerando no seu artigo 18 que o Diretor é considerado um “Delegado do Inspetor geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, e como tal tem as obrigações impostas aos Delegados da instrução, no que lhe forem aplicáveis.”

O Asilo de Meninos Desvalidos, contudo, só foi inaugurado oficialmente em 14 de março de 1875, em cerimônia oficial que contou com o Imperador e membros ilustres da sociedade imperial, já contando na instituição a presença de 13 meninos⁶³. Para Maria Zélia de Souza (2008), a própria escolha do local onde seria instalada a instituição, a chácara no bairro de Vila Isabel comprada da família de Jorge Rudge, seria um indício da influência das concepções higienistas, já que era um local afastado do núcleo urbano, visto como insalubre. Além disso, na visão da autora, a escolha do ex-diretor da Casa de Correção de Pernambuco, Rufino Augusto de Almeida, como o primeiro diretor da instituição, seria reflexo de uma política de controle e disciplinarização de uma população que se queria ordeira, o que discutiremos adiante. A inauguração do Asilo teve uma cobertura considerável⁶⁴ nos periódicos que circulavam na Corte. Sempre adotando um tom elogioso neste primeiro momento, tais periódicos

⁶² In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5849-9-janeiro-1875-549781-publicacaooriginal-65299-pe.html>

⁶³ Esta informação consta do relatório do diretor interino João Joaquim Pizarro de 1876. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1742/000486.html>

⁶⁴ Caso dos periódicos “A Instrução Pública”, “O Globo” e “A Nação”.

deixam entrever a importância que a criação da instituição adquiria dentro da preocupação com a instrução da criança pobre e desvalida e com o problema da mão-de-obra.

A matéria publicada na edição de “O Globo”⁶⁵, de 15 de março de 1875, deixa este aspecto bem claro.⁶⁶

“Inaugurou-se ontem, às 5 horas da tarde, o Asylo da Infância Desvalida, no palacete que foi propriedade da viúva Rudge, e para esse fim comprado e restaurado pelo governo.

O ato, que esteve solene, foi honrado com a augusta presença de S. M. o Imperador, S. Ex. o Ministro do Império, e outros funcionários graduados, bem como um grande número de senhoras.

(...) Não podemos em breves traços dar uma ideia exata deste importante estabelecimento, que se acha montado de modo a nada deixar a desejar para o fim a que se destina.

Seus dormitórios são vastos e bem arejados, as aulas mobiliadas segundo os preceitos dos países adiantados em instrução.

(...) Damos nossos emboras ao governo a quem coube realizar este grande melhoramento que, iniciado em 1854, só agora pôde ser levado a efeito.” (O Globo, p.3 – 15-03-1875).

O mesmo tom aparece dado na cobertura de “A Nação”⁶⁷. Matéria publicada no periódico anuncia que

“Inaugurou-se ontem, como anunciamos, o Asylo da Infância Desvalida, cujo regulamento fora na véspera publicado no Diário Oficial.

(...) O novo estabelecimento foi fundado no palacete, sito em Vila Isabel, para esse fim comprado pelo ministério do Império aos herdeiros de J. Rudge.

O edifício, completamente restaurado e adaptado ao seu novo destino, reúne todas as desejáveis condições: salões para aulas, vastos e bem arejados dormitórios, e os compartimentos necessários para a residência do diretor e empregados, cozinha, enfermaria, banheira, etc.

⁶⁵ Como aponta Angela Alonso (2002: 278), tanto “O Globo” quanto “O Paiz” foram fundados nos anos 1870 por liberais republicanos, ambos sob a batuta de Quintino Bocaiúva e financiamento de figuras da elite do Império, como o conde de Matosinhos. Como veremos, nos anos 18880, com o acirramento da campanha abolicionista e do movimento republicano, as críticas ao Asilo tornam-se mais frequentes, especialmente em “O Paiz”. Este periódico teve como redatores-chefes Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva, o qual moldou o jornal com um tom moderado e discreto, mesmo em torno de temas marcantes. “O Paiz” publicava notas irônicas e finas, e da tiragem de 11 mil exemplares em 1884, chegaria a 26 mil em 1889. No período republicano, se consolidaria como um dos jornais de maior influência no cenário político nacional. In: <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/o-paiz>.

⁶⁶ Optamos por transcrever adaptando o texto à linguagem atual por uma questão de facilitação da leitura.

⁶⁷ Periódico criado em 1872 para substituir o “Jornal da Tarde”. Circulava diariamente, menos aos domingos. O exemplar avulso custava 40 réis, sendo vendido em agências localizadas em vários pontos da cidade. Entre os redatores estavam, o político João Juvêncio de Aguiar, o escritor Cirilo Eloi Pessoa de Barros, o ministro José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, e o político abolicionista Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo. In: <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/na%C3%A7%C3%A3o>

(...) A situação do edifício é excelente, e a escolha do comissário do governo nos parece ter recaído em pessoa que reúne raros predicados para a direção do estabelecimento.

Estava reservado ao ilustrado e diligente sr. Conselheiro Corrêa de Oliveira dar execução prática ao generoso pensamento que, consagrado no Reg. De 17 de fevereiro de 185, e reproduzido no ato de 24 de janeiro de 1874, esperava a ação eficaz e fecunda do ministro, de cuja administração data incontestavelmente o progresso da instrução pública no Brasil.

A S. Ex. e ao gabinete de 7 de Março os nossos ardentes parabéns.” (A Nação, p.2-3, 15-03-1875).

Transparece, portanto, em ambos os textos, o otimismo em relação à fundação do Asilo de Meninos Desvalidos. Mesmo um periódico fundado por liberais republicanos como “O Globo” elogiava a ação do gabinete Rio Branco, liderado pelo Partido Conservador. Daí podemos, portanto, ter a dimensão que a inauguração da instituição detinha para a sociedade da época.

Além disso, em diversos periódicos foi publicado o discurso inaugural do Dr. Rufino de Almeida, que nos permite visualizar algumas expectativas por detrás da inauguração do Asilo. Um dos periódicos que o publicou foi “A Instrução Pública”⁶⁸, reproduzindo totalmente as palavras de Rufino.

“Incumbido de organizar e dirigir o Asylo de Meninos Desvalidos, cabe-me a honra de respeitosamente saudar a V. M. Imperial, que benévolo aqui se acha para assistir à inauguração de mais um monumento de piedade e desvelo do paternal governo de V. M. Imperial pela infância carecedora de auxílio.

O estabelecimento, que hoje começa a existir, tem por fim o amparo e proteção dispensados pelo Estado a meninos, que faltos de arrimo de seus pais, ficariam entregues a um futuro incerto e lamentável, mas que agora encontrarão os meios regulares de uma educação proveitosa.

(...) O abandono em que vai jazendo um grande número de crianças vítimas da miséria, ou da negligência de seus pais, que não cuidando de sua educação, as deixam na ociosidade e na vagabundagem, deve ser considerado de mau agouro para nossa sociedade, e cumpre empregar todos os meios para atalhar este mal futuro.

É na classe dos ociosos, dos ignorantes e dos vagabundos que se recruta a maior parte da população das prisões.

(...) Nas grandes cidades aparece grande número de crianças que, ou por pobreza dos pais ou por abandono destes, são votadas a uma vida de misérias, que geralmente conduz ao vício e à depravação, tornando-os homens repletos de malícia, entes perigosíssimos para a sociedade, que por fim tem de pagar a sua imprevidência dependendo na repressão dos criminosos aquilo que poderia ter despendido na aquisição de bons cidadãos.

(...) Não pode uma sociedade prosperar sem duas condições: o trabalho, e a constituição da família legítima.

⁶⁸ Segundo Maria Helena Camara Bastos (2009), “A Instrução Pública” foi a primeira publicação periódica de educação e ensino publicada no Brasil. Publicada semanalmente, a folha existiu em dois períodos: entre 1872 e 1875, e entre 1887 e 1888, totalizando 185 números., publicando sobre diversos temas e todos os níveis de ensino (primário, secundário e superior).

O governo, criando asilos para a infância desvalida, concorre poderosamente para estes dois fins.

Indivíduos que ficariam entregues aos vícios, companheiros da ignorância e do ócio, vem neste recinto encontrar os primeiros conhecimentos precisos ao homem social, e o hábito do trabalho que o morigera.

Restituídos à sociedade naturalmente se dedicarão ao trabalho honesto, que convida ao casamento: e assim formarão famílias decentes, que servirão de profícuo exemplo.

(...) Permita V. M. Imperial que declare instalado o Asylo dos Meninos Desvalidos, cuja prosperidade será indubitável sob o patrocínio de V. M. Imperial e sob a direção vigilante e assídua do ministro, a quem o país já deve este e outros assinalados serviços". (A Instrução Pública, p.37-38 – 28-03-1875).

O discurso de Rufino deixa entrever algumas questões relacionadas ao Asilo de Meninos Desvalidos. Primeiramente, como ex-diretor da Casa de Correção de Pernambuco, expressa grande preocupação com a criminalidade e a população das prisões. Como discutimos anteriormente, na segunda metade do século XIX tornou-se crescente a preocupação com as crianças que circulavam pelas ruas em cada vez maior número, algumas vezes praticando pequenos crimes, associadas às imagens da ociosidade, da vagabundagem e do vício, exatamente como aparece no discurso. Por outro lado, em um contexto de acirramento do problema da emancipação e da mão-de-obra escrava, havia também um interesse cada vez maior na educação pelo trabalho, inclusive como um elemento moralizador. Em meio aos elogios ao Imperador, através de uma retórica que o identifica como paternal e piedoso, comum em textos da época, percebe-se a preocupação com o trabalho como maneira de formar indivíduos honestos e moralizados para o Estado.

Tendo visto o processo de criação da instituição, analisaremos a seguir a dinâmica do Asilo de Meninos Desvalidos ao longo de nosso recorte temporal, ou seja, entre 1875 e 1889. Para isto, dividiremos nossa análise em três focos: os asilados, os funcionários e o ensino. De especial interesse para este estudo é investigar quem eram os atores envolvidos na dinâmica da instituição, ou seja, quem eram os meninos recebidos na instituição, quais as motivações que levavam familiares a pedirem a matrícula das crianças, a existência de redes de clientelismo e favorecimento no processo de admissão, os motivos que levavam aos desligamentos dos asilados, qual o destino destes após a saída da instituição, quem eram os funcionários da instituição (principalmente os diretores) e em que consistia e como se dava o ensino no Asilo.

4.2 – A dinâmica da instituição: o funcionamento e os atores envolvidos

4.2.1 – Os asilados

Para a análise do público alvo do Asilo de Meninos Desvalidos, além dos regulamentos, relatórios, ofícios e periódicos, nos valeremos dos dossiês com pedidos de admissão presentes no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Entretanto, tal análise é dificultada pelo caráter fragmentado da documentação. Lopes (1994: 139) chama a atenção para o fato de que, apesar de terem passado pela instituição 4817 asilados entre 1875 e 1894, só restaram 713 pastas neste período. Para o nosso período, entre 1875 e 1889, localizamos 539 pastas. E nem todas possuem a documentação completa. Em geral, os pedidos de admissão deveriam conter, além do pedido em si, uma documentação anexa contendo atestados de pobreza emitidos pelo inspetor do quarteirão ou vigário da freguesia, atestados de vacinação emitidos pelo Instituto Vacínico do Império ou médicos particulares, certidões de óbito dos pais (principalmente no caso do menino que fosse órfão), entre outros. Entretanto, em alguns casos só há uma parte da documentação, ou mesmo só o requerimento de entrada, e não é possível afirmar nem mesmo se o menino foi admitido no Asilo. Em muitos não há informações sobre a cor do asilado, ou informações sobre os pais, e somente a presença do nome não nos permite afirmar com certeza que se tratava de um ex-escravo ou um ingênuo. Em outros, porém, percebemos a presença de cartas de recomendação e a intervenção de membros influente da sociedade imperial nestes processos de admissão, que trataremos a seguir.

Dadas estas dificuldades, realizar um levantamento quantitativo sobre a população do Asilo tornou-se tarefa complexa. Optamos, portanto, por privilegiar uma análise qualitativa, levando em consideração as questões levantadas no final do subcapítulo anterior. Entretanto, vale ressaltar os dados coletados por Martins (2004) para os anos de 1876⁶⁹ e 1888⁷⁰, nos quais constam entre os ofícios relações de asilados (embora, mais uma vez, faltem informações sobre alguns aspectos, como a cor dos alunos). Como a autora apontou, em 1876, quando contavam 96 asilados na instituição, havia uma elevada parcela de crianças pardas e negras, sendo 34% brancas, 33% pardas, 27% morenas (categoria muito pouco utilizada na época) e 6% pretas. Em relação à proveniência dos meninos, 65 dos 96 asilados eram naturais da Corte (sendo 47 entre

⁶⁹ In: AN, Série Educação – IE5 (22).

⁷⁰ In: AN, Série Educação – IE5 (86).

pardos, pretos e morenos e apenas 18 brancos) e 31 oriundos de outros Estados, outras regiões do Rio de Janeiro ou mesmo outro país (dois casos). Vale notar ainda o baixo índice de órfãos, apenas 18 (cerca de 19%) contra 78 não órfãos (cerca de 81%). Já em 1888, como nota a autora, a capacidade do Asilo já havia sido ampliada para 300 meninos e a idade de entrada havia sido alterada de 6 a 12 anos para 8 a 12 anos de idade. Não havia mais a categoria “moreno”, tendo sido substituída por “caboclo”. Dos asilados neste ano, 42% eram brancos, 51% pardos, 6% pretos e 1% caboclos. A ausência de informações, como citamos, dificulta a elaboração de um quadro mais aprofundado, mas percebe-se nos dois momentos o elevado quantitativo de meninos não-brancos recebidos na instituição, embora em alguns casos não fique claro, como veremos, se tratava-se de um filho de escravos, um liberto ou um ingênuo.

Assim, em relação ao nosso questionamento sobre quem eram os meninos recebidos na instituição, um primeiro aspecto a ser destacado é a presença de ingênuos e libertos no Asilo, principalmente pelo fato da instituição ter sido fundada no contexto posterior à promulgação da lei do Ventre Livre e de acirramento das discussões sobre a emancipação da mão-de-obra escrava. Embora, como citamos, seja difícil elaborar um quadro geral da presença de indivíduos nessa condição dentro da população de asilados, é possível perceber a crescente presença de ingênuos e libertos na instituição, especialmente nos anos 1880, período em que a capacidade do Asilo também foi ampliada.

Entretanto, em ofício da inspetoria geral de instrução primária e secundária de janeiro de 1876⁷¹, consta que o primeiro diretor do Asilo, Rufino Augusto de Almeida, era contrário à presença de ingênuos e libertos no estabelecimento. Pelo ofício, o diretor recusou o pedido de admissão de dois menores por parte de Maria do Rosário Tinoco Teixeira, argumento que o Asilo não foi criado para “recolher os filhos de escravas considerados livres pela lei de 28 de setembro de 1871, ou libertados por seus senhores”. Para o parecerista que redigiu o ofício, o Asilo certamente não foi criado para receber os primeiros, mas ele nada teria em contra receber os últimos, que se estivessem enquadrados no art. 62 do Regulamento de 1854, poderiam sim ser acolhidos na instituição. Mas no caso dos menores envolvidos no ofício em questão, não eram ingênuos, e sim libertos, porém não se enquadrariam no critério da mendicidade, sendo aconselhada a não admissão dos meninos.

⁷¹ In: AN, Série Educação – IE5 (22).

Porém, encontramos desde 1876 a presença de ingênuos e libertos entre os pedidos de admissão no Asilo. É o caso⁷² do menino Jorge, pardo, admitido em 1876, filho de Felismina (falecida), escrava de Maria Guilhemina de Faria. A requerente, tendo em companhia o liberto Jorge (está em anexo a carta de alforria, junto ao restante da documentação), e sendo isso oneroso, pede a sua admissão na “pia instituição”, confiando na “bondade ilimitada e justiça que presidem a todos os atos do governo de Vossa Imperial Majestade.”, fórmula que, como veremos, era comum entre os requerimentos.

Outro caso⁷³ é o do menino Augusto, em 1878, cuja certidão de batismo anexada já prevê a sua alforria como “se de ventre livre tivesse nascido”, embora sua mãe Anna continuasse escrava de Antonio Maria Teixeira. A mãe, entretanto, foi vendida para fora da Corte quando o menino tinha apenas 1 ano de idade e ficou sob a proteção de Emiliania Maria da Conceição Figueira que, argumentando pobreza e estar sobrecarregada de filhos, pede a “Vossa Magestade Imperial a mercê e a caridade” de mandar o seu afilhado ser admitido no Asilo.

Por vezes, as informações sobre a situação social do asilado encontra-se na documentação anexada. No requerimento do menino Mario Ferreira⁷⁴, datado do ano de 1887, o dono de sua mãe escrava Laurinda é quem pede a sua admissão. Contudo, é em um atestado de vacinação emitido por médico particular que consta a informação que o menino é ingênuo.

A presença de filhos de escravas e ex-escravas nos pedidos de entrada aumenta ao longo dos anos 1880, acompanhando também o aumento nas emancipações e a intensificação do movimento abolicionista. É o exemplo do menino José⁷⁵, em cujo dossiê consta em anexo documento que comprova a sua libertação.

“Eu abaixo assignado declaro pelo presente que faço completa desistência dos serviços a que tenho direito pela Lei de 28 de Setembro de 1871, do ingênuo José, filho natural de minha ex-escrava Cypriana, pardo, nascido no dia 1º de Outubro de 1876, e baptisado na matriz de S. Francisco Xavier no dia 28 do mez e anno; e delle faço entrega à sua mãe, a quem acompanhará livremente.

*Rio, 27 de Setembro de 1884.
Baroneza de Guanabara.”*

⁷² In: PROEDES – AMD-1976-9

⁷³ In: PROEDES – AMD-1878-1

⁷⁴ In: PROEDES - AMD-1878-4. Apesar do requerimento ser de 1887, o documento encontrava-se entre os datados de 1878.

⁷⁵ In: PROEDES – AMD-1885-34

Assim, embora as informações sejam fragmentadas, é possível visualizar a presença de ingênuos e libertos no Asilo de Meninos Desvalidos. A instituição, de fato, não foi fundada para receber especificamente meninos nestas condições, mas eles eram admitidos e faziam parte do dia-a-dia do estabelecimento. Como veremos, era comum membros influentes interferirem pela admissão de filhos de ex-funcionários, possivelmente escravos.

Intimamente ligada a esta questão, e de interesse para o nosso estudo, está a interrogação sobre as motivações que levavam aos pedidos de admissão de meninos no Asilo, e que aspectos estavam envolvidos neste processo de admissão.

Primeiramente, é importante ressaltar o grande número de pedidos de entrada, ou seja, a alta demanda que existia para a matrícula de meninos pobres na instituição, o que levou a constantes reformas e obras de expansão do Asilo (que geravam constantes perdidos de verbas e nas quais os próprios asilados eram comumente utilizados como mão-de-obra, aspecto que discutiremos mais adiante) e ao aumento progressivo da lotação máxima do estabelecimento. Constantemente, os diretores expunham em seus relatórios a necessidade de fixação ou aumento da capacidade máxima da instituição. No Relatório de 1881⁷⁶, o diretor João Joaquim Pizarro pede “a determinação precisa do número de alunos que comportam as dimensões do edifício”, levando em conta a disciplina e a salubridade do estabelecimento. No mesmo relatório, o diretor pede maior clareza nas condições de admissão e saída dos asilados, e um aumento na idade de admissão (a idade de 6 anos era constantemente criticada pelo baixo rendimento dos alunos, principalmente no ensino de ofícios), deixando claro que a instituição funcionava com lotação máxima, ou seja, cem asilados. Na documentação, inclusive, encontramos negativas à matrícula de meninos por não haver vagas disponíveis, ou pelo menor ser portador de determinadas doenças (como “lesão orgânica do coração”), ou ainda se encontrar fora do limite de idade.

O Regulamento de 1883, estabelecido pelo decreto nº 8910 de 17 de março de 1883⁷⁷, trouxe mudanças nestes e outros aspectos. A entrada no Asilo passou a ser restrita para meninos com idade 8 a 12 anos de idade, sendo a capacidade aumentada de cem para duzentos asilados. A necessidade de inspeção médica e de vacinação para a admissão foi mantida, devendo os asilados serem revacinados de cinco em cinco anos.

⁷⁶ In: AN, Série Educação – IE5 (26).

⁷⁷ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1749/000395.html>

A idade de desligamento foi determinada em 21 anos de idade, limite que estava ausente do Regulamento anterior. Após completarem 18 anos, os asilados teriam direito a metade do lucro líquido obtido pelo seu trabalho nas oficinas, recolhida mensalmente na Caixa Econômica, assim como era possível que aqueles que se destacassem nas “letras” poderiam ser encaminhados para o Imperial Colégio de Pedro II ou outro estabelecimento de instrução secundária. Em relação ao ensino, aspecto que discutiremos a seguir no presente estudo, vale desde já ressaltar a inclusão do ensino agrícola, do ensino de História e geografia do Brasil e de Ginástica e a limitação de apenas seis ofícios (alfaiate, encadernador, sapateiro, marceneiro e empalhador, carpinteiro e latoeiro), além da criação do cargo de ajudante de diretor que, como veremos ao tratar dos funcionários do Asilo, gerou imensas controvérsias. O Regulamento manteve a obrigação do diretor de publicar um regimento interno determinando o tempo de ensino e a distribuição de horários entre as diversas atividades, que, entretanto, não localizamos. No Regime disciplinar, a única alteração foi o tempo possível de prisão, ampliado de três para oito dias, sem prejuízo do ensino ou do trabalho, continuando banidos os castigos corporais. Além disso, previu que determinados funcionários seriam obrigados a residir no estabelecimento (diretor, ajudante do diretor, o mestre de agricultura prática, os inspetores de alunos, porteiro, trabalhadores, criados, cozinheiro e serventes, sendo que era comum a utilização dos próprios meninos nesta última função). Entre os anexos, consta a lista de vestuário dos asilados e os vencimentos dos funcionários:

— 9 —

Tabella n. 1

Tabella a que se refere o art. 14 do Regulamento do Asylo dos Meninos Desvallidos

Blusa de panno azul, com botões amarellos.....	1
Ditas de brim pardo.....	2
Ditas de algodão trançado e riscado.....	2
Calça de panno azul.....	1
Ditas de brim pardo.....	2
Ditas do algodão trançado e riscado.....	2
Camisas de algodõesinho.....	4
Ditas de morim.....	3
Ditas de baetilha ou fiabella.....	2
Boné do panno azul com pala e galão.....	1
Dito de brim pardo sem pala.....	1
Gravata para sahida.....	1
Lonços brancos ordinarios.....	4
Ceroulas para os alumnos de mais de 12 annos.....	4
Sapatos de bezerro de couro grosso e sola grossa.....	1
Botinas de bezerro de sola grossa (para os asylados de mais de 18 annos).....	1
Tamancos.....	1
Escova de sapatos.....	1
Dita de fato.....	1
Dita de dentes.....	1
Dita de cabello.....	1
Espelho.....	1
Pentes.....	2

Palacio do Rio de Janeiro em 17 de março de 1883.— *Pedro Leão Velloso.*

Tabella n. 2

Tabella dos vencimentos annuaes dos empregados do Asylo a que se refere o art. 18 §§ 1.º e 2.º

	Ordenado	Gratificação	Total
Director.....	2:400\$000	800\$000	3:200\$000
Ajudant: do director.....	1:000\$000	500\$000	1:500\$000
Escrivão.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Almozarife.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Professor de instrucção primaria do 1.º e 2.º grau.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Professor de algebra elementar, geometria plana e mecanica applicada ás artes.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Professor de historia e geographia do Brazil.....			1:200\$000
Medico.....			800\$000
Capellão.....			18:100\$000

Palacio do Rio de Janeiro em 17 de março de 1883.— *Pedro Leão Velloso.*

D:cr. n. 8910

— 10 —

Tabela n. 3

Tabela das gratificações anuais dos empregados a que se refere o art. 18 § 3º do Regulamento do Asylo dos Meninos Desvalidos.

Mestre de desenho e esculptura.....	1:500\$000
> > musica.....	1:200\$000
> > alfaiate.....	1:200\$000
> > encadernador.....	1:200\$000
> > sapateiro.....	1:200\$000
> > marceneiro e empalhador.....	1:200\$000
> > carpinteiro.....	1:200\$000
> > latoeiro.....	1:200\$000
> > gymnastica.....	780\$000
8 inspectores de alumnos a 800\$.....	6:400\$000
1 cozinheiro.....	780\$000
1 criado copeiro.....	800\$000
2 criados serventes a 480\$000.....	960\$000
4 trabalhadores para a chacara a 540\$000.....	2:160\$000
1 porteiro.....	360\$000
	22:140\$000

Palacio do Rio de Janeiro em 17 de março de 1883.—*Pedro Leão Velloso.*

O novo Regulamento, contudo, não foi unanimidade. Além das críticas ao modo como seria dado o ensino agrícola e à banda de música, questões que discutiremos adiante neste estudo, publicação em “A Folha Nova” teceu diversas críticas à publicação, mostrando assim que existiam vozes contrárias ao tom unísono de elogios presentes nos relatórios dos diretores. O artigo comenta que

“O Diário Oficial publicou ontem o regulamento do Asylo dos Meninos Desvalidos, feito em virtude do decreto ordenando a nova organização deste estabelecimento.

Em lugar de 100, que era o número dos meninos admitidos até hoje, serão 200.

(...) Enfim, está salva a pátria, logo que fique patente num documento oficial que se dá o ensino agrícola em uma chácara onde só há horta, jardim e capinzais.

(...) Admiramos não termos encontrado na lista dos ofícios os de ferreiro, torneiro, correeiro, muito bem retribuídos e talvez mais vantajosos para os educandos do que os de alfaiate e sapateiro.

Na parte do regulamento relativa ao almoxarife, lemos que tem este de cobrar a importância das obras fabricadas nas oficinas: não se fala das quantias pelas quais se costumava até hoje alugar a banda de música dos meninos desvalidos, para tocar em representações teatrais. Julgamos, pois, que se vai acabar com esse abuso.” (A Folha Nova, p.4 – 21-03-1883).

Entretanto, mesmo com a ampliação do número de asilados permitidos na instituição, a demanda continuava elevada. Em 1886, o diretor Daniel de Almeida reiterava este aspecto, afirmando em seu relatório⁷⁸ que

“É tão crescido o número de requerimentos para a admissão de menores, que me tem vindo às mãos, e de pedidos particulares, que ousou afirmar que se fosse possível admitir mais trezentos asilados, em um só dia ficariam esses lugares preenchidos”.

A grande demanda, que levou a obras no edifício, pode ser percebida no número de asilados presentes na instituição ao longo do tempo. Através dos relatórios, podemos perceber como o número total de asilados aumentou observando os seguintes anos:

- 1875 – 52 asilados
- 1876 - 96 asilados
- 1881 – 100 asilados
- 1883 – 160 asilados
- 1884 – 200 asilados
- 1885 – 237 asilados
- 1888 – 300 asilados
- 1889 – 350 asilados

Vale ressaltar que eram publicados em periódicos de ampla circulação anúncios escritos pelo escrivão do Asilo convocando as pessoas para requererem a matrícula de seus filhos ou para a inspeção médico, e listas dos meninos aceitos para admissão. A Gazeta de Notícias⁷⁹ publicou em abril de 1883 texto do escrivão com trechos do novo Regulamento com as normas para admissão e matrícula dos meninos, chamando os interessados a fazer requerimentos para as vagas disponíveis no Asilo.

⁷⁸ In: AN, Série Educação – IE5 (84).

⁷⁹ Angela Alonso (2002: 279) aponta que a “Gazeta de Notícias” fazia parte de uma nova imprensa, formada por jornais “de opinião”, de porte médio, mas de grande circulação, venda avulsa e diária e vocação popular, com preços acessíveis. Esses jornais inclusive empregavam egressos das faculdades imperiais e críticos das instituições imperiais, como positivistas abolicionistas.

“Da ordem do Illmo. Sr. Diretor convido a todas as pessoas que têm feito requerimentos para admissão de alunos n’este asylo, a comparecerem n’esta repartição em todos os dias úteis, das 9 às 3 horas da tarde, a fim de apresentarem os documentos que devem acompanhar os mesmos requerimentos.

Existem 32 vagas a preencher, e como dos 81 requerimentos apresentados n’estes dois últimos dias, muitos não satisfazem às exigências impostas pelo atual regulamento, transcrevo os artigos de lei que referem à admissão de asylados.” (Gazeta de Notícias, p.4 – 07-04-1883)

Em edição de 15 de abril de 1883⁸⁰, o mesmo periódico publicou uma lista do escrivão com 25 requerimentos aceitos pelo diretor do Asilo, convocando os responsáveis a levarem os meninos para inspeção médica. Já em janeiro de 1884⁸¹, também é publicada lista do escrivão, desta vez contendo apenas requerimentos de órfãos para admissão no Asilo, e convocando os 35 aceitos para inspeção médica.

Em relação aos requerimentos, em geral todos seguiam uma fórmula bastante semelhante. Dirigidos ao diretor do Asilo, ao Imperador, ao Ministro dos Negócios do Império ou mesmo à Alteza Imperial, em todos prevalecia o argumento da extrema pobreza, da indigência, e a concessão da vaga como um ato caridoso, paternalista por parte da respectiva autoridade. Em algumas vezes os argumentos eram reforçados por outros, como a ocorrência de doenças ou falecimento súbito de um dos pais. Podemos perceber isso em pedidos de dois momentos diferentes, o primeiro de 1876⁸², o segundo de 1882⁸³ e o último de 1886⁸⁴

“Theodora Maria Baptista do Carmo pobre e sem meio para dar educação a seu filho Alvaro de nove anos, vem recorrer a Vossa Magestade Imperial, suplicando a graça de o admitir no Collegio dos Meninos Desvalidos, situado na Vila Isabel – afim de ahí obter a educação necessária para se tornar útil a si e a sua Patria.

Confia a Supplicante Imperial senhor que Vossa Magestade se digne a deferir

Theodora Maria Baptista do Carmo”

“Ao Illmo Conselheiro Comissario do Governo no Asylo de Meninos Desvalidos para tomar na consideração que merecer. Em 8 de Agosto de 1882.

Leopoldina Maria do Couto, viúva com 4 filhos todos menores de 9 annos, vendo-se na impossibilidade de resistir aos tormentos da pobreza, vem implorar a graça de Vossa Magestade Imperial mandar incluir no Azilo dos meninos desvalidos os filhos da Supplicante Alberto de 9 annos e Francisco

⁸⁰ In: Gazeta de Notícias, p.4, 15-04-1883.

⁸¹ In: Gazeta de Notícias, p.4, 06-01-1884.

⁸² In: PROEDES-AMD-1876-1.

⁸³ In: PROEDES-AMD-1882-1.

⁸⁴ In: PROEDES-AMD-1886-20.

de 8 annos: E para provar o que a Supplicante vem de dizer offerece os documentos juntos. E. R. Mce.

Rio de Janeiro, 7 de Agosto de 1882

A rogo da Supplicante

Vicente Ferreira da Cruz”

“Senhor

Aos pés de Vossa Magestade Imperial posta-se Margarida Rosa Dias, viuva, pobre e sem protecção a não ser de Vossa Magestade Imperial, para impetrar a Graça de tomar sob sua valiosa protecção os seus filhos menores Antonio e Antenor, este de 8 annos e aquelle de 12 annos de idade, afim de que sejam admittidos no Asylo da Infancia Desvalida, em Villa Isabel, casa própria dos desprotegidos da sorte; e como V.M. Imperial é o pai e o amparo dos necessitados, à Vossa valiosissima protecção entrego o destino de meus dous filhos. Fiada no bondoso e magnânimo coração que orna o Monarcha brasileiro espera a Suppe. Ser socorrida; nestes termos

P. benigno deferimento

E.R.Mce.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1886.

Pela peticcionista

Tancredo Pedro de Azevedo Leal.”

Desta forma, acontecia no Asilo algo semelhante ao que ocorria nas solicitações de matrícula ao Hospício de Pedro II, no mesmo período. Embora instituições voltadas para públicos diferentes, Daniele Ribeiro (2002: 100) notou a manutenção da ideia de prestação de favores, da concessão da vaga como uma benesse ou uma mercê e, como se tratava de um favor, deveria ser merecido. Desta forma, assim como no Asilo, vinham anexados atestados de pobreza ou de bom comportamento moral e civil, que comprovasse que o requerente era uma pessoa idônea e honrada. O uso da expressão E.R.M (ou E.R. Mce, como no caso acima), significando “Espera receber mercê”, não somente pode ser entendida como uma marca de discurso que vinha desde o período colonial, como ganha importância nos pedidos com a tentativa de convencer o provedor da importância da admissão. No Hospício, portanto, assim como no Asilo, os pedidos apelavam ao papel caritativo da instituição. Como argumenta Ribeiro (2012: 102), tratava-se de uma sociedade ainda permeada pela moral cristã de caridade, que deveria se voltar para os mais pobres e desassistidos. Assim, os pedidos apeavam ao sentimento ou “espírito caridoso” do provedor, e a vaga era transformada em “esmola” ou “graça”.

No caso do Asilo, percebemos nos pedidos o argumento em defesa dos meninos, e a ideia de torná-los “cidadãos úteis a si e à Pátria”, a pauperidade material e o abandono das crianças, além dos apelos diretos ao próprio Imperador. Quando o/a requerente tratava-se de pessoa analfabeta, era comum que o pedido fosse redigido por outra pessoa, que assinava com a fórmula “A rogo de..” ou, como no caso acima, “pela peticionária...”.

Entretanto, há outro aspecto que nos chama a atenção na análise dos pedidos de admissão no Asilo de Meninos Desvalidos. Nos dossiês de alunos, é frequente a presença de cartões ou cartas de recomendação, quando não ordens diretas, intervindo e influenciando na admissão de determinados meninos. A presença de meninos não *desvalidos* em um Asilo voltado para indivíduos nestas condições acabou gerando discussões entre diretores do Asilo, periódicos, além de discursos de deputados com críticas à direção do estabelecimento. De uma forma geral, o que podemos perceber é uma rede de clientelismo e favorecimento para a entrada dos meninos na instituição, na qual os familiares acionavam membros influentes da sociedade imperial para que seus filhos ou protegidos fossem ali aceitos.

Em geral, percebemos que, em todos estes casos, o menino em questão foi admitido. É o caso do menor Francisco Medeiros da Rocha, matriculado em 1883 e que contava como interesse do Conde D’Eu⁸⁵.

*“Mordomia do Palácio Isabel R° de Janeiro
7 de Maio de 1883.*

Illmo Snr. Dr. Barros de Almeida

IL. Ao Senhor Conde D’Eu, interessando-se pelo menor Francisco Medeiros da Rocha, manda perguntar à V.Sª se há possibilidade de ser o mesmo menor admittido no Asilo dos Meninos Desvalidos, do qual é V.Sª digno Director. Aguardo a resposta da V.Sª para transmittir à S.A.

Com toda a consideração, sou

Guilherme Carlos Lassonse.

Mordomo interino de SS.AA.II.”

O interesse na admissão de meninos podia vir até mesmo do Ministro do Império, a quem o diretor do Asilo estava subordinado. A intervenção do Ministro pode ser percebida nos casos dos meninos Alfredo Guanabara, admitido em 1884⁸⁶, e do menino Henrique Pereira da Silva, admitido em 1886⁸⁷, cuja carta de recomendação foi escrita pelo próprio Ministro, Barão de Mamoré.

“Gabinete do Ministro do Império.

Em 20 de Fev. de 1884.

Illmo. Am. Dr. Daniel de Almeida.

O Sr. Ministro do Império pede-lhe se sirva admittir no Asylo o menor de que trata o requerimento junto. Rogo-lhe, pois, o obsequio de dizer-lhe se posso mandar apresentar-lhe o mesmo menor.”

“Gabinete do Ministro do Imperio

⁸⁵ In: PROEDES –AMD-1883-41.

⁸⁶ In: PROEDES-AMD-1884-7.

⁸⁷ In: PROEDES-AMD-1886-62.

*Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1886
 Illmo Snr. Dr. Em 23 de Novembro de 1886
 Daniel de Oliveira Barros d Almeida
 Com a inclusa recomendação de meo collega Ministro da Justiça envio a V.
 S^a o requerimento documentado em que Alfredo Cardoso Lopes pede que
 sejam admittidos nesse Asylo os menores Henrique e Manoel Pereira da
 Silva.
 B. de Mamoré.”*

A ocorrência de pressões também acontecia. No caso do menino Bento Caetano Calheiros, admitido em 1884, a carta de recomendação vem com a sugestão de o “interventor” pode comparecer ele mesmo no Asilo no lugar da mãe requerente para acelerar o processo.⁸⁸

*“Illmo amigo Dr. João Joaquim Pizarro
 Venho juntar-me ao que lhe tem escripto pedindo um lugar no Asylo sob a
 sua digna direcção para um menino verdadeiramente desvalido. Esta carta
 será a duocentésima (a continuar a atividade dos pedintes, denunciada em
 uma publicação official do Asylo); mas asseguro que o meu recomendado,
 Bento Caetano Calheiros, está, pelas circumstancias difficeis em que vive,
 entre os mais necessitados.
 É por isso que tomo a liberdade de endereçar-lhe os papeis juntos, pedindo
 para elles sua benévola atenção. Em um dos dias da próxima semana irei
 pessoalmente, ou em meu lugar irá a mãe do menino, receber qualquer
 despacho que se digne dar ao requerimento junto com a mais elevada e
 distinta estima.
 S.C. Principe do Catete, 48
 14 de Abril de 1883.
 Alvaro J. de Oliveira”*

Nas cartas de recomendação, era comum o apelo à amizade com o diretor, mesmo nos casos de membros do movimento republicano, como Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva, e de outros portadores de títulos de nobreza e membros da burocracia imperial.

*“Benjamin Constant Botelho de Magalhães muito respeitosamente
 comprimenta apresenta-lo o portador João (...) de Maria José, mãe do
 candidato à matrícula no Estabelecimento sob sua mui digna direcção.
 Com a maior mestima e consideração do amg. E admirador.
 Benjamin Constant.”⁸⁹*

*“Illmo Snr.
 Quintino Bocayuva vem respeitosamente requerer a V. Excia. Que se digne
 admittir no Asylo dos Meninos Desvalidos o menor João de 12 annos de
 idade filho legitimo de Raymundo de Oliveira Miranda e D. Carolina
 Francisca de Miranda, ambos já fallecidos como prova com os documentos
 juntos bem assim com a sua certidão de baptismo que attesta a sua
 naturalidade. O Suppe. Espera que atendendo às condições especiais do*

⁸⁸ In: PROEDES-AMD-1884-21.

⁸⁹ In: PROEDES-AMD-1885-21.

referido menor órfão de Pai e Mãe, sem parentes ou protectores naturaes, seja deferida a sua petição.

E.R.Mce.

Rio de Janeiro, 18 de junho 1886

*Q. Bocayuva.*⁹⁰

*“Ao Illmo Snr. Dr. Daniel Oliveira Barros d’Almda cumprimenta affectuosamente o Visconde de Paranaguá, e pede licença por apresentar-lhe a portadora, Snr^a Sophia de Lamaugnere, com o orphão Ambrosio, cuja admissão suplicou ao Snr. Ministro do Império, o qual escreveu-me nos termos os mais benévols a este respeito. Em todo caso, queira S.S^a receber e ouvir a portadora.”*⁹¹

“Directoria Geral

Rio de Janeiro, 23 de Out de 1886

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha

Que novas me dá daquelle afillado de minha mulher que v. prometteo mandar admittir no Asylo de meninos desvalidos?

Amo e Coll mto grato, que é de empenho

*Adolfo Lisboa.*⁹²

Percebe-se, pois, através da experiência do Asilo, o caráter fundamental de uma sociedade permeada por redes de clientelismo. Caso muito semelhante ao demonstrado por Danielle Ribeiro (2012: 81-84) no Hospício de Pedro II onde, ao contrário da visão dominante na historiografia que a polícia foi a principal responsável na admissão à instituição, como uma política de controle das classes urbanas, a maioria dos pedidos de internamento foi feito por familiares. Tendo em vista a grande demanda para entrada na instituição, estes familiares, que não tinham condições e viam no Hospício uma alternativa para o destino de seus alienados, acionavam membros influentes da sociedade para que admissão fosse facilitada, um sinal das redes de clientelismo que permeavam a sociedade imperial. Como a autora notou, havia em torno do Hospício um jogo de interesses e expectativas, com a participação de diversos atores e diferentes demandas em torno da instituição. Os familiares acionavam as redes das quais faziam parte para que seus parentes fossem aceitos na instituição. Desta forma, nestas redes de clientelismo, embora relações entre desiguais socialmente, havia reciprocidade a alianças, com os diversos grupos se articulando através de estratégias e interesses diferentes.

O mesmo aspecto é apontado por Rizzini (2009: 20), ao tratar das solicitações de matrícula no Asilo. Com o passar do tempo, a instituição foi atravessada por práticas clientelistas que envolviam as relações entre o público e o privado na sociedade brasileira. Ao invés da viúva pobre, o que percebe-se são solicitações de nobres,

⁹⁰ In: PROEDES-AMD-1888-27.

⁹¹ In: PROEDES-AMD-1886-14.

⁹² In: PROESDES-AMD-1887-5.

proprietários de escravos e aparentados de funcionários públicos influentes. Desta forma, concordamos com a ponderação da autora, segundo a qual estas relações clientelistas acabaram por transformar um asilo voltado para a educação de crianças desvalidas em um instituto para meninos cujas famílias desvalidas e remediadas contavam com protetores.

A participação ativa de familiares e membros da elite imperial no processo de seleção de asilados e a entrada de meninos que não eram *desvalidas* ficam claras também em outros corpos documentais. No caso dos relatórios e ofícios emitidos pelos diretores do Asilo, embora prevalecesse um tom de elogio a suas próprias atuações, em alguns momentos é possível entrever que era permitida a entrada de meninos fora das condições previstas pelos regulamentos. A atuação do primeiro diretor, Rufino de Almeida, nos parece mais incisiva no sentido de coibir e proibir a entrada de meninos não desvalidos. Em ofício de maio de 1875⁹³, o diretor pede o desligamento de um menino, que fora mandado admitir no Asilo pelo Chefe de Polícia da Corte. O diretor considera que o menor não era desvalido, por ser filho de um finado pedreiro e empreiteiro de obras, que deixou herança superior a cinquenta contos de reis em prédios.

Entretanto, em documentos posteriores, a situação muda. No relatório do ano de 1881⁹⁴, o diretor João Joaquim Pizarro critica a admissão no Asilo de meninos que têm pais ou parentes, alguns pobres, mas com condições de garantir a subsistência e educação dos filhos, o que geraria um grande prejuízo a outros completamente desamparados que esmolavam um lugar no estabelecimento. Na relação de alunos desligados em 1883, o mesmo diretor João Joaquim Pizarro admite que ocorrem diversos abusos, “*sendo que o principal é existirem neste Asilo meninos que, conquanto pobres, não são realmente desvalidos; circunstância esta que prejudica naturalmente a muitos outros que imploram a piedade do Estado, solicitando um lugar no Asilo.*”⁹⁵

O que mais chama atenção, no entanto, são as críticas e rebates dos diretores ao processo de admissão de meninos no Asilo. Embora, como vimos, o próprio Ministro do Império intervisse, o ofício do diretor Daniel de Almeida de 1885 procura ressaltar o

⁹³ In: AN, Série Educação – IE5 (22).

⁹⁴ In: AN, Série Educação – IE5 (26).

⁹⁵ In: AN, Série Educação – IE5 (27).

caráter de oficialidade e a correção de sua postura na direção, rebatendo a uma crítica na Câmara dos Deputados⁹⁶, que também foi publicada em periódico⁹⁷.

“(...) o distinto representante da Província de Pernambuco, o Dr. José Mariano Carneiro da Cunha, fez ontem na Câmara dos Senhores Deputados apreciações inexatas à respeito do Asylo de Meninos Desvalidos de que sou diretor. Disse o distinto deputado que a este Asylo estão recolhidos ‘filhos = família ricos’ e entre eles ‘um menino cuja família deu um dote de trinta contos de reis a uma filha que se casava. Como esta informação, a ser exata, desvirtuaria completamente a natureza e fim deste estabelecimento, e importaria uma grave censura ao Diretor, a quem, de conformidade com o art. 24 §6º do reg, compete a admissão de asylados, apresso-me em comunicar à V. Exª que não existe e nem jamais existiu no Asylo ‘filho-família algum rico’ (...). Tenho tido o maior escrúpulo no exame dos documentos que acompanham as petições e do arquivo não consta que jamais tenham sido descuradas as condições de indigência ou orfandade exigidas pelo regulamento para a admissão de asylados.”

O ofício tratava-se de um documento oficial entre as duas esferas, a direção do Asilo e o Ministério, logo não surpreende o posicionamento do diretor e seu argumento de que sempre teve o maior cuidado no processo de admissão de asilados. Como discutiremos ao tratar do ensino no Asilo de Meninos Desvalidos, o pequeno número de escolas na Corte para uma população crescente e a constante divulgação da boa qualidade do ensino na instituição podem ter sido fatores motivadores para que famílias com alguma condição financeira razoável tentassem a colocação de seus filhos ou protegidos no estabelecimento. Para isto, portanto, acionavam protetores ou conhecidos de altas esferas da sociedade imperial para intervir na admissão de um menino.

Contudo, esta questão acabou gerando uma polêmica entre o diretor e a imprensa, que podemos acompanhar comparando os relatórios e ofícios e os periódicos. Em edição de julho de 1883, “A Folha Nova”⁹⁸ publicou uma série de críticas à participação do delegado brasileiro em um Congresso sobre a infância desvalida realizado em Paris, no qual o Brasil ganhou uma menção honrosa por suas ações voltadas a esta população. A matéria do periódico indica a manipulação de dados por parte do representante brasileiro. Ao falar do Asilo de Meninos Desvalidos, o delegado teria apontado que estavam matriculados 200 asilados, quando na verdade só havia 110. Destes, muitos longe de serem órfãos ou vindos de famílias sem recursos, “*são filhos de empregados públicos suficientemente abastados, a quem não repugna prejudicar a infância desvalida.*” E em relação aos 97 contos de reis anunciados pelo delegado como

⁹⁶ In: AN, Série Educação – IE5 (83).

⁹⁷ In: O Paiz, p.1, 05-06-1885.

⁹⁸ In: A Folha Nova, p.2 -15-07-1883.

investidos no Asilo, a matéria aponta que mais de dois quintos seriam destinados ao pagamento do pessoal administrativo, concluindo que *“é em realidade uma instituição destinada a proteger o funcionalismo a custa da infância desvalida.”*. Por fim, a matéria trata com ironia o ensino agrícola implantado no Asilo e elogiado pelo representante brasileiro, considerando que *“chamar fazenda-escola uma dúzia e meia de canteiros onde são cultivados nabos, couves e alfaces, é o cúmulo da linguagem diplomática.”*

Três dias depois, o diretor Daniel de Almeida⁹⁹, em ofício dirigido ao Ministro dos Negócios do Império, comenta as críticas do jornal. Há de se notar que o diretor escreve com as mesmas palavras o trecho que destacamos em 1885, dois anos depois, quando rebateu a crítica ao deputado, argumentando o escrúpulo na seleção dos asilados e que as condições de indigência e orfandade nunca foram descuidadas. Como veremos, constantemente o diretor repetia trechos de relatórios e ofícios anteriores (inclusive de outros diretores) em seus textos. No caso agora em questão, Daniel de Almeida aponta que nunca houve no Asilo filho de funcionário “suficientemente abastado”, e que o gasto com o custeio de todo o estabelecimento era de sessenta contos e seiscentos setenta e dois mil e quinhentos reis. No entanto, deixa claro que só estavam matriculados no Asilo 110 asilados, como a publicação do periódico chamara a atenção. A despesa votada no exercício financeiro seria destinada às obras de ampliação do Asilo, para aí sim receber 200 asilados. E no fim, o diretor considera que não vê razões para não se levar a sério o ensino de agricultura no Asilo, já que o país é “essencialmente agrícola”, e os braços dos meninos poderão auferir os mesmos lucros advindos da mão-de-obra de estrangeiros, concluindo que *“é para lamentar que uma Folha, ainda que nova no título, já é velha pela circunspeção da frase, se torne eco inconsciente de tão extravagantes apreciações.”*

A controvérsia continuou em edições posteriores de “A Folha Nova”. Em 21 de julho de 1883¹⁰⁰, matéria no periódico comenta o ofício escrito pelo diretor, e publicado no Diário Oficial. A matéria diz acreditar na boa fé do diretor, mas argumenta que em uma lista de asilados admitidos no Asilo, e publicada no Diário Oficial, constava o nome de um filho de empregado público, o que seria uma desmoralização da administração pública. Além disso, reitera que o diretor apontou que só havia no Asilo 110 asilados e o gasto não ultrapassava 60 contos de réis, apontando que *“o delegado*

⁹⁹ In: AN, Série Educação – IE5 (27).

¹⁰⁰ In: A Folha Nova, p.2 – 21-07-1883.

do governo enganou o Congresso por meio de algarismos inexatos, com o fim de obter uma menção honrosa imerecida". A carta do diretor Daniel de Almeida provaria, então, que o governo recebeu a menção honrosa de forma fraudulenta, e o periódico pede a sua devolução em nome da probidade e honra. E a matéria ainda termina por criticar o uso da banda de música em festas e eventos pela cidade, aspecto que discutiremos mais adiante, apontando que *"isso já não se chama proteção à infância desvalida; mas sim exploração da infância desvalida."*

As críticas permaneceriam ainda na edição do dia 24 de julho¹⁰¹, em uma matéria que argumenta que fora pedido ao diretor do Asilo que este publicasse uma lista com todos os meninos admitidos no Asilo. O periódico critica não somente o fato do diretor não ter publicado a lista, como ter pedido a indicação de quem seria o filho de empregado público ali matriculado, apontando que ele estaria atrás de polêmicas, só lendo das publicações as partes que lhe conviriam, e volta a pedir quantos são, quem são e quem representa os asilados nas suas relações com a direção do Asilo. A lista acabou não sendo feita.

Desta forma, embora seja inviável mapear todos os asilados admitidos na instituição, percebemos na documentação claros indícios de que o perfil da instituição foi se modificando com o tempo. A atuação de familiares, destacadamente, inseridos em redes de clientelismo, foi fundamental para mudar as características dos meninos ali recebidos. O Asilo, assim, estava inserido dentro de lógicas vigentes na sociedade imperial naquele contexto, e se transformou ao longo de nosso recorte temporal.

Além disso, o fato de que não somente o Asilo, mas as políticas imperiais destinadas à infância pobre eram insuficientes para atender a pobreza extrema, era veiculado em periódicos de oposição. Citando a grande demanda e a incapacidade do Asilo dar conta dela, "O Paiz" aproveita para chamar a atenção sobre a necessidade de mais e melhores ações voltadas à infância desamparada.

"Graças à iniciativa de um honrado cidadão, de grata memória, fundou-se o Asylo dos Meninos Desvalidos, e recentemente, sob os auspícios do esposo da augusta herdeira do trono, fundou-se igualmente a Sociedade Protetora da Infância Desamparada, cujo primeiro estabelecimento de ensino agrícola apenas está iniciado. Ambas as instituições são dignas dos desvelos do Estado e do amparo do público. São, porém, deficientes e insuficientes os dois asilos criados. O número dos pretendentes à admissão nesses dois estabelecimentos cresce todos os anos e apesar do alargamento sucessivo com que se tem procurado, no Asylo dos Meninos Desvalidos, atender ao considerável número dos pretendentes, nem esse nem o Asylo Agrônômico

¹⁰¹ In: A Folha Nova, p.2, 24-07-1883.

bastam para satisfazer a necessidade real que todos sentem e reconhecem. Desse modo muitos requerimentos são indeferidos, já por falta de capacidade dos edifícios, já por escassez de verba (...). Nenhum indeferimento pode ser mais doloroso para o Estado do que esse que repele do asilo e da proteção social os pequenos cidadãos desamparados, que são por esse modo confinados nas trevas do infortúnio e da depravação.” (O Paiz, p1, 24-06-1886).

Nesta investigação sobre quem eram os asilados, é possível rastrear a vivência de alguns deles, assim como a participação de familiares e funcionários, nas ocorrências de fugas. É o caso do menor Arthur Napoleão Gastão. Ofício de 25 de abril de 1878 do diretor Rufino de Almeida¹⁰² dá conta da fuga deste menino, liberto, pardo escuro, de idade de quatorze para quinze anos. Segundo o ofício, esta já não era a primeira fuga, e o menino seria desobediente e praticaria “atos imorais”. Porém, no dia seguinte, Arthur foi preso às 11 horas da noite na região do Catumbi, e devolvido ao Asilo.¹⁰³ No mesmo ano, no mês de outubro, o menino (agora constando uma idade diferente, 17 anos) foi incluído em uma lista daqueles que praticariam “atos imorais” de masturbação e pederastia (questões que trataremos adiante neste estudo). Em 1881, há novas referências ao mesmo menino, em ofício¹⁰⁴ no qual o diretor dá a entender que os próprios asilados ou seus familiares utilizavam o que era previsto no regulamento para forçarem a sua saída do Asilo.

“Por via deste artigo é que alguns indivíduos no propósito de alcançar a retirada de asilados, para se utilizarem de seus serviços, até mesmo como criados, os insinuam de modo a incorrerem em um de seus parágrafos com o fim de forçar o Governo Imperial a despedi-los por incorrigíveis. Foi efetivamente o que aconteceu com o menor Arthur Napoleão Gastão, que supondo alcançar melhor condição de vida fora deste Asylo, evadiu-se por mais de uma vez, até que foi expulso: este pobre menino é hoje encontrado andrajento pelas ruas desta cidade, verdadeiro mendigo, e sem meios de subsistência. Por mais de uma vez já tem ele solicitado a sua readmissão no Asylo. Devo declarar que este menino, ainda que fosse de má índole, com o tempo se poderia corrigir; tanto mais quanto penso que este internato deve também ser considerado por uma feição penitenciária.”

Havia, portanto, preocupação permanente com a disciplina e a “correção” dos asilados, como fica claro no caso das fugas. A interiorização dos hábitos do trabalho, valores morais cristãos, e uma disciplina corretiva seriam formas de evitar que os meninos enveredassem pelo caminho da vadiagem e se tornassem úteis a seu país.

¹⁰² In: AN, Série Educação – IE5 (24).

¹⁰³ In: Ibid.

¹⁰⁴ In: AN, Série Educação – IE5 (26).

Como citamos, os regulamentos previam diversos tipos de punições disciplinares, embora não seja possível perceber claramente através da documentação de que formas estas eram aplicadas, e se outras maneiras de “correção” existiram na experiência do Asilo.

No mesmo ano, encontramos ainda uma consulta do diretor ao Ministro do Império sobre qual o destino que deveria ser dado aos vinte mil reis presentes na Caixa Econômica de Arthur (no parecer de resposta, como o regulamento até então em vigor nada previa neste caso, a determinação é que o dinheiro fosse encaminhado ao Juiz de órfãos). E há ainda o registro da última fuga de Arthur (foram quatro no total, sendo uma em 1875, ano de sua admissão, duas em 1878 e esta última em 1881), antes de seu desligamento, na qual, segundo o então diretor interino Daniel de Almeida, o menino teria subtraído setenta e cinco mil réis de sua madrinha e a roupa de um companheiro.

Fugas de asilados era, assim, fato comum na instituição. Caso parecido foi o do menor Durval Xavier Pinheiro Corrêa. Ofício do diretor Daniel de Almeida de 21 de março de 1887¹⁰⁵ dá conta da fuga de Durval e dois colegas (José Arthur da Silva e Luis Augusto Soares Brazil) entre o horário da ceia (7 horas da noite) e a subida para os dormitórios (9 horas). Os dois últimos foram encontrados: um, vagando nas ruas da cidade, e; outro, na casa de um “preto velho”, onde estava de favor. Segundo informações de ambos, o de nome Durval teria sido o “cabeça” da ideia, pois queria ir para São Paulo onde tinha parentes. Porém, o que parece surpreender o diretor é que os três asilados tinham bom aproveitamento nas aulas e nas oficinas, e só Luis Augusto já tinha sofrido algum castigo.

Posteriormente, em abril, encontramos a informação de que a mãe de Durval solicitou informações sobre o destino de seu filho, que tinha quinze anos e estava matriculado no Asilo desde 1884. O diretor reitera que ele continuava desaparecido, mas que não estaria “poupando esforços” em encontra-lo, e volta a notar que Durval era um dos meninos de melhor comportamento no Asilo. O menino só foi encontrado em agosto de 1887, segundo ofício do diretor, apontando que ele estava empregado na casa dos senhores Aranhas na província de São Paulo, e defendendo que o menor fosse preso pela polícia e conduzido de volta para o Asilo.

Encontramos em relatórios reclamações de diretores sobre a facilidade dos asilados em fugirem, visto que a chácara onde estava o Asilo era um espaço amplo e

¹⁰⁵ In: AN, Série Educação – IE5 (85).

aberto. Em 1877, o diretor Rufino de Almeida, tendo em vista a melhoria da vigilância sobre os menores, pediu¹⁰⁶ iluminação do pátio central e galerias cobertas, onde os meninos ficavam algumas horas por dia em descanso e recreio. No mesmo ano, em seu relatório¹⁰⁷, o diretor sugeriu a construção de muros que fechassem toda a chácara, pois o Asilo estava aberto em toda a sua extensão. Em 1883¹⁰⁸, João Joaquim Pizarro pediu a construção de uma muralha em torno de toda a chácara do Asilo, com o argumento de viabilizar o ensino agrícola. E em 1889¹⁰⁹, o problema persistia, e o diretor Daniel de Almeida solicita autorização ao Ministro do Império, para o bem de fiscalizar as seções do estabelecimento, de fechar as três faces em aberto da chácara. Assim, ainda que a ideia de vigilância constante e disciplina fizessem parte do projeto do Asilo, o próprio diretor admite inúmeras dificuldades, argumentando que

“Apesar de toda a vigilância e fiscalização de que tenho lançado mão, se me afiguram elas de todo improficuas desde que a entrada para o Asylo é acessível por qualquer parte. Julgo ocioso procurar demonstrar a V. Ex^a as vantagens de só haver uma entrada em um estabelecimento da ordem deste.”

Além disso, como citamos, fica evidente a participação de familiares e até funcionários auxiliando na fuga dos meninos, fato que era sempre criticado pelos diretores. Aqueles cujas fugas eram recorrentes ou vistos como “incorrigíveis” eram, em geral, enviados para a Marinha ou o Corpo de Imperiais Marinheiros. Em casos de fugas, os primeiros lugares onde os meninos eram procurados eram as casas de parentes. Como destacamos anteriormente, os diretores acusavam pais de estimularem as fugas de seus filhos para que estes fossem expulsos como “incorrigíveis”.

A possível manipulação do regulamento por alunos e parentes fica clara no caso do menino Eduardo de Oliveira Costa, em 1889¹¹⁰. O diretor Daniel de Almeida argumenta que só chamou atenção para o caso por questões de “moralidade, disciplina e subordinação”. Em ofícios anteriores, que não localizamos, Eduardo teria conseguido do Ministro do Império uma licença para tratar de um problema de saúde em casa. O diretor manifesta-se, então, contrário à concessão da licença, argumentando que o menino é indisciplinado, negligente em todos os serviços e constantemente aliciava os companheiros para praticar atos repreensíveis. O menino teria fugido outras vezes,

¹⁰⁶ In: AN, Série Educação – IE5 (23).

¹⁰⁷ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1744/000510.html>

¹⁰⁸ In: AN, Série Educação – IE5 (27).

¹⁰⁹ In: AN, Série Educação – IE5 (87).

¹¹⁰ In: AN, Série Educação – IE5 (87).

sempre se escondendo na casa da própria mãe, que só o devolveria depois de intimada, não somente sem chamar a atenção mas, na visão do diretor, “*ao contrário o anima e quase o aconselha na prática das rebeldias que o tornaram já conhecido neste Asilo*”. Percebemos aqui, então, a culpabilização da mãe pelos atos do filho, aspecto que, como discutimos anteriormente, começou a ser mais enfatizado na segunda metade do século XIX. O menino só agiria desta forma por ser aconselhado por “tão má conselheira”, que foi proibida de entrar no Asilo. O problema de saúde de Eduardo, como ressalta o diretor, era uma simples otite, e provavelmente ele ou sua mãe o utilizaram como desculpa para a saída da instituição. Na visão de Daniel de Almeida, os dois armaram um conluio para obter a licença.

Alguns anos antes, em 1881, encontramos também a referência de um professor do Asilo auxiliando na fuga de um aluno. Como consta em ofício do diretor João Joaquim Pizarro¹¹¹, o menino Americo Phelippe Telles foi auxiliado pelo professor de álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes, Álvaro Alves Normanha, que o acolheu em sua própria casa. O asilado teria confessado que, ao saber que um parente ia requerer o seu desligamento do Asilo (o seu tutor), ele teria apressado a sua saída através da fuga, pois assim poderia ser desligado do estabelecimento, como acontecera com um colega expulso por ser “incurável”. O professor que o ajudou, apesar de suplicar a permanência na instituição, por ter agido apenas por “fraqueza” ou “leviandade”, foi demitido.

Desta forma, apesar do tom de constantes elogios presentes nos relatórios dos diretores, que afinal de contas estavam inseridos na burocracia imperial, percebemos que os alunos e seus familiares procuravam formas de burlar o que estava previsto nos regulamentos, o que pode ter contribuído para mudanças na própria instituição.

Esta questão fica clara também no que concerne ao desligamento e destino dos asilados após a saída da instituição. Como discutimos anteriormente, os dois regulamentos previam condições para o desligamento e saída dos meninos do Asilo. Algumas destas foram especificadas apenas no Regulamento de 1883¹¹². Os meninos poderiam sair por pedidos de pais ou parentes que se achassem em condições de cuidar dos mesmos, e o Ministério do Império julgasse conveniente, devendo o Estado receber indenização (total de despesas do Asilo dividido pelo número de asilados). Como já apontamos, os asilados poderiam ser encaminhados para outras instituições de instrução

¹¹¹ In: AN, Série Educação – IE5 (26).

¹¹² In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1749/000396.html>

secundária, e aos 21 anos eram automaticamente desligados. Além disso, aqueles que apresentassem doença grave ou sofressem acidente que os impossibilitassem para os estudos e o trabalho teriam destino definido pelo Ministério. E, como vimos, eles poderiam ser expulsos, sendo removidos para as companhias de aprendizes vinculadas aos Ministérios da Marinha e da Guerra, ou o Corpo de Imperiais Marinheiros.

Focaremos aqui nos pedidos de desligamento. Localizamos alguns pedidos tanto entre os dossiês no PROEDES quanto entre os ofícios e relatórios. Em geral, o argumento utilizado por parentes era de que o menor poderia auxiliar em sua subsistência.

“Ao Cidadão Dr. Francisco Moreira Sampaio, Mto. Digno Director do Asylo dos Meninos Desvalidos.

Clarice Romana, tendo seu neto Eugenio Elydio Lenoir no Asylo matriculado a 20 de Janeiro de 1884 com a idade de 11 annos, vem pedir ao digno Director para desligar-lhe d’este importante estabalecimento; para ajudar-me a viver; pois sou pobre.

E.B.M.

Clarice Romana

Rio, 26 de janeiro de 1890.”¹¹³

“Senhor Ministro

Dorothea Emilia Lopes, viúva de Carlos Gehering, mãe do menor Carlos Gehering que se acha recolhido ao Asylo de Meninos Desvalidos desejando empregal-o no commercio visto ter elle atingido à idade de 14 annos vem pedir a V. Ex. a graça de conceder-lhe o que pede.

A MSupte. Espera deferimento.

Rio de Janeiro, 3 de Janeiro de 1890.

Dorothea Emilia Lopes.”¹¹⁴

“Eu abaixo assignado, Segundo Tenente, official de Fazenda da Armada, declaro que estou pronto a ter em minha companhia, dar-lhe tudo quanto precisar e educar, meu cunhado o menor Alfredo d’Oliveira Maciel, que se acha atualmente no Asylo de Meninos Desvalidos, em Vila Isabel, filho legítimo do falecido 1º Escriurário do Tesouro Nacional Antonio d’Oliveira Maciel e D. Carolina Hedwiges Maciel, que vive em companhia minha e de minha mulher.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1889.

José Paulo Nabuco Cisne.”¹¹⁵

Aqui, mais uma vez, os diretores reclamam contra possíveis abusos de pais e familiares dos meninos asilados. Embora a documentação não permita afirmar, é possível que pais, em situação de pobreza, considerassem que, depois de algum tempo no Asilo, seus filhos estariam aptos a ajuda-los trabalhando fora da instituição, e para

¹¹³ In: PROEDES-AMD-1884-32.

¹¹⁴ In: PROEDES-AMD-1885-14.

¹¹⁵ In: AN, Série Educação – IE5 (87).

isto solicitavam constantemente o seu desligamento. Este fato gerou críticas do diretor João Joaquim Pizarro em 1881¹¹⁶, para quem ser aprecio cortar

“os abusos que já começaram a aparecer, e mais tarde surgirão por parte de algumas pessoas, que pretextando e documentando mesmo a maior pobreza, fazem grandes esforços para retirar seus filhos do Asylo, assim que os consideram meio educados, e que podem bastar para serem explorados em seu benefício. A experiência me tem demonstrado que, os que assim tem procedido e sempre com o maior empenho, são levados pela mania dos empregos públicos e preferem ter os seus filhos, durante tempo indefinido, como candidatos a pequenos empregos, do que vê-los no trabalho honroso e lucrativo de uma profissão artística. É o sentimento de vaidade que os impele à semelhante conduta (...) Destarte, com o vago da lei se preparam constantes pedidos, de que resultam os maiores inconvenientes para os menores que saem, porque estão ainda mal disciplinados, sem completa correção de costumes e com pequena idade são tirados à comunhão social, sem terem ainda forças para resistir às mil seduções que o novo meio lhes oferece, e que lhes favorece o fraco discernimento. (...) Penso que estas concessões desvirtuam os fins e natureza desta instituição, onde além da instrução que se dispensa, deve-se preparar cidadãos moralizados.”

O diretor voltaria a demonstrar esta mesma preocupação no relatório do ano seguinte¹¹⁷. Pizarro aponta que os pedidos para a retirada de asilados eram quase diários, e vê neste fato um abuso por parte de parentes que, ao verem os meninos habilitados em português e fracamente aptos em algum ofício, solicitariam o seu desligamento para os explorarem, sem nunca antes terem lhes prestado o menor auxílio.

Vale notar que o mesmo texto destacado acima aparece igualmente reproduzido no relatório do diretor Daniel de Almeida de 1889¹¹⁸. Tal fato indica não somente a permanência da preocupação da direção com os pedidos de desligamento, mas também o hábito deste diretor em reproduzir trechos inteiros de relatórios anteriores seus e de outros diretores. Neste relatório, o diretor repete posições anteriores, e reitera que a saída de meninos antes da idade legal e sem a educação necessária estaria trazendo prejuízos à disciplina e ordem da instituição. Além disso, fica claro o uso de estratégias por parte de famílias pobres para a retirada de seus filhos e protegidos; como a formação destes no Asilo era longa, possivelmente familiares em situação financeira desconfortável procuravam o seu desligamento pelo caminho aberto nos próprios Regulamentos, através de requerimentos.

Portanto, embora sempre predomine na documentação a “voz oficial” da instituição e seja difícil visualizar as intenções de outros atores, percebemos a atuação

¹¹⁶ In: AN, Série Educação – IE5 (26).

¹¹⁷ In: AN, Série Educação – IE5 (26).

¹¹⁸ In: AN, Série Educação – IE5 (87).

de parentes dos asilados para a retirada dos mesmos do Asilo. O que para os diretores seria um abuso, para muitas famílias poderia significar a oportunidade de melhoria de vida através do trabalho dos filhos.

A primeira relação de meninos desligados por idade é de 1883. Como consta no relatório do Ministro do Império¹¹⁹, foram desligados pela primeira vez 32 alunos, seja por terem alcançado à maioridade legal (21 anos), ou por terem concluído sua educação. A lista encontra-se em ofício do diretor¹²⁰, na qual descreve as aptidões e o desenvolvimento de cada um dos asilados. Primeiramente, há de se notar a presença de Americo Felipe Telles, o mesmo que havia tentado fugir em 1881, sendo auxiliado pelo professor. É descrito como de “inteligência viva, mas muito vadio”. Tinha grande inclinação artística para o teatro, estava adiantado em português e aritmética, era primeiro clarinete da banda de música, mas “sofrível” na oficina de encadernador. O diretor reitera que, embora se comportasse bem, fora de difícil correção. Contudo, não somente no seu caso, mas no de todos os outros meninos, não consta uma única informação sobre o seu destino depois do Asilo. Na verdade, impera na documentação a falta de informações neste sentido, e torna-se tarefa complexa visualizar qual o destino dos meninos depois de sua passagem pela instituição.

A “Gazeta de Notícias”, em abril de 1883¹²¹, noticiou a grande festa que houve pelo desligamento da primeira turma de asilados. Sempre adotando um tom elogioso, a matéria descreve a cerimônia. Pelo fato de muitos dos desligados comporem a banda de música do Asilo, esta passou a tarde e parte da noite se exibindo no bairro de Vila Isabel. Após a exibição, retornaram ao pavilhão de frente do Asilo, para se despedir do diretor Pizarro e sua família. Um orador foi destacado para fazer os agradecimentos e expor as “sinceras estimas” que eles teriam com “a bondade e o carinho” com que o diretor tratou os “pobres desvalidos”. Por fim, o diretor teria pela última vez os aconselhado, estimulando-os a jamais esquecerem os princípios da honestidade e os hábitos do trabalho neles incutidos. O periódico praticamente louva o acontecimento, deixando clara a dimensão e a importância que o Asilo tinha na sociedade da Corte naquele contexto. Como a matéria escreve,

“Desde a criação do Asylo aqueles meninos, hoje moços, ali viviam como filhos, recebendo daquela casa uma suficiente educação literária – leitura,

¹¹⁹ <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1749/000086.html>

¹²⁰ In: AN, Série Educação – IE5 (27).

¹²¹ In: Gazeta de Notícias, p.2, 03-04-1883.

gramática, aritmética, geometria – e uma educação prática capaz de torná-los cidadãos prestantes e úteis a si e aos seus, pelos ofícios a que se dedicaram – de encadernador, de alfaiate, de músico, de sapateiro, de carpinteiro.

(...) Sabe-se qual a dedicação com que o Sr. Dr. Pizarro dedica-se àquele estabelecimento pelo qual esforça-se e trabalha com ardor e entusiasmo inezidíveis. Muitos, porém, não podem conhecer a bondade e o carinho com que o ilustrado diretor trata os pobres desvalidos entregues a sua guarda, e aos quais serve de pai e educador.

(...) Os que se retiravam pareciam tão comovidos como o seu diretor, e no abraço com que este se despedia de cada um deles, via-se quanta estima o ligava àqueles que educara e cuidara, como se seus filhos fossem.

É a primeira vez que do asylo retira-se uma turma de homens inteiramente preparados na comunhão social: cada um deles representa um atestado vivo da dedicação que àquele estabelecimento consagra o seu incansável e inteligente diretor.”

Contudo, como citamos, pela escassez de informações, é difícil visualizar a vida dos asilados após a saída da instituição. Embora os relatórios dos diretores apresentassem a visão de que os alunos se destacavam nas oficinas, em geral sem citar nomes, mesmo em relações de desligados, como vimos, não há referências ao destino dos ex-alunos. Raro caso de referência neste sentido é um ofício¹²² do diretor Daniel de Almeida, em 1889 sobre o desligamento do aluno Francisco d’Oliveira Guimarães por ter atingido a idade de 21 anos. Segundo o diretor, o aluno teria se dedicado ao ofício de encadernador e já estava empregado na oficina de Leuzinger & Filhos.

Maria Zélia Maia de Souza (2008: 89), em estudo sobre o Asilo, mapeou a trajetória de cinco egressos: Antonio Francisco Braga, João Batista da Costa, Paulino Pinto do Sacramento, Candido Pereira do Nascimento e Albertino Inácio Pimentel. Sobre os dois primeiros, é possível perceber referências em diversos documentos, relatórios, ofícios e periódicos. Há de se notar que estes cinco egressos se dedicaram à profissão artística, quatro deles na música e um (João Batista da Costa) nas Belas Artes, o que possivelmente não é representativo do que a grande maioria dos asilados fez do seu aprendizado nas oficinas.

Como constava nos regulamentos, o menino que mostrasse predisposição poderia ser enviado para continuar seus estudos em outra instituição de instrução secundária. O que encontramos na documentação institucional foram raras referências a asilados enviados para o Conservatório de Música ou a Academia de Belas Artes. A banda de música do Asilo era frequentemente solicitada para se apresentar em eventos

¹²² In: AN, Série Educação – IE5 (27).

pela cidade. A partir destes encaminhamentos, é possível visualizar a trajetória de alguns deles no Asilo.

Em 1876, o diretor Rufino de Almeida enviou ofício¹²³ solicitando a matrícula de um asilado vindo do Rio Grande do Norte, Francisco Lopes Galvão Sobrinho, na Academia de Belas Artes pela sua vocação para o desenho. Entretanto, em 1883, encontramos ofício¹²⁴ do diretor João Joaquim Pizarro sobre o mesmo aluno. Segundo o diretor, o aluno órfão de pai e mãe havia sido matriculado no Asilo em 1875, por recomendação do presidente da província do Rio Grande do Norte, com o fim de se habilitar para seguir o curso na Academia de Belas Artes. Mas depois de ter frequentado por quatro anos a Academia, ele não teria conseguido ser aprovado sequer no primeiro. Voltou, assim, ao Asilo, estando sempre isolado e taciturno, sem prestar qualquer serviço. Galvão agora era um “senhor” de vinte e cinco anos de idade, elogiado pelo seu caráter dócil e de brandura, mas sem esperanças de ter qualquer aproveitamento na profissão artística ou nos ofícios mecânicos. O rapaz pediu, então, uma passagem de volta para sua província natal, onde tinha irmão e cunhado estabelecidos em comércio. Por fim, a concessão da passagem foi autorizada, e podemos supor que ele voltou para o Rio Grande do Norte. Podemos aqui entrever, novamente, como a influência de um membro da elite imperial foi importante para a admissão e trajetória de um aluno, que foi admitido no Asilo já tendo em vista o prosseguimento de estudos na Academia. Não tendo sucesso nesta, permaneceu no Asilo com uma idade bem acima do previsto, somente voltando para sua terra natal quando ele mesmo solicitou.

No ano de 1878, o mesmo Rufino de Almeida, tendo em vista falta de professor no Asilo, solicitou¹²⁵ o encaminhamento de três hábeis meninos para frequentarem a aula de clarineta do Conservatório de Música. Os três eram Benedito José de Oliveira, José Francisco de Lima Coutinho e Raul Villa-Lobos. Como aponta Maria Zélia de Souza (2008: 94), este último foi o pai do conhecido maestro Heitor Villa-Lobos, sendo possível que tenha estabelecido relações com Antonio Francisco Braga, que teria sido professor de Heitor.

É possível perceber também, brevemente, aspectos da trajetória de Antonio Francisco Braga. No relatório referente ao ano de 1883¹²⁶, o diretor Daniel de Almeida procura enfatizar o aproveitamento da aula de música, que causaria admiração em todos

¹²³ In: AN, Série Educação – IE5 (22).

¹²⁴ In: AN, Série Educação – IE5 (27).

¹²⁵ In: AN, Série Educação – IE5 (24).

¹²⁶ In: AN, Série Educação – IE5 (27).

que visitavam o estabelecimento. Entre os meninos que se destacavam na aula, estava Antonio Francisco Braga, de apenas 15 anos de idade, que dominaria tão bem a arte a ponto de auxiliar com ensino “proveitoso” os colegas menos adiantados. Posteriormente, em 1885, o mesmo diretor encaminhou¹²⁷ Francisco Braga e Luiz José Dias Moreira para o Conservatório de Música, e João Batista da Costa para a Academia de Belas Artes, visto que estavam se dedicando com grande aproveitamento aos estudos de música, desenho e pintura.

Posteriormente, em 1888, o nome de Antonio Francisco Braga voltou a aparecer em uma lista¹²⁸ de ex-alunos que trabalhavam como funcionários do Asilo. Na verdade, um dos destinos possíveis para os alunos era o seu retorno para trabalhar na própria instituição que os havia formado. Na lista constam os nomes de Antonio Francisco Braga, professor de música, que havia sido matriculado sob o número 59 em 12 de janeiro de 1876 (não localizamos o dossiê); José Fernandes Moreira, então mestre da oficina de torneiro, e matriculado sob o número 70 em 30 de abril de 1877; José de Sousa Bonito, que se tornou inspetor de alunos, matriculado sob o número 19 em 9 de junho de 1877; e Hilário Dias Muniz, matriculado sob o número 61 em 22 de junho de 1876, e posteriormente ajudante de cozinheiro. Percebe-se, no entanto, que os dois últimos acabaram exercendo profissões que não estavam ligadas ao aprendizado dos ofícios no Asilo.

Como ressalta Souza (2008: 95), o nome de Francisco Braga ficou conhecido por ter sido ele o compositor do “Hino à Bandeira”, cujos versos foram escritos por Olavo Bilac. No entanto, ainda hoje no Colégio João Alfredo, o nome que marca presença de um “passado glorioso” é o do maestro Francisco Braga.

Mas percebemos o destaque que ele e João Batista da Costa estavam conquistando ao analisar os periódicos da época. Este último, inclusive, também se encontrava empregado e trabalhando no Asilo em 1888, mas como inspetor de alunos¹²⁹, em relação na qual consta também o nome do supracitado José de Sousa Bonito, funções que ambos começaram a executar em 1887¹³⁰, e continuariam a executar em 1889¹³¹. Batista da Costa ingressou no Asilo em 1877, onde foi aluno de Antônio de Souza Lobo, que em 1885 o estimulou a seguir seus estudos na Academia

¹²⁷ In: AN, Série Educação – IE5 (83).

¹²⁸ In: AN, Série Educação – IE5 (86).

¹²⁹ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1888/00001282.html>

¹³⁰ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1887/00001249.html>

¹³¹ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1889/00001306.html>

de Belas Artes, como citamos na recomendação do diretor Daniel de Almeida, e onde foi aceito com o apoio do barão de Mamoré. Posteriormente, ganhou prêmios, estudou no exterior, e hoje é apontado como um dos grandes pintores de paisagem entre os séculos XIX e XX¹³². Posteriormente, em período que não é do escopo do nosso estudo, tanto ele quanto Francisco Braga trabalharam como profissionais no Instituto Profissional João Alfredo, segundo Souza (2008: 101).

Em edição de novembro de 1885, a “Gazeta de Notícias” faz menção aos dois asilados em artigo que comenta a visita de membros da imprensa ao Asilo, que foram convidados pelo diretor Daniel de Almeida, desejoso de mostrar os progressos em seus dois anos de administração. Adotando o mesmo tom elogioso de sempre, apontando o Asilo como uma das “primeiras instituições” do Império, a publicação não faz qualquer tipo de crítica a nenhum setor da instituição, dos ofícios à enfermaria. A conclusão faz referência à banda de música e ao prêmio instituído pelo conde de Villeneuve, do Jornal do Comércio, que consistiu em duas medalhas destinadas a Francisco Braga e Batista da Costa.

“(...) destaca-se o asylado João Batista da Costa, que se tivesse uma escola e um cultivo artístico, já teria produzido alguma obra notável. João Batista não tem ainda predileção por nenhuma escola: ataca todos os gêneros indiferentemente e em todos eles revela uma aptidão incontestável, digna de ser aproveitada. Uma Magdalena, quadro a óleo, copiado de uma fotografia, faz adivinhar nele um artista.

(...) Compreende-se que em uma rápida visita não se pode descrever, sem omissões, um estabelecimento da ordem do Asylo dos Meninos Desvalidos, mas ele está bem montado e aos asylados nada falta no que toca a comodidades e bem estar, além da educação intelectual e profissional que recebem.

(...) A banda de música do Asylo, sob a direção do asylado Antonio Francisco Braga, executou três composições musicais, sendo o pot-pourri da ópera Carmen, e um pot-pourri da Gioconda, arranjado pelo mesmo asylado Braga a marcha marcial também por ele composta.

(...) Depois da execução das peças musicais, o Dr. Daniel de Almeida, diretor do estabelecimento, proferiu algumas palavras, terminando por entregar duas medalhas de ouro aos alunos Antonio Francisco Braga e João Batista da Costa, prêmios a que fizeram jus pelo seu bom comportamento e aplicação no Asylo. Esses dois prêmios não tem sido distribuídos há dois anos.” (Gazeta de Notícias, p.1-2, 04-11-1885).

Os asilados eram, assim, símbolos do esforço civilizador da instituição, que retirava meninos que poderiam habitar as ruas e formava cidadãos. O mesmo impresso, quatro anos depois, seguia tecendo elogios a Antonio Francisco Braga. A respeito de um festival ocorrido no teatro D. Pedro II, onde tocou a banda do Asilo, comenta-se que

¹³²In:

http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=571&cd_idioma=28555

“Depois de 15 minutos de intervalo, a excelente banda de música do Asylo dos Meninos Desvalidos, executou o pot-pourri da ópera Guarany, sob a direção do inteligente jovem, de 19 anos de idade, Francisco Braga, autor do delicado arranjo musical. O público apreciou devidamente o inspirado talento do moço-artista, aplaudindo-o com animação.” (Gazeta de Notícias, p.1, 08-05-1889).

Desta forma, são poucos os indícios sobre quais eram os destinos dos alunos após a saída do Asilo. Não é possível perceber o que os meninos faziam depois de sua passagem pela instituição com os ofícios que aprendiam. Na documentação encontrada, não constam informações sobre o seu destino após o desligamento. Um dos caminhos possíveis para ex-alunos era trabalhar na própria instituição, e não necessariamente em funções relacionadas aos ofícios que aprenderam. Já aqueles que se destacavam nas aulas de música e desenho parecem ter tido maiores possibilidades de sucesso profissional após a saída da instituição, sendo constantemente referenciados na documentação, inclusive periódicos de ampla circulação, e encaminhados para prosseguir seus estudos em outras instituições. Como veremos, apesar de críticas de diretores a pais que viam no Asilo uma “escola literária”, a passagem na instituição parecia ser um caminho possível para a sequência de estudos em profissões artísticas.

Como vimos, portanto, o perfil de asilados recebidos na instituição mudou com o passar dos anos, assim como as demandas crescentes da população levaram a ampliações do Asilo. Embora não fosse um estabelecimento voltado para receber especificamente libertos e ingênuos, meninos nestas condições sociais foram lá admitidos em meio a outros livres. Além disso, redes de clientelismo e favorecimento se tornaram cruciais nos processos de admissão, e familiares acionavam membros influentes da sociedade imperial para viabilizar a entrada de seus filhos e protegidos, tendo em vista a alta concorrência que existia por vagas. Apesar das negativas dos diretores, argumentando que apenas meninos que indigentes ou órfãos foram ali recebidos, o que se percebe é uma constante pressão para a absorção de meninos, não apenas desvalidos, mas também pobres, com alguma estrutura familiar. O próprio Ministro do Império exerceu pressão ou mesmo deu ordens para que determinados menores fossem matriculados. Logo, o próprio perfil da instituição transformou-se, recebendo jovens membros de famílias que tinham alguma condição financeira para sustentá-los, mas que viam no Asilo a chance deles adquirirem instrução primária de qualidade em um período no qual prevalecia a escassez de escolas na Corte.

Os alunos e os familiares também exerciam um papel ativo na dinâmica da instituição de outras formas. Nas fugas, que eram frequentes apesar dos diretores exaltarem a ordem e a disciplina no estabelecimento, há indícios de que asilados e parentes procuravam se valer de normas regulamentares para forçar o desligamento. Pais, e até funcionários, poderiam auxiliar nas fugas, escondendo os meninos em suas residências. Os parentes também constantemente enviavam solicitações de desligamento ao diretor do Asilo ou ao Ministro do Império, em geral com o mesmo argumento de pobreza utilizado nos processos de admissão, o que era visto como “abuso” por parte dos diretores. Mais uma vez, atores possivelmente manipulavam o que estava previsto no regulamento em interesse próprio, para retirar filhos e protegidos e colocá-los para trabalhar.

A instituição, portanto, não foi monolítica ou uniforme ao longo do período em que estudamos. Por ela passavam práticas enraizadas na sociedade imperial daquele contexto, e a atuação de diversos atores, com diferentes interesses e expectativas, contribuiu para mudanças no perfil e na estrutura do Asilo de Meninos Desvalidos.

Cabe, agora, olhar para outros atores envolvidos na experiência da instituição, os seus funcionários, em especial os diretores, responsáveis em seus relatórios pela visão oficial do estabelecimento.

4.2.2 – Os funcionários

Para entender a dinâmica e o funcionamento do Asilo de Menos Desvalidos, é fundamental lançar um olhar sobre quem estava à frente da instituição, seus diretores.

Ao longo de nosso recorte temporal, o Asilo teve três diretores. O primeiro foi o bacharel em Direito Rufino Augusto de Almeida, que dirigiu a instituição da fundação até o seu falecimento, em 10 de dezembro de 1879. A partir de 27 de dezembro de 1879, assumiu a direção o médico João Joaquim Pizarro, que já era médico do Asilo e substituiu Rufino em seus afastamentos anteriores¹³³. Em 30 de abril de 1882, foi concedida a exoneração a pedido de Pizarro, e a direção passou a caber ao também médico Daniel Oliveira Barros de Almeida, que também já trabalhava na instituição¹³⁴. Em 18 de dezembro de 1889, cerca de um mês após a Proclamação da República, a “Gazeta de Notícias” noticiou a exoneração de Daniel de Almeida do cargo de diretor

¹³³ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1746/000059.html>

¹³⁴ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1749/000087.html>

de Asilo, talvez por sua íntima relação com o antigo Ministério do Império e membro da burocracia imperial, assumindo em seu lugar o Dr. Francisco Moreira Sampaio¹³⁵.

Em estudo sobre o Asilo, Maria Zélia de Souza (2008: 62) oferece uma interpretação sobre o perfil dos gestores da instituição. A autora considera que a escolha inicial por Rufino de Almeida, ex-diretor da Casa de Correção de Pernambuco, estava relacionada a uma política de controle de parcela da população, que se queria ordeira. Após a sua morte, a escolha por João Joaquim Pizarro, médico formado pela Faculdade do Rio de Janeiro, poderia estar relacionado ao seu comprometimento com questões relacionadas ao problema da higiene na Corte, já que ele havia sido funcionário da Junta Central de Higiene Pública. Após a saída do Asilo, Pizarro voltaria a trabalhar na Junta, assumindo em 1884 o posto de presidente do segundo distrito da Freguesia do Engenho Velho. Embora a autora aponte a existência de relações familiares entre Rufino e Pizarro a partir do extrato de uma obra de Varnhagen, não aprofunda este aspecto. Em outro estudo, Maria Zélia Maia de Souza (2009, p.53) argumenta a concepção higienista justificaria a presença dos médicos exercendo funções burocráticas, e os cargos de direção do Asilo seriam um exemplo destas.

Contudo, discordamos desta perspectiva em alguns pontos. Primeiramente, entendemos que o exercício desse tipo de função no período era reservado para uma pequena elite que tinha acesso à formação superior, constituída basicamente por bacharéis em Direito (como o primeiro diretor do Asilo, Rufino de Almeida) e médicos, e não como resultado direto de um projeto higienista ou de controle da população, embora sem dúvidas ideias neste sentido circulassem e fossem expostas na documentação.

O fundamental, entretanto, nos parece ser o fato de que todos os diretores eram parentes, e estavam desde cedo envolvidos de alguma forma na dinâmica da instituição. Este aspecto fica bem claro em matéria publicada na imprensa dando notícia da morte de uma determinada senhora.

*“Faleceu ontem, às 8 horas da manhã, a Exma. Sra. Emerentina Oliveira Barros de Almeida, viúva do primeiro diretor do asylo de meninos desvalidos, Dr. Rufino Augusto de Almeida, mãe do Dr. Daniel de Barros Almeida, atual diretor do mesmo asylo e sogra do Dr. João Joaquim Pizarro. Era uma virtuosa senhora, cujas nobres qualidades e delicadeza prendiam a todos quantos dela se acercavam.
A sua Ema, família os nossos sinceros pêsames.*

¹³⁵ In: Gazeta de Notícias, p1, 18-12-1889.

O cadáver da respeitável senhora será dado à sepultura hoje, às 10 horas da manhã, saindo o corpo do edifício do asylo de meninos desvalidos, em Vila Isabel.” (Gazeta de Notícias, p.1, 08-12-1883).

Posteriormente, em 1885, a respeito da dificuldade em montar uma oficina de tipografia, o mesmo periódico reitera que Daniel de Almeida era filho de Rufino de Almeida.

“Há, porém, dificuldades para montá-la. Nem mais pode fazer o Dr. Daniel de Almeida, filho do 1º diretor do Asylo, e duas vezes seu digno sucessor – no nome e na dedicação, amor e solicitude, com que se consagra inteiramente ao Asylo.” (Gazeta de Notícias, p.2, 04-11-1885).

Estas relações familiares foram decisivas desde o início do funcionamento do Asilo, e parece que Rufino procurou desde cedo inserir seus filhos e seu genro na dinâmica da instituição. Em relatório de 1877, o ministro Leôncio de Carvalho¹³⁶ aponta a saída de Manuel Pacheco da Silva, que lecionava gratuitamente francês para alguns asilados, e a sua substituição pelo então aluno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Daniel Almeida, que se ofereceu para ensinar a matéria. O mesmo relatório cita que o aluno da Escola Politécnica Rufino Augusto de Almeida Júnior se ofereceu para lecionar geometria elementar. Conforme relação genealógica de Buarque de Holanda (2007: 399), Rufino Augusto de Almeida Júnior era filho de Rufino Augusto de Almeida e de Emerentina de Oliveira Barros.

A mesma informação consta no relatório do diretor Rufino de Almeida, do mesmo ano¹³⁷. Rufino apresenta que Mauro Pacheco da Silva Junior, que ensina francês gratuitamente para 20 asilados, precisou se afastar de “*tão sublime obra de caridade*”, e para seu lugar o diretor diz ter aceitado o oferecimento do quarto anista da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Daniel de Oliveira Barros Almeida. Outro oferecimento que o diretor aceitou foi o do quarto anista da Escola Politécnica, Rufino Augusto de Almeida Júnior, para lecionar geometria elementar aos alunos mais adiantados na aula de desenho. Ainda neste relatório, consta que o médico do estabelecimento, Dr. Carlos Ferreira de Souza Fernandes, era auxiliado pelo Dr. João Joaquim Pizarro e pelo estudante de medicina Daniel de Oliveira Barros Almeida, do que resultaria o bom tratamento dos meninos adoentados.

¹³⁶ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1744/000090.html>

¹³⁷ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1744/000507.html>

Em 1879, o ministro Homem de Mello, em seu relatório¹³⁸, aponta que foi nomeado interinamente para a cadeira de álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes o agora Engenheiro Rufino Augusto de Almeida Júnior, que já ensinava gratuitamente aritmética para duas turmas de asilados e, além de passar a reger a cadeira, passaria também a lecionar gratuitamente geografia, que até então nem era disciplina constante do regulamento. O nome do engenheiro aparece na lista com os funcionários do Asilo, referente ao ano de 1881¹³⁹. Entretanto, no mesmo ano, ele sairia do Asilo, pedindo licença sem vencimento¹⁴⁰.

Já Daniel de Almeida, segundo matéria publicada em impresso em maio de 1883¹⁴¹, tentou conciliar o cargo de diretor do Asilo com outro cargo de diretor do hospital da ilha de Santa Bárbara, abrindo mão dos vencimentos a que tinha direito neste último. Porém, em julho do mesmo ano, foi publicado¹⁴² que Daniel de Almeida estava impedido de acumular as duas funções, e foi dispensado pelo governo do posto no hospital.

Portanto, fica clara a existência de uma rede familiar no interior do Asilo de Meninos Desvalidos. Quando um diretor saía, por afastamento ou falecimento, assumia interinamente ou definitivamente um parente. Além disso, desde os primeiros anos, Pizarro e Daniel de Almeida já estavam inseridos de alguma forma na instituição, embora seus nomes não apareçam nas listagens oficiais de funcionários. Ambos auxiliavam o médico oficial do Asilo, e o último, ainda aluno da Faculdade de Medicina, lecionava aulas para alguns asilados. E também percebemos a presença de um Rufino Augusto de Almeida Júnior, filho de Rufino e irmão de Daniel de Almeida, e já lecionou no asilo enquanto aluno da Escola Politécnica, na época em que seu pai era diretor, e depois já formado engenheiro. Assim, ao invés de uma interpretação que privilegia uma lógica externalista, que enxerga nas formações dos diretores políticas de controle ou disciplinarização das camadas populares, percebemos a existência de outras práticas, em que o fato de ter parentes próximos era fundamental não somente para trabalhar, mas para dirigir o Asilo, atividade bem remunerada no quadro geral do Império.

¹³⁸ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1746/000059.html>

¹³⁹ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1881/00000120.html>

¹⁴⁰ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1747/000111.html>

¹⁴¹ In: Gazeta de Notícias, p.1, 12-05-1883.

¹⁴² In: Gazeta de Notícias, p.1, 12-07-1883.

Em seus relatórios, fica evidente a necessidade dos diretores em demonstrar evoluções e progressos no Asilo. Como subordinados do Ministro do Império, procuraram sempre enfatizar a sua própria atuação como diretores. Isto fica mais patente no caso do diretor Daniel de Almeida, que se repete em alguns relatórios, utilizando trechos de publicações antigas suas e de seus antecessores. São frequentes, assim, os elogios a si mesmos, como nos relatórios de 1883¹⁴³ e 1887¹⁴⁴, nos quais Daniel de Almeida copia o que João Joaquim Pizarro escreveu no seu relatório de 1881¹⁴⁵, no qual afirma que

“No desempenho do cargo de Diretor desta instituição de educação lisonjeio-me de ter conseguido bons resultados, praticando as funções de leal intérprete e servidor exato da natureza de cada um de meus educandos, vigiando-lhes judiciosamente a estrutura física e contextura moral, para poder enveredá-los pelo bom caminho que necessariamente lhes dá a admiração pelas leis naturais e o respeito às leis positivas.”

Em relação aos professores do Asilo, além da presença de ex-alunos na função, como destacamos no caso de Antonio Francisco Braga, eram frequentes oferecimentos para trabalhar na instituição, ainda que de forma gratuita (ambos os regulamentos previam concursos). É possível que o exercício da função docente no Asilo, instituição-modelo para o restante do país, conferisse status ao professor.

Já em 1875, há uma petição¹⁴⁶ de um professor de instrução primária da Ilha do Governador para lecionar no Asilo. Entretanto, o oferecimento foi recusado pelo diretor Rufino de Almeida, pela cadeira estar interinamente ocupada por Leopoldo Ribeiro Peres Machado (que permaneceria na função até os anos 1880, como é possível verificar nas listagens de funcionários). Nos elogios do diretor ao professor Leopoldo, é possível visualizar a presença de determinadas concepções higienistas e ênfase em atributos pedagógicos sobre o perfil dos professores, questão que discutiremos mais adiante neste estudo.

“Meninos, entrados completamente analfabetos, em três meses já leem com alguma correção graças aos esforços incansáveis do dito professor, dos quais sou testemunha ocular. Este professor, jovem ainda, de robusta saúde, é dotado dos requisitos necessários a um bom mestre, pois além de inteligência tem o dom de insinuar-se no ânimo de seus discípulos, que depressa se mostram seus afeiçoados e de cujas vontades facilmente dispõe.”

¹⁴³ In: AN, Série Educação – IE5 (27).

¹⁴⁴ In: AN, Série Educação – IE5 (85).

¹⁴⁵ In: AN, Série Educação – IE5 (26).

¹⁴⁶ In: AGCRJ – Fundo Câmara Municipal. Série Instrução Pública. Códice 13-3-6.

Um professor com tais requisitos, que assim se mostra interessado no adiantamento de seus discípulos, merece ser animado, e não desprezado. Penso que será de suma utilidade para este Asylo ser ele promovido á professor efetivo. (...) Acresce mais que a cadeira de instrução primária deste Asylo exige um professor de saúde robusta, dispendo de bons pulmões, muito bom gênio, e de grande soma de paciência...

Em carta¹⁴⁷ a um amigo, Afonso Celso, em 25 de novembro de 1884, é possível perceber que o famoso escritor Aluísio Azevedo buscava há três anos uma vaga como professor no Asilo de Meninos Desvalidos, argumento que se não abrisse mão dela e fosse cuidar de outras coisas, “*creio que irei parar, mas é no Asilo dos Doidos ou no de Mendicidade.*” É nesta carta que Azevedo critica o favorecimento no provimento de determinados empregos e cargos públicos, que só os políticos teriam notícia, e quando caíam no conhecimento do grande público formava-se um conjunto de cobiçosos.

Alguns professores do Asilo tiveram atuações destacadas em suas áreas. Antônio de Araújo Souza Lobo, que lá lecionou desenho entre 1875 e 1901, era formado pela Academia de Belas Artes, premiado com medalhas de ouro em exposições e professor do Liceu de Artes e Ofícios e do Colégio Pedro II. Além de professor, foi cenógrafo, restaurador e fotógrafo¹⁴⁸.

Maria Zélia de Souza (2008: 69) aponta também a atuação de Arthur Higgins, que foi professor de ginástica no Asilo entre 1887 e 1889. Higgins é considerado o principal responsável por difundir o ensino de ginástica no Município Neutro. Foi professor em outras instituições, como a Escola Normal e o Colégio Pedro II, além de ter introduzido a prática do *foot-ball* no Brasil. Além disso, publicou livros e manuais, como o “Manual de Gymnastica Higienica” e o “Compendio de Gymnastica Escolar”.

Em relação a outros funcionários do Asilo, o que prevalece é a ausência de informações nas fontes. Entretanto, em pelo menos um caso é possível perceber a existência de vozes dissonantes a respeito da conduta de um empregado do Asilo.

Trata-se de Bento Antonio Batista Ferreira. No relatório do ano de 1881¹⁴⁹, o diretor João Joaquim Pizarro tece diversos elogios ao empregado. O diretor apresenta

“(...) o inspetor Bento Antônio Batista Ferreira, cidadão de distintas qualidades e de caráter íntegro. Foi voluntário da Pátria na guerra do

¹⁴⁷In: AZEVEDO, Aluísio. **O Touro Negro** (Póstumo). 1938.

¹⁴⁸In:

http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=1102&cd_item=1&cd_idioma=28555

¹⁴⁹ In: AN, Série Educação – IE5 (26).

Paraguai, traz ainda hoje os vestígios e as gloriosas cicatrizes do ardente zelo com que serviu à Pátria (...). Este empregado tem verdadeiro amor a esta instituição, e a sabe zelar com o mais íntimo devotamento; é muito justo, acata e estima os asilados a ponto de com eles distribuir muitas vezes uma parte de seu fraco ordenado de sessenta e seis mil reis mensais. É pessoa da maior confiança e necessária; tal é o conhecimento das mais insignificantes minudências que passam por essas mãos sempre ativas e sempre honestas.”

O nome de Bento seria posteriormente apontado para o cargo de ajudante de diretor, criado pelo Regulamento de 1883, pelo próprio Dr. Pizarro. Este fato motivou a escrita de uma carta anônima¹⁵⁰, aparentemente pela mãe de um dos asilados, cujo teor é completamente diferente da descrição de Pizarro. Até então, a nomeação ainda não havia sido efetivada por oposição do Tesouro, que argumentava falta no orçamento para a criação de mais cargos.

“Presentemente que vai ter execução aquele Regulamento pretende de novo o mesmo lugar o dito Ferreira, que até agora está exercendo o lugar de inspetor de alunos, o que por certo V. Ex^a não o permitirá não só porque, além de analfabeto, é público no Asylo e fora que pratica atos imorais com os menores asilados como igualmente procedeu quando servente do Arsenal De Guerra, e por cujo motivo foi despedido. À vista das razões expostas e supondo nós que o digno atual Diretor está de acordo (...) esperamos de V. Ex^a Justiça.”

Embora não seja possível verificar se os atos descritos na carta ocorreram, e não seja possível perceber a “voz” dos funcionários do Asilo, ela oferece uma contraposição à visão elogiosa do diretor. Após o recebimento da carta, o Ministro do Império exigiu explicações do diretor Daniel de Almeida. Este, em resposta, afirmou que eram inteiramente falsas todas as acusações presentes na carta. Apresentou que Bento Antonio Batista Ferreira exercia a função de inspetor de alunos desde 13 de junho de 1875, tendo sido nomeado pelo primeiro diretor. Daniel de Almeida, então, recupera relatórios de seus antecessores para defender Bento Ferreira. Primeiramente, reproduz trecho do relatório de Rufino de Almeida, de 1878, no qual este elogia genericamente, sem citar nomes, os inspetores por ele nomeados. E depois reproduz o trecho destacado acima do relatório de João Joaquim Pizarro, mas basicamente não apresenta os seus próprios argumentos. Em parecer de outubro de 1884, Netto Machado, diretor da 2ª Diretoria da Secretaria do Império¹⁵¹, considera que o diretor Daniel de Almeida em sua resposta havia demonstrado que tudo escrito na carta era falso, apontando esta como

¹⁵⁰ In: AN, Série Educação – IE5 (27).

¹⁵¹ In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3215-22-setembro-1883-544168-publicacaooriginal-55035-pl.html>

caluniosa, já que o empregado sempre fora elogiado pelos diretores e era também considerado pelo atual. Tendo a lei de orçamento liberado os recursos para o pagamento dos vencimentos constantes na tabela anexa ao regulamento, autorizou o diretor a dar execução ao mesmo.

Pelas listagens oficiais de funcionários do Asilo, no entanto, percebemos que ainda em 1886¹⁵², Bento Ferreira consta como inspetor de alunos, com seu nome aparecendo como ajudante do diretor, residente no estabelecimento, somente no ano de 1887¹⁵³. Porém, matéria publicada em impresso em 1885 já dava conta de Bento como ajudante do diretor.

“O Sr. Bento Antonio Batista Ferreira, ajudante do diretor, durante a visita ao estabelecimento, prestou não só todas as informações que lhe foram pedidas como acompanhou os representantes da imprensa na visita que fizeram ao bem dirigido Asylo. É esse cavalheiro um digno auxiliar do diretor. (Gazeta de Notícias, p.2, 04-11-1885).”

Embora as informações sejam desencontradas, é possível notar que, ao lado da visão oficial exposta pelos diretores e muitas vezes realçada em impressos, existiam também outras perspectivas sobre o que acontecia na instituição. A carta de denúncia, portanto, leva a uma reflexão sobre como podia ser o dia-a-dia dos asilados, muitos ainda bem jovens, e que fatos negativos que porventura acontecessem não tinham espaço na versão oficial exposta nos relatórios.

Um último aspecto a ressaltar nesta análise sobre os funcionários é o pagamento de seus vencimentos. Comparando os relatórios e impressos, é possível perceber que em finais do Império o pagamento dos salários sofria atrasos, fato que demandava explicações da direção do Asilo.

Publicação em “A Folha Nova” no ano de 1884¹⁵⁴ apontava que os vencimentos do mês de julho dos funcionários do Asilo estavam atrasados, e perguntava ironicamente “*Será falta de verba?*”. O mesmo fato foi registrado quatro anos depois, em “O Paiz”. Tratando também com ironia, a publicação¹⁵⁵, intitulada “*Vila Isabel*”, pede que o ministro império pergunte ao “*diretor de um certo estabelecimento*” porque ele não pagava aos seus funcionários nos dias dois de cada mês, segundo constava

¹⁵² In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1886/00001230.html>

¹⁵³ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1887/00001249.html>

¹⁵⁴ In: A Folha Nova, p.1, 28-08-1884.

¹⁵⁵ In: O Paiz, p.3, 04-05-1888.

oficialmente em portarias, e é assinada como “*uma de suas vítimas*”. No mesmo, o diretor do Asilo respondeu a esta crítica em ofício dirigido ao Ministro do Império¹⁵⁶. Daniel de Almeida afirma que, acreditando ser a censura do jornal ao diretor de um certo estabelecimento ser a ele dirigida, o pagamento referente ao mês de maio não foi efetuado porque o Tesouro Nacional não pagara ao almoxarife do Asilo a importância da folha de pagamento do mês anterior, o que o teria impossibilitado a efetuar o pagamento do mês corrente. Além disso, defendendo o seu trabalho, o diretor afirma que os atrasos no pagamento da folha ocorriam raríssimas vezes, e que qualquer censura neste sentido não tinha razão de ser.

Mas, no ano seguinte, o diretor voltaria a ter que dar explicações¹⁵⁷ acerca de outra matéria publicada em “O Paiz”, na qual era cobrado pelo atraso dos vencimentos dos funcionários. Pela posição do diretor, a intenção do periódico, que seguia uma linha republicana, era criticar o governo através de apontamentos desse tipo.

“Atira-se diretamente sobre a repartição que dirijo a culpa desse atraso, recaindo sobre mim toda a responsabilidade de tão leviana quanto aleivosa afirmação. Em vista da acentuada má vontade que transparece nesse artigo, em que, para se molestar o Governo Imperial, se toca em minha pessoa, devo declarar à V. Exª que de fato os empregados contratados do Asylo não receberam até hoje os seus vencimentos do mês de Fevereiro, porque o Tesouro Nacional ainda não habilitou o almoxarife a efetuar o referido pagamento na forma do art. 32 §6º do Regulamento em vigor, ainda que desta repartição fossem remetidas as contas em 12 de Março corrente.”

Assim, embora o periódico adotasse linha editorial crítica às instituições imperiais, percebe-se nos anos finais do Império a dificuldade orçamentária na instituição, e os constantes atrasos nos pagamentos de funcionários. Como subordinado ao Ministro do Império e inserido na burocracia imperial, cabia ao diretor defender o seu próprio trabalho e preservar o governo. Um mês após a proclamação da República, como vimos, ele seria exonerado do cargo.

Desta forma, assim como no caso dos asilados, a documentação praticamente não possibilita analisar as posições e expectativas dos próprios funcionários, a não ser no caso dos diretores. Comparando diversas fontes, foi possível notar que os três diretores do Asilo no período aqui estudado mantinham relações parentais. Desde os primeiros anos, quando Rufino Augusto de Almeida era diretor, seu genro Pizarro era auxiliar do médico, assim como seu filho Daniel de Almeida, que também lecionava aulas

¹⁵⁶ In: AN, Série Educação – IE5 (86).

¹⁵⁷ In: AN, Série Educação – IE5 (87).

gratuitas, e lá também estava seu outro filho Rufino de Almeida Júnior, primeiro lecionando gratuitamente, e depois como professor nomeado. Assim, no lugar de uma interpretação que procura justificar a escolha dos diretores a partir de suas formações e de interesses externos de controle ou higienização da sociedade, um olhar interno permite verificar que se perpetuaram na direção da instituição membros da mesma família, que tinham interesses particulares em se manter na chefia do estabelecimento.

Por outro lado, percebemos que existia demanda também para lecionar na instituição, ainda que de forma gratuita, o que possivelmente era gerador de status para o docente, além de estratégia de carreira em empregos públicos. Professores da instituição por vezes acumularam cargos e se destacaram em suas áreas. Já em relação a outros funcionários, sobre os quais o que prevalece é o silêncio na documentação, foi possível verificar posições contraditórias no caso de Bento Antonio Batista Ferreira; enquanto a versão oficial dos diretores procurava elogiar e demonstrar a capacidade de Bento, inclusive louvando-o como herói de guerra, e estimular a sua promoção de inspetor de alunos a ajudante de diretor (que possivelmente era desejo do próprio indivíduo), uma carta anônima mostra outra versão, de alguém que tinha um histórico suspeito e praticava atos condenatórios com os asilados. E mesmo os diretores sempre procurando destacar os progressos na administração do Asilo, indícios de atrasos no pagamento dos vencimentos dos funcionários sugerem dificuldades orçamentárias do governo e dificuldades na gestão do estabelecimento.

Assim, após analisar quem eram os asilados e funcionários envolvidos com a dinâmica da instituição, cabe tratar sobre como era o ensino no Asilo de Meninos Desvalidos.

4.2.3 – O ensino

O ensino no Asilo de Meninos Desvalidos, como citamos, era composto por disciplinas relativas à instrução primária e o aprendizado de ofícios, que foram sendo implantados aos poucos ao longo da existência da instituição.

Uma primeira dificuldade imposta pela documentação é a análise de como eram distribuídas as atividades ao longo dos dias, ou seja, como era o dia-a-dia dos asilados na instituição. Isto se dá principalmente por não termos localizado o regimento interno, que era previsto nos dois regulamentos, de 1875 e 1883. Até este ano, encontramos a

informação em um parecer¹⁵⁸ de que, apesar do regulamento ter reservado para o regimento interno a distribuição e o regime de ensino, este ainda não havia sido expedido. Tal fato seria explicado pela necessidade de se estabelecer regras a esse respeito mas a falta de oportunidade para adotá-las inicialmente, já que o governo não tinha experiência com o modelo de casas de asilo. Assim, passados 8 anos de existência da instituição, ainda não havia um regimento delimitando a organização do ensino. Somente em 6 de fevereiro de 1887 o diretor Daniel de Almeida submeteu ao Ministro do Império o regimento interno, entretanto só localizamos um parecer¹⁵⁹ de Candido Rosa a respeito do mesmo. O parecerista considerou que o regimento não tinha qualquer regra pedagógica e estava repleto de defeitos, que levavam à necessidade de escrita de um novo trabalho. Primeiramente, o regimento não dividia o serviço interno em seções, e nem indicava o empregado responsável por cada uma delas. E no documento nada se encontraria a respeito do tempo destinado ao estudo literário, artístico e profissional, a duração do ano escolar e as férias, a distribuição de horas para os estudos, para o descanso, para o trabalho nas oficinas e para as aulas, e para as refeições, tudo que estava previsto no regulamento de 1883. Além disso, haveria omissões a respeito dos descontos nos vencimentos de empregados em casos de interrupção do serviço, e a colocação dos artigos e redação do regimento precisariam ser melhoradas.

Portanto, embora não o tenhamos localizado, parece que o próprio regimento escrito tardiamente pelo diretor, apenas em 1887, não detalhava o modo como o cotidiano dos asilados transcorria na instituição, principalmente e o tempo dedicado a cada atividade. O que encontramos a este respeito, assim, são informações fragmentadas.

Como consta nos relatórios dos ministros do Império de 1876¹⁶⁰ e 1881¹⁶¹, a escola do Asilo de Meninos Desvalidos estava incluída entre as escolas municipais da Corte. O relatório do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, também em 1881¹⁶², apontou que o Asilo tinha “diretor especial” porque, apesar de ser considerado delegado do Inspetor Geral, dirigia-se diretamente ao governo imperial, a quem apresentava anualmente seu relatório. Além disso, o inspetor chama a

¹⁵⁸ In: AN, Série Educação – IE5 (27).

¹⁵⁹ In: AN, Série Educação – IE5 (85).

¹⁶⁰ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1742/000039.html>

¹⁶¹ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1747/000070.html>

¹⁶² In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1747/000517.html>

atenção que, de 1870 até 1881, não foi aumentado o número de escolas de instrução primária de primeiro grau criadas no município da Corte (a exceção foi o Asilo).

Visto a demanda crescente por parte da população e a ausência de um aparato escolar que desse conta, alguns relatórios dos diretores do Asilo deixam a entender que havia pais procurando a admissão de seus filhos na instituição não tendo em vista necessariamente a profissionalização pelos ofícios, mas o aprendizado das disciplinas do currículo da instrução primária. Como discutimos anteriormente, nem todos os meninos recebidos na instituição eram *desvalidos*, pelo contrário, o que se percebe na documentação é a crescente entrada de crianças cujos pais ou responsáveis tinham alguma condição financeira e contavam com protetores.

Nos dois relatórios escritos em 1876, o primeiro em junho por Rufino de Almeida, e o segundo em dezembro pelo diretor interino João Joaquim Pizarro, ambos procuram criticar as aspirações dos pais e enfatizam o caráter do Asilo de preparação de trabalhadores para trabalhos manuais, a ponto de terem dispensado serventes e colocado os asilados para exercerem esta função. Assim, Rufino argumentou que

*“Criado este Asilo para abrigar e educar meninos desvalidos ou entregues à miséria por extrema pobreza de seus pais, me parece que se deve prestar muita atenção às vocações ou aptidões desses meninos, e habilitá-los a viverem a custa de seu próprio trabalho. Assim, o menino que por falta de desenvolvimento intelectual não possa ser um homem de letras, ou um bom artista, façamo-lo um bom agricultor, um horteleiro, um jornaleiro, ou simplesmente um bom trabalhador de enxada, ou mesmo um bom criado de serviço. No sentido de levar a efeito esta salutar ideia tenho procurado dirigir a educação dos meninos, apesar da repugnância e desgosto dos parentes de alguns asilados que sentem a nobreza de seus antepassados ofendida, porque pretendo criar homens para o trabalho, e não fidalgos candidatos a empregos públicos. Assim suprimi os criados e serventes (...). Entendi que meninos desvalidos devem aprender a ser criados de si mesmos, e que seria luxo inexplicável por criados a disposição deles. O homem pobre deve saber socorrer por si mesmo a todas as necessidades da vida.”*¹⁶³

Percebe-se a existência de estratégias diferentes em torno de uma instituição que sempre atendeu desvalidos, mas também absorveu camadas de pobres remediados, que buscavam caminhos e alternativas para seus filhos. Além disso, fica patente no texto de Rufino a perspectiva da educação no Asilo como perpetuadora de hierarquias, que era a ideia geral por trás dos projetos educacionais surgidos nas últimas décadas do Império, como apontaram Schueler (1997) e Muaze (2003). A esses meninos oriundos de famílias pobres caberiam ocupações profissionais subalternas e desvalorizadas, devendo

¹⁶³ In: AGCRJ – Fundo Câmara Municipal. Série Instrução Pública. Códice 13-3-6.

eles internalizar sua posição social durante a estadia no Asilo, cumprindo a função de serventes e criados. Logo, embora pais pudessem ter a intenção de ali matricular seus filhos para receberem a instrução primária, o discurso do diretor demonstra que o Asilo estava imerso em um projeto de reprodução de desigualdades no final do Império.

Desta forma, utilizando o modelo interpretativo de Archard (1993), que discutimos anteriormente, embora existisse no período imperial um conceito de infância, ou seja, a ideia de que esta era uma fase específica da vida e demandava uma atenção especial, havia também diferentes concepções em torno da mesma. Para o menino pobre, matriculado no Asilo, o ensino e o cotidiano em si da instituição seriam elementos importantes para a sua manutenção nas classes subalternas, mas devidamente civilizados, disciplinados, e úteis para o país. Muito diferente, portanto, da educação e instrução das crianças de elite, apontadas por Mauad (2007) e Muaze (1997), cujos meninos eram preparados para entrar nos altos escalões da sociedade imperial, e cujas meninas aprendiam desde cedo o seu papel de mãe e dotes que as preparassem para a vida social. Assim, a análise do período imperial reforça a perspectiva de Heywood (2004: 26), discutida no primeiro capítulo do presente estudo, segundo o qual não somente sociedades e culturas diferentes, mas também uma mesma sociedade pode ter concepções ambivalentes a respeito da infância.

No final de 1876, o diretor interino Pizarro reiterou a posição do diretor efetivo.

*“Entendem diversos parentes dos asilados que o esforço patriótico, e tão digno de aplausos que faz o Governo Imperial com a sustentação desta casa de educação, se deve referir todo ele ao ensino literário, e quase todos com pretensões afidalgadas olham com maus olhos e sentem repugnância ao verem seus filhos dedicados aos rudes trabalhos de lavoura ou aos labores de uma oficina de alfaiate ou de sapateiro. É este princípio errôneo que infelizmente a vaidade dos pais incute no ânimo de seus filhos que se deve procurar banir, e assim cortar desde já as aspirações dos futuros fidalgos candidatos a empregos públicos. (...) São os asilados que varrem e lavam todos os compartimentos do edifício; limpam os móveis, fazem suas camas; capinam e limpam a chácara; tratam dos arvoredos e plantam na roça. Por a disposição de desvalidos criados que os sirvam seria além de luxo requintado, habituá-los a uma sorte de bem estar nas primeiras idades da vida, que certo os inibiria de por isso mesmo ocorrerem no futuro às suas primeiras necessidades.”*¹⁶⁴

Essa perspectiva transparece nos relatórios dos diretores durante todo o período por nós analisado. Em 1883, o diretor Daniel de Almeida, em seu relatório¹⁶⁵, considera

¹⁶⁴ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1742/000490.html>

¹⁶⁵ In: AN, Série Educação – IE5 (27).

que muitos pais, parentes e tutores de asilados desejavam que os meninos se dedicassem ao estudo de “belas letras”, e viam com maus os olhos os mesmos trabalhando nas oficinas, e ainda com maior repugnância o ensino agrícola. Os asilados sofreriam, então, uma “grave herança”, mostrando desde cedo desprezo por todos os tipos de trabalho. Esta atitude seria totalmente generalizada entre os asilados, contribuindo para desvirtuar a compreensão do que era ser um cidadão. Transparece no discurso do diretor, portanto, a culpabilização da família pelo suposto desvirtuamento dos meninos do caminho do trabalho que ele procurava impor.

Assim, as variadas reformas e obras pelas quais passou a instituição eram realizadas pelos próprios meninos. No relatório de 1881¹⁶⁶, o diretor João Joaquim Pizarro afirma que utilizou os asilados em obras que embelezaram o pátio central e construíram uma barreira contra ventos. Com o trabalho dos meninos, uma parte do morro central estava sendo derrubada, e a terra daí advinda sendo utilizada para aterrar ouro pátio, que precisava de maior extensão. A utilização dos meninos estaria trazendo economia de uma obra que estava orçada em 12 contos de réis. O serviço de desaterro teria durado um ano, para não prejudicar o horário das aulas e das oficinas, sendo realizado quase sempre de manhã e com tempo fresco. Como veremos no capítulo seguinte, a utilização de menores nas próprias obras foi criticada em denúncia anônima de mãe, que recebeu a resposta de que se tratavam de exercícios higiênicos.

Já em 1889, o mesmo diretor dá a entender uma perspectiva diferente da adotada pelos seus antecessores, apresentando que o trabalho exercido pelos asilados nas tarefas da instituição não era tão bom ou louvável quanto os discursos aparentavam. A respeito dos desligamentos de asilados, o diretor fez duas ponderações¹⁶⁷. A primeira é que se o número de desligamentos continuasse alto, ele seria forçado a parar as oficinas, e a mandar manufaturar a roupa e os calçados dos asilados fora do Asilo. E a segunda é que os diversos serviços da instituição eram desorganizados por serem realizados pelos meninos. Desta forma, embora o emprego dos próprios meninos em tarefas previstas para outros empregados nos regulamentos fosse constantemente apontada como um fator para o futuro sucesso dos mesmos, o discurso de Daniel mostra que na realidade poderiam existir diversas dificuldades.

Assim, a instituição cumpria um papel de preparar mão-obra e futuros indivíduos para profissões socialmente desvalorizadas. Apesar das referências ao ensino gratuito de

¹⁶⁶ In: AN, Série Educação – IE5 (26).

¹⁶⁷ In: AN, Série Educação – IE5 (87).

francês e de geografia (antes da disciplina se tornar obrigatório pelo regulamento de 1883), os diretores reiteravam que a posição do Asilo não era a de uma “escola literária”, e o ensino dos ofícios tinha grande importância na dinâmica da instituição.

As oficinas, entretanto, não foram implantadas imediatamente. Pelo contrário, foram sendo instaladas no decorrer dos anos, de acordo com prioridades, espaço e disponibilidade de verba no orçamento destinado ao Asilo.

A primeira a ser instalada foi a de alfaiate, em 17 de julho de 1876¹⁶⁸. Entretanto, nem todos os alunos frequentavam a oficina. Somente doze meninos eram dirigidos por Pedro Riegel, meninos estes que frequentavam as aulas de português e música, e alternavam as horas, segundo o relatório. O diretor Rufino de Almeida argumenta que a oficina traria alívio aos cofres públicos, poupando-se mão-de-obra já que se gastaria apenas dois terços do custo de qualquer peça de vestuário. Em ofício sobre o começo da oficina¹⁶⁹, o diretor aponta que contratou Pedro Riegel porque este havia sido oficial de alfaiate do Arsenal de Guerra da Corte, e principalmente aponta que não havia cômodos disponíveis para o funcionamento da oficina, e esta aparentemente teve que ser improvisadamente instalada em uma saleta contígua ao refeitório, onde estavam os lavatórios dos meninos de 6 a 8 anos.

Somente no ano seguinte foi instalada a oficina de sapateiro. Entretanto, existem versões diferentes sobre a data de sua instalação. Em ofício ao Ministro do Império¹⁷⁰, o diretor Rufino apontou que deu início à oficina em 1º de junho de 1877, enquanto em seu relatório¹⁷¹ o mesmo diretor aponta a data de 2 de julho de 1877, sendo frequentada por 14 asilados. Independentemente da data, fica novamente clara a falta de estrutura para a instalação e oficinas no prédio do Asilo. No ofício, o diretor afirma que contratou como mestre sapateiro Francisco Eusebio Custodio, idoso e com facilidade de ensinar crianças, e por falta de cômodos, teve que recorrer a uma pequena sala fora do recinto do Asilo. O diretor conclui cobrando com urgência a construção e aposentos definitivos para as oficinas, tanto para alargar as duas já existentes, quanto para criar novas e aproveitar as aptidões dos meninos. O mesmo tom aparece em seu relatório, no qual

¹⁶⁸ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1742/000490.html>

¹⁶⁹ In: AN, Série Educação – IE5 (22).

¹⁷⁰ In: AN, Série Educação – IE5 (23).

¹⁷¹ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1744/000506.html>

afirma que as oficinas foram instaladas em quartos destinados à criação de aves, sendo urgente a instalação das oficinas de carpinteiro, marceneiro, ferreiro e serralheiro¹⁷².

Portanto, a documentação indica que o Asilo, algum tempo depois de sua inauguração, seguia sem condições para a instalação de oficinas, que seriam de crucial importância em seu projeto, já que se propunha a oferecer instrução profissional aos asilados, e até então parecia não cumprir. As oficinas constavam do regulamento de 1875, mas não existiam na prática. Além disso, no relatório o diretor Rufino de Almeida destaca como grande vantagem da oficina de alfaiate as economias possíveis, já que grande parte do vestuário de brim e de algodão utilizado pelos asilados era fabricado por eles mesmos. Quanto à oficina de sapateiro, os avanços seriam mais lentos, pelos aprendizes serem considerados jovens demais para o ofício.

Esta importância da oficina de alfaiate voltaria a ser destacada em relatório de João Joaquim Pizarro, de 1881¹⁷³. Pizarro aponta que, graças a ela, estaria sendo economizada a mão-de-obra, que seria muito cara na cidade do Rio de Janeiro. A duração da roupa feita nas fábricas, de boa qualidade, seria de oito meses a um ano. Em relação a de sapateiro, é destacada a economia de seiscentos mil reis para dois contos de reis, porque os menores fabricavam sapatos para os seus colegas. Logo, ao menos tão relevante quanto o aprendizado do ofício, o que transparece nas comunicações dos diretores aos Ministros é a possibilidade de gastar menos com a fabricação de roupas e calçados na própria instituição, dentro do quadro orçamentário do Império. Neste mesmo relatório, Pizarro avisa que instalaria as oficinas de carpinteiro e encadernador em alguns dias e que, além da aprendizagem, esperava tirar lucros, especialmente da segunda.

O relatório do Ministro do Império, de 1882¹⁷⁴, informava que já haviam sido instaladas as duas oficinas, “*de maior proveito para os asilados*”. Porém, em ofício de janeiro de 1884, o diretor Daniel de Almeida demonstrava preocupação com o aumento do número de asilados e a falta de oficinas. Tendo que receber mais 50 menores, o diretor reitera que só quatro oficinas estavam em funcionamento, as de alfaiate, sapateiro, encadernador e carpinteiro. As oficinas de marceneiro e empalhador e de latoeiro, também previstas no Regulamento de 1883, que já estava em vigor, ainda não

¹⁷² Em relatório de 1878, o diretor anuncia a suspensão da aula de ginástica, dentre outros motivos pela ausência de um espaço destinado a ela e a falta de verba para construí-lo. Trataremos deste aspecto adiante neste estudo. In: AN, Série Educação – IE5 (24).

¹⁷³ In: AN, Série Educação – IE5 (26).

¹⁷⁴ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1749/000086.html>

existiam. Assim, o diretor considera que teria que dividir os 50 admitidos nas quatro oficinas, que já estavam cheias, ou esperar a criação das outras duas para realocá-los. Mais uma vez, o argumento em defesa da criação das oficinas recaí no retorno financeiro que elas possibilitariam ao governo. Nas palavras de Daniel de Almeida,

“Seria ocioso pretender mais esclarecer à V. Ex^a sobre a necessidade de criação destas oficinas, porque em sua inteligência V Ex^a bem compreenderá os bons resultados que delas poderão provir, a bem desta Instituição e também dos cofres públicos que mais tarde serão aliviados na consignação para o custeio deste estabelecimento com o produto do trabalho realizado pelos asilados nas oficinas.”

Parte do lucro das oficinas ia para as cadernetas da Caixa Econômica Escolar dos asilados. Pelo Regulamento para as caixas econômicas escolares do Município da Corte¹⁷⁵, instituídas por decreto do Ministro Souza Dantas em 19 de abril de 1879, todas as escolas de instrução primária da Corte deveriam implantar as Caixas. Cada asilado teria uma caderneta, e os depósitos constariam de quantias dadas pelos pais ou tutores. O dinheiro presente na Caixa só poderia ser retirado quando o depositante saísse da escola. No caso do Asilo, como destaca Souza (2008: 85), o regulamento de 1875 já previa que a poupança dos meninos seria advinda através do seu trabalho, e dependente do julgamento do diretor, o qual seria o responsável pelos depósitos. A maior arrecadação de renda viria, no entanto, com a banda de música, constantemente requisitada para tocar em eventos e festivais pela cidade. Nos periódicos, a maior parte das informações que encontramos são notícias da banda de música do Asilo realizando apresentações em diversos espaços da cidade. É o caso de notícia vinculada em 1880, na “Gazeta de Notícias”¹⁷⁶, anunciando a realização de um concerto vocal e instrumental no Hotel Tijuca no qual, entre artísticas líricos e sopranos se apresentaria a banda do Asilo. Entretanto, encontramos críticas à utilização da banda de música em “A Folha Nova”, que a considerava exploratória.

“(…) se a banda foi alugada, o Sr. Diretor não compreendeu os seus deveres, pois que aos meninos asilados no estabelecimento, o governo deve a educação moral e intelectual, sem ter o direito de manda-los tocar música em festas particulares, por dinheiro, em benefício próprio. Isto já não se chama proteção à infância desvalida; mas sim exploração da infância desvalida.” (A Folha Nova, p.2, 21-07-1883).

¹⁷⁵ In: AGCRJ – Fundo Câmara Municipal. Série Instrução Pública. Códice 13-3-6.

¹⁷⁶ In: Gazeta de Notícias, p.8, 25-01-1880.

O aprendizado da música, assim, tornava-se uma das formações possíveis para os asilados. Além disso, a banda revestia-se de um caráter simbólico, apresentando em eventos o projeto civilizador do Asilo, que podia transformar meninos futuramente ociosos em indivíduos úteis e artistas.

Com o demonstrativo de rendas auferidas pelas diversas oficinas, é possível perceber que oficinas que não estavam inicialmente previstas no Regulamento de 1883 foram implantadas. Constam da listagem as oficinas de latoeiro; encadernador e pautador; marceneiro, lustrador e empalhador; torneiro (não prevista no Regulamento); carpinteiro; e sapateiro. Estava ausente a oficina de alfaiate. Não encontramos, porém, as razões pela inclusão da oficina de torneiro e exclusão desta última.

Notícias em periódicos, no entanto, dão conta de que outras atividades eram desenvolvidas no Asilo, embora não constem em documentos oficiais. Em 1886, inclusive, foi gerada uma controvérsia em torno da realização de uma quermesse para a implantação de uma oficina de tipografia no Asilo. Desde 1884,¹⁷⁷ o diretor Daniel de Almeida pedia autorização para instalar uma oficina de tipografia e litografia, que traria diversas vantagens, sendo a principal o alívio ao cofre público provindo do trabalho realizado nas oficinas. A mesma contaria com a proteção da própria imperatriz, como veiculou “O Paiz” em 1886.

“A 14 de março, aniversário natalício da virtuosa e idolatrada senhora que é a Imperatriz do Brasil, inaugura-se no teatro Recreio Dramático a grande quermesse em benefício da Infância Desamparada e da montagem de uma tipografia no Asylo dos Meninos Desvalidos de Vila Isabel. Da primeira instituição é protetora a Sereníssima Princesa Imperial, que tem consagrado toda a sua vida à grande causa da caridade, que tanto a tem engrandecido e nobilitado aos olhos do povo brasileiro, bem como a seu ilustre esposo, Sua Alteza Real o sr. Conde d’Eu. Quanto á segunda, foi a imprensa fluminense, tão pronta sempre a proteger tudo que é nobre, grande e santo, quem prometeu a montagem e um prelo no Asylo daqueles que o Dr. Daniel de Almeida, como incansável diretor, prepara para grandes obreiros do futuro.” (O Paiz, p.4, 24-02-1886)

O próprio diretor, em seu relatório de 1886¹⁷⁸, agradece à imprensa fluminense, que sempre auxiliaria o Asilo com desvelo, pelo esforço em dotar a instituição de uma oficina tipográfica e ajudar em sua manutenção durante um ano. Contudo, no próprio “O Paiz, em março do mesmo ano¹⁷⁹, representantes de diversos periódicos se uniram e

¹⁷⁷ In: AN, Série Educação – IE5 (27).

¹⁷⁸ In: AN, Série Educação – IE5 (84).

¹⁷⁹ In: O Paiz, p.1, 18-03-1886.

soltaram um comunicado afirmando que eles promoveram as festas para a criação de uma oficina de tipografia no Asilo de Meninos Desvalidos, mas não tinham qualquer ligação com a quermesse, tendo Sua Alteza Imperial já retirado os seus nomes da mesma. A notícia foi vinculada também em “A Estação”¹⁸⁰, impresso voltado para mulheres de elite, que as alertou não somente sobre a quermesse em benefício do Asilo, mas sobre todas as quermesses em geral, que seriam apenas “torpes especulações”. Segundo o impresso, a imprensa, sem nem ao menos ter sido consultada, foi incluída no programa geral da quermesse.

Apesar desta controvérsia, a inauguração de oficina podia configurar um grande evento, sendo publicado na imprensa, e podendo contar com a presença de membros ilustres, até mesmo o Imperador. Foi o caso da inauguração da oficina de funileiro, em 1886, que também estava prevista no Regulamento de 1883, segundo publicação de “O Paiz”.

“Inaugurou-se ontem, no Asylo dos Meninos Desvalidos de Vila Isabel, a nova oficina de funileiro.

(...) Entre os cavalheiros notamos os Srs. Ministro do Império, senador Correia, Revm. Cônego geral da vara, vereador Dr. Ernesto Pesselo, comendadores Chaves Faria e Midosi, os nossos distintos colegas da ‘Gazeta de Notícias’, ‘Jornal do Comércio’, ‘A Semana’, ‘Diário de Notícias’ e ‘A Vanguarda’, Dr. Demerval Pederneiras, Valentim Magalhães, Oscar Pederneiras e Candido Mendes, o Sr. Serzedello e outros.

Às 2 horas da tarde, anunciando-se a chegada de Sua Majestade o Imperador, dirigiram-se os convidados para a nova oficina, onde Sua Majestade foi recebido ao som do hino nacional, tocado pela excelente banda dos alunos do Asylo.” (O Paiz, p.1, 25-02-1886).

No entanto, outro aspecto possível de perceber na documentação é que o retorno das oficinas não era tão alto quanto aparentava, ou não trazia tanta economia ao governo como os diretores do Asilo argumentavam. Em janeiro de 1885, Daniel de Almeida rebate em ofício¹⁸¹ a uma crítica publicada em “A Folha Nova”, que não conseguimos localizar, sobre o destino das rendas das oficinas. A matéria publicada no periódico afirmou que somente a oficina de encadernador estava trazendo resultados em dinheiro, enquanto as oficinas de marceneiro, torneiro e funileiro fizeram obras de certa importância para fregueses fora do Asilo. O diretor ressalta que as oficinas de torneiro, marceneiro, empalhador e funileiro haviam sido criadas poucos dias antes da elaboração de seu último relatório, logo não podiam apresentar resultado em dinheiro.

¹⁸⁰ In: A Estação, p.13, 31-03-1886.

¹⁸¹ In: AN, Série Educação – IE5 (83).

Porém, em relatório de 1887¹⁸², diretor Daniel de Almeida apontou que o retorno advindo das oficinas era pequeno e que ainda não podia aliviar os cofres públicos na consignação de verba voltada para a manutenção do estabelecimento, porém ressaltou que tal se dava pelas mesmas terem sido montadas pouco a pouco, sem que o Governo Imperial tenha gasto um real além da verba prevista ao Asilo. Além disso, a instituição contaria com as “mais bem montadas” oficinas do Rio de Janeiro, recebendo inclusive mecanismos advindos da Europa.

O Asilo recebeu constantemente doações de diversos tipos para as oficinas e para aulas, desde material e livros até dinheiro. Como Daniele Ribeiro (2012) apontou, predominava ainda na sociedade imperial uma lógica caritativa, e ações deste tipo eram frequentemente elogiadas pelos diretores como atos de caridade. Em 1878, encontramos alguns desses tipos de doações¹⁸³. O Comendador Domingos Farani doou ao Asilo cem mil reis, nunca tendo se negado “*a tais atos de animação à Instrução Pública e de caridade*”; o cônego João Diogo Pereira de Vasconcelos, por sua vez, fez um donativo na quantia de quatrocentos e cinquenta mil reis; já o senhor Soares Niemeyer doou uma série de materiais, incluindo doze potes de tinta preta, doze lousas, canetas, lápis, caixas de pumas de aço, resmas de papel de peso e tinteiros. Inclusive em seu relatório de 1881¹⁸⁴, o diretor João Joaquim Pizarro atribuiu o pequeno saldo que obteve no ano anterior não somente ao bom desempenho dos empregados nos seus deveres, mas também aos donativos que ele agenciava entre seus amigos particulares.

Um último aspecto relevante no que tange ao ensino no Asilo e que é possível visualizar através da documentação, refere-se ao ensino agrícola. Como citamos anteriormente, os anos 1870 e 1880 marcaram a efervescência de debates sobre a emancipação, e foi nesse período que surgiram iniciativas e discussões sobre a importância da formação de mão-de-obra para a agricultura. Como aponta Schueler (1997), já em fins dos anos 1870 houve uma reunião de fazendeiros para discutir o ensino agrícola, e em 1886 foi fundado o Asilo Agrícola de Santa Isabel em Valença, no Vale do Paraíba, por iniciativa da Associação Brasileira Protetora da Infância Desamparada, que tinha como objetivo fundar e dirigir asilos agrícolas para construir escolas práticas de trabalhadores de lavoura. Assim, à educação moral e religiosa e de primeiras letras, estaria associado também o ensino de noções práticas de agricultura.

¹⁸² In: AN, Série Educação – IE5 (85).

¹⁸³ In: AGCRJ – Fundo Câmara Municipal. Série Instrução Pública. Códice 13-3-6.

¹⁸⁴ In: AN, Série Educação – IE5 (26).

Embora não tenha sido fundado com o objetivo de ser um asilo agrícola, a ideia de se implantar o ensino de agricultura e horticultura no Asilo esteve presente desde sua fundação, possivelmente refletindo uma preocupação mais geral com a escassez de mão-obra para trabalhar nos campos. Como citamos em trecho destacado de seu relatório quando era diretor interno, João Joaquim Pizarro deu a entender que empregava os asilados capinando a chácara e plantando na raça, assim como Rufino de Almeida apontava a possibilidade de ali se formarem bons agricultores. No relatório de junho de 1876¹⁸⁵, este diretor afirmou que a chácara, por possuir arvoredos frutíferos e bastante terreno acidentado, além de ser cortada por um braço do rio Maracanã, era apropriada a uma escola de ensino teórico e prático de agricultura. Já Pizarro, no fim do mesmo ano, escreveu em seu relatório¹⁸⁶ que uma turma de meninos já tinha sido iniciado nestas práticas *“de tanta importância e infelizmente tão descuidadas em nosso país”*.

O ensino agrícola só seria oficialmente incorporado no Regulamento de 1883. Porém, ainda em 1888, o diretor Daniel de Almeida pedia¹⁸⁷ a criação de um curso teórico e prático de horticultura e floricultura, já que o asilo dispunha de excelentes terras e diversas qualidades. Para o diretor, as despesas com a implantação do curso seriam rapidamente cobertas pelas rendas produzidas.

No entanto, a utilização dos asilados em atividades agrícolas, sempre louvada pelos diretores, recebeu críticas em *“A Folha Nova”*. A respeito da inclusão do ensino agrícola no novo regulamento, matéria publicada no periódico ponderava com ironia que

“É para crer que o ensino agrícola figure na lista unicamente para ‘inglês ver’, e que os encarregados desta tarefa serão os quatro trabalhadores chacareiros (...).

(...) Das facécias administrativas que costumamos diariamente registrar, não é esta com certeza uma das menos irrisórias.

Enfim, está salva a pátria, logo que fique patente num documento oficial que se dá o ensino agrícola em uma chácara onde só há horta, jardim e capim.

Quando, em nossa terra, se fala de ensino agrícola, a opinião, para os leigos, é que se trata da cultura do cafeeiro, da cana-de-açúcar, do algodoeiro, do fumo, da mandioca, e outras que constituem os elementos da nossa lavoura; entende-se também, sempre para os leigos, que se trata do emprego do arado e de todas as máquinas agrícolas, cujo uso faz parte importante deste ensino; mas para o Sr. Ministro, basta saber manejar a enxada, plantar batatas ou repolhos, e semear beijos de frade, para ser

¹⁸⁵ In: AGCRJ – Fundo Câmara Municipal. Série Instrução Pública. Códice 13-3-6.

¹⁸⁶ <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1742/000487.html>

¹⁸⁷ In: AN, Série Educação – IE5 (86).

perito agricultor. São modos de encarar as coisas.” (A Folha Nova, p.4, 21-3-1883).

No mesmo ano, em 15 de julho, em publicação¹⁸⁸ sobre o Congresso realizado em Paris que comentamos anteriormente, o periódico voltou a criticar o ensino agrícola no Asilo, argumentando novamente com ironia que as observações do representante brasileiro sobre este ensino provocaram gargalhadas. A resposta¹⁸⁹ do diretor Daniel de Almeida é que, sendo o país essencialmente agrícola, o trabalho dos meninos poderiam reverter os mesmos lucros advindos com o uso da mão-de-obra de estrangeiros, que se dedicavam exclusivamente ao trabalho agrícola. Dois anos depois, em 1885, as críticas persistiam.

“Bem razão tínhamos, há poucos dias, tratando do ensino agrícola, de declarar quando desconfiamos da ingerência do governo na criação de instituições d’este gênero, visto todas elas até hoje terem sido unicamente pretexto para esbanjamento do dinheiro, e arranjo de emprego para afilhados. (...) Há no referido Asylo oficinas de sapateiro, alfaiate, carpinteiro e encadernador; mas parece que é bem pouco o trabalho que nelas se faz, pois, segundo o último relatório do ministro do Império, nas duas primeiras só se manufaturou a roupa e o calçado dos alunos, e na de carpinteiro consertou-se o material das aulas, auxiliando o seu pessoal para a construção de uma pequena casa que serve de enfermaria. (...) No ano passado pediu-se no mencionado Asilo a criação do emprego de professor de agricultura. Bem desejaríamos saber que agricultura se poderia ensinar na chácara do asilo, onde atualmente viceja o capim e alguns canteiros plantados com hortaliças. Que agricultura seria essa? O plantio da cana, do café, do trigo ou da vinha, ou somente o ensino teórico? O que dizemos do Asylo de Meninos Desvalidos bem pode aplicar-se a todas as colônias orfanológicas e aos diversos asilos agrícolas sustentados pelos cofres gerais ou províncias” (A Folha Nova, p.2, 10-01-1885).

Existiam, portanto, visões opostas sobre o ensino agrícola no Asilo. Os diretores destacaram, desde os primeiros anos de funcionamento, a importância em ensinar noções de agricultura aos meninos, dentro da perspectiva de torna-los “criados de si mesmos”, ou seja, inserido no projeto de ensino de ofícios mecânicos e /ou braçais que reproduzissem hierarquias sociais. Assim, além da preocupação com a emancipação de escravos e a formação de uma mão-de-obra preparada para trabalhos na terra, a defesa do ensino de agricultura era mais uma forma de perpetuar desigualdades. No entanto, apesar do uso dos meninos em tarefas na chácara, a implantação de tal ensino parece nunca ter efetivamente se concretizado, e as oficinas de horticultura e floricultura,

¹⁸⁸ In: A Folha Nova, p.2, 15-07-1883.

¹⁸⁹ In: AN, Série Educação – IE5 (27).

reivindicadas pelos diretores, não se implantaram até o fim do Império. Matérias publicadas em periódicos, que por sua vez tinham seus próprios interesses e linhas políticas, também tratavam com sarcasmo a forma como este ensino era dado no Asilo.

Em geral, como discutimos, a fragmentação de informações não nos permite visualizar o cotidiano de ensino no Asilo de Meninos Desvalidos. A divisão de horários para as diversas atividades parece mesmo nunca ter sido redigida. As oficinas, por sua vez, foram sendo instaladas aos poucos, ao longo dos anos, e o Asilo parece ter sido inaugurado rapidamente, sem a estrutura necessária para inclui-las. Nos primeiros anos, as primeiras oficinas (alfaiate e sapateiro) tiveram que ser improvisadamente instaladas. No discurso dos diretores, o principal objetivo com a instalação de oficinas era a economia dos cofres públicos, já que nelas se fabricava praticamente todo o material utilizado no Asilo. A inauguração das mesmas podia contar com ampla cobertura da imprensa e a presença de membros da elite imperial, inclusive o Imperador. Doações de diversos tipos eram realizadas por indivíduos que viam nesta ação um ato de caridade.

Os meninos, além de aulas e oficinas, ainda tinham que exercer funções destinadas a criados e serventes, dispensados pela direção. Desta forma, internalizavam desde um cedo momento em suas vidas qual era a sua posição social. Assim, criticava-se pais que buscavam no Asilo sobretudo a instrução primária, já que ali era um espaço de formação de indivíduos para posições subalternas na sociedade, e não para o “ensino literário”. Poucos foram os que conseguiram se destacar, principalmente na música e no desenho. O ensino de música parece ter tido grande destaque, sendo a banda requisitada para tocar em diversos eventos pela cidade, e dela vinha parte substancial da renda do Asilo.

Assim, após a análise geral da dinâmica do Asilo, os atores e o ensino na instituição, voltaremos o olhar para a questão da higiene e da saúde na experiência do estabelecimento.

4.3 – Higiene e saúde na experiência do Asilo

Como discutimos anteriormente a respeito da Medicina no período imperial, afastamo-nos da concepção defendida por autores como Costa (1983) e Gondra (2004), que partem do princípio de que a existência de teses publicadas nas faculdades de medicina sobre a higiene da infância e dos colégios correspondia a um processo de higienização da sociedade e consolidação de um poder médico sobre o corpo social, e

que não leva em conta as nuances no processo de institucionalização da medicina no Brasil. A Medicina no século XIX não foi homogênea, e nem todos os médicos eram higienistas. Os princípios da higiene, sem dúvidas, circularam por diversas esferas no Império, mas para verificar se eles realmente foram colocados em prática, é necessário deslocar as análises apenas de teses, regulamentos e decretos para experiências práticas e cotidianas. No caso da higiene voltada aos colégios, o próprio número de teses que lidavam com o tema era pouco representativo no quadro de publicações da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Não pretendemos, em nosso estudo sobre o Asilo de Meninos Desvalidos, ratificar teorias de higienização da sociedade a partir da experiência da instituição, mas perceber se, de alguma forma, os princípios higienistas e a saúde dos meninos eram elementos de preocupação e foram efetivamente levados em conta ao longo do funcionamento do estabelecimento.

Na análise da documentação, percebemos que os diretores, em seus relatórios, procuravam constantemente reafirmar a adoção de princípios da higiene e o bom estado sanitário do estabelecimento. Entretanto, os mesmos relatórios e ofícios sugerem que este otimismo e auto-elogios dos diretores não condiziam necessariamente com a realidade da instituição.

Para Maria Zélia de Souza (2008), a partir da leitura de textos dos diretores, a própria escolha do local onde foi instalado do Asilo teria se dado em razão de princípios higienistas. A autora conclui desta forma principalmente pelo relatório¹⁹⁰ de João Joaquim Pizarro de 1876, no qual o diretor afirma sobre o Asilo que

“A situação em que ele se acha é das melhores desta cidade sob o ponto de vista higiênico; colocado em uma pequena colina que se levanta na vasta planície dos terrenos de Andarahy, Grande e Vila Isabel é perfeitamente ventilado e com exposição à Leste. Comprado por cem contos de reis, foi necessário aumentar o prédio em que funciona o Asylo, para apropriá-lo aos misteres a que ele se destina. (...) As condições higiênicas do estabelecimento são boas. Aos três elementos ar, luz e água em abundancia e alimentação suficiente apropriada às idades devem os Asylados o grau de vigor e robustez física em que se acham. Os dormitórios são colocados no segundo pavimento, em vastas salas retangulares, perfeitamente arejadas e sem os perigos das correntes de ar, pois na construção desta parte do edifício foram banidos os longos corredores tão comuns nas habitações privadas e publicas.”

Entretanto, consideramos que não é possível afirmar com certeza que o fator determinante para a escolha do local de instalação do Asilo foram os princípios da higiene. Embora o discurso dos diretores deixe entender que estes, de fato, foram

¹⁹⁰ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1742/000487.html>

levados em consideração na implantação do estabelecimento (a localização afastada do meio urbano, a presença de ar, luz e água, prescrições para alimentação e vestuário, separação dos dormitórios, ventilação, entre outros), consideramos que é preciso ter cuidado para não assumir como uma “verdade” o que estes atores publicavam, e que outros fatores poderiam estar envolvidos. Aparentemente, o Asilo foi comprado de forma barata após o falecimento de seu proprietário, Jorge Rudge. Além disso, como vimos, ele foi inaugurado sem a estrutura necessária para o início da atividade das oficinas, que pelo menos até 1876, quando inaugurada a primeira e em caráter improvisado e limitado, constavam apenas do Regulamento. Assim, parece ter havido pressa por parte do ministro João Alfredo para a inauguração da instituição, que serviria de modelo para o restante do Império.

Não encontramos, contudo, as razões que levaram ao início das atividades da instituição sem as condições plenamente necessárias como previstas no decreto que lhe deu origem, mas em agosto de 1875 o diretor Rufino de Almeida já denunciava¹⁹¹ a falta de espaço e a necessidade de improvisações.

“Há presentemente falta absoluta de cômodos neste Asilo, para a recepção de maior número de menores, além dos cinquenta e dois existentes: e é tal esta falta, que sou obrigado a consentir que durmam dois menores em uma só cama, apesar de já ter convertido a pequena enfermaria em dormitório comum. (...) Até o fim do corrente ano devem estar concluídos em acréscimos em construção, e então poderemos admitir mais quarenta e oito menores.”

O Asilo foi, assim, sendo ampliado progressivamente mas, mesmo com o aumento do número de asilados, os diretores continuavam a afirmar que adotavam os preceitos da higiene, e a elogiar as condições higiênicas da instituição. Professores eram elogiados por sua robustez física, como apontamos, sendo a sua integridade física e moral apontada como elemento fundamental para a educação. O físico, o moral e o intelectual dos meninos, três aspectos de preocupação com os higienistas, também eram cercados de cuidados nas falas dos diretores. A ausência da ocorrência de casos de determinadas doenças, como a febre amarela, era efusivamente comemorada, ao passado que encontramos várias mortes de meninos por tuberculose. Assim, no início do funcionamento do Asilo, esse é o tom do discurso de Rufino de Almeida, em 1877¹⁹².

¹⁹¹ In: AN, Série Educação – IE5 (22).

¹⁹² In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1744/000509.html>

“O estado sanitário tem sido o melhor possível. Desde a inauguração deste asylo até hoje, exceção feita a alguns casos de sarampo nos meses de março, abril e maio de 1876, nenhuma moléstia, com caráter epidêmico, tem aqui se desenvolvido. Na quadra atual em que tem reinado a varíola, nem um só caso temos a registrar. (...) Também é preciso aumentar os dormitórios, porque os atuais apenas podem comportar, segundo os preceitos higiênicos e morais, setenta menores ”

Cerca de doze anos depois, em 1889, o diretor Daniel de Almeida, médico, mantinha posicionamento semelhante em ofício¹⁹³ enviado ao Ministro dos Negócios do Império, sempre enfatizando o bom uso de preceitos da higiene.

“Tenho a maior satisfação em comunicar a V. Ex^a que, a custa dos maiores esforços no rigoroso cumprimento dos preceitos higiênicos, tenho conseguido manter este Asilo no mais lisonjeiro estado sanitário. Um verdadeiro cordão sanitário e constantes desinfecções são as principais medidas que postas em prática tem até hoje, mercê de Deus, salvaguardado a saúde e a vida das trezentos e cinquenta crianças e empregados aqui residentes e confiados aos meus cuidados e direção.”

Percebe-se a imbricação entre o discurso higienista e o discurso caritativo, entre a higiene e a piedade religiosa que, como apontamos anteriormente, permeava a sociedade imperial, com as conquistas em torno da saúde dos asilados sendo vistas como obra da “graça” ou “mercê” divina. Neste mesmo ofício, o diretor alerta o Ministro sobre a adoção de medidas de contenção contra as febres perniciosas e amarelas. Daniel de Almeida proibiu as visitas aos asilados, e caso fosse necessária a entrada de uma pessoa estranha, ela deveria passar por uma desinfecção em sala especial, preparada para isto, por onde também passariam diariamente todos os empregados antes de se comunicar com os meninos. O diretor pondera que as circunstâncias climáticas de então tonariam ainda maior a luta entre a vida e a morte, e daí a necessidade de medidas firmadas na “*piedade religiosa com que todos devemos lançar olhos para a infância desamparada*”.

No mesmo ano, o diretor reiterava a adoção dos princípios, e deixa clara que a concepção climática acerca das doenças continuava existindo, ao mesmo tempo em que a teoria microbiana e a medicina experimental ganhavam importância¹⁹⁴.

“(...) está completamente a seco o braço do rio Maracanã que margeia pelo lado do Sul os terrenos deste Asilo. E como desse lado sopram os ventos dominantes, que lavam durante grande parte do dia este grande edifício em todos os seus compartimentos, receio que as emanações exaladas do fundo

¹⁹³ In: AN, Série Educação – IE5 (87).

¹⁹⁴ In: AN, Série Educação – IE5 (87).

lodoso do rio venham a infeccionar a atmosfera ambiente do Asilo e com ela a sofrer a saúde dos asilados. Na falta absoluta d'água, que lave completamente o leito do rio, conserva-se entretanto a umidade suficiente para nele proliferarem com extrema rapidez microrganismos de toda a espécie como tenho verificado à microscópio. (...) Sempre atento e vigilante no emprego de medidas higiênicas, que acautelem a saúde dos asilados, tomei a liberdade de pedir de vez em quando autorização para por em prática as que julgar mais acertadas e V. Ex^a se dignar aprovar. Termino declarando à V. Ex^a que não houve até hoje um só doente de febre neste Asilo e continua satisfatório o estado sanitário”

A não ocorrência de determinadas doenças, especialmente em períodos de epidemia pela cidade, era comemorada também na imprensa. Em 1889, a “Gazeta de Notícias”¹⁹⁵ anunciou a realização de uma missa na capela do Asilo de Meninos Desvalidos em celebração do resultado obtido pela instituição durante a epidemia de febre amarela que abateu a cidade. Não foi registrado nenhum caso da doença entre os 350 alunos e empregados, fato atribuído às providências do Diretor Daniel de Almeida, seu zelo e dedicação.

No entanto, os próprios documentos produzidos pelos diretores permitem relativizar o seu posicionamento acerca dos princípios da higiene e as sempre citadas como ótimas condições sanitárias do estabelecimento. Ou seja, se de fato eles assumiam uma preocupação permanente com as condições de saúde e a necessidade de adoção de medidas previstas pela higiene, por outro lado a realidade do Asilo poderia ser diferente. O problema dos dormitórios citado por Rufino de Almeida, como citamos, permaneceria como uma questão relevante ao longo do tempo, visto que o número de asilados foi aumentando. Em seu relatório de 1881¹⁹⁶, anterior à fixação do número de 200 asilados no Regulamento de 1883, o diretor João Joaquim Pizarro, embora enfatize aspectos relacionados à higiene do estabelecimento, voltou a criticar o estado dos dormitórios e sua não compatibilidade com os princípios da higiene.

“Neste respeito e por interessar tanto à disciplina, como à salubridade do estabelecimento, me parece que a fixação científica do número de alunos que pode conter o Asilo e em particular os seus dormitórios, é uma disposição que convém consignar em seu regulamento. No estado atual as dimensões dos dois dormitórios não têm a capacidade estabelecida pelos princípios higiênicos para conter cem alunos, e se não fosse a sua boa orientação, e grande número de janelas bem rasgadas, que tem as suas faces, e o mais exato cumprimento dos preceitos higiênicos, no que se refere aos exercícios ginásticos, à alimentação simples e sã, que em parte compensam aquela falha higiênica, o acúmulo de meninos em cinquenta camas separadas apenas por um palmo de intervalo, quando deveriam se afastar um metro ou

¹⁹⁵ In: Gazeta de Notícias, p1, 28-04-1889.

¹⁹⁶ In: AN, Série Educação – IE5 (26).

mais uma das outras, traria aos organismos dessas crianças todos os maléficis efeitos do ar confinado, da atmosfera viciada.”

Assim, mais uma vez o diretor parecia estar afinado com as ideias higienistas acerca da educação e estabelecimentos escolares, desde a estrutura física dos dormitórios até a importância da alimentação e da ginástica. Os dormitórios, no entanto, estavam fora da realidade prevista, e havia dificuldades espaciais no Asilo com o aumento do número de asilados. A disposição dos dormitórios poderia refletir também uma preocupação com a ocorrência de “atos imorais” do onanismo e da pederastia, como os destacados pelo diretor Rufino de Almeida em ofício de 1878¹⁹⁷, e que também eram objeto de atenção dos higienistas, como apontou Gondra (2004). O diretor argumenta que era comum em internatos do tipo do Asilo a ocorrência de tais atos entre menores que estavam para atingir a idade adulta, e exigiam vigilância. Entre alguns asilados estava sendo identificado o “vício” da masturbação, nas palavras do diretor, e entre quatro da pederastia, o que no seu modo de vista seria explicado pelo estado de depravação mental em que foram recolhidos. Estava sendo utilizada como método de “correção” uma medicação prescrita pelo médico interino, Dr. João Joaquim Pizarro, para mudar o temperamento dos asilados. A utilização de medicamentos, a alimentação, os banhos frios e os exercícios, além da contínua vigilância, produziram grandes efeitos, em sua perspectiva.

Contudo, em relação à ginástica, sempre elogiada pelos diretores, podemos perceber na documentação inúmeras dificuldades para o seu estabelecimento e para o ensino de exercícios ginásticos. Assim como ocorreu com as oficinas, o Asilo foi inaugurado sem um espaço apropriado ao ensino de ginástica, mesmo com os diretores destacando que ainda assim os exercícios eram realizados. Em 1877, no relatório de Rufino de Almeida¹⁹⁸, este apontou que os exercícios eram executados ao ar livre, fizesse sol ou frio, em chão calcário, sendo suspensos quando houvesse mau tempo, havendo portanto a necessidade de construção de um pórtico ginástico coberto e em solo apropriado. Em 1878, Rufino decretou¹⁹⁹ a suspensão da ginástica no Asilo, porque não havia verba para a construção de um barracão onde pudessem ser dadas as lições de ginástica, e nem de um pórtico e mais aparelhos, e não convinha à saúde dos meninos a prática de tais exercícios ao ar livre, expostos às condições da atmosfera. Além disso, afirma o diretor que os meninos não tiravam qualquer proveito da aula. A compra de

¹⁹⁷ In: AN, Série Educação – IE5 (24).

¹⁹⁸ <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1744/000507.html>

¹⁹⁹ In: AN, Série Educação – IE5 (24).

aparelhos ginásticos, por sinal, já era requisitada pelo diretor Rufino de Almeida desde 5 de maio de 1875²⁰⁰, com o início dos exercícios ginásticos. No entanto, parece que as aulas não foram de fato suspensas, pois continuava constando o nome do professor de ginástica Manoel de Azambuja Monteiro nas listagens de funcionários de 1878²⁰¹ e 1879²⁰², que desde 1º de junho de 1875 ensinava a “*ginástica higiênica*” com zelo e dedicação, no dizer de Rufino de Almeida²⁰³. Em 1885, contudo, o diretor Daniel de Almeida²⁰⁴ ainda apontava limites para as aulas de ginástica; ele mandou demolir uma pequena montanha no pátio destinado ao recreio dos asilados, pois a existência dessa montanha e a falta de nivelamento do pátio teria impossibilitado a preparação dos aparelhos necessários aos exercícios ginásticos, e o início dos exercícios militares. Assim, os textos dos próprios diretores dão indícios de que houve diversos limites ao ensino de ginástica na instituição.

A execução de exercícios higiênicos, no entanto, foi utilizada como resposta à denúncia anônima de uma mãe no ano de 1881²⁰⁵. A mãe, através de carta anônima enviada ao Imperador, pede que ele “lance suas vistas” sobre a instituição, apontando que os meninos são maltratados; andam mal vestidos; servem como “presos da correção” (certamente uma alusão à Casa de Correção); recebem uma “comida do gênero mais inferior que pode haver”; sofrem castigos bárbaros, a ponto de serem trancados nos dormitórios e surrados “de correia”; e, por fim, pede um ato de bondade e caridade ao Imperador, já que “(...) *quando botamos nossos filhos lá foi para eles terem educação, e não para servirem como negros escravos carregando pedras na cabeça.*”. A mãe aludiu, desta maneira, à “feição penitenciária” que o diretor Pizarro procurava implantar no estabelecimento, como citamos anteriormente.

O Comissário encarregado pelo Governo de verificar as acusações procura, então, desqualificar as acusações uma por uma, argumentando que em visita ao estabelecimento, encontrou todos os asilados com “semblante saudável e alegre”; a refeição oferecida aos alunos é apontada como abundante e de boa qualidade; os dormitórios foram encontrados varridos, com as camas feitas e limpas, sendo “as condições higiênicas destes dormitórios as melhores possíveis”; a enfermaria estaria bem localizada, apresentando excelentes condições de salubridade (algo que nem

²⁰⁰ In: AN, Série Educação – IE5 (22).

²⁰¹ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1878/00000109.html>

²⁰² In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1879/00000115.html>

²⁰³ In: AN, Série Educação – IE5 (23).

²⁰⁴ In: AN, Série Educação – IE5 (83).

²⁰⁵ In: AN, Série Educação – IE5 (26).

mesmo os diretores apontam em seus relatórios na década de 1880, sempre buscando melhorias nas condições da enfermaria); e sobre a acusação de serem os meninos obrigados a carregarem pedras, procura demonstrar que, em virtude de obras no terreno da instituição (obras nas quais os próprios meninos eram utilizados como mão-de-obra para serem “criados de si mesmos”, como aparece por vezes nos relatórios dos diretores), os asilados teriam carregados em carrinhos “leves e de fácil locomoção” as terras desmoronadas nas quais haveria pequenos pedaços de pedras, e que isto seria antes de tudo um exercício ginástico que contribuiria para torná-los mais vigorosos e saudáveis. O Comissário ainda argumenta que a acusação da existência de castigos corporais (proibidos pelo Regulamento) é falsa, já que o diretor morava no Asilo com seus filhos e esposa, a qual, “boa e humana”, não suportaria ver a ocorrência de castigos físicos. São duas visões, portanto, completamente opostas sobre o que acontecia naquela instituição, sendo a carta da mãe um contraponto às visões otimistas dos diretores e comissários.

A enfermaria seria outro objeto de constantes preocupações para os diretores. No ano de 1877, Rufino de Almeida exigia em seu relatório²⁰⁶ a construção de uma enfermaria no estabelecimento, separada dos outros aposentos, e com capacidade para vinte leitos, ao invés do pequeno quarto com seis leitos que então existia. Como citamos, o diretor chegou mesmo a converter a enfermaria em dormitório. Dez anos depois, em 1887, após várias ampliações do prédio, o problema persistia. Segundo relatório do ministro do Império,²⁰⁷ a enfermaria situada no corpo do edifício era um compartimento de dimensões acanhadas, insuficiente para o tratamento dos alunos, e sem condições de higiene. Era necessário, a seu ver, instalar uma enfermaria em local separado, com salas reservadas para meninos com doenças infecciosas e contagiosas, e contando com recursos necessários à higiene do estabelecimento. E em 1888²⁰⁸, o diretor Daniel de Almeida também criticava o estado da enfermaria, inclusive citando a ocorrência de epidemias no Asilo.

“Aproveito o ensejo para chamar especialmente a atenção de V. Ex^a para as péssimas e gravíssimas condições anti-higiênicas da enfermaria. Está situada no corpo do estabelecimento, e é de dimensões excessivamente acanhadas, absolutamente insuficiente para receber os doentes que necessitam ser nela tratados. (...) Com efeito, a enfermaria só tem 3 janelas, mal colocadas, as quais em consequência da sua má disposição, conservam-

²⁰⁶ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1744/000509.html>

²⁰⁷ In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1373/000069.html>

²⁰⁸ In: AN, Série Educação – IE5 (86).

se ordinariamente fechadas.(...) As epidemias de sarampo e oftalmia desenvolvidas este ano tornaram bem patente a necessidade imprescindível do isolamento, o qual não tendo sido possível ser posto em prática vigorosamente, por carência de um local apropriado, teve como resultado a transmissão da moléstia a tão grande número de alunos e o registro de dois falecimentos.”

Também não parece ter sido característica permanente do Asilo a água presente em abundância, como no discurso de Rufino de Almeida supracitado. Pelo contrário, são recorrentes na documentação as queixas em torno da falta de água. O próprio Rufino afirmou em ofício de 1875²⁰⁹ que a pena de água destinada ao Asilo era insuficiente e estava arruinada, sendo raro o dia em que não sentia falta de água durante horas nos depósitos, especialmente nos destinados às latrinas, o que trazia prejuízos à higiene do estabelecimento. Tendo em vista que o número de pessoal iria em breve ser quase dobrado, o diretor solicitou ao Ministro a substituição do antigo encanamento e o aumento dos depósitos existentes. Em 1885, o diretor Daniel de Almeida se queixou em ofício²¹⁰ ao Ministro do Império da falta quase cotidiana de água no Asilo. Segundo o diretor, não havia água para beber, cozinhar os alimentos, banho dos asilados, limpeza das latrinas e outras necessidades da instituição. Além disso, os motores a vapor que moviam as máquinas de diversas oficinas tinham que ser desligados. Reclamação extremamente semelhante foi feita pelo mesmo diretor em ofício três anos depois, em 1888²¹¹. Além de parte dos argumentos anteriores, Daniel de Almeida apontou que a falta de água era um perigo iminente para a instituição no quadro de epidemias que atravessava a cidade, ainda mais que a população do Asilo já chegava quase a quatrocentos indivíduos. No mesmo ano, a “Gazeta Nacional” (periódico de oposição como fica claro no seu próprio subtítulo, “Órgão Republicano”, fundado em 1887), satirizou a falta de água no Asilo.

“O ministro do império requisitou ao da agricultura providências para que cesse a falta de água que tem havido no Asylo dos Meninos Desvalidos. É bom que o Sr. Ministro se veja forçado também a fazer destas reclamações...Não é por mal, mas desejamos que o Sr. Ministro tivesse ocasião de pessoalmente sentir falta d’água para poder avaliar quanto sofrem os infelizes que diariamente reclamam.” (Gazeta Nacional, p.2, 11-02-1888)

²⁰⁹ In: AN, Série Educação – IE5 (22).

²¹⁰ In: AN, Série Educação – IE5 (83).

²¹¹ In: AN, Série Educação – IE5 (86).

A ocorrência de óbitos de alunos também acontecia algumas vezes. Como vimos, ambos os Regulamentos previam a obrigatoriedade de vacinação contra a varíola e proibia a admissão de meninos portadores de moléstias contagiosas ou de defeitos físicos que os impossibilitassem para o aprendizado de artes e ofícios, executando artigos do Regulamento de 1854. Meninos que desenvolviam determinadas doenças podiam ser expulsos ou transferidos, e no Regulamento previa-se que o Ministro do Império decidiria pelo destino que parecesse conveniente. Na prática, os diretores sugeriam os destinos e pediam a autorização do Ministro.

O diretor Rufino de Almeida parece ter sido o que mais agiu nestes casos. Em março de 1876²¹², iria encaminhar o menor José Ferreira Sofia para o Hospital da Caridade por haver contraído tuberculose, mas acabou o entregando à sua mãe e seu tio, que pediram para tomar conta dele; no mesmo ano, entregou menor de nome Americo à sua mãe, por sofrer de uma doença incurável nos intestinos (tísica de mesentérico); e em ofício argumenta que aceitou pedido da mãe para a retirada do asilado André Fernandes da Silva, pois este apresentava sinais de sífilis hereditária e seria futura fonte de despesa. Dois anos depois, em agosto de 1878²¹³, Rufino mandou desligar dois menores, Manoel José Vieira Mourão Braga e Oscar Thompson, porque estes sofriam de faculdades intelectuais, sendo o primeiro “*um verdadeiro idiota*”. Outro caso foi o do menor Manoel Francisco Lessa, em 1887, que desenvolveu sarampo, e, segundo o diretor Daniel de Almeida, pela ausência de cômodo distante do corpo central do edifício onde pudesse ser tratado em o risco de transmitir a doença a outros asilados, foi transferido para o hospício de Nossa Senhora da Saúde, na Gamboa²¹⁴. A preocupação com a ocorrência de doenças de caráter epidêmico também fica evidente em ofício do diretor João Joaquim Pizarro, de 1882²¹⁵, no qual comunica que o menor Torquato d’Avellar estava acometido com varioloide, e somando-se o seu afastamento para um quarto distante do corpo central à revacinação a qual os asilados eram submetidos a cada dois anos, o diretor esperava que ele não desenvolvesse a doença com caráter epidêmico. Ainda assim, solicitou ao médico que realizasse uma terceira revacinação em todos os asilados.

Assim, não somente as repetidas queixas sobre a condição da enfermaria e sobre a necessidade de reformas no edifício para receber cada vez mais meninos (que no ano de

²¹² In: AN, Série Educação – IE5 (22).

²¹³ In: AN, Série Educação – IE5 (24).

²¹⁴ In: AN, Série Educação – IE5 (85).

²¹⁵ In: AN, Série Educação – IE5 (26).

1889 chegam a 350), mas também relatos sobre determinadas doenças deixam transparecer que por vezes as medidas higiênicas não eram devidamente aplicadas, como reiteram os diretores. Isso aparece claramente quando os relatórios e ofícios tratam da ocorrência da tuberculose no Asilo, por vezes levando ao óbito os meninos. Os Regulamentos de 1875 e 1883 previam a realização de uma inspeção médica para a admissão na instituição. Entretanto, quando se referem aos casos de tuberculose, os diretores afirmam que os meninos já entraram na instituição portando a doença, que pode ter sido adquirida através dos pais. Dessa forma, parece que a inspeção médica falhava na identificação da doença, ou esta se desenvolvia no ambiente da instituição, o que os diretores rechaçam em seus discursos, já que seria indício de problemas na sua administração. Visto que muitas vezes o acesso era facilitado por meio de pessoas influentes na sociedade imperial, os devidos procedimentos de entrada previstos também podem não ter ocorrido em muitos casos, entrando meninos debilitados no Asilo. No relatório de 1888²¹⁶, o diretor aborda a questão dos tuberculosos, comunicando ao ministro do Império

“(...) o estado geral depauperado de grande numero de meninos ultimamente recolhidos a este estabelecimento. Entre eles alguns apresentam já fenômenos de tuberculose inicial (...) e muitos acusam sensível fraqueza do aparelho respiratório. Torna-se necessário fazer notar que quase todos estes são filhos de pais falecidos de tubérculos pulmonares.”

Não encontramos na documentação informações sobre como era procedida a inspeção médica de admissão. Como discutimos anteriormente, eram publicadas na imprensa convocações de meninos admitidos para a inspeção médica, mas não há detalhes de como esta ocorria, somente alguns casos de meninos que não puderam ser admitidos por portarem doenças como lesão orgânica do coração. Porém, muitos eram admitidos portando problemas, e não eram expulsos ou transferidos, talvez pela influência de protetores em seus processos de admissão. Em 1889, o diretor comunicou²¹⁷ a morte do asilado Carlos Olegario Caldas por tuberculose pulmonar, sendo que este já teria sido aceito com a doença e estaria há dois anos recolhido à enfermaria e recebendo medicações. Entretanto, a ausência de informações na documentação não permite conclusões definitivas.

²¹⁶ In: AN, Série Educação – IE5 (86).

²¹⁷ In: AN, Série Educação – IE5 (87).

De maneira geral, percebe-se que, em seus relatórios e ofícios, os diretores procuravam deixar claro que adotavam os princípios da higiene na direção do estabelecimento. Demonstravam preocupação com a estrutura física do estabelecimento, as condições do ar, a disposição de dormitórios e enfermaria, a localização geográfica do Asilo, a alimentação, a ginástica, dentre outros elementos. Não consideramos, entretanto, a adoção de ideias que circulavam no Império neste contexto como parte de um projeto de higienização da infância, ou medicalização da sociedade, integrada a um projeto de poder do Estado, como quer Gondra (2004). Na fala dos diretores, a adoção dos preceitos da higiene aparece como um elemento importante para a formação física, moral e intelectual dos asilados, e daí advinha a sua preocupação.

Contudo, a documentação permite visualizar, na medida do possível, que as condições de higiene e saúde no Asilo não eram tão boas quanto os relatórios buscavam fazer parecer. Se havia a defesa da adoção de medidas higiênicas, as condições de dormitórios e enfermarias foram alvos de constantes queixas, assim como as aulas de ginástica e a circulação de água, e a entrada e permanência de meninos sabidamente doentes na instituição sugerem indícios que na prática diversos problemas relacionados à saúde dos meninos e às condições higiênicas do estabelecimento existiram durante o período analisado.

5- Conclusão

Inicialmente, quando de nossa entrada no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, a intenção era, na investigação sobre o Asilo de Meninos Desvalidos, perceber políticas de controle e disciplinarização das classes populares e higienização e medicalização da sociedade, abordagens influentes em estudos sobre a infância e a medicina no passado. Entretanto, a leitura de uma bibliografia crítica e a pesquisa do amplo corpo documental, especialmente as fichas de matrícula dos asilados, nos fizeram rever estas posições ao longo dos dois anos de pesquisa.

Ao lidar com uma instituição voltada para crianças pobres no Segundo Reinado, nosso primeiro questionamento foi como a historiografia vem lidando com o tema da infância, e quais os significados e representações existiam em torno da infância no período imperial. No campo da história da infância, de uma forma geral, desde os estudos clássicos de Philippe Ariès e Lloyd deMause, novas tendências e objetos de

estudo vêm sendo incorporados pelos historiadores, que têm buscado investigar como era a experiência de ser criança em diversos períodos do passado, com crescentes investigações sobre crianças das camadas mais pobres. No Brasil, por outro lado, a partir dos anos 1980 é possível perceber uma concentração de estudos sobre as crianças pauperizadas e criminalizadas, especialmente o problema do “menor”, ao longo do período republicano. No entanto, a experiência infantil em períodos anteriores vem sendo investigada na historiografia, e as contribuições dos historiadores da educação têm sido relevantes neste sentido. A partir de análises sobre o século XIX, período apontado como o aquele em que a infância se tornou de maior interesse de uma maneira geral, vimos que havia diferenças entre representações e expectativas relativas às crianças de elite e às crianças pobres. As primeiras, cercadas pelas ideias românticas de “inocência” e “pureza”, recebiam cuidados especiais e tinham reservada uma educação específica que, para os meninos, significava ocupar os altos escalões da sociedade imperial e, para as meninas, reproduzir o seu papel de mãe e participante de eventos sociais. Já as segundas eram associadas a imagens de “pobreza” e “vício”, com responsabilização cada vez maior das famílias, e para elas o interesse era apenas o fornecimento de instrução primária, que possibilitasse assim a reprodução de hierarquias e desigualdades sociais.

O século XIX foi também marcado pelo processo de institucionalização da Medicina no Brasil e desenvolvimento de políticas no campo da educação e assistência. Ao contrário de uma historiografia que superestima o “poder médico”, ou analisa os médicos-higienistas como atores homogêneos e altamente conscientes dos processos, compondo um projeto de poder associado ao Estado de intervenção nas famílias e transformação dos costumes, foi possível perceber que houve diversas nuances neste processo. A própria ideia de “medicalização” vem recebendo nuances em estudos mais recentes, com a ênfase na participação de diversos atores e no enfoque em torno a grupos específicos, como a “medicalização da infância”. Por um lado, embora as ideias higienistas circulassem, na prática houve diversos limites à sua implantação, e o estado sanitário do Império como um todo continuava sendo avaliado como insalubre em fins do período imperial. Logo, falar de processos de medicalização da sociedade levando em consideração apenas teses, decretos e regulamentos pode ser consideravelmente reducionista. Por outro, nem todos os médicos compartilhavam as mesmas ideias higiênicas sobre as relações entre o ambiente e as doenças, ou sobre as relações recíprocas entre o físico, o moral e o mental, e o que significava praticar medicina

mudou ao longo dos oitocentos, como no caso da chegada da Medicina experimental e das pesquisas de laboratório.

Em relação à educação e assistência a crianças pobres, vimos que principalmente a segunda metade do século XIX foi caracterizada como um período de crescentes ações de filantropia por parte do Estado e associações particulares, sem a ênfase de cunho caritativo, que por sua vez continuou existindo. Instituições não-militares que associavam instrução primária e ensino profissional, mecânico e “artesanal” (termo que vinha do período colonial e continuou largamente utilizado), começaram ser criadas, entre elas o Asilo de Meninos Desvalidos. A educação das camadas pobres também adquiria cada vez mais interesse, e no Segundo Reinado assistiu-se à promulgação de regulamentos, reformas e realização de discussões sobre a instrução as crianças das camadas menos favorecidas. O contexto da promulgação da lei do Ventre Livre, da efervescência da questão da emancipação da mão-de-obra escrava, e as ações do gabinete do Visconde de Rio Branco e do ministro João Alfredo nos pareceram centrais neste sentido.

Foi exatamente neste período que foi criado o Asilo de Meninos Desvalidos, inaugurado oficialmente em 1875, visando aliar a instrução primária de primeiro grau ao ensino profissionalizante de ofícios. Embora a disciplina e vigilância fossem aspectos presentes na instituição, entendemos que sua principal característica era a preocupação com a formação de mão-de-obra para posições subalternas na sociedade, de realização de trabalhos manuais. Contudo, a instituição mudou ao longo do período estudado, e percebemos a partir da leitura das fichas de matrícula, relatórios, ofícios e periódicos o envolvimento de diversos atores na dinâmica da instituição.

A partir da análise dos requerimentos de entrada, foi possível perceber que familiares procuravam membros influentes da sociedade imperial para que seus filhos ou protegidos fossem admitidos na instituição. Havia, portanto, redes de clientelismo que cercavam a entrada de meninos no Asilo, sendo comum a intervenção direta ou mesmo ordens para que o diretor aceitasse a entrada de determinados asilados. A matrícula de meninos que não eram *desvalidos* tornou-se, então, frequente, fato que gerou críticas na imprensa, mas que no discurso oficial da instituição procurava-se omitir. Embora não seja possível encontrar a motivação dos familiares, as críticas dos diretores deixam entender que se buscava no Asilo sobretudo a instrução primária de qualidade, e não o aprendizado de ofícios, especialmente em um quadro de escassez de

escolas deste nível de ensino. Nota-se, assim, um conflito entre o objetivo institucional e as expectativas de alguns alunos e familiares.

A atuação destes últimos, dos próprios asilados e até de funcionários podia ser importante também nos processos de saída dos meninos do Asilo. Não somente através de pedidos de desligamento, mas através de fugas os asilados e parentes podiam manipular o que era previsto em normas regulamentares para forçar a sua expulsão. Entretanto, a documentação não nos permitiu visualizar qual era o destino dos asilados depois de seu desligamento, havendo somente poucos indícios em alguns casos específicos. Uma alternativa era a continuação dos estudos de música e desenho em outras instituições para aqueles que se destacavam nestas aulas, assim como asilados voltaram a trabalhar no Asilo exercendo diversas funções, inclusive a de professor. Assim, fica a pergunta se o objeto do Asilo em oferecer instrução primária e aprendizado de ofícios, preparando mão-de-obra eficiente, fazia se cumprir de fato.

A leitura dos periódicos permitiu também relativizar a perspectiva que via na formação dos diretores do Asilo, um bacharel em direito e dois médicos, indícios de políticas mais amplas de disciplinarização ou higienização das camadas mais pobres. Vimos, na verdade, que prevaleceram entre os diretores as relações de parentesco. Desde o início do funcionamento do Asilo, quando da direção de Rufino de Almeida, seu genro João Joaquim Pizarro e seu filho Daniel de Almeida, este ainda estudante da Faculdade de Medicina, futuros diretores do Asilo, já estavam envolvidos de alguma forma no funcionamento da instituição. Também estava lá outro filho, Rufino Augusto de Almeida Júnior. Além disso, se havia demanda para lecionar no Asilo, a leitura de uma denúncia anônima permite contrapor a visão sempre elogiosa sobre o trabalho dos empregados presente nos relatórios dos diretores. A denúncia sobre o funcionário Bento Ferreira leva-nos a questionar se abusos podiam ocorrer no cotidiano da instituição, e se seriam encobertos pela direção do Asilo, sempre zelosa em manter a imagem do bom funcionamento do estabelecimento.

Em relação a este cotidiano, principalmente no que tange ao ensino, a documentação não permite o entendimento sobre como eram dispostos os horários das diversas atividades. O que é possível saber é a lentidão na instalação das oficinas, passando a impressão de que o Asilo foi inaugurado pelo governo com certa pressa. O discurso dos diretores sempre enfatizava que, além do aprendizado, as oficinas eram importantes na diminuição de custos, já que produziam grande parte do material utilizado internamente. A inauguração de oficinas, por sinal, podia se converter em

grandes eventos, publicados na imprensa diária, que chamavam a atenção para a importância da instituição. As maiores discussões se deram em torno do ensino agrícola, constante reivindicação dos diretores e criticado em impressos, mas que parece nunca ter sido implantado plenamente ao longo do período aqui estudado. Entretanto, fica a interrogação sobre o que centenas de asilados que passaram pela instituição fizeram com os ofícios aprendidos após o seu desligamento.

A análise das fontes relativas à higiene e saúde no Asilo também sugere que o cotidiano na instituição poderia não ser aquele sempre elogiado nos relatórios da direção. De fato, os diretores apresentavam preocupação com a aplicação de preceitos da higiene em diversos aspectos, desde a disposição de dormitórios e enfermaria, até a localização espacial do Asilo, a alimentação, a ginástica e a ocorrência de doenças. Argumentavam claramente que procuravam formar os indivíduos em suas três dimensões, o físico, o moral e o intelectual. No entanto, assim como no caso das oficinas, o Asilo foi inaugurado sem a estrutura necessária para dar conta de seu regulamento e, ao longo do tempo, com a crescente demanda e o aumento do número de asilados, os problemas persistiam. Embora sempre elogiassem o estado sanitário do estabelecimento, eram frequentes as reclamações de diretores sobre as condições não higiênicas de dormitórios e enfermarias. O ensino da ginástica, também sempre louvado, parece ter tido dificuldades para ser implantado, e as constantes faltas de água traziam preocupações à direção. Mas as próprias falas dos diretores permitem entrever que eles sabidamente aceitavam a admissão de asilados doentes, inclusive com tuberculose, embora proibido pelos regulamentos. A intervenção de protetores, como vimos, pode ter sido um fator decisivo para que meninos, mesmo sem condições físicas, fossem ali matriculados.

Desta forma, o Asilo de Meninos Desvalidos não foi uma instituição uniforme e caracterizada apenas por continuidades. Pudemos perceber ao longo da pesquisa que diversos atores sociais estiveram envolvidos na experiência do Asilo de Meninos Desvalidos, instituição de educação e assistência para meninos pobres e órfãos em fins do Império. Não somente diretores, funcionários e ministros, mas também pais, alunos e membros das elites imperiais também aparecem na documentação participando de alguma maneira na experiência da instituição, seja em termos de admissão e desligamento dos meninos, fugas recorrentes por parte dos asilados, doações e denúncias enviadas por mães ou publicadas na imprensa. Além disso, partindo de uma perspectiva que destaca a presença importante da Higiene no século XIX, evitando

contudo ver a Medicina como algo homogêneo e a Higiene como uma doutrina unificada, percebemos que de fato havia uma preocupação nos discursos dos diretores do Asilo de Meninos Desvalidos em relação à adoção de preceitos higiênicos na instituição como elementos fundamentais na formação dos asilados e um permanente otimismo em relação a suas condições sanitárias, ainda que estas mesmas fontes sugiram indícios que na prática diversos problemas relacionados à saúde dos meninos e às condições higiênicas do estabelecimento existiram durante o período analisado.

FONTES

MANUSCRITAS E IMPRESSAS

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Fundo Câmara Municipal. Série Instrução Pública. Códice 13-3-6.

Arquivo Nacional

Série Educação – IE5 (22).

Série Educação – IE5 (23).

Série Educação – IE5 (24).

Série Educação – IE5 (26).

Série Educação – IE5 (27).

Série Educação – IE5 (83).

Série Educação – IE5 (84).

Série Educação – IE5 (85).

Série Educação – IE5 (86).

Série Educação – IE5 (87).

Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES/UFRJ)

Dossiês e fichas de matrícula. AMD-1876 a 1889.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

Relatórios Ministeriais

In: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>. Último acesso em 02/02/2014, às 13:00h.

Almanak Laemmert

In: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> Último acesso em 02/02/2014, às 14:00h.

Leis do Império

In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5849-9-janeiro-1875-549781-publicacaooriginal-65299-pe.html> Último acesso em 02/02/2014, às 15:00h.

In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5532-24-janeiro-1874-550082-publicacaooriginal-65715-pe.html> Último acesso em 02/02/2014, às 16:00h.

In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html> Último acesso em 02/02/2014, às 17:00h.

In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3215-22-setembro-1883-544168-publicacaooriginal-55035-pl.html> Último acesso em 03/02/2014, às 14:00h.

Periódicos

In: <http://hemerotecadigital.bn.br/> ultimo acesso em 04/02/2014, às 14:00h.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVAREZ, Marcos César. **Controle Social – notas em torno de uma noção polêmica.** In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, n.18, v.1, p.168-176.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Licia do Prado. **Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura.** In: BIB, Rio de Janeiro, n.26, 1988, p.3-37.

ARCHARD, David. **Children- Rights & Childhood.** Londres: Routledge, 1993.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, Aluísio. **O Touro Negro** (Póstumo). 1938.

AZEVEDO, Fernando de. **Introdução.** In : AZEVEDO, Fernando de (org). **As Ciências no Brasil – Volume 1.** Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 1994.

BARROS, Pedro Motta de. **Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana.** In: História, Ciências, Saúde- Manguinhos, v.IV, n.3, Nov. 1997 – fev.1998, p.411-459.

BASS, Loretta E. **The Sociology of Children and youth.** In: BRYANT, Clifton; PECK, Dennis (eds.). **Handbook of 21th Century Sociology.** Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2006.

BASTOS, Maria Helena Camara. **Leituras da Ilustração Brasileira: Celéstin Hippeau (1803-1883).** In: Revista Brasileira de História da Educação, n.3, p. 67-112, 2002.

BASTOS, Maria Helena Camara. **A Instrução Pública (1872-1875/1887-1888):** permuta de luzes e ideias. Os editoriais de Alambary Luz. In: Anais do XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009, p.1-11.

BIRN, Anne-Emanuelle. **Child health in Latin America:** historiographic perspectives and challenges. In: Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 14, n. 3, 2007, p.677-708.

BLOOR, David. **Conhecimento e Imaginário Social.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

BONATO, Nailda Marinho da Costa; COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa; MENEZES, Janaína Specht da Silva. **Educação Integral, Ensino Integral e tempo no pensamento de Rui Barbosa.** In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.44, p.275-292, dez 2011.

BOTO, Carlota. **O desencantamento da criança:** entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar de.; KULMANN JR, Mysés (org.). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. **Informação e controle social no Rio de Janeiro oitocentista:** o problema da menoridade e o Instituto de Menores Artesãos (1861-1865). Rio de Janeiro: Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História, UNIRIO, 2011.

BUARQUE DE HOLANDA, Bartolomeu. **Buarque, uma família brasileira:** ensaio histórico-genealógico. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

CASTANHA, André Paulo. **A instabilidade política e a política de instrução pública no Império:** limites e possibilidades. In: Anais da VIII Jornada do HISTEDBR, São Carlos-SP: UFsCAR, 2008, v.1, p.1-25.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem:** a elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto – O Peso da Glória.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A Vida Política.** In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). **A Construção Nacional, 1830-1889.** Rio de Janeiro: Mapfre e Objetiva, 2012.

CLARKE, John. **Histories of Childhood.** In: WYSE, Dominic (ed.). **Childhood Studies: an introduction.** Oxford: Blackwell Pub., 2004.

COELHO, Edmundo Campos. **As Profissões Imperiais:** Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

CONRAD, Peter. **Medicalization and social control.** In: Annu. Ver. Soc., v.18, 1992, p.209-232.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CUNNINGHAM, Hugh. **Histories of Childhood**. In: American Historical Review, 1998, p.1195-1208.

DEL PRIORE, Mary (org). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo : Contexto, 2007.

DEMAUSE, Lloyd. **On Writing Childhood History**. In: The Journal of Psychohistory, v.16)2), 1998.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro; Graal, 1986.

EDLER, Flávio Coelho. **A Medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico**. In: Asclepio, v. L, fascículo 2, 1998, p.169, 186.

EDLER, Flávio Coelho. **A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

EDLER, Flávio. **A medicina acadêmica imperial e as ciências naturais**. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (orgs.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ESPÍRITO SANTO, Adriana Amaral do; JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERRERI, Marcelo de Almeida. **A imagem da infância nas teses da faculdade de medicina do Rio de Janeiro (1832-1930)**. In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.11, p.19-28, 2006.

FERNANDES, Tânia Maria. **Vacina Antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

FIGUEIREDO, Candido de. **Nôvo dicionário da língua portuguesa**. Lisboa, Editôra Tavares Cardoso e Irmão, 1899, vol.2, Biblioteca Nacional.

FIGUERÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. **As Ciências Geológicas no Brasil: Uma História Social e Institucional, 1875-1934**. São Paulo : Editora HUCITEC, 1994.

FERREIRA, Luiz Otávio. **Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43)**. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v.VI, n.2, 1999, p.331-351.

FERREIRA, Luiz Otávio; MAIO, Marcos Chor; AZEVEDO, Nara. **A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa**. In: *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, v.IV, n.3, Nov. 1997 – fev.1998, p.475-492.

FERREIRA, Luiz Otávio; FONSECA, Maria Rachel Froés da; EDLER, Flávio Coelho. **A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no Século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino.** In: DANTES, Maria Amélia M. (org.). *Espaços da Ciência no Brasil 1800-1930.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade vol.1 – A Vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GANDELMAN, Luciana. **A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX.** In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v.VIII, n.3, 2001, p.613-630.

GÉLIS, Jacques. **A individualização da criança.** In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da Vida Privada 3 – Da Renascença ao Século das Luzes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOÉS, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. **Crianças escravas, crianças dos escravos.** In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil.* São Paulo : Contexto, 2007.

GONDRA, José. **Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves. **Entre o cura e o médico: higiene, docência e escolarização no Brasil Imperial.** In: *História da Educação, Pelotas*, n.22, 2007, p.183-204.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; JINZENJI, Mônica Yumi. **Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850).** In: *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n.31, 2006, p.114-132.

GUEDES, Ana Isabel Marques. **Os Colégios dos Meninos Órfãos (Sécs XVII- XIX) – Porto, Évora e Braga.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância.** São Paulo: Artmed, 2004.

LOPES, Luiz Carlos Barreto. **Projeto educacional Asilo de Meninos Desvalidos: Rio de Janeiro (1875-1894) – uma contribuição à história social da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado), 1994.

LOWE, Roy. **Childhood through the ages.** In: MAYNARD, Trisha; THOMAS, Nigel (eds). *An Introduction to Early Childhood Studies.* Londres: Sage Publications, 2009.

MACHADO, Roberto et alli. **Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Documentação:** fontes para o estudo da criança: período colonial e imperial. In: RIZZINI, Irma (org.). Crianças Desvalidas, indígenas e negras no Brasil – cenas da Colônia, do Império e da República. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 2000.

MARTINS, Mônica de Souza S. **Entre a cruz e o capital:** as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824). Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

MARTINS, Sylvania Damacena. **Reformando a Casa Imperial:** Assistência Pública e a Experiência do Asilo de Meninos Desvalidos na Corte (1870-1888). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2004.

MAUAD, Ana Maria. **A vida das crianças de elite durante o Império.** In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das Crianças no Brasil. São Paulo : Contexto, 2007.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **A Descoberta da Infância:** a construção de um habitus civilizado na boa sociedade imperial. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RJ (Dissertação de Mestrado), 1999.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **Garantindo hierarquias:** educação e instrução infantil na *boa sociedade* imperial (1840-1889). In: Dimensões, vol. 14, 2003, p.59-84.

NYE, Robert. **The Evolution of the concept of medicalization in the late twentieth century.** In: Journal of the History of the Behavioral Sciences, vol.39(2), p.115-129, 2003.

PANCINO, Claudia. **“Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na Idade Moderna.** In: Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantan. A história da Ciência no Brasil: constituição e abordagens, vol. V(1), 2010, p.179-212.

PARAYRE, Séverine. **Les prémices de l’hygiène à l’école (1802-1850).** 2007. Disponível em http://www.congresintaref.org/actes_pdf/AREF2007_Severine_PARAYRE_484.pdf. Acesso em 18/11/2012.

PARAYRE, Séverine. **L’hygiène à l’école aux XVIIIe et XIXe siècles :** vers la création d’une éducation à la santé. In : Recherches & Educations, 2008, n.1, p.177-193.

PATTO, Maria Helena Souza. **Teoremas e Cataplasmas no Brasil Monárquico:** o caso da Medicina Social. In: Novos Estudos, n.44, p.180-199, março 1996.

PAULA, João Antônio de. **O Processo Econômico.** In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). A Construção Nacional, 1830-1889. Rio de Janeiro: Mapfre e Objetiva, 2012.

PEREIRA Júnior; BEZERRA, Jaerson Lucas; HERINGER, Rosana. **Os Impasses da cidadania:** infância e adolescência no Brasil. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.

PERROT, Michelle. **Figuras e papéis**. In: PERROT, Michelle (org.). História da Vida Privada 4 – Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1009.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (org.). **A História das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Amais Livraria e Editora, 1995.

PINHEIRO, Luciana de Araújo. **A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da UFF (Dissertação de Mestrado), 2003.

RIBEIRO, Daniele Corrêa. **O Hospício de Pedro II e seus internos no ocaso do Império: desvendando novos significados**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz (Dissertação de Mestrado), 2012.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

RIZZINI, Irma. **A Pesquisa Histórica dos Internatos de Ensino Profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX**. In: Revista Contemporânea de Educação, v.4, p.1-18, 2009.

RIZZINI, Irma; SOUZA, Maria Zélia Maia de. **“Uma ‘casa de educação’”: o “ensino integral” no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894)**. In: CHAVES, Miriam Waidenfeld; LOPES, Sonia de Castro (org.). Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; GONDRA, José Gonçalves. **A escola e a produção de sujeitos higienizados**. In: Perspectiva, Florianópolis, v.20, n.02, p.493-512, jul-dez. 2002.

RODRÍGUEZ-OCAÑA, Esteban. **Child health, a paradigmatic issue in modern history**. In: DYNAMIS. Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Illust., 2003, v.23, p.17-26.

RUSNOCK, Andrea. **Quantifying Infant Mortality in England and France, 1750-1800**. In: JORLAND, Gérard; OPINEL, Annick; WEISZ, George (eds.). **Body Counts: medical quantification in historical and sociological perspective**. Londres: Mc-Gill-Queen’s University Press, 2005.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. **Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República**. In: VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol.26, n.44, p. 437-459, jul-dez 2010.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **Medicina no período imperial**. In: Holanda, Sérgio Buarque de. (org). O Brasil Monárquico – Coleção História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II. Volume 3. São Paulo : Difel, 1985.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. **Educar e instruir**: a instrução popular na Corte Imperial (1870-1889). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História (Dissertação de Mestrado), 1997.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol.19, n.37, Set.1999.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Internatos, asilos e instituições disciplinares na História da Educação Brasileira**. Apresentação. Revista Contemporânea de Educação, v. 7, p. 1-7, 2009.

SHUTTLEWORTH, Sally. **The mind of the child**: child development in literature, science and medicine, 1840-1900. Oxford: Oxford Press, 2010.

SIGAL, Pierre-André. **L’histoire de l’enfant au Moyen Âge**: une recherche em plein essor. In: Histoire de l’ducation, n.81, 1999, p.3-21.

SOUSA, Jorge Prata de. **A Mão-de-obra de menores**: escravos, libertos e livres nas instituições do Império. In: SOUSA, Jorge Prata de. Escravidão: ofícios e liberdade. Rio de Janeiro: APERJ, 1999.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. **Educar, trabalhar, civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894)**: caminhos possíveis. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO (Dissertação de Mestrado), 2008.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. **O aprendizado para o trabalho dos meninos desvalidos**: nem negros escravos e nem criminosos. Revista Contemporânea de Educação, Rio de Janeiro, p.43-60, 2009.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. **A assistência pela profissionalização**: o caso do Instituto Profissional João Alfredo (1910-1933). In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011, Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil. Vitória: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. v.1. p.116.

STEARNS, Peter N. **A Infância**. São Paulo: Contexto, 2006.

STEPAN, Nancy. **Gênese e Evolução da Ciência Brasileira**: Oswaldo Cruz e a Política de Investigação Científica e Médica. Rio de Janeiro : Editora Artenova, 1976.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. **A criança no processo de transição do sistema de trabalho – Brasil, segunda metade do século XIX**. In: I Seminário de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Caminhos da historiografia contemporânea, Mariana, 2006.

THANE, Pat. **Childhood in History**. In: KING, Michael (ed.). *Childhood, Welfare and Justice: a critical examination of children in the legal and childcare systems*. Londres: Batsford, 1981.

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina**: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

VIANNA, Adriana de Resende B. **O mal que se adivinha**: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

Sites consultados

http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=1102&cd_item=1&cd_idioma=28555 Último acesso em 04/02/2014, às 15:00h.

http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=571&cd_idioma=28555 Último acesso em 04/02/2014, às 16:00h.

<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/na%C3%A7%C3%A3o> Último acesso em 04/02/2014, às 17:00h.